

LUSA

Agência de Notícias de Portugal, S. A.



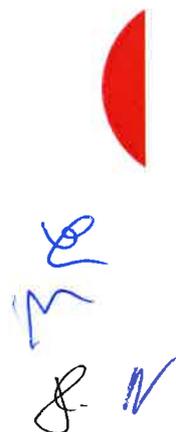
TiagoPetinga@Lusa

Relatório e Contas 2022

Aprovado em Assembleia Geral de 28 de março de 2023

Índice

I.	Mensagem do Presidente	2
II.	A Agência	6
	▪ Introdução.....	6
	▪ Estratégia e Posicionamento.....	8
	▪ Governo da sociedade.....	12
	▪ Estrutura Orgânica	12
	▪ Estrutura Acionista	13
III.	Relatório de Gestão.....	15
	▪ Atividade desenvolvida	15
	▪ Institucional.....	15
	▪ Editorial.....	19
	▪ Produção	22
	▪ Agenda.....	25
	▪ Atividade comercial.....	25
	▪ Comunicação e Marketing.....	31
	▪ Inovação/modernização tecnológica	32
	▪ Sustentabilidade.....	40
	▪ Políticas prosseguidas com vista a garantir a eficiência económica, financeira, social e ambiental	42
	▪ Formas de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial.....	42
	▪ Análise económica e financeira	51
	▪ Proposta de aplicação de resultados	60
IV.	Demonstrações financeiras	61
V.	Anexo.....	67
VI.	Cumprimento de orientações legais	99
VII.	Grelha de práticas de boa governação societária	126
VIII.	Relatório e parecer do Conselho Fiscal.....	136
IX.	Certificação legal de contas.....	137
X.	Ata do Conselho de Administração	138
XI.	Anexos.....	139



I. Mensagem do Presidente



O mundo estava a sair gradualmente de uma grave epidemia de saúde pública quando foi confrontado, no final de fevereiro, com um acontecimento inimaginável numa geografia impensável. Cerca de vinte anos depois da assinatura para encerrar o conflito no Kosovo, estalou na Ucrânia uma nova guerra fruto da invasão da Rússia, à margem de todas os acordos internacionais. Toda esta situação está a ter, e terá no futuro, consequências ainda não completamente perceptíveis.

Além dos impactos imediatos derivados do número elevadíssimo de refugiados, e das baixas dos dois lados, nomeadamente na população civil, a incerteza na duração da guerra, o reposicionamento geopolítico das principais potências mundiais e organizações, com o aparecimento de novos protagonistas ou o acordar de outros, o reequacionamento da globalização nas relações comerciais e institucionais como fonte de segurança e desenvolvimento económico são os principais aspetos a considerar. Neste último capítulo, de destacar que a crise energética e alimentar com efeitos diretos e indiretos em todas as economias está a levar-nos a uma recessão económica com consequência no aumento da pobreza e da desigualdade social e a atrasar a sustentabilidade ambiental.

Como era expectável, e fruto da sua abertura externa, Portugal não passou incólume. Como forma de combater esta situação foram adotados pelo Governo português do PS, que obteve uma maioria absoluta no início do ano, vários pacotes de medidas excecionais de curto e médio prazo que são de aplaudir por permitir uma visibilidade e rumo, apesar da incerteza, para todos os agentes económicos, mas tendo sempre como meta a não deterioração do défice orçamental e da dívida pública. Inicialmente foi implementado "Famílias Primeiro", composto por oito medidas para apoiar "de imediato" as famílias. Posteriormente, o acordo de médio prazo para a melhoria dos rendimentos, dos salários e da competitividade até 2026 e o acordo para a administração pública.

Subjacente a todas as medidas, que na realidade combatem uma dupla crise, pandemia e guerra, está o fortalecimento dos agentes económicos e consequentemente da economia. Só assim poderemos ultrapassar 2023, evitando erros do passado recente, encarando o futuro de uma forma mais sustentável, menos desigual e mais promissora, numa Europa atravessada pela guerra e pela incerteza.

Indubitavelmente, a atividade da Lusa não ficou incólume a esta realidade. Gostaria de destacar resumidamente algumas das iniciativas que tivemos em 2022 e que algumas estão relacionadas com as metas referidas por mim para o mandato:

Ao nível editorial:

- Da cobertura do conflito na Ucrânia, à maioria absoluta do PS, ao aparecimento de novos líderes no PSD e no PCP, às eleições em Angola, aos falecimentos de José Eduardo dos Santos e da rainha Isabel II, passando pelos casos de pedofilia na Igreja, ao orçamento do Estado para 2023, aos principais acontecimentos desportivos, como o Mundial de Futebol no Qatar, ao agudizar da pobreza e às preocupantes alterações climáticas.
- Finalização do projeto Contrafake, iniciado em 2019 com financiamento do FSE/SAMA2020, em que desenvolvemos um protótipo baseado em IA com o INESC-ID e a Inknow para analisar a credibilidade dos conteúdos informativos ao nível de conteúdos e de contexto. Participámos na iniciativa LEME e somos membros do Grupo Informal de Literacia Mediática.

- Colaboração no projeto IBERIFIER, com 23 parceiros liderados pela Universidade de Navarra, que é um dos 14 *hubs* que abrangem a totalidade dos países da União Europeia, financiado para combater a desinformação através de *fact checking* e de Literacia Mediática.
- Ao nível de produção de conteúdos gostaria de referir a Lusa cumpriu com o contratualmente definido apesar do decréscimo face a 2021 devido à realização de eventos nesse ano de maior impacto tais como: PPUE, no qual a Lusa fez a cobertura durante 6 meses; Jogos Olímpicos e Paralímpicos; Campeonato da Europa de Futebol; Eleições Autárquicas.
- Ao nível da formação, e que teve uma atividade muito limitada nos últimos 2 anos, foi lançada a iniciativa da Escola Lusa certificada pela DGERT e que irá ter uma atividade relevante em 2023 com a realização de cursos de jornalismo para trabalhadores e estagiários, nesta primeira fase.
- Concretização do protocolo tripartido entre o Governo de Cabo Verde A Lusa e a Universidade de Cabo Verde ao nível dos estágios com o governo de Cabo Verde com a vinda de 2 jornalistas no último ano do curso de jornalismo da Universidade de Cabo Verde durante três meses em Lisboa depois de uma ação previa de seleção efetuada pela delegação da Lusa na cidade da Praia.
- No final de 2022 finalmente concluiu-se um estúdio de gravações equipado com novo equipamento de iluminação, gravação, telas, isolamento acústico e com espaços virtuais para servir de apoio a entrevistas e gravações para a editoria da multimédia com mais qualidade.
- Foi adquirido para os nossos serviços de vídeo equipamento que permitira distribuir em direto e em tempo real e para os nossos parceiros reportagens nos quais a nossa empresa esteja a cobrir evitando *downloads* e edições.
- Na área digital foi elaborada uma redefinição no *site* principal tornando-o mais atrativo, organizado e estruturado entre as diversas editorias. Ao nível das redes sociais verificou-se em todas elas um notório incremento do nosso alcance, bem como no nível de interações havidas. De referir também que no YouTube decidiu-se publicar os vídeos, ligados à Lusofonia, com um desfasamento temporal relativamente ao serviço normal de modo a dar a conhecer os nossos conteúdos e aumentar a notoriedade.

Ao nível organizacional:

- O contrato de prestação de serviço público para 6 anos foi assinado em janeiro. Seguiu-se o processo de fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas tendo sido obtido o visto em agosto e o recebimento da Indemnização Compensatória iniciado em setembro.
- Implementação do modelo de trabalho híbrido desde fevereiro para todos os trabalhadores da Lusa, consistindo em 3 dias presenciais e 2 em trabalho remoto, à 2.ª e à 6.ª feira em regime voluntário neste caso.
- No Conselho de Administração, com a renúncia do Dr. Paulo de Saldanha, a NP nomeou para seu representante o Dr. Paulo Cardoso, conforme deliberação na Assembleia Geral (AG) de maio.
- Apesar de alguns atrasos, efetuou-se em 2022 a conclusão da avaliação de desempenho relativamente a 2021 e no primeiro semestre de 2023 irá ser efetuado o de 2022 que poderá eleger trabalhadores para atribuição de promoção por mérito de acordo com o definido no AE.



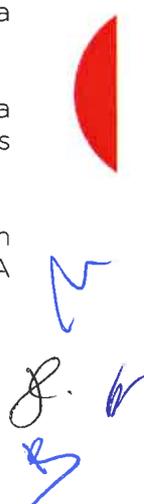

- Foi finalizado o relatório de remunerações com dados de 2021 juntamente com o plano da igualdade do género para 2023-2024 tendo os mesmos sido colocados no *site* da Lusa. Relativamente ao *gap* salarial verificou-se uma diminuição do último relatório efetuado em 2018, sendo atualmente de 6% ao invés de 18%.
- A Lusa foi alvo de ciberataques, ataques de negação de serviço (DDOS), em maio e junho. Em consequência foram reforçadas infraestruturas e funcionalidades adicionais como forma de minimização do risco cibernético. Nesta área foi concluído o processo de migração de *data centers* para Lisboa e Covilhã. Esta medida estava já em curso no início do ano com o objetivo de mitigar o risco sísmológico do *data center* de Lisboa passando este a ser o centro secundário e o da Covilhã o primário. Foram efetuados também teste de intrusão, como uma medida sistemática, por empresa externa bem como testes à nova infraestrutura de centros de dados.

Ao nível comercial e de marketing:

- A Lusa realizou e tomou parte em variadas conferências durante 2022. De destacar os Encontros Lusa em março e abril sobre "As novas ameaças e os desafios da cibersegurança" e "A guerra no novo mapa geopolítico". Participámos no Estoril Conferences, Eurafrikan Fórum, NovaAfrica, nos Encontros Cibersegurança do CNCS no Encontro Anual do Conselho da Diáspora, entre outras.
- Lançamento presencial do Anuário Lusa 2021 em parceria com a Alêtheia Editores, em que se retratam os acontecimentos desse ano pelos jornalistas da Lusa em texto, imagem e vídeo, tendo sido apresentado presencialmente na Fnac Colombo em Lisboa e no Centro Português de Fotografia no Porto pela Dr.ª Elvira Fortunato e pelo Dr. Artur Santos Silva.
- Assinatura de protocolos de cooperação com as congéneres da Lusa em Itália, Ansa, com a Anadolu da Turquia e com a BTA da Bulgária, entre outras.
- Desde o início de 2022 que somos associados do Business Council for Sustainable Development (BCSD) empresas pela sustentabilidade e fomos signatários em conjunto com vários associados desta organização, neste âmbito dos manifestos sobre a COP27 e COP15.
- De referir que a *newsletter* interna da Lusa SOMOSLUSA teve uma grande atividade ao nível da divulgação de informação interna, na promoção de passatempos, divulgação de protocolos com empresas, e principalmente no sentido de aproximação entre todos, dando a conhecer-nos de uma forma mais informal.
- Lançámos uma aplicação Fairlicensing da Pixray que permite verificar o uso indevido de imagens do *feed* noticioso da Lusa. Para além da possibilidade de comercializar essas fotos, vai permitir adicionalmente angariar novos clientes, sensibilizar e regular o mercado sobre a problemática de direitos de autor.
- Contratualização do novo serviço Google News Showcase, onde iremos ter maior visibilidade com conteúdos que estavam abertos, tais como Igualdade do Género, combate às fake News, e outros ligados ao serviço Cultura, atualmente com pouca notoriedade e comercialização.

Por último, e não menos importante, do ponto vista económico e financeiro, a Lusa continua a ter uma disciplina orçamental que mais uma vez vai permitir o cumprimento das metas definidas no Plano de Atividades e Orçamento (PAO).

Apesar das condicionantes externas e internas acima enumeradas, a Lusa obteve um resultado líquido positivo de €110 mil, superior ao orçamentado, suportado por um EBITDA



de cerca de €836 mil. Adicionalmente, a Lusa cumpriu a orientação do acionista Estado que, através de declaração de voto na AG de maio de 2022, estabeleceu um limite ao aumento dos gastos com pessoal (excluindo órgãos sociais e absentismo) em €283 mil relativamente a 2021.

Realçamos ainda que nos gastos operacionais houve um impacto negativo de cerca de €150 mil, derivados de gastos com cibersegurança, energia e combustíveis, e despesas de reportagem de cobertura à guerra na Ucrânia. Caso esses gastos não tivessem ocorrido, o resultado antes de imposto teria sido superior no montante referido. O montante de investimento, definido na declaração de voto acima mencionada, foi ligeiramente ultrapassado em €44 mil, fruto dos gastos em cibersegurança efetuados no final do ano. De notar que a Lusa, e apesar das suas necessidades ao nível de transformação tecnológica, teve um corte no investimento em cerca de €400 mil.

Em termos do ativo líquido, o facto com maior destaque resulta da diminuição das disponibilidades bancárias em cerca de €2,8 milhões, face a 2021. O aumento do saldo de clientes deve-se a um menor nível de recebimentos face ao ano transato. A diminuição do passivo decorreu do pagamento de cerca de €2,2 milhões por via da devolução da IC ao Estado Português referente ao contrato trienal 2017-2019.

Na ausência de contrapartida financeira relativa à prestação do serviço público, por parte do Estado, na falta de visto prévio do Tribunal de Contas ao contrato, e face à insuficiente tesouraria a partir de março, a atividade da Lusa foi financiada pelos seguintes empréstimos, efetuados com autorização do Ministério da Cultura e Secretário de Estado do Tesouro, e suportados com Declarações Unânicas por Escrito dos acionistas:

- Empréstimo de €1 milhão obtido do BPI em março;
- Empréstimo de €4 milhões da CGD obtido em abril;
- Empréstimo de €3 milhões do BPI em agosto.

Com a obtenção do visto do Tribunal de Contas, e o pagamento da Indemnização Compensatória dos primeiros 9 meses do ano em setembro, os valores acima referidos foram reembolsados às entidades financeiras em causa. De referir que fruto dos mesmos a Lusa suportou nas suas contas em comissões e encargos bancários cerca de €25 mil.

Em conclusão, a atividade da Agência continuou a ser pautada por uma proximidade com a sociedade e a cumprir de uma forma indelével o seu papel de prestar a todos um serviço público de informação isento, rigoroso, factual, atempado e inclusivo. A Agência provou mais uma vez que mesmo em condições incertas e instáveis consegue cumprir de forma notável a sua missão. Por último, nada do acima referido teria sido possível de alcançar sem o esforço de todos os trabalhadores da Lusa, que diariamente dão provas de empenho, eficiência, dedicação e perseverança, e para os quais aqui deixo uma palavra de reconhecimento.



II. A Agência

Introdução

O Conselho de Administração da Lusa - Agência de Notícias de Portugal, S.A. (Lusa) cumpre o dever de relatar a gestão e apresentar as contas do exercício de 2022 que, através do presente relatório, submete aos órgãos competentes da sociedade.

O Conselho de Administração tomou posse nas reuniões da Assembleia Geral da Lusa realizadas em 31 de maio e 23 de julho de 2021, tendo sido nomeado para o triénio 2021-2023. Por renúncia de um vogal não executivo em 19 de outubro de 2021, e Assembleia Geral realizada em 27 de maio de 2022, foi deliberado a eleição de um novo vogal não executivo para completar o mandato 2021-2023.

O Plano de Atividades e Orçamento para 2022 da Lusa foi aprovado pelo Conselho de Administração em 24 de novembro de 2021, com parecer favorável do Conselho Fiscal de 13 de dezembro de 2021, e em reunião de Assembleia Geral a 27 de abril de 2022. O acionista Estado aprovou o orçamento para 2022 sujeito às seguintes condições:

- Os gastos com pessoal ficam limitados a um aumento de €283 mil face ao registado em 2021;
- Aumento dos encargos com deslocações e alojamento, ajudas de custo, e frota automóvel em até €17 mil face ao registado em 2021;
- O investimento fica limitado a um total de €500 mil, representando uma redução de €423 mil relativamente ao orçamento apresentado;
- Acomodar os encargos financeiros no resultado líquido sem deterioração do mesmo.

Estas limitações colocam em causa a transformação tecnológica e digital da empresa, que tem vindo a ser sucessivamente adiada, e a implementação de um novo serviço Google News Showcase para o qual é necessária a contratação de 2 trabalhadores. Foi proposto às tutelas uma alternativa de redução desses montantes, encontrando-se em análise.

No Orçamento do Estado para 2022 foi atribuído à LUSA um valor de Indemnização Compensatória (IC) de €16.518.622 (IVA incluído), representando um aumento de 2,3% face ao valor atribuído em 2021.

O Contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público celebrado entre o Estado e a Lusa para o triénio 2017-2019 terminou em 31 de dezembro de 2019. Em 2020, foram iniciadas reuniões com a Tutela Setorial no âmbito da elaboração do novo contrato, que foi enviado ao Tribunal de Contas para a fiscalização prévia.

A 24 de agosto de 2022, o contrato foi visado pelo Tribunal de Contas, válido para o sexénio 2022-2027 (vigorando retroativamente desde janeiro). O valor da Indemnização Compensatória teve um aumento de 2,3% em 2022, relativamente ao ano anterior, para €13,4 milhões (sem IVA). O recebimento da Indemnização Compensatória referente aos três primeiros trimestres de 2022 ocorreu a 21 de setembro de 2022.

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 127/2021, de 7 de setembro, autorizou a realização das despesas relativas à compensação financeira devida pelo Estado à Lusa para o período de vigência do contrato, de 2022 a 2027, correspondentes aos seguintes valores totais máximos, aos quais acresce IVA à taxa legal em vigor:

- a) Em 2022: €13.429.774;
- b) De 2023 a 2027: €13.564.071 por ano.

O ano de 2022, a par da situação conjuntural decorrente da pandemia, foi fortemente marcado pela situação económica e geopolítica internacional como resultado da situação de guerra na Ucrânia, de grande incerteza, que gerou importantes alterações nas variáveis



macroeconómicas de referência, como a inflação ou as taxas de juro, e com um impacto orçamental significativo, designadamente no que se refere a gastos com consumos energéticos, nomeadamente, combustíveis e energia elétrica.

Em 2022, e após debate interno com os Órgãos Representativos dos Trabalhadores (ORT), foi implementado um modelo híbrido de trabalho, conciliando o teletrabalho à 2.ª e 6.ª feira com o trabalho presencial entre 3.ª e 5.ª feira, sempre que aplicável, com vista a assegurar a cultura, o serviço e a capacidade de resposta à atividade da empresa, a coesão interna, potenciando o equilíbrio entre vida pessoal e familiar, o bem-estar e segurança dos seus trabalhadores.

No campo da inovação tecnológica, o ano de 2022 foi marcado pela conclusão do projeto Contrafake (protótipos de análise nutricional de conteúdos, análise de contexto e viral de notícias, e literacia mediática ao nível da desinformação), e reanálise de outros, tais como a transcrição e monitorização de notícias, produção automática de notícias de bolsa, conteúdos em voz baseados em feeds de serviços noticiosos da LUSA.

Produção editorial e cumprimento do Serviço Público

Em 2022 a produção editorial da Lusa registou uma diminuição relativamente ao ano anterior, totalizando 267.029 conteúdos noticiosos, o que se traduz numa média diária de 732 conteúdos jornalísticos. A diminuição da produção de conteúdos justifica-se, além do adiamento de grandes eventos para 2021, nomeadamente os Jogos Olímpicos e o Euro 2020, com a criação, produção e divulgação de material noticioso e multimédia relativo à Presidência Portuguesa da União Europeia (PPUE) no 1.º semestre de 2021, no âmbito da parceria com o Ministério dos Negócios Estrangeiros e do protocolo celebrado especificamente para esse efeito. Importa referir que a produção editorial, comparativamente a 2019, o ano pré-pandemia, regista um aumento de 7,3%.

A Lusa ultrapassou os níveis mínimos exigidos para a produção de conteúdos em formato texto, fotografia e vídeo, que alcançaram os volumes, anuais e diários em cumprimento com as metas contratuais celebradas com o Estado. Relativamente aos conteúdos em formato áudio, apesar da produção ter ultrapassado o nível mínimo em janeiro, setembro, outubro e novembro de 2022, não foi possível cumprir os mínimos contratuais, o que pode ser justificado, sobretudo, pelo impasse de quase dois meses na posse do novo Governo, que teve como consequência uma quebra noticiosa geral da atividade do país, e a produção de notícias sobre a guerra na Ucrânia, que dominou noticiosamente os primeiros meses do ano, não se ter traduzido no correspondente aumento na produção de conteúdos de áudio.

Situação Económico-Financeira

- ❖ O total de rendimentos e ganhos ascendeu a €17,5 milhões o que traduz um acréscimo de €214 mil (1,2%) relativamente a 2021. Esta variação resulta, sobretudo, do aumento do valor do Contrato com o Estado, através da Indemnização Compensatória e da diminuição do ajustamento;
- ❖ As receitas próprias totalizaram €3,8 milhões, registando uma diminuição de €118 mil (-3,0%) face ao período homólogo;
- ❖ O total de gastos e perdas ascendeu a €17,3 milhões, o que reflete um acréscimo de €494 mil (2,9%) face ao ano transato, como resultado dos acréscimos registados nos gastos com o pessoal (atualização salarial, descongelamento dos IRCT e redução do absentismo) e provisões;
- ❖ Os investimentos atingiram o valor de €538 mil;
- ❖ O resultado líquido da empresa foi de €110 mil.




Estratégia e Posicionamento

O Plano de Atividades e Orçamento (PAO) definiu um conjunto de objetivos principais a alcançar no triénio 2022-2024:

- 1) A gestão orçamental criteriosa tem de continuar a ser uma prática fundamental, visando uma posição económica e financeira sustentável, de modo a executar a implementação do PAO 2022-24, a celebração do novo Contrato Programa com o Estado com uma duração de seis anos, a candidatura a programas internacionais, nomeadamente ao Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e o lançamento das primeiras bases de um modelo estável de financiamento para uma maior autonomia e independência na gestão.

A Lusa continua a pautar-se por uma disciplina orçamental apresentando consecutivamente resultados e EBITDA positivos, desde 2016, suportados maioritariamente por poupanças, ao nível de gastos operacionais intencionais e/ou forçados, e pelo cumprimento dos orçamentos de receitas próprias, apesar da crise nos órgãos de comunicação social portugueses e internacionais. O contrato de prestação de serviço público, para 6 anos, foi assinado no final de janeiro de 2022, tendo sido obtido o visto do Tribunal de Contas em agosto, após o processo de fiscalização prévia. Em consequência, foram pagos os 9 meses de indemnização compensatória no final de setembro. Durante este período a Lusa para fazer face a precária situação de tesouraria, teve de recorrer à banca comercial (BPI e CGD) após autorização das tutelas, tendo-se endividado em cerca de 8 milhões de euros em 3 fases, tendo o reembolso sido efetuado no final de setembro e os encargos financeiros registados nas contas da Lusa. De referir que o Estado foi reembolsado em 2,2 milhões de euros resultantes do ajustamento da indemnização compensatória referente ao contrato 2017/19 e em dívida desde o final de 2021 devido à insuficiente tesouraria.

- 2) O reconhecimento da Lusa como uma das melhores empresas para trabalhar em Portugal. Neste sentido, é importante tomar medidas de valorização dos nossos recursos internos, dentro dos condicionalismos existentes. Destacam-se, entre várias medidas, a redefinição de um novo modelo de organização do trabalho, fruto da situação pandémica, a melhoria das condições do seguro saúde, o acesso a um plano de formação de acordo com as necessidades transmitidas pelos trabalhadores, a concretização do processo de Avaliação de Desempenho iniciado em 2020, revendo-o, caso necessário, em função da experiência adquirida durante este período e a revisão do Acordo de Empresa, dado que a realidade da empresa é diferente de quando foram definidos os princípios base e normas do documento.

Em 2022, e depois de algum debate interno, foi implementado um modelo de trabalho híbrido em que existe a possibilidade dos trabalhadores efetuarem as suas atividades profissionais em teletrabalho à 2.ª e 6.ª feira, sendo que nos restantes dias é efetuado presencialmente, sempre que aplicável. Adotou-se também o teletrabalho a 100% para todos os casos definidos na lei, e concedida equivalência por questões de saúde ou de apoio familiar. Em termos de seguro de saúde, a empresa renovou a apólice existente por mais um triénio mantendo as coberturas bem como o âmbito alargado a filhos até aos 25 anos conforme definido no Acordo de Empresa. Fruto do aumento dos custos com a saúde devido à pandemia e fatores orgânicos do mercado, a Agência suportou os gastos adicionais apoiando assim os trabalhadores num período difícil com alta inflação. Relativamente à avaliação de desempenho em 2022, e apesar de alguns atrasos, irá ser concluída, tratando-se do 3.º ano deste processo, que irá permitir um melhor desenvolvimento pessoal e profissional dos trabalhadores da Lusa bem como acesso a possíveis promoções por mérito, instrumento nunca concretizado desde a revisão do Acordo de Empresa em 2009.



- 3) A promoção de um amplo debate sobre todas as formas de discriminação, de acordo com os valores intrínsecos da Lusa, e a apresentação de um plano de medidas, quer a nível interno quer a nível externo, a ser implementado para fazer face a este flagelo. Neste capítulo devemos relançar também o plano para a Igualdade de Género na empresa, já finalizado em 2019.

Foi elaborado o Relatório de Remunerações com dados de 2021 juntamente com o Plano para a Igualdade do Género para 2023/24, estando disponíveis no *site* da Lusa. Verificou-se uma diminuição do *gap* salarial face ao relatório de 2018, de 18% para 6%. Está previsto para o 1.º trimestre de 2023 a realização de uma formação sobre a problemática do assédio nos locais de trabalho, a ser ministrada por uma empresa externa, bem como a realização de um novo inquérito sobre a igualdade do género, à semelhança do efetuado em 2019, a ser implementado por uma equipa do ISEG.

- 4) A continuação do aumento da notoriedade da Lusa através da promoção de debates e conferências, a realizar em variados formatos e nas nossas redes sociais, de acordo com estratégia a desenvolver, relacionados com temas fraturantes do mundo moderno com destaque para a agenda da União Europeia, nomeadamente nas suas cinco grandes prioridades – Economia Social, Economia Resiliente, Economia Verde, Economia Digital e Economia Global –, assim como o reforço da presença em ações de responsabilidade social. De realçar que, no que respeita à Economia Global, a Lusa, com o seu jornalismo de proximidade com os países de língua portuguesa, tem um papel insubstituível e irá reforçar com esses países as suas atividades de cooperação.

A Lusa realizou e tomou parte em variadas conferências durante 2022. De destacar os Encontros Lusa em março e abril sobre “As novas ameaças e os desafios da cibersegurança” e “A guerra no novo mapa geopolítico”. Participámos na Estoril Conferences, Eurafrikan Fórum, NovaAfrica, nos Encontros Cibersegurança do CNCS, no Encontro Anual do Conselho da Diáspora, entre outros. Ainda nesta dimensão de notoriedade, lançámos o Anuário Lusa 2021 em parceria com a Alêtheia Editores, onde se retratam os acontecimentos de 2021 pelos jornalistas da Lusa em texto e imagem, tendo sido apresentado presencialmente na Fnac Colombo em Lisboa pela Dr.ª Elvira Fortunato e no Centro Português de Fotografia no Porto pelo Dr. Artur Santos Silva. Com as agências internacionais, foram assinados protocolos de cooperação, nomeadamente, com as congéneres da Lusa em Itália, Ansa, com a Anadolu da Turquia e com a BTA da Bulgária, entre outras.

Desde o início de 2022 a Lusa é associada do Business Council for Sustainable Development (BCSD), empresas pela sustentabilidade, e foi signatária, em conjunto com vários associados desta organização, neste âmbito, dos manifestos sobre a COP27 e COP15.

De referir que a *newsletter* interna da Lusa SOMOSLUSA teve uma grande atividade ao nível da divulgação de informação interna, na promoção de passatempos, divulgação de protocolos com empresas, e principalmente no sentido de aproximação entre todos dando a conhecer a Lusa de uma forma mais informal.

- 5) O combate à desinformação nas suas mais variadas formas: conferências, literacia mediática, aposta forte em formação online, disponibilização de conteúdos abertos de informação e de dados, acesso a ferramentas tecnológicas; o planeamento do lançamento do Dia Internacional de Combate à Desinformação, conforme recentemente foi anunciado pela empresa; a candidatura a projetos internacionais neste âmbito, com parceiros com diferentes competências e valências que nos permitirão ser mais fortes nesta luta. Neste ponto, e dada a sofisticação e a frequência de ataques informáticos que têm vindo a ocorrer no mercado e na Agência, iremos lançar medidas para um Plano de Cibersegurança mais eficaz para as nossas infraestruturas e para todos os clientes e trabalhadores.



Na área da desinformação, foi finalizado o projeto *Contrafake*, iniciado em 2019 com financiamento do FSE/SAMA2020, em que se desenvolveu um protótipo baseado em IA com o INESC-ID e a Inknow para analisar a credibilidade dos conteúdos informativos ao nível de conteúdos e de contexto. A Lusa participou na iniciativa LEME, sendo membro do Grupo Informal de Literacia Mediática. Ainda nesta dimensão, a Agência está a colaborar no projeto IBERIFIER, com 23 parceiros liderados pela Universidade de Navarra, que é um dos 14 *hubs* que abrangem a totalidade dos países da União Europeia, financiado para combater a desinformação através de *fact checking* e de literacia mediática. Nesta iniciativa, irá ser ministrada uma formação a jornalistas da Lusa pelo ISCTE e será realizado um debate em abril suportado num documentário, *Trust Me*, de um realizador americano sobre esta temática.

No capítulo da Cibersegurança e em consequência dos ataques de negação de serviço (DDoS) havidos em maio e junho, foram reforçadas infraestruturas com a adjudicação de serviços à Altice de *cleanpipe* e *allot* e adquiridas *firewalls* no final do ano. Foi concluído o processo de migração de *data centers* para Lisboa e Covilhã. Esta medida estava já em curso no início do ano com o objetivo de mitigar o risco sísmológico do *data center* de Lisboa passando este a ser o centro secundário e o da Covilhã o primário. Foram efetuados também testes de intrusão, como uma medida sistemática, por uma empresa externa, testes de *phishing* e testes à nova infraestrutura de centros de dados.

A importante área da formação, que teve uma atividade muito limitada nos últimos dois anos, por via da pandemia, vai conhecer uma nova fase através de uma equipa criada para este fim, o Gabinete de Inovação e Formação. Assim, foi criada a Escola Lusa, certificada pela DGERT, e que irá se dedicar numa primeira fase em fornecer cursos de jornalismo com várias especialidades para jornalistas da Agência, bem como para estágios curriculares. Neste capítulo, em 2022 foram retomados os estágios curriculares de uma forma presencial que tinham sido interrompidos em consequência da pandemia nos últimos dois anos. De referir também que na base do protocolo tripartido entre o Governo de Cabo Verde, a Lusa e a Universidade de Cabo Verde realizaram um estágio para dois estudantes cabo-verdianos, de abril a junho, em Lisboa, com enorme sucesso e após um pré-estágio efetuado na cidade da Praia em janeiro. Este novo gabinete também vai ser responsável pela consolidação e implementação de formação para áreas de não jornalismo em várias temáticas desde liderança, informática, marketing, fiscalidade e outros, e de acordo com as necessidades de formação identificadas no processo de avaliação de desempenho.

- 6) A manutenção da aposta na modernização tecnológica da Agência e na sua transformação digital, através de projetos ligados à Inteligência Artificial (IA), tirando o melhor partido de projetos inovadores que estão em andamento com vários parceiros, bem como outros que irão ser lançados, com o objetivo de criar valor e eficiência para a empresa. A inovação é cada vez mais importante em todas as áreas da empresa. O investimento na desmaterialização e/ou simplificação dos processos da Agência, através de plataformas e tecnologias, bem como a reorganização de áreas funcionais da empresa, é de vital importância. Será lançado o prémio Pedro Camacho a atribuir a projetos inovadores no domínio das tecnologias de informação ligadas à área editorial.

Foi implementada uma nova ferramenta de transcrição, que permite de uma forma mais intuitiva e amigável a passagem de conteúdos áudios e vídeo para texto. Adicionalmente, tem a capacidade de procurar trechos de vídeos e fazer o seu corte de uma forma mais eficiente e produtiva.

Começou a ser analisada uma nova ferramenta de *media monitoring* dos conteúdos produzidos pela Lusa com o objetivo de medir qual o seu grau de distribuição no espaço digital, bem como os principais temas e interações sobre esses conteúdos ao nível de algumas redes sociais.

Em setembro foi contratada uma nova aplicação Fairlicensing da Pixray que permite verificar, do *feed* noticioso da Lusa em imagens, quem está a utilizar e se tem contratualizado esse serviço com a Lusa. Vai permitir, numa primeira instância, vender as fotografias que não estão contratualizadas e também chamar a atenção para utilizadores sobre as regras dos direitos de autor, educando o mercado para este fim e também identificar potenciais clientes.

Com a contratualização de um novo serviço ligado ao Google News ShowCase, a Lusa terá maior visibilidade através desta ferramenta, com alguns conteúdos que estavam já abertos, tais como Igualdade do Género e Combate às Fake News, e outros que serão abertos, como a agenda do serviço Cultura, atualmente com pouca notoriedade e comercialização.

No final de 2022, finalmente foi concluído um estúdio de gravações, equipado com novo equipamento de iluminação, gravação, telas, isolamento acústico e com espaços virtuais para permitir alguma criatividade nesta atividade. Vai servir como apoio a entrevistas e gravações para a editoria Multimédia, que era uma evidente carência na nossa sede.

Nesta área e como forma de colmatar uma lacuna existente, nomeadamente na nossa atividade de vídeo para com os nossos clientes de televisão, foi adquirido equipamento que permitirá a distribuição em direto e de uma forma rápida reportagens que a Lusa esteja a cobrir evitando *downloads* e edições.

- 7) A redefinição da produção noticiosa em formatos mais ricos e multifacetados, bem como ao nível da sua distribuição aos clientes, que têm mudado, e vão continuar a mudar, ao nível de hábitos de consumo de notícias e dos meios que utilizam para esse consumo, com a aposta num modelo de negócio digital, assente num sistema flexível, alicerçado numa distribuição através de um *site* moderno e em redes sociais, potenciando e comercializando os nossos conteúdos para vários públicos, em mobilidade, e geografias existentes e/ou a conquistar.

Foi efetuada uma redefinição no *site* principal da Lusa tornando-o mais atrativo, organizado e estruturado entre as diversas editorias. Ao nível das redes sociais, verificou-se um notório incremento do nosso alcance, bem como no nível de interações havidas. Um destaque especial para o Instagram, em que os conteúdos da Lusa, apesar de maioritariamente baseados no clássico *feed* de notícias, são colocados com uma linguagem em conformidade com essa rede social. Adicionalmente, e dado que o público destinatário desta rede é mais jovem, têm sido introduzidos conteúdos mais direcionados para esse segmento, tais como cinema, bem-estar, ciência, cultura e eventos culturais. No YouTube, a Lusa decidiu publicar vídeos do seu serviço normal, ainda que com desfaseamento temporal, de modo a dar a conhecer os seus conteúdos e aumentar a notoriedade.

Está ainda a ser analisada a possibilidade de colocar *feeds* de notícias áudio, através de *podcast* ou automatizado com ferramentas de text2speech. Em 2023 irá ser relançada a *newsletter* Lusa mais abrangente e com novas temáticas.

Governo da sociedade

Os órgãos sociais para o mandato 2021-2023 foram eleitos em reuniões de Assembleias Gerais de 31 de maio de 2021, de 23 de julho de 2021 e de 27 de maio de 2022:

Mesa da Assembleia Geral			
Cargo	Órgãos Sociais	Eleição	Mandato
Presidente	Cristina Maria Pereira Freire	31/05/2021	2021-2023
Vice- Presidente	António Correia de Oliveira	31/05/2021	2021-2023
Secretário	Maria Fernanda Sousa Rebelo Lopes Pires Borges	31/05/2021	2021-2023
Conselho de Administração			
Cargo	Órgãos Sociais	Eleição	Mandato
Presidente (Executivo)	Joaquim de Jesus Pedro Carreira	31/05/2021	2021-2023
Vice-Presidente (Não Executivo)	Maria João Dias Pessoa de Araújo	23/07/2021	2021-2023
Vogal (Não Executivo)	Carla Maria dos Santos Filipe Baptista	23/07/2021	2021-2023
Vogal (Não Executivo)	Helena Ferro de Gouveia	31/05/2021	2021-2023
Vogal (Não Executivo)	Paulo Jorge Andrade Cardoso	27/05/2022	2021-2023
Conselho Fiscal			
Cargo	Órgãos Sociais	Eleição	Mandato
Presidente	Cristina Maria Pereira Branco Mascarenhas Vieira de Sampaio	31/05/2021	2021-2023
Vogal	Pedro Jorge dos Santos Braumann	31/05/2021	2021-2023
Vogal e ROC efetivo	Susana Rodrigues de Jesus	31/05/2021	2021-2023
Vogal e ROC suplente	António Magalhães e Carlos Santos	31/05/2021	2021-2023

Estrutura Orgânica

A organização da empresa está centrada na produção de conteúdos noticiosos, em torno de editoriais, delegações e correspondentes, enquadrados pela Chefia da Redação e pela Direção de Informação.

A Lusa tem a Redação central em Lisboa, um escritório no Porto, jornalistas residentes na grande maioria das capitais de distrito, delegações no estrangeiro, nomeadamente na Europa em Bruxelas e em Madrid, nos PALOP's em Cabo Verde, Guiné, Angola e Moçambique e na Ásia uma sucursal em Macau e uma delegação em Timor-Leste.

A Lusa conta também com uma rede de correspondentes, quer a nível nacional, cobertura de todo o território nacional, quer a nível internacional, em cerca de 30 países de todo o mundo.

A macroestrutura orgânica da empresa assenta no Presidente do Conselho de Administração (PCA), que é simultaneamente o administrador-delegado, a quem compete a coordenação da atividade geral e a direção das relações institucionais e internacionais.

Em 31/12/2022, os órgãos de estrutura da Lusa são os seguintes:

- Direção de Informação, que assegura a produção de conteúdos noticiosos;
- Direção Comercial e Marketing, que promove a venda de serviços e a sua imagem;
- Direção de Áreas de Suporte, com a responsabilidade das áreas da Contabilidade e Tesouraria, dos Sistemas de Informação, das Compras e Recursos Humanos;
- Gabinete de apoio ao Conselho de Administração, que inclui o apoio administrativo a todos os órgãos sociais da Empresa.

Assim, o organigrama da Lusa é o seguinte:

Organograma da macroestrutura e órgãos de estrutura de primeira linha em 2022



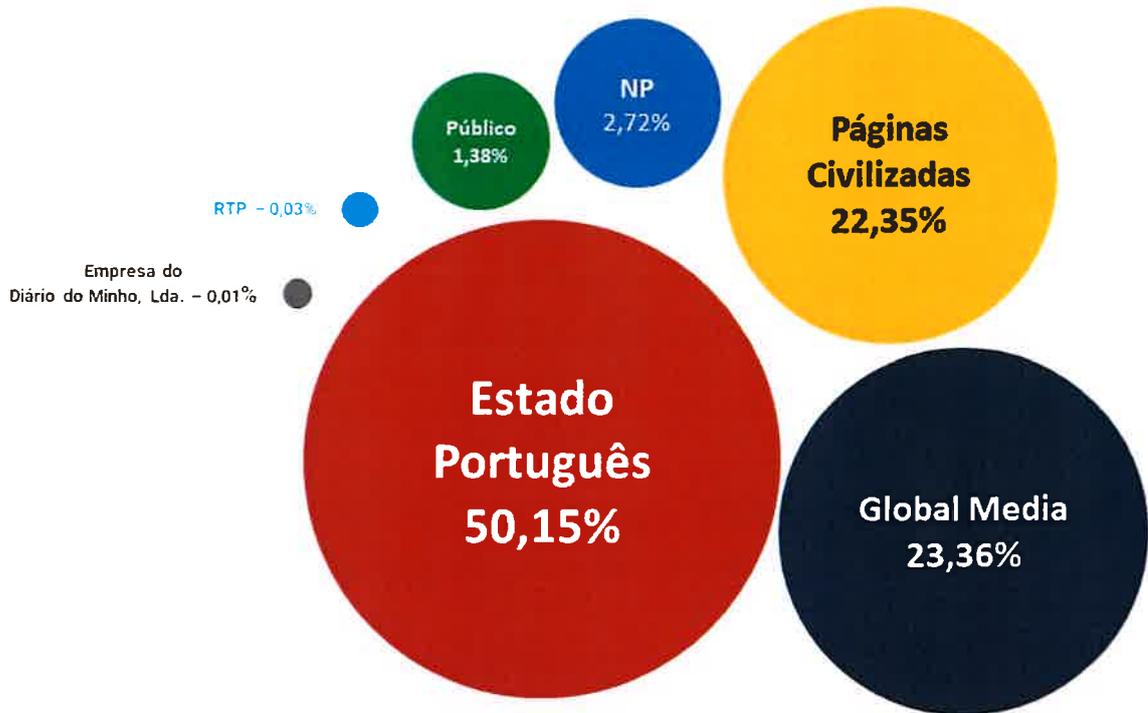
Estrutura Acionista

Em 2020 foi efetuada uma amortização com redução do capital social da Lusa, conforme o artigo 347.º do CSC, como resultado da insolvência do acionista “O Primeiro de Janeiro, S.A.”. Neste sentido foram também alterados os Estatutos da Lusa.

Por contrato de compra e venda de ações, celebrado em 31 de dezembro de 2021, as ações da IMPRESA - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., representativas de 22,35% do capital social da Lusa, foram transmitidas à sociedade Páginas Civilizadas, Lda., tendo esse facto sido comunicado à Lusa pela sociedade adquirente, por carta datada de 4 de janeiro de 2022. A sociedade Páginas Civilizadas, Lda. detém 29,75% da Global Media Group.

Desta forma, em 31 de dezembro de 2022, o capital social da Lusa - Agência de Notícias de Portugal, S.A., integralmente realizado, é de €5.324.225 representado por 2.126.690 ações no valor nominal de €2,50 cada, e está distribuído como se apresenta:

ACIONISTAS	N.º de Ações	%	Euros
Estado Português	1 068 000	50,15%	2 670 000
Global Media Group	497 420	23,36%	1 243 550
Páginas Civilizadas, Lda.	476 064	22,35%	1 190 160
NP - Notícias de Portugal, CRL	58 000	2,72%	145 000
Público - Comunicação Social, S.A.	29 307	1,38%	73 268
Rádio e Televisão de Portugal, S.A.	674	0,03%	1 685
Empresa do Diário do Minho, Lda.	225	0,01%	563
CAPITAL SOCIAL	2 129 690	100,00%	5 324 225



III. Relatório de Gestão

Atividade desenvolvida

▪ Institucional

Cooperação

- Visita de serviço de uma Delegação da agência noticiosa cabo-verdiana INFORPRESS à Lusa, composta pelo Administrador Único, pela Diretora de Informação e pela Delegada em Lisboa, em março, no quadro das relações de cooperação existentes entre as duas agências. Para além do encontro com o Presidente do Conselho de Administração, tiveram lugar reuniões com a Direção de Informação, a Direção de Áreas de Suporte e a Direção Comercial e de Marketing.
- Participação da Lusa na XXXVIII Assembleia Geral da UCCLA - União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa, em outubro, em Lisboa.
- O Presidente do Conselho de Administração recebeu o Diretor-Geral do Cefojor - Centro de Formação de Jornalistas de Angola, na sede da Lusa, em outubro. Durante o encontro foi analisada a possibilidade de um acordo com a Lusa na área da formação em jornalismo de agência.
- Encontro de trabalho entre o Administrador Único da INFORPRESS e o Presidente do Conselho de Administração da Lusa, em novembro, no âmbito da cooperação entre as duas agências. Tiveram também lugar reuniões com responsáveis das áreas de tecnologias e sistemas de informação, multimédia e comercial e marketing.

Relações Internacionais e Institucionais

Em 2022, a Lusa manteve a sua presença em instituições internacionais nomeadamente:

- EPA – European Pressphoto Agency (de que a Lusa é acionista fundadora):
 - Participação da Lusa nas Assembleias Gerais da EPA, que se realizaram em junho e julho, por videoconferência.
- AMAN – Alliance of Mediterranean News Agencies
 - Apoio institucional, através da participação em *newsletters* da aliança.
- EANA – European Alliance of News Agencies:
 - Participação da Lusa, representada pela Diretora Comercial e de Marketing, na Conferência de Primavera e na Assembleia Geral da EANA, realizadas em maio, em Sarajevo.
 - Participação do Presidente do Conselho de Administração na Conferência de outono e na Assembleia Geral da EANA, realizadas em setembro, em Zurique. A Diretora Comercial e de Marketing esteve também presente na referida Conferência.
- MINDS International:
 - Colaboração nos grupos de trabalho temáticos do MINDS International (através da plataforma Workplace).
 - Participação da Lusa na Conferência MINDS Spring, em abril, em Helsínquia, representada pela Diretora de Informação e pela Diretora Comercial e de Marketing.
 - Participação da Lusa na Conferência do MINDS de outubro, representada pela Diretora Comercial e de Marketing e pelo Diretor-Adjunto de Informação.

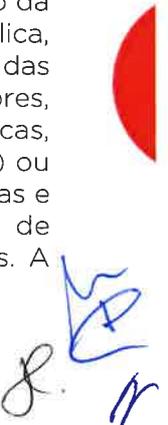


- o Participação do Presidente do Conselho de Administração, como orador, no Webinar sobre cibersegurança organizado pelo MINDS, em outubro.

No âmbito da atividade institucional, devem, ainda, destacar-se as seguintes ações:

- Encontro entre o Senhor Embaixador da Tunísia em Portugal e o Presidente da Lusa, em janeiro, na sede da Lusa.
- Renovação do protocolo com a Associação CAIS, relativo ao Projeto Abrigo, em fevereiro.
- Visita de cortesia do Senhor Embaixador de Itália em Portugal ao Presidente da Lusa, em março, com a presença da Diretora de Informação e da Diretora Comercial e de Marketing.
- Deslocação da Diretora Comercial e de Marketing ao Dubai, em março, em representação do Presidente do Conselho de Administração, a convite da Emirates News Agency (WAM), no âmbito da cooperação entre a Lusa e aquela agência de notícias.
- Visita à Lusa do Diretor-Geral da BTA - Bulgarian News Agency, em abril. Na reunião havida com o Presidente do Conselho de Administração e com a Diretora Comercial e de Marketing, foi abordada a cooperação entre as duas agências.
- Assinatura de um Acordo de Cooperação entre a Lusa e a agência noticiosa italiana ANSA, relativo à troca de conteúdos noticiosos, em maio, na sede da Lusa.
- A Lusa renovou o compromisso com a igualdade de género no trabalho no âmbito do iGen - Forum Organizações para a Igualdade, numa sessão pública, que decorreu em maio, em Lisboa, com a participação de 67 empresas, em que estiveram presentes o Presidente do Conselho de Administração e a responsável pelo Grupo de Trabalho para a Igualdade de Género na empresa.
- Assinatura de um Protocolo de Cooperação entre a Lusa e a Escola Superior de Comunicação Social, em outubro, relativo a estágios curriculares.
- Participação do Presidente do Conselho de Administração no 2.º Encontro Nacional de Literacia para os Media e Jornalismo, que se realizou em outubro, por videoconferência.
- O Presidente do Conselho de Administração participou no Encontro do Setor Empresarial do Estado, que decorreu em outubro, no Ministério das Finanças.
- Audição do Presidente do Conselho de Administração no Grupo Parlamentar do PSD para a área da Cultura, em outubro, acompanhado pela Diretora de Informação. Durante a audição o Presidente do Conselho de Administração fez uma apresentação da Agência e da sua atividade.
- A Lusa participou nas Assembleias Gerais da Visapress - Gestão de Conteúdos, CRL, que se realizaram em abril e dezembro.

A Lusa é um dos cooperadores fundadores da Visapress - Gestão de Conteúdos dos Media, CRL, com 1% do capital, e que foi constituída em setembro de 2009, ao abrigo da Lei n.º 83/2001 de 3 de agosto. A Visapress é uma pessoa coletiva de utilidade pública, sem fins lucrativos, devidamente registada desde 07-05-2010 na Inspeção Geral das Atividades Culturais (IGAC), com o número 27. A Visapress tem como cooperadores, pessoas singulares ou coletivas proprietárias de publicações periódicas, independentemente do seu suporte, atualmente conhecido (físico, analógico, digital) ou que de futuro venha a ser, ou de meios audiovisuais ou de radiodifusão, e os jornalistas e demais produtores de conteúdos reproduzidos ou disponibilizados em meios de comunicação social ou de massas, titulares de direitos de autor e direitos conexos. A



Cooperativa tem por objeto o licenciamento e a gestão integrada dos direitos patrimoniais de autor e dos direitos conexos, prestações e outros bens protegidos que lhe sejam confiados, e ainda a prossecução de atividades de natureza social, cultural e de investigação, tanto científica como operacional, que beneficiem coletivamente os seus Cooperadores ou Beneficiários, podendo para tanto criar fundos próprios e autónomos.

<https://visapress.pt/wp-content/uploads/2022/10/02-Relatorio-da-Transparencia-2021.pdf>

- Visita à Lusa da Senhora Embaixadora de França em Portugal, em dezembro. No encontro com o Presidente do Conselho de Administração esteve também presente a equipa da Direção de Informação e a Diretora Comercial e de Marketing.
- O Presidente do Conselho de Administração concedeu uma entrevista ao programa E2, que passa semanalmente na RTP2, sobre cibersegurança. A entrevista foi conduzida por uma aluna da licenciatura de Jornalismo da Escola Superior de Comunicação Social do Instituto Politécnico de Lisboa (ESCS-IPL).

Grandes eventos

O ano de 2022 foi marcado pelas consequências da invasão russa da Ucrânia, gerando uma crise energética sem precedentes no presente século, assim como uma galopante inflação na Europa, levando a um aumento generalizado do custo de vida e dos fatores de produção.

A 15 de março de 2022, a Lusa promoveu o primeiro Encontro Lusa Online do ano, sob o tema "As novas ameaças e os desafios da cibersegurança", com Ana Isabel Xavier (Professora e investigadora universitária), Jorge Bacelar Gouveia (Presidente do Observatório de Segurança, Criminalidade Organizada e Terrorismo) e José Tribolet (Professor jubilado), como oradores convidados e moderação da Diretora de Informação Luísa Meireles.

Num cenário de incerteza, e com todos os olhares virados para o conflito da Ucrânia, a Lusa promoveu na manhã de 6 de abril o Encontro Lusa Online "A Energia no novo mapa geopolítico", com Jorge Vasconcelos (presidente da New Energy Solutions), João Manso Neto (CEO da Greenvolt), e Nuno Ribeiro da Silva (presidente da Endesa Portugal), como oradores convidados e moderação de Shrikesh Laxmidas, chefe de redação da Lusa.

Distinções

- O jornalista da Lusa Nuno Lopes foi distinguido com o prémio de mérito cultural no domínio da comunicação social pela Sociedade Portuguesa de Autores.
- A jornalista da Lusa Cecília Malheiro foi distinguida com Prémio Cooperação e Solidariedade António Sérgio na categoria de Trabalhos Jornalísticos, pelo trabalho "Covid-19: Centro de Apoio ao Sem-abrigo do Porto triplica refeições entregues semanalmente".
- A Federação de Ginástica de Portugal distinguiu a jornalista da Lusa Alexandra Oliveira com o prémio de jornalista do ano.

Em 2022 foram atribuídos os seguintes "Prémios Lusa":

- Sérgio Fonseca - Como responsável pelo projeto TV no PC na LUSA, que permite a todos os trabalhadores da LUSA com um PC e VPN ligada aceder a uma seleção de canais de TV.
- Ana Henriques e Alexandra Luís - Pelo trabalho de grande qualidade que assinalou os 60 anos da tomada de Goa, que ditou o fim do Estado Português da Índia após 451 anos de



domínio português naquele território. As notícias dão voz aos refugiados e seus descendentes e às culturas e tradições que mantêm viva a goanidade.

- Lucília Tiago e Jorge Eusébio - Pela profundidade e diversidade das entrevistas preparativas da proposta do Orçamento de Estado para 2022 que permitiram uma vasta análise dos problemas com que se confrontam as finanças públicas.
- Helena Neves (Menção Honrosa) - Pelo grande impacto das suas notícias sobre a petição da associação Acreditar pelo aumento da licença pela perda de um filho, então de apenas cinco dias, e pelo contar da complexidade do doloroso processo de luto parental. O despertar da sociedade portuguesa para este tema de grande sensibilidade levou a uma grande mobilização cívica e culminou na alteração da legislação, alargando o período para 20 dias.
- Helena Fidalgo (Menção Honrosa) - Pelo conjunto de trabalhos sobre as problemáticas do interior do país e os incentivos públicos às regiões despovoadas e desfavorecidas, com casos concretos de empresas que se instalam aí, mas que depois se confrontam com problemas como a demora dos fundos. Uma das notícias foi sobre uma empresa que se instalou em Mirandela mas não conseguia contratar trabalhadores qualificados. Após publicada a notícia da Lusa, a empresa recebeu mais de 300 candidaturas de todo o país.
- Pedro Caldeira Rodrigues - Pelo conjunto de reportagens efetuadas no período prévio ao conflito na Ucrânia (25-28 de janeiro) e na segunda deslocação, que coincidiu com a invasão russa, e onde foi também efetuada uma contextualização da situação. As reportagens do Pedro Caldeira Rodrigues, nomeadamente no Donbass - foi o primeiro jornalista português a visitar aquela região - permitiram traçar um retrato da situação no terreno antes da guerra, e ajudam a perceber o que se passa nesta parte da Ucrânia, atualmente no centro da guerra com a Rússia.
- André Catueira (texto e foto) e Saulo Dima (vídeo) - Pela cobertura dos ciclones e tempestades em Moçambique que no primeiro trimestre de 2022 voltaram a assolar Moçambique com grande violência - e com uma frequência mais agressiva que segundo os cientistas é reflexo das alterações climáticas. Um conjunto de vídeos e textos muito vivos, que expressam bem a realidade daquele país e contribuem para mostrar a todos aspetos particularmente duros do seu dia-a-dia.
- Henrique Botequilha (texto) e Miguel Lopes (foto) - Pelo conjunto de reportagens realizadas na qualidade de enviados ao conflito na Ucrânia durante o mês de março. Foi um trabalho em modo contínuo durante três semanas, que exigiu total disponibilidade e dedicação de ambos os repórteres, com trabalhos de grande originalidade no panorama da comunicação social portuguesa - e mesmo pioneiros relativamente a alguns temas - e de excecional qualidade jornalística e fotográfica.
- Sandra Moutinho - Pelo conjunto de cinco notícias sobre a existência de branqueadores de pele perigosos para a saúde que são ilegalmente vendidos em Lisboa e utilizados por mulheres negras para poderem ter mais oportunidades a nível social e laboral.
- Simão Freitas - Pelo conjunto de trabalhos efetuados durante os Jogos do Mediterrâneo Oran2022, na Argélia, que decorreram entre 25 de junho e 6 de julho.
- Paulo Julião - Pelo trabalho desenvolvido em várias áreas na delegação em Cabo Verde, nomeadamente no reforço da cooperação institucional e comercial com diversas entidades locais (governamentais, universitárias, órgãos de comunicação social) e na concretização e execução de protocolos permitindo um aumento da notoriedade da Lusa.
- Paulo Henriques da Cunha - Pela fotografia realizada em julho de 2022, durante os incêndios de Leiria, e que ficou conhecida por "O homem da ovelha", e constituiu capa ou

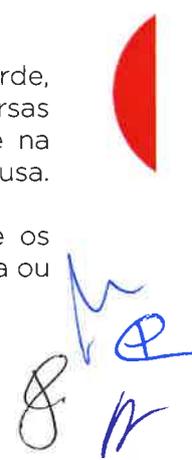


imagem de chamada de inúmeros órgãos de comunicação social, tendo inclusivamente um percurso internacional. A CNN Internacional elegeu a fotografia de Paulo Cunha entre as melhores do ano de 2022.

- Henrique Botequilha e Manuel Almeida – Segunda série de reportagens na Ucrânia, realizadas em agosto. O repórter e o fotojornalista conseguiram produzir peças de inegável importância, como as realizadas em Odessa, Kiev e Mykolaiv, que diferenciaram a cobertura da Lusa naquele período.
- Patrícia Cunha – Pelo conjunto de peças sobre o Afeganistão, que incluem testemunhos de pessoas que falam do que se passa no país em causa. Um trabalho de enorme importância que apresentou os temas mais problemáticos do Afeganistão – os direitos humanos em geral, os direitos das mulheres em particular e a educação, também em particular das meninas, num discurso de três protagonistas, diretamente ligados às questões em causa.

Patrocínios

A Lusa patrocinou o Prémio de fotojornalismo “Estação Imagem”, nas categorias Notícias e Fotografia do Ano.

Responsabilidade Social

Em 2022 foi dada continuidade ao protocolo em vigor com a Associação CAIS através da cedência de fotografias, notícias e reportagens, da colaboração na produção de conteúdos da revista CAIS (impresa e online), bem como da divulgação dos seus projetos e atividades.

A 28 de abril, e após uma pausa de dois anos, devido à pandemia, a “mostra relâmpago” com mentoria do fotojornalista da Lusa António Cotrim e apoio da Agência Lusa, voltou a acontecer na Fundação Portuguesa das Comunicações, em Lisboa. Com o alto patrocínio da Presidência da República, a edição de 2022 de Uma Imagem reuniu quase 100 imagens de fotojornalistas, fotógrafos e amantes de fotografia. Cada imagem comprada foi trocada por um donativo a partir de €20, uma receita doada este ano à UNICEF Portugal, com direto destino às crianças ucranianas.

▪ Editorial

O ano de 2022 foi marcado, em termos editoriais, por três grandes acontecimentos: a guerra na Ucrânia, as eleições legislativas antecipadas em janeiro e o Mundial de Futebol. Em menor escala, a realização de eleições gerais em Angola e no Brasil exigiu também uma maior atenção e dispêndio de recursos humanos e financeiros da Lusa.

A cobertura noticiosa da guerra estendeu-se por todo o ano, exigindo um esforço acrescido da redação, sobretudo nos primeiros tempos, em que o grande volume de informação levou à mobilização de jornalistas de outras editorias, que não apenas do Internacional. Esses jornalistas trabalharam não só na redação, como foram também enviados para cobrir localmente a guerra.

Logo em janeiro, a Lusa deslocou um jornalista para aquele país, voltando a fazê-lo em fevereiro, na altura em que a guerra foi desencadeada. Em março e em abril, duas equipas (redator e fotojornalista) foram também enviadas, por cerca de 10-15 dias cada. Em maio, uma nova equipa deslocou-se à Roménia e à Ucrânia e Polónia, acompanhando o primeiro-ministro. Finalmente, em agosto, uma nova equipa foi enviada por uma semana, para cobrir especificamente as visitas do secretário-geral da ONU à Ucrânia e do ministro dos Negócios Estrangeiros português.



A realização de eleições antecipadas, no final de janeiro, mas precedida por uma longa pré-campanha, exigiu também um grande esforço, em particular das secções de Política e País, tanto mais que se realizou em pleno pico de pandemia da Covid-19. O maior número de partidos concorrentes é um fator que já se tinha feito sentir em termos de exigência e disponibilidade dos redatores, mas esse aspeto tornou-se ainda mais evidente na sequência do resultado das eleições de 2022. O fator financeiro também não é despreciando.

Este último aspeto tornou-se particularmente relevante por ocasião da realização do Mundial de Futebol, no Qatar, que obrigou à permanência prolongada de vários jornalistas para cobrir o evento, como também à deslocação de outros, na altura da assistência aos jogos das personalidades políticas mais relevantes. O facto de ter ocorrido num país distante e num contexto de grande carestia, foi especialmente complicado de gerir para a Direção de Informação.

Finalmente, se a realização de eleições legislativas e presidenciais no Brasil, em setembro e outubro, não exigiu um dispêndio acrescido de recursos financeiros [a Lusa tem dois correspondentes permanentes neste país, que cobriram o essencial dos acontecimentos] exigiu, por outro lado, um planeamento rigoroso e antecipado de publicação de peças sobre vários aspetos da realidade brasileira, o que foi feito atempadamente.

Já em Angola, as eleições presidenciais, que se realizaram em agosto, levaram à deslocação para aquele país durante duas semanas do editor da editoria de Lusofonia, pela importância política de que se revestiu o escrutínio.

O ano editorial – além de muitos outros acontecimentos – foi ainda marcado pela parceria realizada com a AICEP para cobrir a participação portuguesa na Expo do Dubai, que foi assinalada pela celebração de um protocolo entre esta agência e a Lusa, ainda que divergências de expectativas quanto à cobertura noticiosa tenham levado à rescisão por mútuo acordo.

De um ponto de vista organizacional, as redações da Lusa em Lisboa e no Porto regressaram às respetivas sedes em 7 de março de 2022, em regime de trabalho híbrido, com três dias presenciais e dois em teletrabalho. O regime tem funcionado sem problemas desde então, permitindo que durante três dias seguidos os redatores trabalhem conjuntamente no mesmo espaço e, ao mesmo tempo, conciliem a vida familiar com as obrigações profissionais. A Lusa respeita as exceções previstas na lei ao trabalho presencial.

A Direção de Informação colaborou também ativamente na realização de duas conferências, uma sobre “As novas ameaças e desafios da Cibersegurança”, a 15 de março, e outra sobre “A energia no novo mapa geopolítico”, a 6 de abril, com oradores destacados nas respetivas áreas. Ambas foram realizadas com a presença de convidados em sala, e ainda *streaming* via Zoom, Facebook e YouTube.

A redação da Lusa foi ainda chamada a participar, no âmbito de parcerias já existentes, no EurÁfrica Fórum (julho de 2022) e nas Conferências do Estoril (setembro de 2022), nomeadamente com a indicação de moderadores e cobertura noticiosa.

Em matéria editorial, destaca-se ainda em 2022 a revisão e atualização do Manual de Edição da Agência, um documento que fixa a orientação editorial e explicita procedimentos para o dia-a-dia, trabalhado pela Direção de Informação/Chefia de Redação e aberto aos contributos dos editores, que foi distribuído a todos os jornalistas em janeiro de 2023.

Com o regresso dos jornalistas à redação foi possível retomar em pleno os estágios curriculares, com um total de 20 estudantes organizados em dois grupos, um a realizar estágio na redação entre fevereiro e junho, e o outro entre outubro e dezembro.



Foi também realizado um estágio com um novo grupo de 12 estudantes de mestrado do curso de jornalismo da Universidade Nova, ao abrigo do protocolo assinado em 2020. O tema escolhido este ano foi “Minorias”.

Além destes, duas estudantes de Comunicação Social cabo-verdianas estagiaram na redação entre março e junho, ao abrigo de um protocolo assinado com a Universidade de Cabo Verde em 2021. As estudantes foram escolhidas pelas classificações obtidas num primeiro estágio, na delegação da Lusa na Praia, que envolveu cinco estudantes.

Ainda no plano da formação, a Lusa venceu em 2022 um concurso para organizar, com o Parlamento Europeu, uma ação de formação sobre assuntos europeus para jovens jornalistas portugueses, ação que se vai traduzir numa série de seminários, cujo primeiro ciclo se realizará em abril de 2023, com a participação de eurodeputados, responsáveis europeus e reconhecidos especialistas e académicos portugueses.

Em 2022, a Lusa desenvolveu o projeto Escola Lusa, para formação em jornalismo, que obteve em novembro a certificação da Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho (DGERT). A Escola Lusa pretende contribuir para a formação de profissionais reforçando valores, princípios, regras e técnicas do jornalismo, no reconhecimento de um trabalho que vem sendo feito nas últimas três décadas, em três áreas específicas: formação interna de jornalistas da redação, formação de jovens estudantes universitários e qualificação de quadros de redações de países de língua portuguesa. Os valores que guiam a formação da Escola Lusa são os mesmos do seu jornalismo: o interesse público, a clareza (escrita simples e direta), o rigor (identificação das fontes, separação entre factos e opiniões), a isenção (autonomia, distanciamento e independência), a pluralidade (neutralidade perante as forças políticas, equilíbrio dos conteúdos), a fiabilidade (garantia de confiança), a tempestividade da informação (divulgação da informação quase em tempo real).

No âmbito de uma parceria com a Priberam, em 2022 a Lusa voltou a participar na iniciativa “O Ano em Palavras” (<https://oanoempalavras.pt/>), que apresenta algumas das palavras mais pesquisadas ao longo do ano no Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, associadas a acontecimentos nacionais e internacionais que se destacaram a nível político, económico, cultural ou social e que foram noticiados pela Lusa.

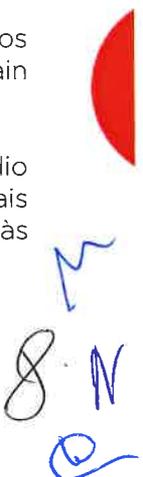
Um dos aspetos a considerar na área editorial foi o “salto” dado na área das redes sociais, onde passou a ser feito um trabalho sistemático de divulgação de informação, que elevou o número de seguidores no Facebook da Lusa para 129.814, no Twitter 285.120, no Instagram 47.890, no YouTube 8.270 e no Instagram da foto 5.151, números aferidos em janeiro de 2023.

Com o investimento da agência no digital, nomeadamente nas redes sociais, a Lusa passou a utilizar, na sua conta do Instagram, o ‘link bio’, recurso que permite a criação, num lugar de destaque, de um ‘link’ (ligação) a ‘sites’, Whatsapp ou qualquer outro canal.

De um ponto de vista tecnológico, iniciou-se um investimento na tecnologia de transmissão TV ‘LiveU’, que permitirá fazer ‘streaming’ e uma transmissão mais rápida das imagens vídeo da cobertura de acontecimentos aos clientes de LusaTV. O objetivo é aumentar a capacidade de resposta da Lusa neste tipo de serviço, respondendo com eficiência às necessidades dos clientes neste segmento de negócio.

Ainda na área tecnológica, a Lusa fez um contrato com a Priberam para a utilização, pelos jornalistas da Lusa a partir de 2023, do sistema de transcrição, tradução e legendagem Plain X, substituindo um motor idêntico, OKO, que foi utilizado nos últimos anos.

Num mundo cada vez mais multimédia, a Lusa investiu em 2022 na conclusão de um estúdio de televisão, na sede da agência, em Lisboa. O estúdio, com recurso à tecnologia mais moderna, como câmaras robotizadas e cenários virtuais, permitirá dar uma nova dinâmica às



entrevistas feitas pelos jornalistas da Lusa. Permitirá, igualmente, a realização de conferências abertas ao público, com 'streaming' e através das plataformas digitais.

Em 2022, a Lusa voltou a publicar o seu Anuário, que recorda, em fotografias e texto, os principais acontecimentos do ano. E, pela primeira vez, o livro esteve à venda nas livrarias portuguesas. Em simultâneo, foi realizada uma exposição itinerante com uma seleção de fotos, em várias lojas Fnac espalhadas pelo país.

Ao nível da inovação, concluiu-se um projeto académico e tecnológico - ContraFake - baseado em inteligência artificial, para apoiar e alertar cidadãos e profissionais da comunicação para ações de desinformação veiculados pelas redes sociais. O projeto foi lançado em 2019, por uma equipa constituída pela Lusa (líder e beneficiária do projeto), pelo INESC-ID, do Instituto Superior Técnico, pelo CNCS - Centro Nacional de Cibersegurança e pela In:know, tecnológica portuguesa sediada em Lisboa.

▪ Produção

Em 2022 a produção editorial da Lusa registou uma diminuição relativamente ao ano anterior, totalizando 267.029 conteúdos noticiosos, cumprindo com as metas contratuais celebradas com o Estado para a produção de conteúdos em formato texto, fotografia e vídeo, como se pode ver nos quadros seguintes, e traduzindo-se numa média diária de produção de 732 conteúdos jornalísticos.

O nível da produção em 2021 resulta, também, da cobertura da presidência portuguesa do Conselho da União Europeia (PPUE), com um total de 9.474 conteúdos produzidos (fotográficos, texto, em inglês e de agenda), e de grandes eventos de 2020 que foram adiados para 2021, nomeadamente os Jogos Olímpicos e o Euro 2020.

Importa referir que a produção editorial, comparativamente a 2019, o ano pré-pandemia, regista um aumento de 7,3%.

Tipo de Conteúdo	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Foto	48 876	51 612	49 727	47 818	53 287	49 365
Áudio	10 748	11 132	11 552	9 226	11 076	10 026
Misto	1 629	2 063	1 817	2 009	1 883	2 079
Texto (Todos os Géneros)	168 524	170 105	179 851	210 209	217 758	199 573
Vídeo	5 314	5 858	5 945	6 814	6 580	5 986
Total	235 091	240 770	248 892	276 076	290 584	267 029

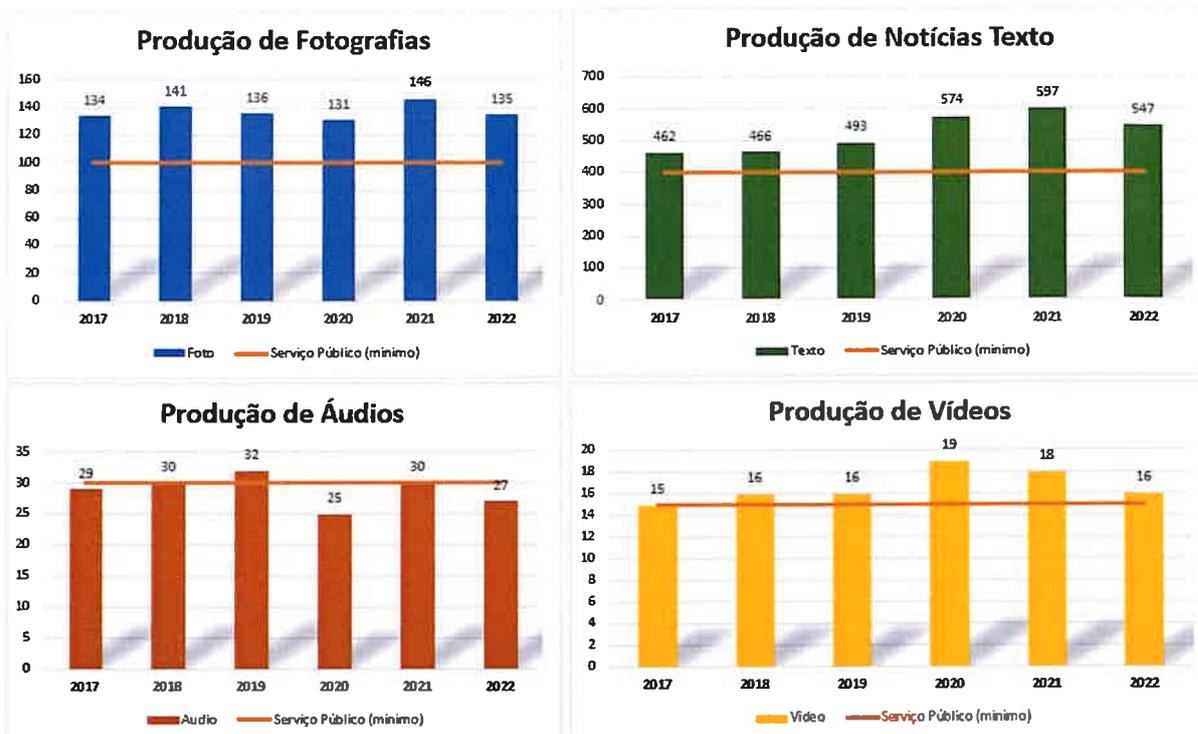
Tipo de Conteúdo	Média Diária						Contrato Serviço Público
	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2022/2027
Foto	134	141	136	131	146	135	Min. 100
Áudio	29	30	32	25	30	27	Min. 30
Misto	4	6	5	5	5	6	-
Texto (Todos os Géneros)	462	466	493	574	597	547	Min. 400
Vídeo	15	16	16	19	18	16	Min. 15
	644	660	682	754	796	732	-

Média Diária de Produção

Relativamente à prestação do Serviço Público, a Lusa ultrapassou os mínimos exigidos no Contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público, celebrado com o Estado, para a produção de conteúdos em formato texto, fotografia e vídeo. Relativamente aos conteúdos em formato áudio, não foi possível cumprir os mínimos contratuais. Apesar da produção de áudio ter ultrapassado o nível mínimo em janeiro, setembro, outubro e novembro de 2022, tal não se verificou nos restantes meses, o que pode



ser justificado, sobretudo, pelo impasse de quase dois meses na posse do novo Governo, que teve como consequência uma quebra noticiosa geral da atividade do país, e a produção de notícias sobre a guerra na Ucrânia, que dominou noticiosamente os primeiros meses do ano, não se ter traduzido no correspondente aumento na produção de conteúdos de áudio.



O quadro seguinte reflete a produção noticiosa da Agência em 2022*, segundo a classificação temática do IPTC (International Press Telecommunications Council).

Temas	Foto	Áudio	Story	Texto	Vídeo	Total	%
Política	21 947	6 863	242	109 292	2 783	141 127	25%
Economia, Negócios e Finanças	5 825	4 093	155	80 267	2 112	92 452	16%
Sociedade	3 266	2 906	175	53 461	1 164	60 972	11%
Desporto	17 766	1 021	538	33 110	1 035	53 470	9%
Guerras e Conflitos	2 788	1 037	86	34 702	1 399	40 012	7%
Saúde	1 555	1 661	41	28 582	659	32 498	6%
Crime, lei e justiça	1 228	942	20	28 613	465	31 268	5%
Artes, Cultura e Entretenimento	5 505	898	391	14 936	455	22 185	4%
Acidentes e Desastres	2 107	556	79	12 373	342	15 457	3%
Ambiente	1 505	770	54	12 443	294	15 066	3%
Trabalho	1 351	699	10	8 855	196	11 111	2%
União Europeia	216	556	0	8 485	335	9 592	2%
Interesse humano	1 199	289	74	6 808	205	8 575	2%
Educação	1 311	418	26	6 256	119	8 130	1%
Estilo de Vida e Lazer	388	282	12	5 989	80	6 751	1%
Meteo	860	263	101	4 946	161	6 331	1%
Ciência e tecnologia	641	173	9	4 535	86	5 444	1%
Religião	762	144	106	3 317	170	4 499	1%
Agenda	355	0	0	2 575	1	2 931	1%
Igualdade de Género	42	32	1	606	22	703	0%
Total	70 617	23 603	2 120	460 151	12 083	568 574	

* Tendo em conta que a mesma notícia pode ser classificada em vários temas, o número de trabalhos distribuídos ultrapassa os números de produção

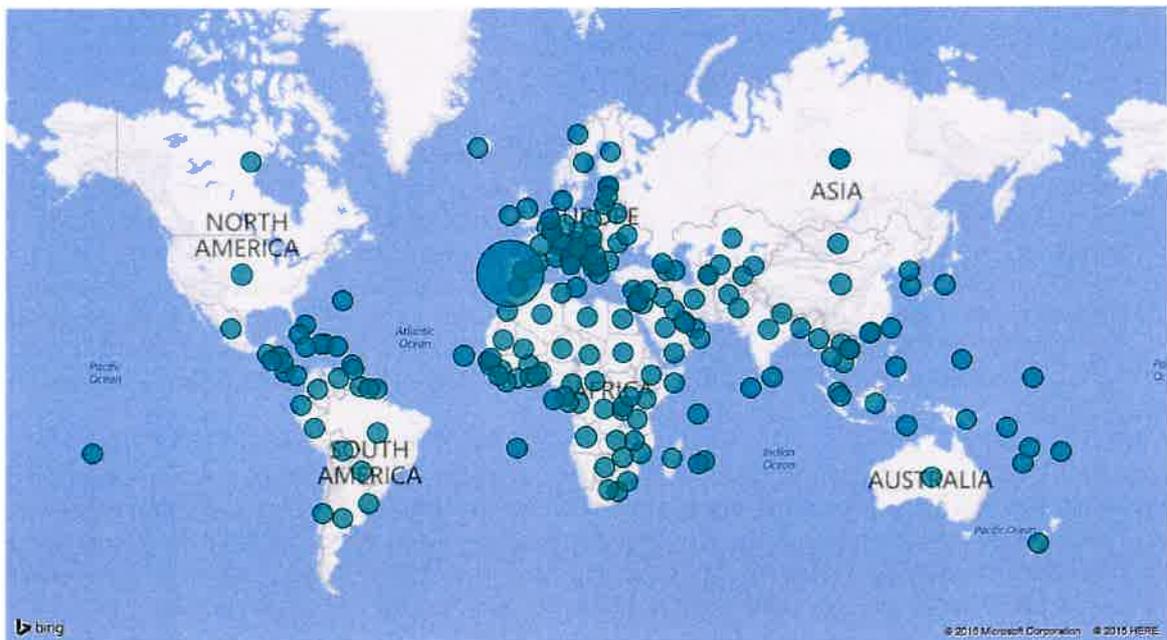
J. M. P. N.

No conjunto dos conteúdos distribuídos pela Lusa destacam-se os textos que abordam temas de Política, nacional e internacional (25%), Economia, Negócios e Finanças (16%), Sociedade (11%), Desporto (9%) e Guerras e Conflitos (7%). Em conjunto, representam 68% dos textos noticiosos. Com estas percentagens mantém-se a estabilidade do fio noticioso.

Total de Produção por Temas em 2022

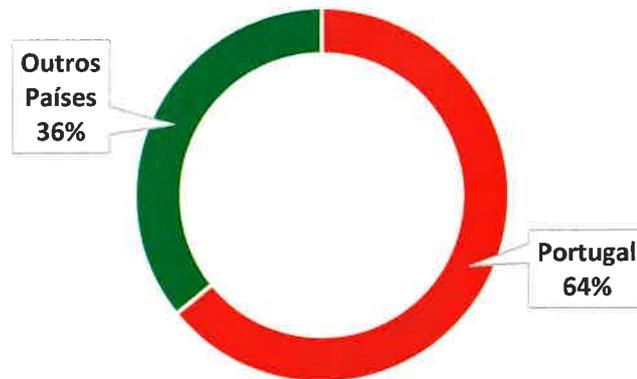


Em 2022, a Lusa cobriu 201 Países, distribuídos pelos 5 Continentes, como se pode ver no Mapa seguinte, sendo que dos conteúdos produzidos 64% são relativos a Portugal e 36% a outros países.



Handwritten signature and initials in blue ink.

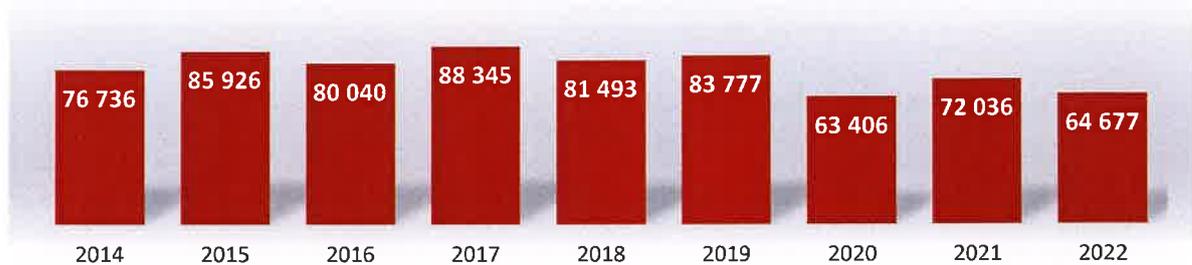
Na análise da produção noticiosa sobre outros países, que não Portugal, é fácil perceber o esforço da Agência para seguir o dia-a-dia dos países, territórios e comunidades de língua portuguesa, além, claro está, do acompanhamento obrigatório dos principais parceiros políticos e económicos de Portugal e dos principais protagonistas da política internacional.



▪ Agenda

Durante o ano de 2022, foram registados 64.677 eventos de Agenda, o que representa uma média diária de 177 eventos.

Eventos da Agenda



▪ Atividade comercial

No seguimento do que já havia sido registado no ano transato, e este ano como impacto direto da guerra da Ucrânia, 2022 manteve-se como um ano marcado pelas dificuldades na sustentabilidade das empresas, em especial da Comunicação Social, a principal fonte de receitas próprias da Lusa. As receitas provenientes da circulação, que eram já tendencialmente decrescentes, foram profundamente afetadas pelo agravamento dos preços do papel, a acumular a outros fatores que ocorrem desde há alguns anos, nomeadamente transição dos conteúdos e dos hábitos dos consumidores para os suportes digitais, e redução dos investimentos em publicidade (tanto nas edições impressas como no digital).

Em 2022, os segmentos que registaram perda de receita face ao ano anterior, foram os Clientes Institucionais, as Empresas e os Grandes Órgãos de Comunicação Social (GOCS). O segmento de Outros registou um crescimento de mais de 300% face ao ano anterior, devido à implementação de uma solução de varrimento de uso indevido de imagens Lusa (FairLicensing) que tem gerado receitas em Clientes não encarteirados.

Em conformidade com os anos anteriores, a Lusa manteve a segmentação da sua atividade comercial nas seguintes áreas de negócio:

- a) Grandes Órgãos de Comunicação Social (GOCS);
- b) Pequenos Órgãos de Comunicação Social (POCS);
- c) Empresas;
- d) Clientes institucionais;
- e) Grande Público / Outros;
- f) Mercado Externo.

Em 2022, em linha com o orçamentado pela Lusa para o exercício e contrariando a tendência de aumento de receitas próprias, verificada desde 2018, a Lusa gerou receitas próprias totais no valor de €3.788.971, representando um decréscimo de €117.626 (-3,0%) face a 2021. O Mercado Nacional contribuiu com 85,6% das receitas próprias (face a 86,3% em 2021), valores e tendência muito semelhantes ao registado desde 2017, contribuindo o negócio Externo com 14,4% das receitas próprias (face a 13,7% em 2021).

N E G Ó C I O S	2021	2022	Variação 2022/2021	
			Valor	%
GRANDES ÓRGÃOS DE C. SOCIAL	1 968 671	1 921 900	-46 771	-2,4%
PEQUENOS ÓRGÃOS DE C. SOCIAL	361 254	376 002	14 748	4,1%
EMPRESAS	334 832	327 849	-6 982	-2,1%
INSTITUCIONAL	704 712	610 392	-94 319	-13,4%
GRANDE PÚBLICO	0	0	0	0,0%
OUTROS	1 978	8 359	6 381	322,5%
MERCADO EXTERNO	535 150	544 468	9 318	1,7%
Total	3 906 597	3 788 971	-117 626	-3,0%

(Euros)

O decréscimo das receitas próprias em 2022 resulta essencialmente de:

- Decréscimo da receita dos GOCS, proveniente de renegociações em baixa e de rescisões neste segmento;
- No segmento Institucionais, pelas receitas extraordinárias em 2021 provenientes do projeto PPUE.

O ano de 2022 continuou a registar grande polarização das tendências - decréscimo acentuado ou crescimento acentuado de receitas, acompanhado por uma consistente pressão de renegociação em baixa dos contratos existentes, com especial destaque para o segmento da Comunicação Social, nomeadamente os GOCS, que regista sustentadas variações em baixa desde 2016, e cujo agravamento é expectável que se mantenha, por via de renegociações em baixa por parte de Clientes deste segmento, ou mesmo rescisões de serviços. Pode observar-se uma tendência decrescente nas receitas próprias dos GOCS que registou em 2022 a sua receita mais baixa desde 2019.

No seguimento das campanhas de angariação de 2021, como resultado da dimensão dos novos projetos no mercado da Comunicação Social, e ainda como resultado direto do projeto FairLicensing (que identifica utilizações indevidas de fotografias da LUSA), em 2022, o segmento de POCS registou um aumento de 4,1% face ao ano anterior, uma tendência que se regista desde 2019.

Depois de, em 2020, o segmento Empresas ter invertido uma tendência de perdas (com crescimento de 6%) voltou a registar perdas em 2021, de 12,5% face ao ano anterior, e em 2022, de 2,1% face a 2021.



O Mercado Externo estabilizou a sua tendência de perdas desde 2019, registando um crescimento em 2022 de 1,7% face a 2021.

A diminuição de 13,4% ocorrida em 2022 no segmento Institucionais deveu-se, sobretudo, às receitas extraordinárias resultantes da PPUE em 2021, ainda assim, registou-se um maior valor de faturação face aos anos 2019 e 2020.

Tal como anteriormente referido em "Grandes Eventos", o ano de 2022 não permitiu uma maior efetivação de receitas por via dos Encontros Lusa (denominação para grandes conferências e workshops, sob a forma de patrocínios). Ainda assim, continua a ser objetivo da Lusa a obtenção de receitas próprias desta natureza.

Os Clientes Lusa em Números

- **Subscritores pagantes e ao abrigo do Contrato de Prestação de Serviço Público com o Estado Português**

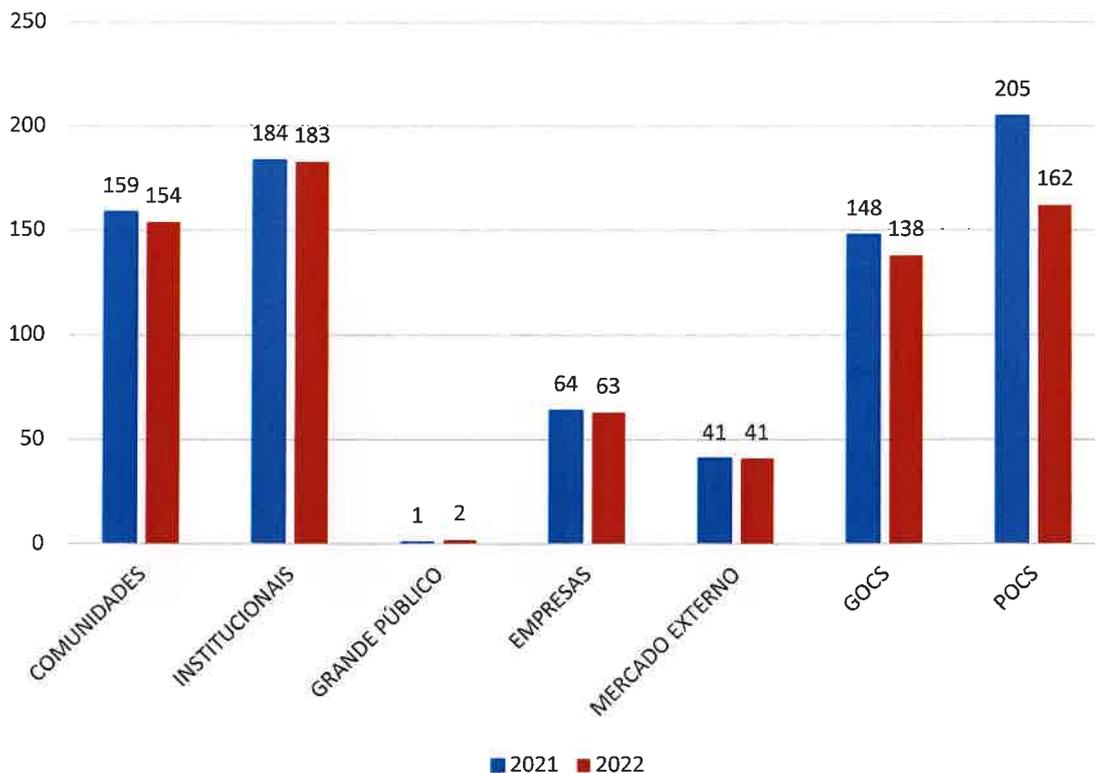
De acordo com os anos anteriores, em 2022 a Lusa manteve a segmentação dos seus serviços – isto é, os serviços prestados pela Lusa dividem-se em 13 grandes categorias – Alertas, Temáticos, Notícias de texto, Agenda, Fotografia, Serviços Especiais (Info3E e Agenda Financeira que se encontram em pausa de oferta para Clientes, mas que continuam em sistema), Arquivos, Newsletters, Vídeo, Títulos, SMS, Infografias e Áudio.

Em 31 de dezembro de 2022 a distribuição do total de Subscritores (pagantes ou ao abrigo do Contrato de Prestação de Serviço Público com o Estado Português) era a seguinte:

Subscritores	2021	2022
COMUNIDADES	159	154
INSTITUCIONAIS	184	183
GRANDE PÚBLICO	1	2
EMPRESAS	64	63
MERCADO EXTERNO	41	41
GRANDES ÓRGÃOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	148	138
PEQUENOS ÓRGÃOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	205	162
Total	802	743

Cada subscritor pode ter mais do que uma subscrição, isto é, pode subscrever mais do que um serviço em simultâneo. Os subscritores dos serviços Lusa, em 2022, totalizaram 743, registando um decréscimo de 7,4%, causado pelas naturais oscilações nos Clientes (nomeadamente desativações). Este valor é já líquido de todas as ativações e desativações de subscritores e ainda de suspensões de serviço.

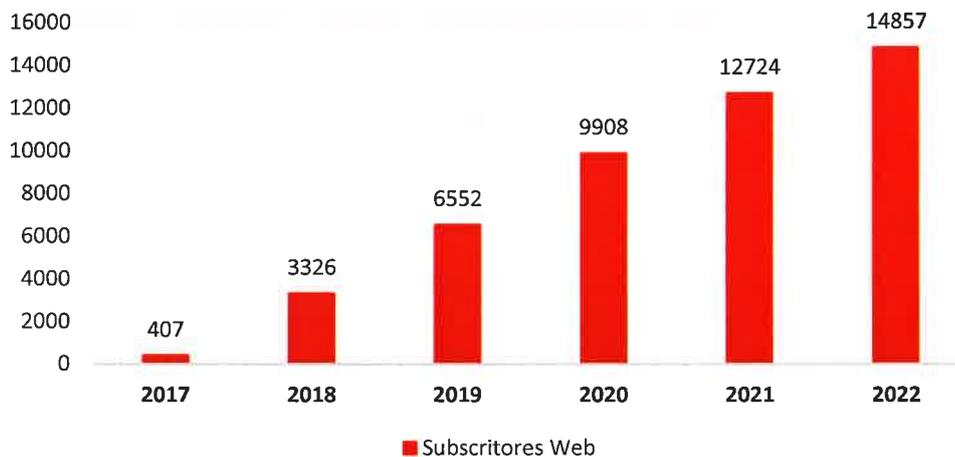
Embora tenhamos assistido a um decréscimo em todas as categorias de Clientes (à exceção do Grande Público) em 2022, a ponderação das mesmas face ao total alterou-se: as Comunidades passaram de 19,8% em 2021 para 20,7% em 2022, e os Institucionais passaram de 22,9% em 2021 para 24,6% em 2022.



▪ Subscritores Web

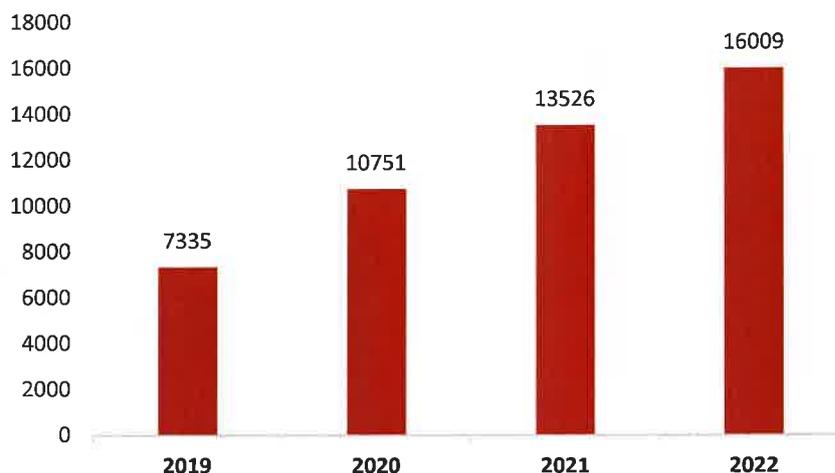
Desde o seu lançamento, em 2017, que os “Subscritores Web” têm vindo a ganhar sustentada relevância, em especial porque é condição essencial para a visualização de um número finito de notícias por dia, na sua totalidade, assim como para a receção das Newsletters Lusa (boletins diários). De 2021 para 2022, os Subscritores Web registaram um aumento de 16,9%, passando de 12.724 para 14.857. Esta tendência crescente valida a continuidade da prestação ao grande público, por parte do canal digital da Lusa, de conteúdos essenciais para o conhecimento geral, assim como questões que marcam a atualidade nacional e internacional, num registo de rigor, isenção e qualidade.

De notar que as *newsletters* Lusa foram suspensas durante 2022, para serem alvo de uma reestruturação das mesmas, quer ao nível dos conteúdos, quer ao nível da experiência do utilizador.

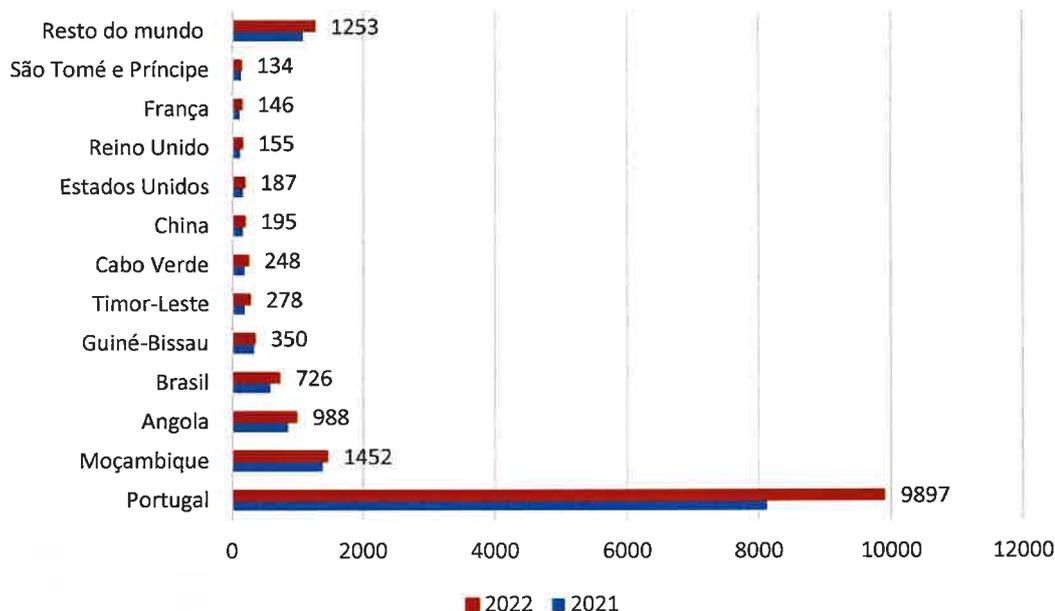


A Lusa no Mundo

Em 2022, à semelhança dos anos anteriores, assistiu-se à tendência crescente do número total de subscritores da Lusa, de 13.526 em 2021 para 16.009 em 2022 (18,4%).



Em consonância com os anos anteriores, Portugal é o país com maior número de subscritores (representando 61,8% contra 60,4% em 2021), seguindo-se Moçambique (9,1% contra 10,2% em 2021), e Angola (com 6,2% contra 6,3% em 2021). Portugal, Moçambique e Angola contribuem, assim, com 76,1% da totalidade dos subscritores da Lusa.



Serviços

O ano de 2022 terminou com um total de 592 serviços ativos (face a 573 em 2021). Face ao ano anterior, regista-se um aumento de 3,3%, explicado essencialmente pela criação de serviços de alertas no LUNA Comercial (plataforma que gere os serviços a ativar).

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'MA' and 'J.N.', are present in the bottom right corner of the page.

Total de Serviços por Categoria de Serviço

Categoria	2021	2022
Alertas	194	213
Temáticos	113	114
Notícias de Texto	125	127
Agenda	38	39
Fotos	18	17
Serviços Especiais	45	49
Arquivo	12	12
Newsletters	11	4
Vídeo	11	11
Infografia	1	1
Áudio	2	2
Outros	3	3
	573	592

Subscrições

Em 2022, os Subscritores Lusa totalizaram 2.816, registando um decréscimo de 5,5% face ao ano anterior. Operacionalmente, as oscilações de subscrições até +/-5% não são consideradas relevantes para o universo total; este ano o facto de não registarmos Serviços Especiais justifica esta alteração. Esta tendência decrescente no total de subscrições também já era vigente no ano passado face a 2020.

Num registo de continuidade face aos anos anteriores, a categoria Notícias de Texto contribuiu com 32,8% da totalidade das subscrições no ano (32,5% em 2021), seguida das Newsletters com 22,3% (face a 19,3% em 2021) e dos Serviços de Foto, com 10,6% das subscrições (em 2021 o terceiro lugar pertencia aos Temáticos com 11,8%). Em conjunto, estas três categorias de serviços contribuem com 65,7% da repartição dos serviços.

Total de Subscrições por Categoria de Serviços

Categoria	2021	2022
Notícias de Texto	969	923
Serviços Especiais	31	0
Fotos	312	299
Temáticos	352	285
Newsletters	574	628
Vídeo	184	167
Arquivo	153	134
Alertas	168	166
Agenda	136	113
Audio	98	100
Outros	2	1
	2.979	2.816

▪ Comunicação e Marketing

Em 2022, no âmbito das atividades da área de Comunicação e Marketing, e apesar dos constrangimentos económicos, geopolíticos e de saúde pública, destacam-se as seguintes:

Encontros Lusa e Conferências

- A 15 de março de 2022, a Lusa promoveu o primeiro Encontro Lusa Online do ano, sob o tema "As novas ameaças e os desafios da cibersegurança", com Ana Isabel Xavier (Professora e investigadora universitária), Jorge Bacelar Gouveia (Presidente do Observatório de Segurança, Criminalidade Organizada e Terrorismo) e José Tribolet (Professor jubilado), como oradores convidados e moderação da Diretora de Informação Luísa Meireles.
- A 6 de abril, também sob a égide dos Encontros Lusa Online, a Lusa promoveu o debate "A Energia no novo mapa geopolítico", com Jorge Vasconcelos (presidente da New Energy Solutions), João Manso Neto (CEO da Greenvolt), e Nuno Ribeiro da Silva (presidente da Endesa Portugal), como oradores convidados e moderação de Shrikesh Laxmidas, chefe de redação da Lusa.

Parcerias de Media

- Pelo quarto ano consecutivo, a Lusa foi parceira de Media do EurAfrican Fórum. O evento, realizado nos dias 28 e 29 de julho, com alguns dos principais líderes políticos e empresariais dos dois continentes, sob o tema "Empowering EU-Africa Alliance in times of disruption", o Fórum 2022 procurou explorar o novo mapa geopolítico e geoestratégico mundial e o seu impacto na Europa e em África · Saúde, Educação e Ciência num mundo pós-covid.
- Nos dias 1 e 2 de setembro a Lusa participou mais uma vez como Media Partner no Estoril Conferences (Conferências do Estoril), sob o tema "Rebalancing Our World: A Call To The Purpose Generation". Pelo campus de Carcavelos da Nova School of Business & Economics (Nova SBE), passaram dezenas de líderes mundiais, pensadores e ativistas que falaram para mais de 2.000 participantes presenciais e *online* e ainda para quatro escolas CEMS: Ivey Business School, Aalto University, Universidad de Los Andes e London School of Economics and Political Science.
- Entre 5 e 19 de novembro, a Lusa apoiou a 28.ª edição dos Caminhos do Cinema Português, iniciativa que teve lugar em Coimbra, com a mostra de filmes, realização de colóquios e conferências subordinados à temática da cultura, do cinema e da sua produção.

Outras iniciativas

- Foi dada continuidade à Newsletter Interna SOMOS LUSA, um veículo de comunicação interna que visa mostrar o que há de novo em cada mês, e antecipar também o mês seguinte, reforçando o *employer branding*. Ainda neste âmbito, foi reforçado o desenvolvimento e promoção de parcerias com marcas e serviços que beneficiam os trabalhadores, através de descontos, passatempos, entre outros benefícios.
- Em janeiro, a Lusa, em parceria com a SocialDataLab, disponibilizou uma plataforma dedicada às eleições legislativas de 30 de janeiro - EyeData Legislativas 2022, que permitiu acompanhar em tempo real os resultados, fazer comparações e análises e enquadrá-los numa perspetiva que combina dados políticos, sociais, económicos e culturais.

- Em fevereiro foi apresentada a 9ª edição do Anuário Lusa 2021 em Lisboa, na FNAC do Colombo, e no Porto, no Centro Português de Fotografia. Esta edição, que foi colocada à venda pela primeira vez em livrarias, teve mais de 160 páginas, com 216 imagens dos fotojornalistas da Lusa, que recordaram os principais eventos do ano 2021.
- Associando-se ao Dia Nacional da Igualdade Salarial, comemorado a 13 de novembro, a Lusa, membro do iGen - Fórum Organizações para a Igualdade, associou-se à campanha nacional para a promoção da igualdade salarial, sob o tema "Valor = Salário Por Inteiro Para Trabalho Igual", com divulgação da campanha nas suas redes sociais e ação de sensibilização nos edifícios.
- Em dezembro, e pelo sexto ano consecutivo, a Lusa e a Priberam apresentaram as palavras mais pesquisadas no dicionário *online* em 2022 - duas palavras por mês, cada uma delas ilustrada com uma notícia e uma fotografia Lusa sobre o evento que suscitou a pesquisa.

▪ Inovação/modernização tecnológica

A pressão massificada de informação, a crescente segmentação de clientes, a capilaridade de utilizadores finais, de serviços customizados, a multiplicação de plataformas e de sistemas, a introdução muito rápida de serviços de automatização e de ferramentas de inteligência artificial nas várias fases do processo produtivo, o aumento da presença da «Internet das Coisas» e do reconhecimento de voz em inúmeras atividades comerciais e diferentes dimensões da nossa vida são algumas das forças motoras que se fazem sentir na sociedade e também nos media - e de forma particular no universo das agências de notícias.

Na Lusa, no campo da Inovação e de Novos Projetos, o ano de 2022 ficou marcado, pelas seguintes iniciativas:

1. Disponibilização, para a generalidade dos jornalistas, de um 'set' de ferramentas de inteligência artificial para auxílio às suas tarefas diárias e otimização do seu trabalho corrente. O INA - Intelligent Newsroom Assistant, foi concebido, desenvolvido e testado ao longo dos anos de 2018 e 2019, no âmbito de uma parceria com a Priberam e destina-se a:
 - a) Transcrição automática de entrevistas/registos de som;
 - b) Ajuda à produção (semi-automatização) de *clips* de vídeo e de registos de som;
 - c) Produção semi-automática de legendas em português e inglês.
2. Análise da possibilidade de distribuir e comercializar conteúdos para assistentes de voz, tendo em consideração a prova de conceito efetuada com sucesso e que permitiu criar, testar e validar, em ambiente real, um serviço de atendimento telefónico automático com reconhecimento de voz, associado a um programa de vocalização digital automática de artigos (transformação de texto em voz):
 - a) Leitura e vocalização digital automáticas de textos produzidos pela Lusa;
 - b) Diálogo utilizador/máquina, via telefone, com utilização de uma ferramenta digital capaz de identificar e de entregar, a pedido de voz e de acordo com o solicitado, notícias sobre assuntos gerais e/ou desporto e/ou meteorologia.

Nesta área a Lusa entrou também no projeto Vox-AI, um consórcio liderado pela Defined Crowd dentro do âmbito do PRR que aprofunda as possibilidades de utilização de Text to Speech e Speech to Text.

3. O projeto de investigação denominado «Combate às Fake News» foi concluído. Esta iniciativa permitiu desenvolver várias ferramentas de análise de conteúdos com recurso a Inteligência Artificial bem como desenvolver conteúdos de Literacia Mediática para fazer face às campanhas de desinformação cada vez mais presentes em várias temáticas da sociedade moderna. Este projeto tem por base a candidatura ao Portugal2020, cujo




financiamento foi de €170 mil, sendo o valor total de €299 mil. O trabalho, desenvolvido com a colaboração do INESC-ID (do Instituto Superior Técnico), do CNCS – Centro Nacional de Cibersegurança e da tecnológica portuguesa InKnow, tinha como principais objetivos:

- a) Desenvolver uma ferramenta de inteligência artificial (InfoRadar) que ajude a combater fenómenos de manipulação de informação, através de «análise nutricional» de textos (ficha com grau de subjetividade, percentagem de dados mensuráveis, utilização de linguagem xenófoba, incentivo à violência ou ao ódio, etc.) e utilizando a língua portuguesa;
 - b) Criar um agregador de ferramentas (de terceiros) de combate às *fake news*, tornando-as acessíveis à generalidade dos cidadãos;
 - c) Desenvolver um *site* temático, aberto ao público, dedicado ao combate à desinformação (<https://combatefakenews.lusa.pt/>), com notícias, legislação, estudos e análises, ligações a outros *sites* semelhantes e agregação de ferramentas para análise da veracidade da informação;
 - d) Desenvolver ferramentas de Inteligência Artificial que ajudem a antecipar fenómenos virais de manipulação e a dar contexto a fenómenos de ataque cibernético (ViraLetras e CorreTexto);
 - e) Desenvolver ferramentas de Inteligência Artificial que ajudem a certificar documentos/informação;
 - f) Criar e disponibilizar um guia do Cidadão Ciberinformado.
4. Com o término do contrato com a EzyInsights, a Lusa encontra-se a analisar ferramentas de monitorização de media externos e protótipos desenvolvidos internamente.
 5. A utilização de uma aplicação baseada em inteligência artificial “Text Mining” no sistema editorial, para identificar de forma automática pessoas, instituições e locais referidos nas notícias produzidas pela Lusa, foi outro projeto desenvolvido e testado em anos anteriores e concluído em 2022. Esta ferramenta é de grande importância, uma vez que permite aumentar de forma significativa o número de «etiquetas» associadas a um texto, o que possibilita, por sua vez, classificar de forma mais exaustiva as notícias escritas pelos jornalistas e, dessa forma, realizar pesquisas mais eficazes, segmentar mais a informação existente e multiplicar a possibilidade de serviços noticiosos especializados. No próximo ano irão ser efetuados os primeiros testes sobre conteúdos relacionados da base de dados editorial da Lusa no formato de texto.
 6. A Literacia mediática é um dos vetores estratégicos da Lusa fazendo parte das suas atividades normais através de programas de estágio e como mecanismo para fazer face à crescente desinformação com a qual se debate o setor dos media, ao nível nacional e internacional. A criação, juntamente com o CNCS, do curso do Cidadão ciberinformado, teve um elevado sucesso, atingindo 7 mil inscritos e tendo sido concluído por cerca de 5 mil participantes. No início do ano e no seguimento do curso anterior, no âmbito do projeto ContraFake, foi desenvolvido um módulo adicional ao curso do cidadão ciberinformado que trata, essencialmente, de uma forma muito prática, a análise de conteúdos de media, alertando para técnicas de escrita que podem levar a conclusões com risco elevado de enviesamento.

A Lusa associou-se ao projeto Literacia e Educação para os Media em Linha (LEME) a convite do Ministério da Cultura e do Ministério da Educação. Esta plataforma é um agregador de recursos (por exemplo: vídeo, áudio, jogos, propostas de atividades), disponíveis em linha e prontos a serem utilizados em atividades pedagógicas a desenvolver em contextos formais, não-formais ou informais de aprendizagem com os conteúdos adaptados ao nível dos vários ciclos de ensino.

Também nesta área, a Lusa entrou no Grupo Informal Para a Literacia Mediática (GILM), fazendo parte do Conselho Consultivo, com o objetivo de apoiar atividades de literacia mediática, bem como as literacias que esta compreende, nomeadamente a da informação



e a digital, que representam cada vez mais um vetor estratégico da formação dos cidadãos e um desafio para as políticas públicas educativas, culturais, da comunicação social, da sociedade da informação e da cidadania.

Resultante de uma candidatura internacional, ligada ao EDMO – Observatório Europeu para os Media Digitais - que trabalha sob a alçada direta da Comissão Europeia, a Lusa integra, com mais 23 parceiros liderados pela Universidade de Navarra, o projeto Iberifier desde 1 de setembro de 2021, com um total de financiamento de cerca de €1,5 milhões. Esta equipa ibérica, constituída por doze universidades, cinco organizações de verificação de notícias e agências noticiosas, mais outros cinco centros de investigação multidisciplinar, tem como principais objetivos: a) Mapeamento das características e tendências info comunicacionais presentes no ecossistema mediático ibérico; b) Apoiar o desenvolvimento de tecnologias computacionais para a deteção e prevenção da desinformação; c) Apoiar a verificação e combate à desinformação em território ibérico, reportando fenómenos relevantes à Comissão Europeia; d) Produzir documentos estratégicos sobre a ameaça da desinformação a nível político, económico e social quer para conhecimento público quer para apoio às instituições públicas e privadas nacionais; e) Promover iniciativas de alfabetização mediática e de promoção das literacias digitais junto de jornalistas, bem como de jovens e públicos mais vulneráveis. É nesta última atividade que a Lusa estará dedicada com maior participação. Este projeto terá a duração de 30 meses e com financiamento de cerca de €37 mil, num total de €49 mil. No início de 2023 serão efetuadas ações de formação sobre esta temática para jornalistas e estudantes.

7. Implementação do serviço de alertas por SMS para efeitos de distribuição de conteúdos da Lusa em texto e possíveis mensagens de alerta a clientes, como forma de minimizar impacto de ciberataques. Irá ser testado o envio, também por esta via, de conteúdos noticiosos de maior prioridade, de modo a aumentar a notoriedade, podendo-se converter em novos serviços.
8. Com os ciberataques que a Lusa foi alvo, foi acelerado o processo de migração para *data centers* com risco sísmico mais diminuto e procedeu-se à aquisição de 4 *firewalls* dedicadas. Desde junho, contratualizaram-se serviços de mitigação de ataques de negação de serviço com um parceiro tecnológico da Lusa. Efetuaram-se testes de intrusão à infraestrutura atual, bem como campanhas de sensibilização a ataques de *phishing*.
9. A Lusa, em colaboração com a Google, lançou um novo serviço de conteúdos (Google News Showcase) com disponibilização de notícias em texto para o público em geral que permitirá aumentar a notoriedade da Agência e a disseminação de conteúdos credíveis, factuais e de temas de interesse público que de outro modo não teriam uma visibilidade transversal e com alcance ao público em geral.
10. A Lusa tem vindo a fazer uma forte aposta no digital, não só no seu *site* como nas suas redes sociais, adaptando-se às novas formas de comunicação privilegiadas.

O tempo médio por página no *site* da Lusa aumentou, apesar de se ter registado uma quebra no número de páginas visualizadas. Na distribuição demográfica das visitas ao *site*, destaca-se a população masculina, no escalão etário de 35-54 anos.

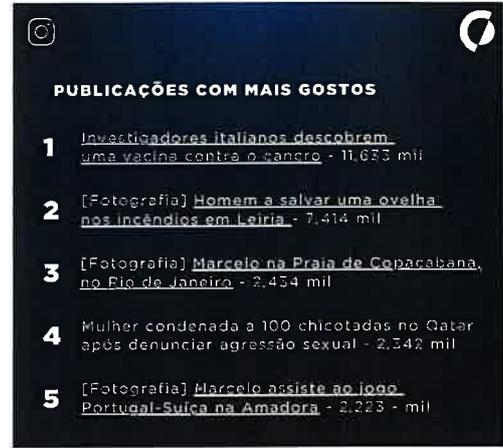




Nas redes sociais, a publicação de notícias e outros conteúdos tem sido efetuada no Twitter e no Facebook através de um mecanismo automático do próprio *backoffice* da Agência (com base no serviço “Noticiário Lusa”), e no LinkedIn e no Instagram de uma forma manual. Como se pode verificar em todas as redes sociais houve um aumento do número de seguidores, com destaque para o Instagram com cerca de 54% de crescimento.

Número seguidores nas redes Sociais da LUSA			
	2022	2021	Varição
	46 940	30 576	53,5%
	283 000	244 000	16,0%
	15 000	12 000	25,0%
	130 000	122 000	6,6%
	8 000	7 500	6,7%

No Instagram, o principal objetivo desde o início foi aproximar a Lusa dos leitores (principalmente do público mais jovem), ao mostrar os diferentes tipos de notícias produzidas pelos nossos jornalistas, com o intuito final de não só trazer mais reconhecimento ao trabalho da Agência, como também de atrair novos clientes. Em 2022, nesta rede, devemos destacar:



Aos poucos a Lusa tem vindo a moldar a sua estratégia digital, analisando as diferentes métricas que permitem saber quais os conteúdos que geram mais interesse e partilha no universo de seguidores. Além do destaque dado aos mais variados assuntos, como os eventos que a Lusa faz cobertura, são privilegiadas pelos utilizadores as publicações que citam alguma personalidade ou que trazem informação concreta sobre determinados assuntos na ordem do dia.

A Lusa está a conseguir criar o seu próprio espaço no mundo das redes sociais, garantido a quem a segue um serviço de jornalismo isento e rigoroso, consolidando assim ainda mais a posição da Agência como o principal fornecedor de notícias. No futuro, o caminho a ser trilhado deve ter como base todas as observações referidas até agora. À medida que as redes sociais da Lusa vão crescendo, a exigência de quem nos acompanha também aumenta. Rubricas específicas semanais, minisséries de *storytelling*, criação de parcerias com os mais jovens para a partilha de conteúdos no Instagram ou entrevistas com políticos no Twitter, diferentes tipos de explicadores, ou ainda aproveitar as ferramentas que as próprias redes nos dão, como a possibilidade de fazer diretos, devem ser equacionadas. Seguindo a estratégia até agora adotada no Instagram, o futuro das

restantes redes passa por um modelo idêntico, mas sempre adequada às especificidades de cada uma. Eliminar os mecanismos automáticos será um dos primeiros passos a ser dado. Graças à produção intensiva da Lusa, não só em texto, mas também em vídeo, fotografia e áudio, as hipóteses de novos conteúdos são quase infinitas, assim como o potencial de crescimento em termos de seguidores.

11. A aceleração de iniciativas de transformação digital ao nível do trabalho da Lusa, fruto do efeito da pandemia e da necessidade de laborar em regime de teletrabalho na maioria das áreas da empresa, foi efetuada com enorme sucesso, através da utilização de plataformas para reuniões remotas, intensificação do uso de portáteis, disponibilidade de mais canais de VPN, atualmente utilizados de forma massiva e rápida por todos os trabalhadores da Lusa. Neste âmbito foi ainda desenvolvida, para os jornalistas da Lusa, uma funcionalidade de acesso a fontes de canais de TV no seu posto de trabalho de uma forma simples e customizada.

Investimentos

Os investimentos efetuados em 2022 ascenderam a €538 mil, representando um decréscimo de 1,1% face ao exercício anterior. Foram realizados investimentos de substituição de equipamentos por obsolescência, de racionalização e reestruturação de processos internos e com o propósito de expansão da capacidade de produção e comercialização da agência.

Neste enquadramento, no exercício de 2022 o esforço de investimento foi aplicado, sobretudo, numa solução de equipamentos de cibersegurança das infraestruturas de rede e sistemas de informação da Lusa, na aquisição e renovação de equipamento fotográfico, na modernização e expansão do parque informático – necessidade que se mantém premente com muitos dos trabalhadores, especialmente jornalistas, ainda em situação de teletrabalho –, e no reforço da área digital e multimédia (tanto a nível de *hardware* como de *software*), incluindo a implementação de ferramentas de automatização de processos de produção, com a aquisição de equipamentos para a realização e transmissão de diretos em TV.

No desenvolvimento de ferramentas de produtividade de apoio ao trabalho, deu-se continuidade à implementação do projeto de distribuição de sinal de TV no posto de trabalho, através do *upgrade* do fornecimento e instalação de uma solução de captura de sinal de TV, transcodificação e distribuição de forma a ficar acessível a todos os postos de trabalho nas instalações da Lusa, ou remotos em VPN – garantindo o acesso dos jornalistas, através de um computador ou telemóvel, aos vários canais informativos e desportivos de televisão –, e do desenvolvimento da solução de planeamento e controlo orçamental, erigida através de ferramentas *Business Intelligence* (BI) de tratamento, análise e reporte de informação financeira. Procedeu-se ainda à implementação do projeto Estúdio Virtual, através da execução de obras de beneficiação do estúdio de gravações existente e da aquisição dos equipamentos e *software* necessários à realização de entrevistas presenciais e remotas com cenografia virtual.

Realizam-se regularmente desenvolvimentos no sistema editorial LUNA (LUSA NewsAsset), incluindo a implementação de novos módulos e funcionalidades e alterações em funcionalidades existentes, e atualizações de outros *softwares* em utilização na Agência. A modernização tecnológica constitui um dos pressupostos definidos contratualmente entre o Estado Português e a Lusa.

Foram realizados ainda vários trabalhos de manutenção e modernização no edifício da sede e nas instalações de delegações que incluíram intervenções pontuais de caráter corretivo e preventivo, por forma a aumentar as condições de segurança e conforto no local de trabalho.

A totalidade do investimento foi financiada com recursos próprios.

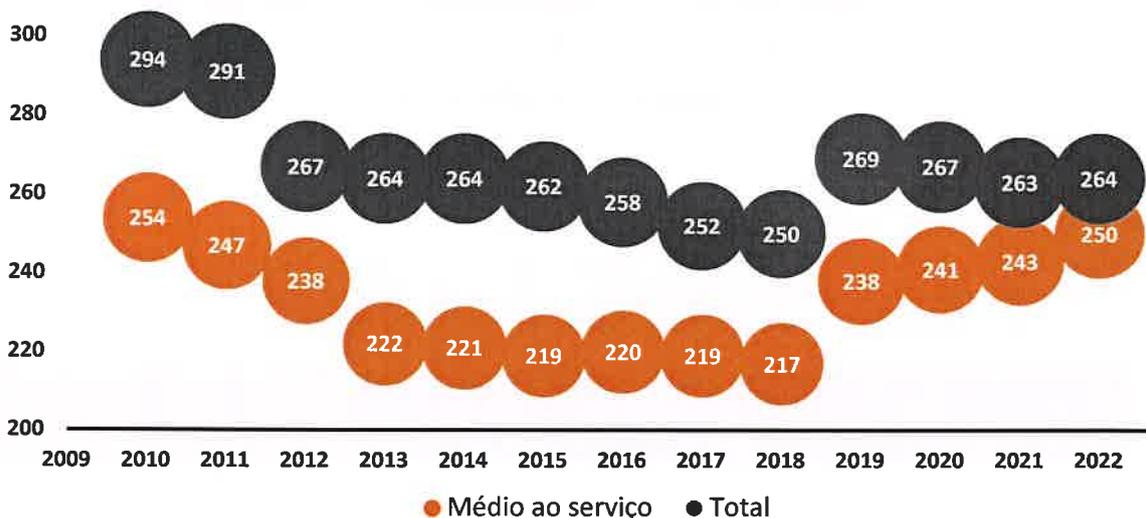



Recursos humanos

Em 31 de dezembro de 2022, o total de efetivos da Agência é de 264, sendo 126 homens (47,7%) e 138 mulheres (52,3%), que compara com 263 no ano anterior (48,3% homens e 51,7% mulheres).

Entre os 264 trabalhadores no quadro de efetivos incluem-se 8 requisitados e 6 trabalhadores de baixa de média / longa duração. O efetivo médio ao serviço foi de 250, que compara com 243 em 2021.

EVOLUÇÃO DO EFETIVO



Do efetivo total, 16,1% dos trabalhadores têm menos de 40 anos de idade (16,0% em 2021), 17,4% trabalham na Lusa há menos de dez anos (24,8% em 2021).

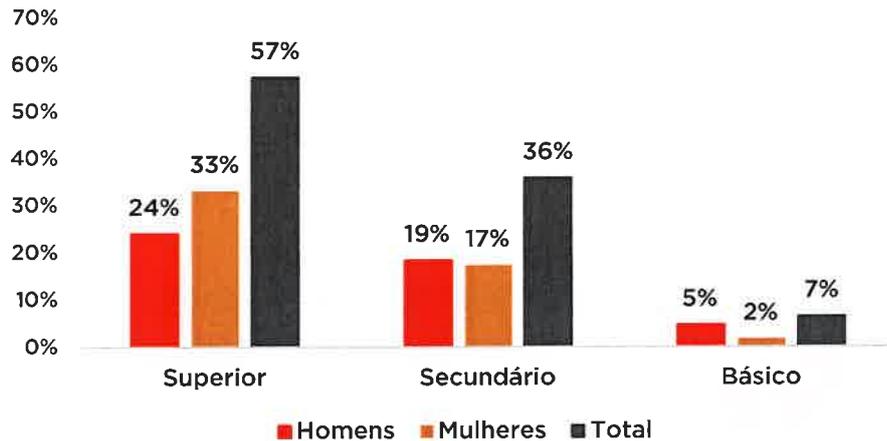
O grupo profissional mais expressivo é o dos jornalistas com 225 elementos, correspondente a 85,2% de todos os trabalhadores, dos quais 218 elementos pertencem ao efetivo ao serviço (216 em 2021), 7 estão requisitados.

Qualificação

No universo de 264 trabalhadores da Lusa, 57,4% têm como qualificações o nível do ensino superior (24,2% do sexo masculino e 33,2% do sexo feminino), 35,9% o nível do ensino secundário (18,5% do sexo masculino e 17,4% do sexo feminino), 6,0% o 3.º ciclo do ensino básico (4,5% do sexo masculino e 1,5% do sexo feminino), e 0,7% (sexo masculino) distribuem-se pelos 1.º e 2.º ciclos do ensino básico.

M. B.
J. M.

Qualificação

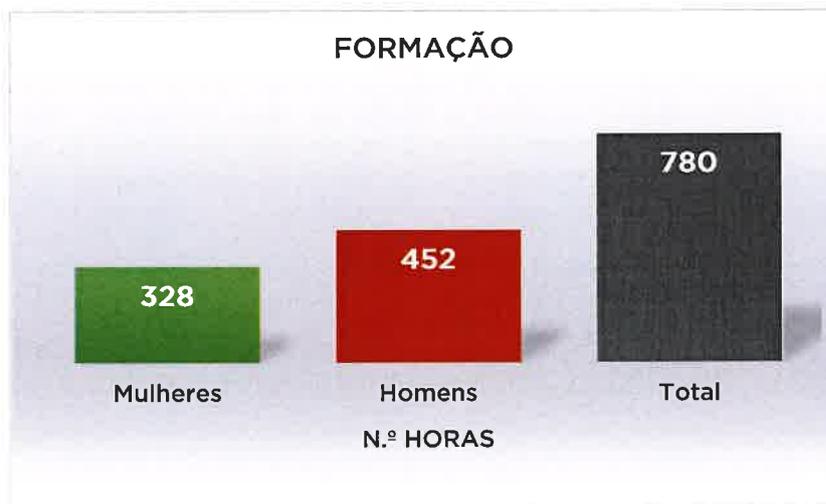


Formação profissional

A formação para a Lusa faz parte integrante da sua estratégia, no sentido de dotar os trabalhadores com competências para fazer face à conjuntura atual de contínua mudança do mercado onde se insere. Em 2022 foram ministradas 780 horas em 6 ações de formação:

Nome da ação de Formação	N.º DE PARTICIPANTES			N.º HORAS		
	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens	Total
Inglês	8	8	16	159	244	403
Master Course em Gestão da Formação	0	1	1	0	128	128
Formação em Data Analytics	8	2	10	160	40	200
Formação em Multi	2	1	3	4	2	6
Formação em Whistleblowing	3	2	5	5	3	8
Fomação Avançada em Cibersegurança	0	1	1	0	35	35
TOTAL	21	15	36	328	452	780

No gráfico seguinte é possível observar a distribuição de horas de formação por homens e mulheres.



Das 780 horas de formação, 328 horas foram ministradas a mulheres e 452 horas a homens.

De realçar ainda que, em 2022, a Lusa manteve o protocolo com a Ciberdúvidas, Conteúdos Multimédia Lda., que garante a formação contínua dos jornalistas em redação de texto jornalístico e a monitorização permanente do fio noticioso da Agência para deteção e correção de quaisquer anomalias.

Ainda em relação à formação, a Lusa deu um passo de extrema relevância nesta área, com a criação da Escola Lusa a qual tem por objetivos a formação interna de jornalistas da redação, de jovens estudantes universitários e a qualificação de quadros de redações de países de língua oficial portuguesa.

Os valores que guiam a formação da Escola Lusa são os mesmos do seu jornalismo: o interesse público, a clareza (escrita simples e direta), o rigor (identificação das fontes, separação entre factos e opiniões), a isenção (autonomia, distanciamento e independência), a pluralidade (neutralidade perante as forças políticas, equilíbrio dos conteúdos), a fiabilidade (garantia de confiança), a tempestividade da informação (divulgação da informação quase em tempo real).

Sustentabilidade

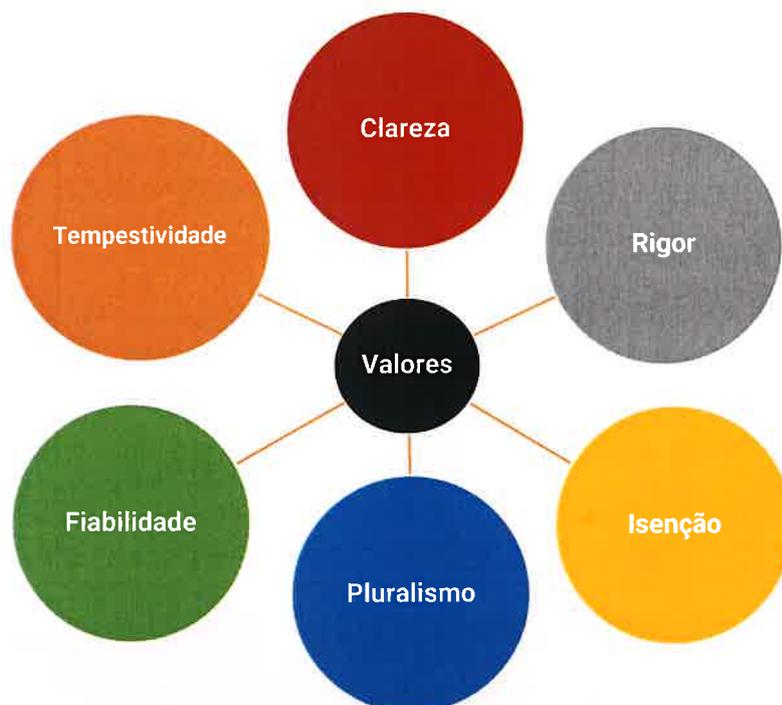


O objetivo deste capítulo de sustentabilidade é apresentar o contributo da empresa rumo ao Desenvolvimento Sustentável conforme definido na Assembleia Geral da ONU em setembro 2015.

A agenda que vai orientar o desenvolvimento das sociedades até 2030 é composta por 17 objetivos (ver imagem anterior ODS), que representam um apelo urgente à ação de todos os países – desenvolvidos e em desenvolvimento – para uma parceria global.

A concretização dos ODS dependerá não apenas do compromisso dos governos, mas também do envolvimento dos cidadãos e empresas.

A sustentabilidade sempre foi uma preocupação da Agência, tendo alguns dos conteúdos sido incluídos em outros relatórios efetuados, nomeadamente no Relatório de Governo Societário. O compromisso da Lusa com a sustentabilidade e com a transparência da sua atividade sempre foi uma marca diferenciadora da empresa não só no seu ramo de atividade como também pelo facto de pertencer ao setor público empresarial do estado. Não é demais relembrar os principais valores da empresa:



Assim, o capítulo aqui desenvolvido é o primeiro contributo da empresa para uma normalização deste tema, que irá ter desenvolvimentos e uma estrutura mais adequada dentro do referencial de normas do Global Reporting Initiative. Apesar disso abordaremos algumas das normas nomeadamente:

- GRI 102: Conteúdos Gerais
- GRI 103: Forma de Gestão
- GRI 201: Desempenho Económico
- GRI 202: Presença no Mercado
- GRI 204: Práticas de Compra
- GRI 205: Combate à Corrupção
- GRI 301: Materiais
- GRI 302: Energia
- GRI 303: Água e Efluentes
- GRI 306: Resíduos
- GRI 307: Conformidade Ambiental
- GRI 308: Avaliação Ambiental de Fornecedores
- GRI 402: Relações de Trabalho
- GRI 403: Saúde e Segurança do Trabalho
- GRI 405: Diversidade e Igualdade de Oportunidades
- GRI 406: Não Discriminação
- GRI 407: Liberdade Sindical
- GRI 410: Práticas de Segurança
- GRI 413: Comunidades Locais
- GRI 415: Políticas Públicas
- GRI 416: Saúde e Segurança do Consumidor
- GRI 417: Marketing e Rotulagem
- GRI 418: Privacidade do Cliente

▪ Políticas prosseguidas com vista a garantir a eficiência económica, financeira, social e ambiental

Ao nível da eficiência energética, a Lusa cumpre as normas de certificação do seu edifício-sede e, nos termos do Decreto-Lei n.º 104/2010, de 29 de setembro, procurou fornecedores alternativos no mercado livre e logrou reduzir a fatura energética ao longo dos anos.

Com vista à redução do consumo energético foram implementadas medidas em conformidade com a indicação escrita na Medida CR2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 82/2022.

Está a ser colocado em estudo a substituição progressiva das viaturas por híbridos, aquando da respetiva renovação dos contratos de aluguer operacional.

A Lusa efetua a contagem de eletricidade consumida pelo contentor das antenas da MEO instalado no terraço do edifício Sede, sendo assim ressarcida do seu custo. No final de 2019 o contrato foi cedido pela MEO à empresa Omtel Telecomunicações. Em dezembro de 2020 deu-se início a um novo contrato entre a Lusa e a Omtel que vigora até novembro de 2035. Em 2022 foram instaladas antenas com tecnologia 5G.

No capítulo da segurança do trabalho, encontram-se implementadas medidas de autoproteção tanto na Sede da Lusa, em Lisboa, como nas instalações da delegação do Porto, de acordo com o DL n.º 224/2015, nomeadamente a certificação por parte ANPC da implementação de medidas autoproteção (MAP), medidas de segurança contra incêndios e fenómenos sísmicos em locais de trabalho e o manual de medidas de autoproteção aprovado pela ANPC. Adicionalmente, estão a ser implementadas medidas de correção e melhorias conforme cronograma proposto pela Lusa e aprovado pela ANPC e alteradas algumas estruturas do edifício de modo a estar em conformidade com as MAP. Desde 2018, foram dadas ações de formação de 1.ª intervenção tanto em Lisboa como no Porto e foram executados dois simulacros no Porto, prevendo-se realizar um simulacro geral em Lisboa em 2023, agora que foram levantadas todas as restrições sanitárias.

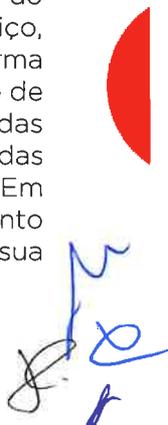
Em 2022 a Lusa implementou um modelo híbrido de trabalho, com teletrabalho às segundas e sextas-feiras, e passou a fazer os piquetes da noite e de fins de semana e feriados também em teletrabalho.

Tal como em 2021, em novembro de 2022 a Lusa voltou a promover uma ação de vacinação antigripal, uma medida útil aos trabalhadores e à empresa, contribuindo para diminuir os casos suscetíveis de se confundirem com possível contaminação da covid-19.

▪ Formas de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial

Política de responsabilidade social e de desenvolvimento sustentável e dos termos do serviço público prestado, designadamente no âmbito da proteção dos consumidores

A Lusa procedeu, em 2022, ao Inquérito de Satisfação junto dos seus clientes, relativo ao serviço público de 2021, com questões relacionadas com a qualidade do serviço, nomeadamente em termos da sua assistência comercial, assistência técnica, plataforma eletrónica *online* e serviços noticiosos propriamente ditos utilizando a Grelha de Inquérito de Satisfação aos Clientes. A Grelha, já usada no ano anterior, tem em vista a atualização das questões, e a obtenção de feedback mais elaborado, em especial naquelas avaliadas negativamente e ainda nas que visam o futuro dos produtos e serviços da Agência. Em resumo, o Inquérito de Satisfação aos Clientes Lusa promove a igualdade de tratamento entre Clientes pagantes e não pagantes, sendo ambos os segmentos chamados a dar a sua



opinião e visão sobre os produtos e serviços da Agência, a afinação de conceitos e introdução de mais oportunidades de os Clientes elaborarem as suas respostas (perguntas livres). De referir que o universo total de subscritores avalia, em média, muito satisfatoriamente os serviços da Lusa.

Em 2022 foi dada continuidade ao protocolo em vigor com a Associação CAIS através da cedência de fotografias, notícias e reportagens, da colaboração na produção de conteúdos da revista CAIS (impresa e online), bem como da divulgação dos seus projetos e atividades.

A Lusa, em parceria com a DELL, lançou a iniciativa de renovação de equipamento obsoleto para posterior doação a entidades de cariz social.

A Lusa é membro do Compromisso de Pagamento Pontual a fornecedores, sendo parte ativa deste movimento de responsabilidade social que promove uma cultura de pagamento no prazo e potencia a competitividade da economia portuguesa que atualmente já inclui mais de 1500 entidades de vários quadrantes da economia portuguesa. O principal objetivo deste movimento é chamar a atenção para os efeitos nefastos na economia portuguesa onde cerca de 80% das empresas não cumpre com os seus prazos de pagamento, gerando ineficiência económica, desemprego e desincentivando a concorrência.

Durante o ano de 2022 manteve-se o apoio às atividades do Clube Lusa.

Políticas adotadas para a promoção da proteção ambiental e do respeito por princípios de legalidade e ética empresarial, bem como regras implementadas com vista ao desenvolvimento sustentável

Em termos de desenvolvimento sustentável, para além das medidas referidas no ponto 2 deste capítulo, a Lusa adota políticas operacionais de eficiência energética e económica e de proteção ambiental, nomeadamente, no que se refere a:

- Periódica verificação da qualidade do ar e da água da rede pública das instalações da sua sede. De realçar que com a situação de pandemia a Lusa implementou um plano de manutenção mais frequente bem como reviu todos os equipamentos do sistema de climatização ao nível de substituição ou reparação dos mesmos;
- Recolha, tratamento e reciclagem seletiva de resíduos, nomeadamente à separação de lixos orgânicos, papel e cartão, plástico e metal, vidro e pilhas e baterias;
- Redução do consumo de papel, para impressão ou fotocópia, e utilização de papel reciclado. A Implementação do portal de trabalhador permitiu a marcação de férias e a realização da avaliação de desempenho sem o uso de papel;
- Redução do consumo de plásticos, nomeadamente em copos para máquinas de água e café e em água engarrafada. Adicionalmente e como forma de eliminar o consumo de água em garrafas de plástico foram adquiridas garrafas de vidro para todos os trabalhadores e para todas as salas de reunião evitando assim a aquisição de garrafas de água de plástico;
- Utilização de equipamentos de tratamento e purificação de água canalizada, servindo igualmente o consumo diário de água pelos trabalhadores;
- Reciclagem de material eletrónico, nomeadamente informático e fotográfico, através da sua venda a preços simbólicos aos trabalhadores interessados ou recolha para sucata eletrónica, em respeito das normas ambientais em vigor;
- Reciclagem de mobiliário de escritório, com a doação a escolas ou IPSS;
- Redução do consumo de eletricidade, através da substituição de toda a iluminação por lâmpadas de baixo consumo (LED), da programação da iluminação exterior e das zonas interiores comuns ou da utilização, sempre que exequível, de máquinas com função *stand-by*, com resultados visíveis nos gastos com energia elétrica;
- Redução do consumo energético e aumento da eficiência térmica, com a substituição da Bomba de Calor, da Unidade de Tratamento de Ar Novo, equipamentos instalados no terraço do edifício;



- Diminuição do desperdício de água canalizada, com a substituição de torneiras convencionais por doseadoras e temporizadoras.
- Remodelação no sistema de climatização dos pisos 1 e 2 com a redução de equipamentos de ventilo-convectores, reduzindo o consumo energético, mas mantendo o conforto térmico;
- Remoção de todos os tetos falsos nos pisos 1 e 2 de modo a dar mais amplitude aos espaços;
- Substituição de todos os estores nos pisos 1, 2 e 3 por estores em PVC de modo a tornar os pisos mais confortáveis em termos de luminosidade como em termos de consumos energéticos mais vantajosos uma vez que isolam melhor a luz exterior para o interior dos pisos;
- Foi substituído o equipamento de ar condicionado da receção por um equipamento independente para uma melhor eficiência energética, permitindo desligar durante grande parte do tempo a bomba de calor e o *Chiller* instalados no piso -1;
- Promoção da partilha de viaturas nas deslocações em serviço dos jornalistas e outros trabalhadores para diminuição consumos de combustíveis;
- Prevê-se a substituição da frota operacional e não operacional da Lusa por viaturas híbridas;
- Implementação de medidas e campanha de sensibilização para a utilização mais eficiente de água, materiais, equipamentos, aparelhos de climatização e iluminação.

Em termos de qualidade do ar nas suas instalações, a Lusa opera um sistema de tratamento (insuflação de ar tratado e extração de ar viciado), garantindo assim uma boa qualidade do ar do edifício da Sede. A empresa procede também a uma verificação regular da qualidade do ar interior (QAI) do edifício, através de empresas certificadas. De igual forma, é efetuada a monitorização da qualidade da água canalizada, através de análises periódicas em diversos pontos de recolha de amostra.

Ao nível do tratamento e reciclagem, a Lusa segrega os resíduos produzidos em recipientes próprios para papel, vidro, plástico, baterias, tinteiros e lixo orgânico. O vidro e o plástico, bem como o lixo orgânico, são depois levantados pelos serviços camarários. O papel é levantado por um reciclador específico. As baterias são entregues pela empresa num local de reciclagem. Toners e tinteiros são recolhidos pela empresa que presta serviços de impressão à Lusa. Lâmpadas e outro material elétrico a destruir são entregues regularmente num local de reciclagem. Sempre que necessário, os equipamentos eletrónicos obsoletos são também enviados para reciclagem. Os filtros e outros consumíveis do sistema de climatização são reciclados pela empresa que faz manutenção do sistema nas instalações da Lusa.

No que respeita ao consumo de eletricidade, o sistema de iluminação do edifício foi modificado com a utilização de lâmpadas LED (cerca de 1200 unidades), tendo o investimento efetuado sido recuperado no ano seguinte, através da poupança no consumo de energia elétrica, para além de garantir uma maior sustentabilidade ambiental. Foram ainda instalados sensores de movimentos nas escadas de serviço e nos wc do edifício de modo a não haver desperdício de energia com iluminação acesa desnecessariamente.

Com o modelo híbrido de trabalho adotado na Lusa foram reorganizados os horários de funcionamento da iluminação interior e exterior do edifício e dos equipamentos de climatização, no âmbito da execução do Plano de Eficiência ECO.AP2030, elaborado em 2022, que dá cumprimento ao previsto na Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º 104/2020, de 24 de novembro, que aprova o Programa de Eficiência de Recursos na Administração Pública para o período até 2030, e em cumprimento da RCM n.º 82/2022, de 27 de setembro, que procede à definição de medidas preventivas que permitam fazer face à atual situação e a eventuais disrupções futuras, tendo sempre em vista a garantia da segurança do abastecimento de energia. Foram ainda alterados os horários de iluminação dos reclames luminosos exteriores.



Nos últimos anos a Lusa tem vindo a fazer investimentos de melhoria de eficiência energética e operacional, modernizando assim os equipamentos que se encontravam obsoletos ou avariados e remodelando as instalações dos seus edifícios. De realçar a substituição de uma nova unidade de tratamento de ar novo (UTA), com o objetivo de melhoria da qualidade do ar interior do edifício, a renovação do Chiller e a substituição da bomba de calor e do Grupo Gerador do edifício. Foi implementado um sistema de gestão técnica centralizada dos sistemas de AVAC e de iluminação, na sequência da elaboração de um projeto de execução de climatização do edifício da sede da Lusa. Estes equipamentos são imprescindíveis a obtenção de condições de conforto térmico necessárias ao cumprimento do Decreto-Lei n.º 243/86, de 20 de agosto, que aprova o Regulamento Geral de Higiene e Segurança do Trabalho nos Estabelecimentos Comerciais, de Escritório e Serviços, nomeadamente os seus artigos 11.º a 13.º, relativos a condições de temperatura e humidade.

A Lusa mantém os procedimentos básicos de sustentabilidade, baseados nos 5R (Reduzir, Reciclar, Reutilizar, Repensar e Recusar), por forma a reforçar as políticas que, entretanto, foram desenvolvidas, sobretudo ao nível do consumo energético e de papel e da reciclagem. Tem igualmente participado nos *workshops* promovidos sobre a matéria, nomeadamente no workshop promovido pelo ESPAP, “SNCP e novos desafios para economia sustentável”. Neste âmbito a LUSA no final de 2021 aderiu ao BCSD em Portugal que é uma associação privada sem fins lucrativos, vinculada ao World Business Council for Sustainable Development (WBCSD), com sede em Genebra, Suíça, e que na sua jornada para a sustentabilidade se foca entre outros tópicos na neutralidade carbónica, biodiversidade e capital natural, cadeia de valor, economia circular, *sustainable finance* e Cidades Sustentáveis e os principais objetivos são:

- Divulgar os princípios que caracterizam o desenvolvimento sustentável;
- Estimular e aprofundar a cooperação entre a comunidade empresarial, os governos e a sociedade civil com vista à promoção do desenvolvimento sustentável;
- Promover ações educacionais e de formação para divulgação dos princípios do desenvolvimento sustentável;
- Executar projetos e estudos de casos que ilustrem e estimulem o desenvolvimento sustentável.
- Participar ou promover noutras iniciativas que contribuam para o desenvolvimento sustentável do tecido empresarial português;

No âmbito da desmaterialização de processos e procedimentos, é prática na Lusa a assinatura digital preferencial de todos os contratos emitidos, e outros documentos procedimentais, como forma de simplificação, flexibilização e transparência do processo e de redução do consumo de papel. No final de 2021, foi elaborado um diagnóstico pela DGLAB - Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, do qual resultou um conjunto de recomendações, com vista à desmaterialização de processos da área administrativa bem como do centro de documentação.

No âmbito do projeto de faturação eletrónica, de acordo com o estabelecido no Decreto-Lei n.º 123/2018, de 28 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 14-A/2020, de 7 de abril, complementados pelo disposto na Portaria n.º 289/2019, de 5 de setembro, que também permite a desmaterialização, já existem 112 clientes aderentes num total de cerca de 400, estando previsto para 2023 a sua conclusão.

Em conformidade com o enquadramento da Lusa e considerando a Lei n.º 93/2021, de 20 de dezembro, que transpõe para o ordenamento jurídico português a Diretiva (UE) 2019/1937 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2019, relativa à proteção das pessoas que denunciam violações do Direito da União Europeia, encontra-se disponível no site da Lusa, o canal que visa dar cumprimento à respetiva lei.

O canal do denunciante visa receber denúncias relativas a alegadas infrações, nomeadamente as questões legais estabelecidas no regime geral de proteção de denunciante (Lei n.º 93/2021), consubstanciando, para este efeito, infração passível de denúncia, qualquer ato ou omissão contrários ao Direito Europeu.



Planos de igualdade com vista a alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres com vista a eliminar discriminações e a permitir a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional

A igualdade de género é um dos pressupostos da estratégia da Agenda 2030 da ONU para o desenvolvimento sustentável, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) n.º 5, e um princípio que se requer imperativo e universal nas modernas democracias ocidentais, dentro das quais Portugal se revê.

A promoção da igualdade de género está, cada vez mais, na agenda da Lusa, que pretende, assim, afirmar-se e distinguir-se por uma orientação de responsabilidade social. Nesse âmbito em 2022 foi elaborado o relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens referente a 2021, disponível em <https://www.lusa.pt/about-lusa/Relatório-da-Igualdade-de-Remunerações-por-Género>. Está previsto para o 1.º trimestre de 2023 a realização de uma formação sobre a problemática do assédio nos locais de trabalho e a realização de um novo inquérito sobre a igualdade do género, à semelhança do efetuado em 2019.

O Plano para a Igualdade do Género, elaborado pela equipa de trabalho da Lusa em parceria com o ISEG, foi aprovado pelo Conselho de Administração em novembro de 2022 <https://www.lusa.pt/about-lusa/plano-para-igualdade-entre-homens-e-mulheres>, estando disponível no *site* da empresa para consulta de todos os trabalhadores. O plano tem um horizonte temporal de 3 anos, e de acordo com o normativo vigente, tem como objetivo criar condições internas para promover a Igualdade de género na empresa nas seguintes dimensões: Missão, valores e estratégia; Formação e desenvolvimento de competências; Progressão e desenvolvimento de carreiras; Proteção na parentalidade; e Comunicação interna e externa. Este plano é complementado pela criação de uma Comissão de Acompanhamento cujo objetivo é promover e garantir a concretização das medidas propostas.

A Lusa enviou o Plano para a Igualdade entre Homens e Mulheres na Agência Lusa para 2023-2024 para a CIG - Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género e para a CITE - Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego a 15 de novembro de 2022, por correio eletrónico, em cumprimento do Despacho Normativo n.º 18/2019, de 21 de junho, que determina os procedimentos para a realização das comunicações a que estão obrigadas as entidades do setor público empresarial, os termos da articulação de competências entre a CIG e a CITE, e a produção de um guião para efeito de elaboração dos planos para a igualdade anuais, nos termos previstos nos artigos 10.º e 11.º da Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto. Em 28 de novembro de 2022 foi enviado para o SIOE - Sistema de Informação da Organização do Estado.

Em 31 de dezembro de 2022, o total de efetivos da Agência é de 264, sendo 126 homens (47,7%) e 138 mulheres (52,3%).

O grupo profissional mais expressivo é o dos jornalistas com 225 elementos, correspondente a 85,2% de todos os trabalhadores, dos quais 218 elementos pertencem ao efetivo ao serviço (216 em 2021), 7 estão requisitados.

A estrutura de quadros de chefias é repartida por 37 homens e 35 mulheres. Em 31 de dezembro, os órgãos sociais, incluindo Assembleia Geral, são integrados por 7 mulheres e 4 homens.

Medidas concretas no que respeita ao Princípio da Igualdade de Género

Conforme referido no ponto anterior a promoção da igualdade de género está, cada vez mais, na agenda da Lusa.



Enquanto empresa do setor empresarial do Estado, a Lusa está também vinculada a um conjunto de obrigações legais e está atualmente a desenvolver um conjunto de atividades que permitam:

- Adotar Planos para a Igualdade entre mulheres e homens, após o desenvolvimento de um diagnóstico interno (Resolução de Conselho Ministros n.º 19/2012);
- Publicar anualmente o Plano, no sítio da Internet e enviar para a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género e a Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego. (Lei n.º 62/2017);
- Elaborar, de três em três anos, um relatório sobre as remunerações das mulheres e dos homens tendo em vista o diagnóstico e a prevenção de diferenças injustificadas naquelas remunerações (Resolução de Conselho Ministros n.º 18/2014);
- Divulgar internamente a informação relativa ao diagnóstico das remunerações das mulheres e dos homens, disponibilizando essa informação no respetivo sítio na Internet (Resolução de Conselho Ministros n.º 18/2014);
- Adotar medidas concretas para eliminar as diferenças identificadas, na sequência do relatório sobre as remunerações das mulheres e dos homens (Resolução de Conselho Ministros n.º 18/2014).

Sendo a igualdade de género um dos eixos estratégicos definidos pela Administração, desde 2017, a Lusa assumiu o compromisso de incorporar os princípios da Igualdade de Género e fortalecer a sua missão de Serviço Público.

Neste âmbito, destacam-se as seguintes atividades:

- Renovação em maio de 2022, do Acordo celebrado, em dezembro de 2017, entre a Lusa e a CITE (Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego), com a adesão ao Fórum iGen (Fórum Organizações para a Igualdade), e no qual a Lusa comprometeu-se a:
 - Assumir uma cultura de reconhecimento da igualdade de género como pilar do desenvolvimento e sustentabilidade;
 - Incorporar os princípios de igualdade entre mulheres e homens num compromisso inequívoco com a promoção da igualdade profissional e com o fim de todos os processos discriminatórios.
- Existência de uma *Task Force*, constituída por elementos de todas as áreas da empresa, com o objetivo garantir o cumprimento dos objetivos definidos e promover as boas práticas nas diferentes dimensões da Igualdade de género.
- No âmbito do fortalecimento da missão de Serviço Público, disponibilização de um Serviço Noticioso sobre a igualdade de género, com destaque na *homepage* do site www.lusa.pt/igen.
- Reforço das políticas de conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal dos trabalhadores e trabalhadoras da Agência, como o incentivo do gozo da licença parental, do estabelecimento de novos protocolos nas áreas da educação, da saúde e do lazer, da oferta do dia do aniversário, a atribuição de dispensa na tarde de aniversário das crianças a cargo (até 12 anos) e a criação de um modelo Híbrido de trabalho, com teletrabalho às segundas e sextas-feiras.
- Elaboração, em 2022, de um Diagnóstico Interno, em colaboração com uma equipa de especialistas do ISEG/IDEFE, bem como o Relatório relativo às remunerações das mulheres e dos homens 2021.
- Elaboração do Plano para a Igualdade entre homens e mulheres na Agência, aprovado em novembro de 2022.

- Associação, como membro do iGen - Fórum Organizações para a Igualdade, à campanha da CITE do Dia Nacional da Igualdade Salarial, assinalada a 13 de novembro, através de diversas iniciativas, incluindo a partilha de materiais institucionais no Edifício Sede (Lisboa) e uma publicação no LinkedIn sobre este tema.



O Conselho de Administração definiu inclusive como objetivo para 2022 a promoção de um amplo debate sobre todas as formas de discriminação, de acordo com os valores intrínsecos da Lusa, e a apresentação de um plano de medidas.

Para além da elaboração em 2022 do Relatório de Remunerações de 2021 e do Plano para a Igualdade do Género para 2023-2024, está previsto para o 1.º trimestre de 2023 um novo inquérito sobre a igualdade do género, à semelhança do efetuado em 2019 e a realização de uma formação sobre a problemática do assédio nos locais de trabalho.

Políticas de recursos humanos orientadas para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo da produtividade

O Conselho de Administração mantém como estratégia o foco em projetos tecnológicos, com equipas de projetos multidisciplinares, em que os trabalhadores são chamados a intervir em áreas de atividade fora do âmbito do seu trabalho específico do dia-a-dia, contribuindo para a valorização profissional, criação de espírito de equipa e motivação pessoal.

Nos últimos dois anos, por via da pandemia, a área da formação teve uma atividade mais limitada, assim, com vista ao enfoque nesta área crucial para empresa e para os seus trabalhadores, foi criado, ainda em 2021, o Gabinete de Inovação e Formação. Foi igualmente criada a Escola Lusa, certificada pela DGERT, e que irá se dedicar numa primeira fase em



fornecer cursos de jornalismo com várias especialidades para jornalistas da Agência e estágios curriculares.

Ainda no plano da formação, a Lusa venceu em 2022 um concurso para organizar, com o Parlamento Europeu, uma ação de formação sobre assuntos europeus para jovens jornalistas portugueses, ação que se vai traduzir numa série de seminários, cujo primeiro ciclo se realizará em abril de 2023, com a participação de eurodeputados, responsáveis europeus e reconhecidos especialistas e académicos portugueses.

Quanto aos estágios, uma atividade regular desde sempre na Lusa, só em abril de 2021 foram retomados, num formato reduzido e por via remota. Um segundo grupo, também reduzido, foi adicionado em setembro desse mesmo ano. Em 2022 foram retomados os estágios curriculares de uma forma presencial.

No âmbito da celebração de um Protocolo celebrado entre o Governo de Cabo Verde, a Lusa e a Universidade de Cabo Verde, realizaram-se estágios para duas alunas cabo-verdianas na sede da Lusa em Lisboa.

Continuação da atribuição, trimestral, dos Prémios Lusa, de forma a promover e dar visibilidade aos trabalhadores da Lusa. O objetivo é reconhecer e premiar trabalhos, projetos, ideias das várias áreas da empresa que contribuam para o aumento da notoriedade, bem como para a melhoria do desempenho ao nível do dia-a-dia ou de condições de trabalho. Desde o seu lançamento, já foram distribuídos 15 prémios e 2 menções honrosas a trabalhadores e colaboradores da Lusa.

Será lançado o prémio Pedro Camacho, de modo a preservar a memória do antigo diretor de Informação, para premiar projetos inovadores no domínio das tecnologias de informação ligadas à área editorial.

Após diversas reuniões entre a Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A., o Sindicato dos Jornalistas, o SITESE – Sindicato dos Trabalhadores e Técnicos de Serviços, Comércio, Restauração e Turismo e o SITE/CSRA – Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Transformadoras, Energia e Atividades do Ambiente do Centro, Sul e Regiões Autónomas, no final de 2019 foi concluído o processo de revisão do Regulamento da Avaliação de Desempenho, com vista à sua simplificação, tendo sido publicada no Boletim de Trabalho e Emprego n.º 1 de 2020 a alteração parcial ao Acordo de Empresa.

Devido à situação de pandemia a avaliação relativa aos anos de 2020 e 2021 assentaram num processo simplificado, ou seja, a existência de uma única fase de avaliação – que incluiu autoavaliação e heteroavaliação. Relativamente à avaliação de desempenho de 2022 será concluída no início de 2023.

Em 2022, e após debate interno com os Órgãos Representativos dos Trabalhadores (ORT), foi implementado um modelo híbrido de trabalho, conciliando o teletrabalho à 2.ª e 6.ª feira com o trabalho presencial entre 3.ª e 5.ª feira, sempre que aplicável, tendo como objetivo ser um modelo que conjugue a unidade da empresa com a flexibilidade individual e familiar do trabalhador, assegurando a cultura da empresa, a coesão interna, o serviço da empresa, e potenciando o equilíbrio entre vida pessoal e familiar, o bem-estar e segurança dos seus trabalhadores.

Num ano marcado pelo desconfinamento, alívio das medidas sanitárias, e retoma à normalidade após a situação pandémica, 2022 ficou marcado por uma retoma ao trabalho, em regime híbrido. Neste registo, foi retomado o encontro de trabalhadores e colaboradores, por ocasião do Natal, de forma a promover o espírito de equipa.

O *site* NÓS Lusa e a Newsletter SOMOS LUSA continuaram a ser meios de comunicação privilegiada com os trabalhadores, sendo o repositório de tudo o que acontece na empresa,

em todas as áreas. A *newsletter* SOMOS LUSA aposta também numa vertente lúdica, com entrevistas mensais a colegas, e dando a conhecer o que se passou no mês anterior, e uma síntese do que vai acontecer no mês imediato.

Política de responsabilidade económica, por via da investigação, inovação, desenvolvimento e da introdução de novas tecnologias; plano de ação para o futuro e medidas de criação de valor para o acionista

No campo da Inovação e de Novos Projetos, o ano de 2022 ficou marcado pela continuação de diversas iniciativas, algumas destas no seguimento de projetos iniciados em anos anteriores. Neste âmbito importa assim destacar: processos de produção automática de notícias de bolsa; o início da utilização de ferramentas de inteligência artificial, que permitem sobretudo a transcrição automática de textos, conteúdos em voz, utilizando ferramentas de interação entre pessoa e máquina, através de comandos de voz (reconhecimento de voz humana); Projeto Contrafake em parceria com o Inesc-ID, InKnow e CNCS, com protótipos de análise nutricional de conteúdos, análise de contexto e viral de notícias, e literacia mediática ao nível da desinformação; continuação da implementação do *text mining* na base de dados da Lusa de forma a poder obter maior detalhe e classificação de notícias de uma forma automática.

Foram também efetuadas várias candidaturas com parceiros universitários ao nível da inteligência artificial tendo por base os arquivos digitais da Lusa.

O detalhe das iniciativas acima referidas encontra-se explanado no ponto Inovação/Modernização tecnológica.

Neste âmbito a Lusa mantém a sua participação na Minds International, uma rede de agências noticiosas que colaboram entre si, ao mais alto nível executivo, suportando o desenvolvimento digital das agências e da indústria dos media em geral, na EANA - European Alliance of News Agencies, organização à qual pertence a grande maioria das agências europeias, e que tem como objetivo partilhar conhecimento e sinergias entre as agências associadas, e também num fórum mais tecnológico na IPTC. De referir que durante 2022 foram assinados vários protocolos de cooperação internacional com várias agências estrangeiras com o objetivo de estreitar laços de cooperação, não só ao nível editorial como tecnológico, com o objetivo de alcançar sinergias e permitir uma ação mais concertada e eficiente no combate à desinformação.

A nível internacional a Lusa conseguiu, pela primeira vez, obter o estatuto de cooperante para o delegado em Moçambique e em Cabo Verde, refletindo-se assim o reconhecimento pelas entidades oficiais sobre o todo o trabalho desenvolvido nos países de língua oficial portuguesa, ao longo de mais de 30 anos, consubstanciado em acordos de cooperação com agências e entidades locais e em diversas atividades nesses países. De realçar que irá ser alargado o processo de obtenção deste estatuto a todos os países africanos onde temos representação permanente.



Análise económica e financeira

Situação Económico-Financeira

A análise económica financeira, que se apresenta de seguida, sintetiza os resultados alcançados pela Lusa no ano de 2022 e a situação patrimonial e financeira no final do exercício em comparação com o ano de 2021.

(Euros)				
RENDIMENTOS E GANHOS	REAL 21	REAL 22	DIF. R22/R21	VAR. % R22/R21
Vendas e serviços prestados:	16 832 130	17 195 256	363 126	2,2%
Contrato com o Estado	12 925 534	13 406 286	480 752	3,7%
Indemnização Compensatória	13 134 253	13 429 774	295 521	2,3%
Ajustamento IC conforme n.º 5 da Cláusula 9.ª CPSNIIP	-208 719	-23 488	185 231	-88,7%
Outras	3 906 597	3 788 971	-117 626	-3,0%
Subsídios à exploração	19 359	828	-18 531	-95,7%
Reversões	352 876	39 970	-312 905	-88,7%
Outros rendimentos e ganhos	83 527	266 087	182 560	218,6%
Rendimentos e ganhos operacionais	17 287 891	17 502 141	214 250	1,2%
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	14	10	-4	-27,9%
Total dos rendimentos e ganhos	17 287 905	17 502 152	214 246	1,2%
GASTOS E PERDAS	REAL 21	REAL 22	DIF. R22/R21	VAR. % R22/R21
Fornecimentos e serviços externos	4 042 761	3 998 095	-44 666	-1,1%
Gastos com o pessoal	11 975 012	12 309 034	334 021	2,8%
Gastos de depreciação e de amortização	594 368	653 579	59 212	10,0%
Perdas por imparidade:	84 790	35 479	-49 310	-58,2%
Em dívidas a receber	84 790	35 479	-49 310	-58,2%
Provisões do período	77 213	205 443	128 230	166,1%
Outros gastos e perdas	60 130	118 244	58 114	96,6%
Gastos e perdas operacionais	16 834 273	17 319 874	485 601	2,9%
Gastos e perdas de financiamento	0	8 438	8 438	NC
Total dos gastos e perdas	16 834 273	17 328 312	494 039	2,9%
EBITDA	1 047 986	835 847	-212 139	-20,2%
Resultado operacional	453 618	182 267	-271 351	-59,8%
Resultado antes de impostos	453 633	173 840	-279 793	-61,7%
Imposto sobre o rendimento do período	70 050	64 235	-5 816	-8,3%
Resultado líquido do período	383 582	109 605	-273 977	-71,4%

Rendimentos e Ganhos

O total de rendimentos e ganhos ascendeu a €17,5 milhões o que traduz um acréscimo de €214 mil (1,2%) relativamente a 2021. Esta variação resulta, sobretudo, do crescimento do valor das vendas e serviços prestados e dos outros rendimentos e ganhos.

O crescimento de €363 mil (2,2%) verificado na rubrica vendas e serviços prestados decorre do aumento de €481 mil no valor do Contrato com o Estado, através da Indemnização



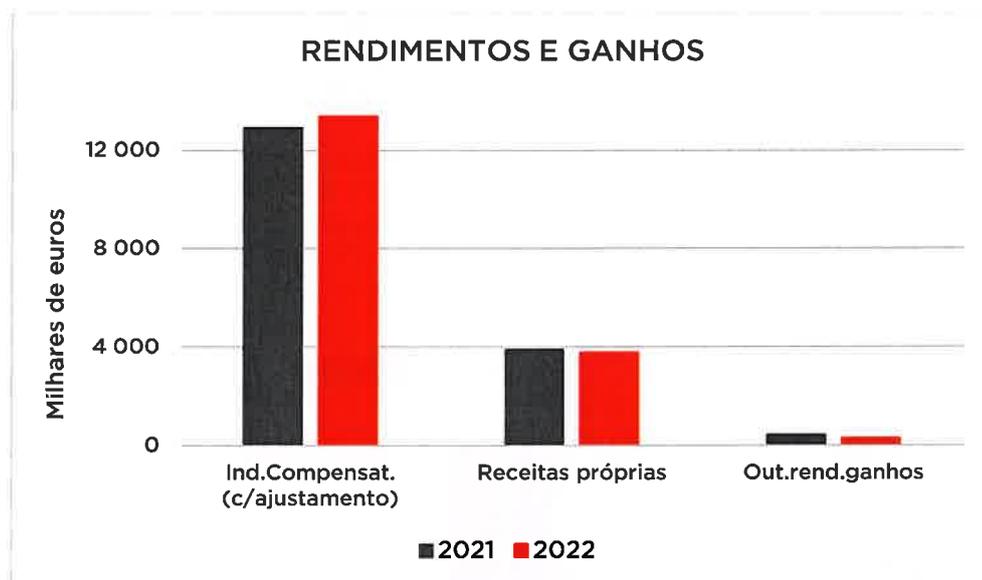
Compensatória (IC) e da diminuição do ajustamento, conforme n.º 5 da Cláusula 9.ª do referido contrato, conjugado com a diminuição de €118 mil nas receitas próprias, por via das receitas obtidas com a cobertura da PPUE no 1.º semestre de 2021, no âmbito da parceria com o Ministério dos Negócios Estrangeiros e do protocolo celebrado especificamente para esse efeito.

O valor do ajustamento à IC, de €23 mil, inclui uma correção referente ao ajustamento de 2020, por via de acertos nos gastos incorridos com a PPUE, no montante de €22.656. Se expurgarmos este efeito, o valor do ajustamento à IC de 2022 é de apenas de €833.

De salientar ainda que o ano de 2022 continuou a ser fortemente marcado pelos efeitos da pandemia covid-19, agravados pela conjuntura económica e geopolítica, com grande impacto negativo no mercado da comunicação social, onde se continua a registar uma forte pressão de renegociação em baixa dos contratos existentes, nomeadamente na área de negócio dos Grandes Órgãos de Comunicação Social, que regista sustentadas variações em baixa desde 2016, e cujo agravamento é expectável que se mantenha, por via de renegociações em baixa por parte de clientes deste segmento.

A diminuição registada nas reversões, de €313 mil, resulta da reversão de imparidades de clientes e da anulação e acertos de provisões em 2021.

O aumento de €183 mil verificado nos outros rendimentos e ganhos é o resultado, sobretudo, de regularizações de diferenças de estimativas de valores da Segurança Social dos trabalhadores da delegação de Bruxelas desde 2013 e de valores antigos relativos a colaborações e acordos de cedência de serviços com a ANG (Agência de Notícias da Guiné), do recebimento de um fundo de apoio ao combate à pandemia do Governo de Macau, do excesso de estimativa para impostos (apuramento de IRC de 2021) e da imputação de subsídios para investimentos (Projeto Contrafake).



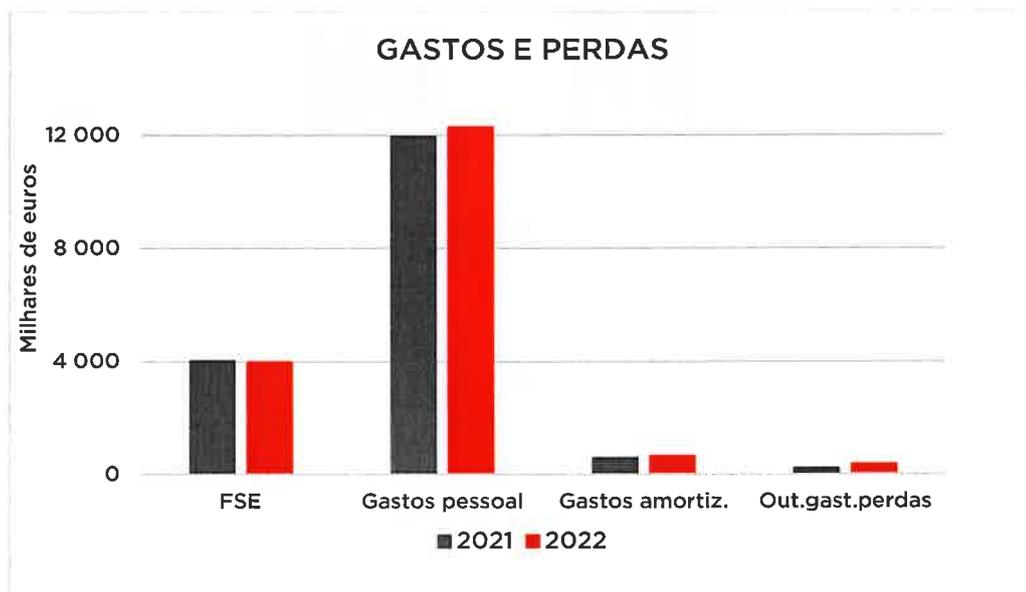
Gastos e Perdas

O total de gastos e perdas ascendeu a €17,3 milhões, o que reflete um acréscimo de €494 mil (2,9%) face ao ano transato. Para esta variação contribuíram principalmente os seguintes factos:

- Redução de €45 mil (-1,1%) dos fornecimentos e serviços externos como resultado, fundamentalmente, dos gastos incorridos em 2021 com a cobertura da Presidência Portuguesa da União Europeia, da diminuição dos gastos com correspondentes e

colaboradores e do decréscimo verificado nos gastos com serviços jurídicos em processos em curso, evidenciados na rubrica comissões e honorários. Em sentido contrário, registam-se aumentos, sobretudo, nas rubricas deslocações, estadas e transportes (por via da realização de grandes eventos políticos e desportivos nacionais e internacionais, da cobertura da guerra na Ucrânia e do aumento de atividade e cobertura de eventos públicos) e energia e fluidos (devido ao aumento dos preços dos combustíveis e energia elétrica decorrentes, em grande medida, da crise geopolítica internacional) e em gastos com cibersegurança.

- Aumento nos gastos com pessoal de €334 mil (2,8%) como resultado, sobretudo, da atualização salarial de 0,9%, do descongelamento dos IRCT, nomeadamente a regularização da Avaliação de Desempenho, diuturnidades e progressões automáticas, do acréscimo das ajudas de custo com reportagens, por via da realização de grandes eventos, da cobertura da guerra na Ucrânia e do aumento de atividade e cobertura de outros eventos públicos, dos gastos com seguro de saúde, face aos aumentos verificados no setor, e da redução do absentismo.
- Os gastos com depreciações e amortizações aumentaram €59 mil por via do investimento efetuado no período.
- A constituição de imparidades de clientes foi superior em 2021, dando origem a uma diminuição de €49 mil nesta rubrica.
- A constituição de provisões, para processos em curso, registou um aumento de €128 mil no período.
- Acréscimo de €58 mil nos outros gastos e perdas devido, sobretudo, a comissões (serviços bancários) e Imposto do Selo referentes a crédito em conta-corrente caucionada, ao aumento dos gastos com quotizações (Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável, MINDS e AMAN), diferenças de câmbio desfavoráveis, taxas de justiça referentes ao recurso do processo do IVA de 2001 e 2002 e outras despesas nas deslocações de jornalistas em serviço à Ucrânia.
- Tendo recorrido a financiamento bancário remunerado no decurso de 2022, devido a dificuldades de tesouraria resultantes do não recebimento de contrapartida financeira referente à prestação do serviço público até a obtenção do visto do Tribunal de Contas sobre o Contrato com o Estado para o período 2022/2027, a empresa incorreu ainda em €8 mil de gastos e perdas de financiamento.



M
J-W
P

Resultados

O resultado líquido, que ascendeu a €110 mil, apresentou, face ao período homólogo, um decréscimo de €274 mil (-71,4%), como resultado, fundamentalmente, do efeito conjugado entre o aumento dos gastos com o pessoal e a redução das reversões de imparidades de clientes e de provisões e o acréscimo registado no valor do contrato com o Estado, por via do crescimento da Indemnização Compensatória atribuída e da diminuição do ajustamento, conforme anteriormente referido.



Situação Patrimonial e Financeira

O ativo líquido, na ordem de €10,1 milhões, registou uma diminuição de €2,7 milhões relativamente ao ano transato, por efeito essencialmente dos movimentos de caixa e depósitos bancários, sobretudo pela devolução da IC relativa ao contrato para o triénio 2017-2019.

O capital próprio na ordem de €5,8 milhões registou, face ao período homólogo, um acréscimo de €61 mil.

No passivo, no montante de €4,3 milhões, registou-se um decréscimo de €2,8 milhões que resulta, essencialmente, do pagamento de €2,2 milhões respeitantes à devolução do ajustamento da IC do Contrato com o Estado do triénio 2017-2019 em "Outras dívidas a pagar", e da liquidação, em 2022, do valor do IVA a pagar, referente ao recebimento de 2 meses de IC em dezembro de 2021, na rubrica "Estado e outros entes públicos".

(milhares de euros)			
BALANÇO	2022	2021	VAR.
Ativo não corrente	7 254	7 362	-108
Dívidas de terceiros	1 677	1 590	87
Diferimentos	405	348	57
Caixa e depósitos bancários	769	3 534	-2 765
Total do Ativo	10 105	12 834	-2 729
Capital Próprio	5 764	5 703	61
Passivo:	4 341	7 131	-2 790
Passivo não corrente	539	360	179
Dívidas a terceiros	3 659	6 652	-2 993
Diferimentos	142	120	22
Total do Capital Próprio e do Passivo	10 105	12 834	-2 729

M

E

S

R

Composição do Ativo e do Capital Próprio e Passivo

ATIVO

- Ativo não corrente
- Dívidas de terceiros
- Diferimentos
- Caixa e depósitos bancários



CAPITAL PRÓPRIO + PASSIVO

- Capital Próprio
- Passivo não corrente
- Dívidas a terceiros
- Diferimentos



M
P
J. N

Principais Indicadores

Indicadores económico-financeiros (Milhares de euros)	2022	2021	Δ% 22/21
Rendimentos e ganhos operacionais	17 502	17 288	1
EBITDA	836	1 048	-20
Resultado operacional	182	454	-60
Resultado líquido	110	384	-71
Resultado líquido por ação (euro)	0,05	0,18	-71
VAB	13 197	12 789	3
Investimento	538	544	-1
Margem EBITDA	5%	6%	- 1 p.p.
Margem Operacional	1%	3%	- 2 p.p.
Margem líquida	1%	2%	- 1 p.p.
VAB / Efetivo médio (euro)	52 789	52 631	0
Ativo líquido	10 105	12 834	-21
Capital próprio	5 764	5 703	1
Capital social	5 324	5 324	-
Passivo	4 341	7 131	-39
Rendibilidade do Capital Próprio (ROE)	2%	7%	- 5 p.p.
Liquidez Geral	75%	81%	- 6 p.p.
Autonomia Financeira	57%	44%	+ 13 p.p.
Solvabilidade	133%	80%	+ 53 p.p.
Cobertura do imobilizado	87%	82%	+ 5 p.p.
Recursos humanos	2022	2021	Δ% 22/21
Número de trabalhadores a 31 de dezembro	264	263	0,4
Jornalistas	218	216	0,9
Assessores	3	3	-
Técnicos Superiores	13	13	-
Assistentes Administrativos	19	19	-
Assistentes Técnicos	2	2	-
Pessoal de Apoio	1	1	-
Requisitados e Licenças sem Retribuição	8	8	-
Pré-reformados	0	1	-100,0
Efetivo médio ao serviço	250	243	2,9
Produção de notícias (n.º conteúdos)	2022	2021	Δ% 22/21
Foto	49 365	53 287	-7,4
Áudio	10 026	11 076	-9,5
Conteúdos mistos	2 079	1 883	10,4
Texto	199 573	217 758	-8,4
Vídeo	5 986	6 580	-9,0
Total	267 029	290 584	-8,1

Riscos da atividade da empresa

A Empresa encontra-se exposta, essencialmente, aos seguintes riscos financeiros:

a) Risco de taxa de câmbio

A atividade da Empresa encontra-se exposta ao risco de taxa de câmbio (vide Nota 3.1.11. do Anexo), relacionado, essencialmente, com as transações efetuadas com as delegações que tem no estrangeiro, em resultado do contrato de interesse público em vigor, com os recebimentos em moeda estrangeira de alguns clientes, e com os pagamentos a alguns fornecedores internacionais.

Foram utilizadas, em 31 de dezembro de 2022, as seguintes taxas de câmbio (câmbio de final do ano e câmbio médio), para converter para Euros os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira:

Moeda	2022	
	Câmbio no final do ano	Câmbio médio
AOA	0,0019	0,0019
USD	0,9376	0,9496
BRL	0,1773	0,1838
CFA	0,0015	0,0015
CNY	0,1359	0,1413
CVE	0,0091	0,0091
HKD	0,1202	0,1213
MOP	0,1167	0,1178
MZN	0,0148	0,0148
GBP	1,1275	1,1727

b) Risco de taxa de juro

A exposição da Empresa a este risco é muito reduzida, ainda que a Lusa tenha recorrido, pontualmente, a financiamento bancário remunerado, por via do recebimento da IC referente aos três primeiros trimestres de 2022 ter ocorrido apenas em setembro, conforme já mencionado no presente relatório.

c) Risco de crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com as contas a receber (cf. Nota 10 do Anexo). Para reduzir o risco de crédito, a Empresa tem políticas de concessão de crédito, com definição de limites de crédito por cliente e prazos de recebimento de 30 dias, como regra geral.

No seguimento do que já havia sido registado em 2021, agudizado pela situação económica e geopolítica internacional, como impacto direto da guerra na Ucrânia, o ano de 2022 manteve-se marcado pelas dificuldades na sustentabilidade das empresas, em especial da comunicação social, a principal fonte de receitas próprias da Lusa.

O prazo médio de recebimento situou-se nos 99 dias em 2022. Apesar do agravamento face aos 89 dias registados em 2020 e os 74 dias em 2019, é de salientar a recuperação relativamente aos valores registados em 2021, que atingiram 110 dias. O risco de crédito é monitorizado regularmente com o objetivo de:

- Limitar o crédito concedido a clientes, considerando o respetivo perfil e antiguidade da conta a receber;

- Acompanhar a evolução do nível de crédito concedido;
- Analisar a recuperabilidade dos valores a receber numa base regular através de reuniões com a Direção Comercial e a Direção de Áreas de Suporte, bem como com os assessores jurídicos sempre que necessário.

As perdas por imparidade das contas a receber são calculadas considerando o critério económico e maximizando o critério fiscal e de acordo com:

- A análise da antiguidade das contas a receber;
- O perfil de risco do cliente;
- O histórico de relacionamento comercial e financeiro com o cliente;
- Acordos de pagamento existentes;
- As condições financeiras dos clientes.

O movimento nas perdas por imparidade das contas a receber encontra-se divulgado na Nota 17.1.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez pode ocorrer se as fontes de financiamento, como sejam os fluxos de caixa operacionais, de investimento, de linhas de crédito e os fluxos de caixa obtidos de operações de financiamento, não satisfizerem as necessidades de financiamento, como sejam as saídas de caixa para atividades operacionais e de financiamento, os investimentos, a remuneração dos acionistas e o reembolso de dívida.

O contrato de prestação de serviços de interesse público estabelece uma contrapartida financeira periódica do Estado que permite satisfazer as necessidades de financiamento e minimizar a volatilidade nos recebimentos com origem nas receitas próprias. Apesar do recebimento da Indemnização Compensatória relativa aos três primeiros trimestres de 2022 ter ocorrido a 21 de setembro, após a obtenção do visto do Tribunal de Contas sobre o Contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público com o Estado para o período 2022/2027, esta situação foi mitigada pelo recurso a financiamento bancário remunerado.

Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício

Após o termo do exercício e até à presente data não ocorreram outros acontecimentos subsequentes materiais que impliquem ajustamentos e ou divulgação nas contas do exercício.

Evolução previsível da sociedade

A par da situação conjuntural decorrente da pandemia, a atual situação económica e geopolítica internacional, de grande incerteza, gerou importantes alterações nas variáveis macroeconómicas de referência, como a inflação ou as taxas de juro, e tem um impacto orçamental significativo, designadamente no que se refere a gastos com consumos energéticos nomeadamente, combustíveis e energia elétrica.

O mercado da comunicação social, onde a Lusa se insere, continua instável pelo que o risco de perda de clientes é elevado. A agravar esta situação, verificada nos últimos anos, as contingências relacionadas estes impactos conjunturais excecionais fazem prever uma maior perda de clientes. Ainda assim, a Lusa prevê um acréscimo nas suas receitas próprias no próximo triénio, como resultado de proveitos relativos à implementação de novos projetos (como o Google News Showcase) e a organização de conferências.

O Contrato com o Estado, visado pelo Tribunal de Contas em 24 de agosto de 2022 e válido para o sexénio 2022-2027 (vigorando retroativamente desde janeiro), estabelece o valor da Indemnização Compensatória em €13.429.774 (sem IVA) em 2022, representando um

aumento de 2,3% relativamente ao ano anterior, e a sua atualização em 1% em 2023, para €13.564.071, mantendo-se inalterado até final do contrato.

Prevê-se um aumento dos gastos operacionais, explicado sobretudo pela evolução desfavorável que se regista nos gastos com o pessoal, que se refere, em grande medida, a aumentos salariais, em linha com as orientações do Governo sobre política salarial para o Setor Empresarial do Estado - na data de elaboração deste relatório encontram-se a decorrer negociações com os Sindicatos representativos dos trabalhadores -, à reposição dos direitos previstos em instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho, nomeadamente promoções automáticas e diuturnidades, e à regularização do processo de avaliação de desempenho.

A Lusa prevê, ainda assim, a manutenção de resultados positivos para o triénio 2023-2025.



Proposta de aplicação de resultados

Para o resultado líquido do exercício de 2022, no montante de €109.605, o Conselho de Administração propõe a seguinte aplicação:

- Transferência de €5.480 para Reservas Legais;
- Transferência de €104.125 para a conta de Resultados Transitados.




IV. Demonstrações financeiras

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

RUBRICAS	NOTAS	DATA	
		31/12/2022	31/12/2021
Euros			
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis			
Terrenos e recursos naturais	8	1 493 641	1 493 641
Edifícios e outras construções	8	4 391 819	4 584 753
Equipamento básico	8	590 623	633 108
Equipamento de transporte	8	-	3 333
Equipamento administrativo	8	23 362	28 951
Outros ativos fixos tangíveis	8	45 396	69 935
Investimentos em curso	8	380 870	123 577
Subtotal ativos fixos tangíveis		6 925 711	6 937 298
Ativos intangíveis			
Projetos de desenvolvimento	7	283 204	387 111
Outros investimentos financeiros			
IPPS-IUL	9	10 000	10 000
Fundo de compensação do trabalho		34 791	27 355
Subtotal outros investimentos financeiros		44 791	37 355
Total do ativo não corrente		7 253 706	7 361 764
Ativo corrente			
Clientes			
	10	1 277 131	1 244 706
Estados e outros entes públicos			
Imposto sobre o rendimento			
Pagamentos por conta	11	12 876	18 147
Retenções efetuadas por terceiros	11	5 857	25 923
IVA	11	103 446	5 863
Subtotal Estado e outros entes públicos		122 179	49 933
Outros créditos a receber			
Pessoal	11	18 544	13 996
Outros créditos a receber	11	254 202	253 548
Contrato com o Estado	11	5 368	28 024
Subtotal outros créditos a receber		278 114	295 568
Diferimentos			
	11	404 585	348 465
Caixa e depósitos bancários			
Depósitos bancários			
À ordem	4	759 063	3 520 316
Outros	4	7 046	8 833
Caixa	4	3 043	4 869
Subtotal caixa e depósitos bancários	4/19	769 152	3 534 018
Total do ativo corrente		2 851 161	5 472 690
TOTAL DO ATIVO		10 104 867	12 834 454

RUBRICAS	NOTAS	DATA	
		31/12/2022	31/12/2021
Euros			
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital Subscrito	12	5 324 225	5 324 225
Reservas legais	12	667 864	648 685
Resultados transitados	12	(634 774)	(1 007 020)
Excedentes de revalorização			
Antes de imposto sobre o rendimento	8/12	263 617	273 737
Impostos diferidos	6/12	(55 970)	(58 247)
Ajustamentos/Outras variações no capital próprio			
Subsídios ao investimento	20	88 584	137 019
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		1 057	1 057
		5 654 603	5 319 456
Resultado líquido do período		109 605	383 582
		5 764 208	5 703 038
Total do capital próprio			
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	17.3	483 228	301 411
Passivos por impostos diferidos	6/16	55 970	58 247
Total do passivo não corrente		539 198	359 658
Passivo corrente			
Fornecedores	14	615 848	582 825
Adiantamentos de clientes	16	677	-
Estado e outros entes públicos			
Imposto sobre o rendimento (IRC)	16	66 512	72 327
Retenção de impostos sobre rendimentos (IRS)	16	165 137	166 775
IVA	16	-	720 201
Contribuições para a segurança social	16	223 034	218 740
Outras tributações	16	894	805
Subtotal Estado e outros entes públicos		455 577	1 178 848
Outras dívidas a pagar			
Fornecedores de investimentos	14	377 164	382 352
Credores por acréscimos de gastos	16	1 749 761	1 721 240
Pessoal	16	6 943	1 189
Outras dívidas a pagar	16	63 203	161 758
Contrato com o Estado (Ajustamento da IC conforme nº5 da cláusula 9ª CPSNIIP)	16	389 826	2 623 898
Subtotal outras dívidas a pagar		2 586 898	4 890 437
Diferimentos	16	142 462	119 648
Total do passivo corrente		3 801 461	6 771 758
		4 340 659	7 131 416
Total do passivo			
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO			
		10 104 867	12 834 454

O Contabilista Certificado,



O Conselho de Administração,



Nuno por Anf



Helene Glorieux de
Gouveia

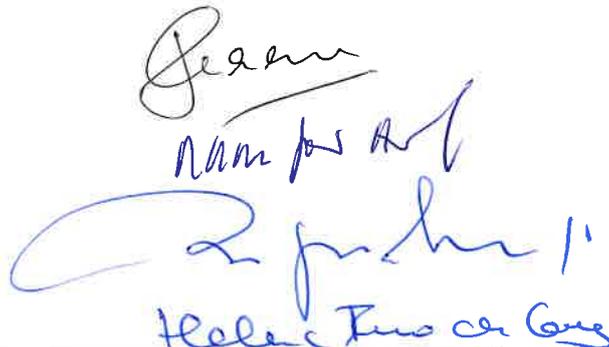
**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021**

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODO	
		2022	2021
Euros			
Vendas e serviços prestados			
Contrato com o Estado	21	13 429 774	13 134 253
Ajustamento da IC conforme nº 5 da Cláusula 9ª do CPSNIIP	11/16/21	(23 488)	(208 719)
Outras	21	3 788 970	3 906 597
Subtotal vendas e serviços prestados		17 195 256	16 832 131
Subsídios à exploração	20	828	19 359
Fornecimentos e serviços externos	23	(3 998 095)	(4 042 761)
Gastos com o pessoal			
Remunerações dos órgãos sociais	24	(157 271)	(160 292)
Remunerações do pessoal	24	(9 662 865)	(9 379 896)
Encargos sociais e outros	24	(2 488 898)	(2 434 825)
Subtotal gastos com o pessoal		(12 309 034)	(11 975 013)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Clientes	17.1/22	(6 163)	118 539
Outros devedores	17/22	1 903	-
Subtotal imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		(4 260)	118 539
Provisões (aumentos/reduções)	17.3/22	(196 692)	72 334
Outros rendimentos			
Rendimentos suplementares	22.1	14 445	13 612
Outros			
Descontos	22.1	5 247	2 943
Diferenças de câmbio favoráveis	22.1	31 761	27 502
Reembolsos diversos	22.1	12 793	6 448
Diversos	22.1	201 841	33 022
Subtotal outros rendimentos		266 087	83 527
Outros gastos			
Impostos	22.2	(37 012)	(23 344)
Dívidas incobráveis	22.2	(45)	-
Gastos em investimentos não financeiros			
Abates	22.2	(94)	(967)
Outros			
Quotizações	22.2	(33 884)	(20 137)
Outros não especificados			
Serviços bancários	22.2	(18 513)	(5 324)
Diferenças de câmbio desfavoráveis	22.2	(17 538)	(7 008)
Multas e penalidades	22.2	(1 713)	(1 782)
Diversos	22.2	(9 445)	(1 569)
Subtotal outros gastos		(118 244)	(60 131)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		835 847	1 047 985
Gastos/reversões de depreciação e de amortização			
Ativos fixos tangíveis		(501 672)	(546 712)
Ativos intangíveis		(151 907)	(47 655)
Subtotal gastos/reversões de depreciação e de amortização	22.2	(653 579)	(594 367)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		182 268	453 618
Juros e rendimentos similares obtidos			
De depósitos	25	10	14
Subtotal juros e rendimentos similares obtidos		10	14
Juros e gastos similares suportados			
Com empréstimos bancários			
Curto prazo	25	(8 438)	-
Subtotal juros e gastos similares suportados		(8 438)	-
Resultado antes de impostos		173 840	453 632
Imposto sobre o rendimento do período	6	(64 235)	(70 050)
Resultado líquido do período		109 605,07	383 582

O Contabilista Certificado,



O Conselho de Administração



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODO	
		2022	2021
Vendas e serviços prestados	21	17 195 256	16 832 130
Custos das vendas e dos serviços prestados		(15 259 606)	(14 819 106)
Resultado bruto		1 935 650	2 013 024
Outros rendimentos	22	306 895	455 775
Gastos de distribuição		(301 102)	(316 411)
Gastos administrativos		(1 690 844)	(1 611 580)
Outros gastos		(68 321)	(87 176)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamentos e impostos)		182 278	453 632
Gastos de financiamento (líquidos)	25	(8 438)	-
Resultado antes de impostos		173 840	453 632
Imposto sobre o rendimento do período	6	(64 235)	(70 050)
Resultado líquido do período		109 605	383 582
Resultados por ação	26	0,05	0,18

O Contabilista Certificado,



O Conselho de Administração,






**DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
NO PERÍODO FINDO A 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

Euros								
Descrição	Notas	Capital subscrito	Reserva legal	Excedentes de revalorização	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
Saldo em 01 de janeiro de 2022	12	5 324 225	648 685	215 490	(1 007 020)	138 076	383 582	5 703 038
Alterações no período								
Ajustamentos de excedentes de revalorização	12	-	-	(10 120)	10 120	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos	6	-	-	2 277	(2 277)	-	-	-
Aplicação de resultados	12	-	19 179	-	364 403	-	(383 582)	-
Subsídios ao investimento		-	-	-	-	(48 435)	-	(48 435)
		5 324 225	667 864	207 647	(634 774)	89 641	-	5 654 603
Resultado líquido do período		-	-	-	-	-	109 605	109 605
Resultado Integral		-	-	-	-	-	109 605	5 764 208
Operações com detentores de capital no período								
Realizações de capital		-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	12	5 324 225	667 864	207 647	(634 774)	89 641	109 605	5 764 208

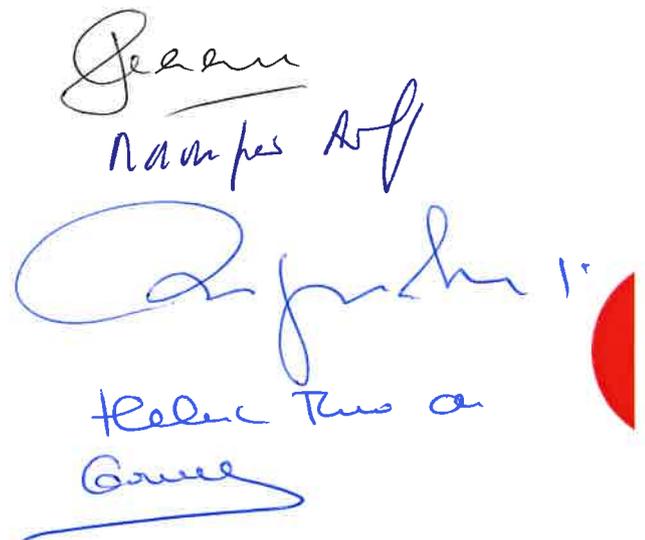
**DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
NO PERÍODO FINDO A 31 DE DEZEMBRO DE 2021**

Euros								
Descrição	Notas	Capital subscrito	Reserva legal	Excedentes de revalorização	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
Saldo em 01 de janeiro de 2021	12	5 324 225	644 885	223 333	(1 087 063)	5 708	76 000	5 187 088
Alterações no período								
Ajustamentos de excedentes de revalorização	12	-	-	(10 120)	10 120	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos	6	-	-	2 277	(2 277)	-	-	-
Aplicação de resultados	12	-	3 800	-	72 200	-	(76 000)	-
Subsídios ao investimento		-	-	-	-	132 368	-	132 368
		5 324 225	648 685	215 490	(1 007 020)	138 076	-	5 319 456
Resultado líquido do período		-	-	-	-	-	383 582	383 582
Resultado Integral		-	-	-	-	-	383 582	5 703 038
Operações com detentores de capital no período								
Saldo em 31 de dezembro de 2021	12	5 324 225	648 685	215 490	(1 007 020)	138 076	383 582	5 703 038

O Contabilista Certificado,



O Conselho de Administração,



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

Euros

	NOTAS	PERÍODO	
		2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais:			
Recebimentos de clientes		18 827 815	21 543 983
Pagamentos a fornecedores		(3 078 894)	(2 757 236)
Pagamentos ao pessoal		(7 166 362)	(7 182 995)
Caixa gerada pelas operações		8 582 559	11 603 752
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(17 566)	11 661
Outros recebimentos/pagamentos		(10 656 940)	(9 416 237)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		(2 091 947)	2 199 176
Fluxos de caixa das atividades de investimento:			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(628 573)	(412 152)
Ativos intangíveis		(10 640)	(248 468)
Investimentos financeiros		(9 206)	(8 577)
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		-	-
Investimentos financeiros		-	-
Juros e rendimentos similares		10	14
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(648 408)	(669 183)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		5 740 000	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(5 740 000)	-
Juros e gastos similares		(8 454)	-
Outros operações de financiamento		(16 057)	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(24 511)	-
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		(2 764 866)	1 529 993
Efeito das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período		3 534 018	2 004 025
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	769 152	3 534 018

O Contabilista Certificado,



O Conselho de Administração,



V. Anexo

1. Introdução

A Lusa - Agência de Notícias de Portugal, S.A. ("Empresa") é uma sociedade anónima constituída em 31 de julho de 1997 e com sede em Lisboa, na Rua Dr. João Couto - Lote C.

A Lusa tem como atividade principal ser uma agência noticiosa, competindo-lhe assegurar uma informação factual, isenta, rigorosa e digna de confiança, prestando principalmente serviços de recolha de material noticioso ou de interesse informativo e o seu tratamento para difusão, divulgação do material recolhido, prestação ao Estado Português dos serviços de interesse público relativos à informação dos cidadãos e a prestação de serviços de telecomunicações de valor acrescentado no âmbito do exercício das atividades referidas, sendo esta atividade anteriormente desempenhada pela Agência Lusa de Informação - C.I.P.R.L., tendo a Empresa adquirido o estabelecimento comercial da referida cooperativa.

As demonstrações financeiras anexas, reportadas ao exercício económico de 12 meses, terminado em 31 de dezembro de 2022, são apresentadas em base individual.

A Empresa integra nas suas demonstrações financeiras as demonstrações financeiras da Lusa Brasil, apesar das operações da Empresa no Brasil se desenvolverem através de uma entidade que assume a forma jurídica de sociedade comercial, sob a denominação Lusa - Agência de Notícias de Portugal, S.A. ("Lusa Brasil") e formalmente independente da Empresa. No entendimento desta, aquela entidade na substância, corresponde efetivamente a uma delegação, que opera de forma similar às restantes delegações da Empresa, apenas tendo sido autonomizada juridicamente para cumprir com os requisitos específicos da legislação brasileira, razão pela qual se justifica a inclusão das demonstrações financeiras da mesma nas demonstrações financeira da Empresa. Durante o ano de 2022 continuou a ser executado o processo de encerramento da sucursal no Brasil e, à semelhança do ano anterior, não foi desenvolvida qualquer atividade operacional.

A 28 de março de 2022 foram aprovadas, em Assembleia Geral, as contas da Lusa relativas ao exercício de 2021.

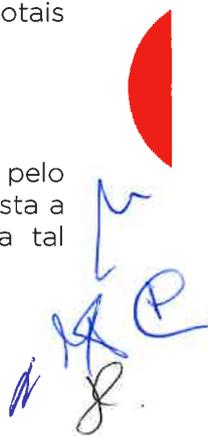
O Contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público celebrado entre o Estado e a Lusa para o triénio 2017-2019 terminou em 31 de dezembro de 2019. Em 2020, foram iniciadas reuniões com a Tutela Setorial no âmbito da elaboração do novo contrato, que foi enviado ao Tribunal de Contas para a fiscalização prévia.

A 24 de agosto de 2022, o contrato foi visado pelo Tribunal de Contas, válido para o sexénio 2022-2027 (vigorando retroativamente desde janeiro). O valor da Indemnização Compensatória teve um aumento de 2,3% em 2022, relativamente ao ano anterior, para €13,4 milhões (sem IVA). O recebimento da Indemnização Compensatória referente aos três primeiros trimestres de 2022 ocorreu a 21 de setembro.

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 127/2021, de 7 de setembro, autorizou a realização das despesas relativas à compensação financeira devida pelo Estado à Lusa para o período de vigência do contrato, de 2022 a 2027, correspondentes aos seguintes valores totais máximos, aos quais acresce IVA à taxa legal em vigor:

- c) Em 2022: €13.429.774;
- d) De 2023 a 2027: €13.564.071 por ano.

As demonstrações financeiras encontram-se expressas em euros e foram aprovadas pelo Conselho de Administração (CA) na sua reunião de 27 de fevereiro de 2023, sendo esta a data relevante para efeitos da autorização para divulgação das mesmas, embora tal



divulgação dependa da sua aprovação pelos Acionistas, os quais podem determinar eventuais alterações, em sede de Assembleia Geral.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, e de acordo com a estrutura conceptual, Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (“NCRF”) e Normas Interpretativas em vigor à presente data.

O SNC estabelece que, sempre que as NCRF não deem resposta às necessidades dos utilizadores em termos de tratamento contabilístico de determinadas situações, estes deverão supletivamente recorrer, em primeiro lugar, às IFRS tal como adotadas pela União Europeia e, de seguida, às outras IFRS ainda não adotadas pela União Europeia.

2.2. Derrogações às disposições do SNC

Não foram expressamente derogadas disposições do SNC que sejam suscetíveis de afetar materialmente a imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo, resultados e fluxos de caixa da Empresa.

2.3. Conteúdos não comparáveis com períodos anteriores

Não aplicável.

3. Principais políticas contabilísticas

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

Tendo em atenção o normativo definido no SNC, designadamente nas várias NCRF e Interpretações publicadas, apresentam-se de seguida as principais políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos ativos e passivos da Empresa.

3.1.1. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzidos das depreciações acumuladas, exceto no que se refere aos imóveis da Lusa, em que na sua mensuração é adotado o método da revalorização.

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes (linha reta), de acordo com as taxas máximas legalmente fixadas no DR 25/2009, de 14 de setembro, alterado pelo DR 4/2015, de 22 de abril e respetivas vidas úteis estimadas:

Edifícios e outras construções	20* - 50
Equipamento básico	3 - 10
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	8
Outros ativos fixos tangíveis	3 - 8

* Desde 2017 que é política interna da empresa amortizar as obras no edifício e instalações das delegações estrangeiras no prazo de 10 anos que, devido à antiguidade dos edifícios, têm maior necessidade de realização de intervenções.



No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2000, a Empresa efetuou uma reavaliação livre das frações detidas àquela data no “Edifício Lusa”, registadas nas rubricas “Terrenos e recursos naturais” e “Edifícios e outras construções”, com base em avaliações do seu valor de mercado.

No exercício de 2013, procedeu-se a uma revisão dos valores dos imóveis, tendo em vista a adequação do seu valor ao valor de mercado. As avaliações foram efetuadas por avaliadores independentes e o seu resultado encontra-se refletido na Nota 8.

3.1.2. Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis, que compreendem projetos de desenvolvimento, estão registados ao custo de aquisição. As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado:

	<u>Anos</u>
Projetos de desenvolvimento	3

3.1.3. Investimentos Financeiros

Os investimentos financeiros estão mensurados ao custo de aquisição deduzido de imparidades, quando existentes.

3.1.4. Locação financeira e operacional

Os contratos de locação são classificados como:

- Locação financeira, se através deles forem transferidos para a Empresa todas as vantagens e riscos inerentes à posse; e
- Locação operacional, se através deles não forem transferidos para a Empresa todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira - através dos quais são transferidas para a Empresa todas as vantagens e riscos inerentes à sua posse - bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do ativo é registado no ativo fixo tangível, a correspondente responsabilidade é registada no passivo, os juros são incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo são registadas como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

3.1.5. Instrumentos financeiros

3.1.5.1. Clientes e dívidas de terceiros

As dívidas de clientes e de outros terceiros encontram-se registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas por imparidade. As perdas por imparidade correspondem à diferença entre a quantia inicialmente registada e o seu valor recuperável.

3.1.5.2. Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos à ordem e depósitos a prazo, vencíveis a menos de 3 meses e imediatamente mobilizáveis.



3.1.5.3. Fornecedores e dívidas a pagar

As dívidas a pagar fornecedores e outros terceiros encontram-se registadas pelo seu valor nominal.

3.1.6. Imparidades sobre dívidas a receber

Foram constituídas imparidades relativas a dívidas a receber de clientes e de outros devedores, de acordo com a expectativa de perdas a incorrer na sua cobrança, não só tendo em consideração o critério fiscal, mas essencialmente o critério económico (Nota 17.1.).

3.1.7. Especialização dos exercícios

Os réditos e gastos são reconhecidos no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos gerados são registadas nas rubricas de "devedores e credores por acréscimos" e "diferimentos".

3.1.8. Subsídios

Os subsídios do Governo são reconhecidos pela Empresa nas suas demonstrações financeiras apenas no momento em que são recebidos ou quando existe razoável certeza de que a Empresa cumprirá as condições a eles associados, tendo em atenção as disposições previstas na NCRF 22 – Contabilização dos Subsídios do Governo e Divulgação dos Apoios do Governo.

Os subsídios à exploração são reconhecidos em resultados de forma sistemática, durante os períodos em que são reconhecidos os gastos que os mesmos visam compensar.

Os subsídios ao investimento, quando ocorrem, são inicialmente registados em capitais próprios, sendo subseqüentemente transferidos para resultados durante a vida útil do respetivo ativo subsidiado.

3.1.9. Rédito

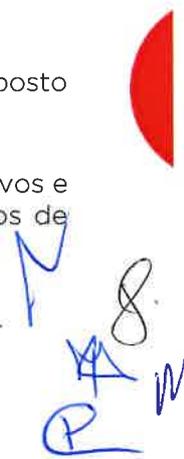
O rédito apenas é reconhecido quando seja provável que os benefícios económicos inerentes à transação fruem para a Empresa e quando é possível apurar o seu valor com fiabilidade, sendo registado pelo justo valor dos ativos recebidos ou a receber, líquido de descontos e de devoluções expectáveis, tendo em atenção o princípio da especialização.

A Empresa regista os montantes que lhe são atribuídos, para fazer face aos custos que incorre com serviços de interesse público, relacionados com o Contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público celebrado entre o Estado e a Lusa, na rubrica de "Prestações de serviços" do exercício a que dizem respeito, de acordo com a especialização dos exercícios.

3.1.10. Imposto sobre o rendimento, incluindo impostos diferidos

O imposto do rendimento do exercício é constituído por imposto corrente e por imposto diferido, sendo reconhecido de acordo com o preconizado na NCRF 25.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.



Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação que se esperam estar em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Na data de cada balanço é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos no sentido de reconhecer ativos por impostos diferidos não registados anteriormente por não terem sido preenchidas as condições para o seu registo e/ou para reduzir o montante dos impostos diferidos ativos registados em função da expectativa atual da sua recuperação futura.

3.1.11. Saldos e transações expressos em moeda estrangeira

Os efeitos decorrentes de alterações em taxas de câmbio são tratados de acordo com o disposto na NCRF 23.

Neste sentido, as transações em moeda estrangeira são registadas no momento do reconhecimento inicial na moeda funcional (Euro), pela aplicação à quantia da moeda estrangeira da taxa de câmbio em vigor na data da transação.

Todos os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Euros, utilizando-se as taxas de câmbio vigentes na data do balanço. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes nas datas de cobrança, pagamento ou à data do balanço, são registadas em resultados do período em que ocorrem.

As diferenças de câmbio originadas na conversão para Euros das demonstrações financeiras das delegações, expressas em moeda estrangeira foram incluídas na demonstração dos resultados nas rubricas de resultados operacionais. A conversão daquelas demonstrações financeiras é efetuada considerando as seguintes taxas de câmbio: i) taxa de câmbio vigente à data do balanço para converter todos os ativos e passivos monetários, ii) taxa de câmbio média do exercício para converter as rubricas da demonstração dos resultados e iii) taxa de câmbio histórica para converter os ativos e passivos não monetários e as rubricas de capital próprio.

Os valores constantes das demonstrações financeiras da Delegação do Brasil, expressos em Reais, foram convertidos para Euros com base na aplicação do método da taxa histórica.

Assim, e com base nesse método, as taxas de câmbio (Real/Euro) utilizadas foram as seguintes:

Taxas históricas	2022	2021
janeiro	0,1596	0,1536
fevereiro	0,1698	0,1528
março	0,1822	0,1487
abril	0,1948	0,1503
maio	0,1906	0,1551
junho	0,1879	0,1648
julho	0,1828	0,1642
agosto	0,1919	0,1616
setembro	0,1931	0,1614
outubro	0,1936	0,1558
novembro	0,1857	0,1577
dezembro	0,1799	0,1567
Taxa de fecho	0,1773	0,1585
Taxa média do ano	0,1838	0,1569

3.1.12. Provisões

As provisões são reconhecidas quando e somente quando, a Empresa teme uma obrigação presente (legal ou implícita) como resultado de um acontecimento passado em que seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

As provisões existentes respeitam a processos em curso, cujos montantes foram determinados com base na estimativa que a Empresa e os seus advogados fazem dos riscos relacionados com a sua atividade nomeadamente: provisões com processo de avaliação de desempenho, risco de reconhecimento de contratos de trabalho a prestadores de serviços, processos em litigância de clientes e processos fiscais (cf. Nota 17.3).

3.1.13. Ativos e passivos contingentes

Um ativo contingente não é reconhecido nas demonstrações financeiras, mas divulgado no Anexo quando é expectável a existência de um benefício económico futuro.

As responsabilidades contingentes não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, sendo as mesmas divulgadas no Anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

3.1.14. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre situações que ocorram após a data do balanço, se materiais, são divulgados no Anexo.

3.2. Outras políticas contabilísticas relevantes

Não aplicável.

3.3. Juízos de valor na aplicação das políticas contabilísticas

Na preparação das demonstrações financeiras, o Conselho de Administração baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos correntes, considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

3.4. Principais pressupostos relativos ao futuro que tenham um risco significativo de provocar ajustamentos no período contabilístico seguinte

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.



3.5. Principais fontes de incertezas das estimativas

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2022 incluem, essencialmente, as vidas úteis dos ativos, a análise de imparidades e provisões.

As estimativas foram baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo periodicamente revistas com base na informação disponível. As alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir daquelas estimativas.

4. Fluxos de caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa evidenciados em balanço não estão afetados por quaisquer condicionantes suscetíveis de afetar a sua utilização futura.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o detalhe dos valores inscritos na rubrica de caixa e depósitos bancários é o seguinte:

Natureza	31/12/2022	31/12/2021
Depósitos à ordem	759 063	3 520 316
Caixa (dinheiro em caixa)	3 043	4 869
Depósitos a prazo	7 046	8 833
Total de caixa e seus equivalentes	769 152	3 534 018

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro 2021 não ocorreram alterações de políticas e estimativas contabilísticas, nem foram identificados erros materiais relativos a períodos anteriores.

6. Impostos

A Empresa encontra-se sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC"), nos termos do artigo 87.º do código do IRC, à taxa de 21%. A tributação é acrescida de Derrama até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC.

No exercício de 2022, a taxa nominal de imposto poderá variar entre 22,5% e 31,5% dependendo do valor do lucro tributável ("LT") apurado, o qual será tributado às seguintes taxas:

- Taxa de IRC: 21% sobre o LT;
- Derrama municipal: 1,5% sobre o LT;
- Derrama estadual: 3% sobre o LT se $€1.500.000 < LT \leq €7.500.000$, 5% sobre o LT se $€7.500.000 < LT \leq €35.000.000$ e 9% sobre se $LT > €35.000.000$.

Nos termos do artigo 88º do Código do IRC, a Empresa encontra-se adicionalmente sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no referido artigo.

De acordo com o n.º 3 do art.º 11 do Orçamento do Estado Suplementar para 2020, foi criado um regime especial de dedução dos prejuízos fiscais que venham a ser apurados nos períodos de tributação de 2021 e 2022, e relativamente aos prejuízos fiscais que se encontrem

em reporte no primeiro dia do período de tributação de 2021. Neste sentido, o prazo de reporte passa a ser de 12 anos para os prejuízos fiscais de 2021 e 2022. O limite de 70% para dedução ao lucro tributável é elevado para 80%, sempre que essa diferença resulte da dedução de prejuízos fiscais da dedução de prejuízos fiscais apurados nos períodos de tributação de 2021 e 2022. Relativamente aos prejuízos fiscais em reporte no primeiro dia do período de tributação de 2020, a contagem do seu prazo de reporte fica suspensa durante os períodos de tributação de 2021 e 2022, traduzindo-se num aumento de 2 anos do prazo de reporte dos prejuízos fiscais apurados em 2014 e anos seguintes.

Em 31 de dezembro de 2022, não existiam prejuízos fiscais reportáveis.

Desde 1 de janeiro de 2004 a Empresa deixou de aplicar o regime previsto no Artigo 23.º do Código do Imposto Sobre o Valor Acrescentado (CIVA), pelo facto do valor do contrato de prestação de serviço noticioso e informativo de interesse público celebrado com o Estado ter passado a estar sujeito a IVA à taxa normal.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são prolongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2018 a 2022 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

Ações de inspeção

i) No início de 2021 iniciou-se uma ação de inspeção por parte da Autoridade Tributária (AT) relativa às declarações de IRC respeitantes aos exercícios de 2018 e 2019 que ainda se encontra a decorrer, tendo sido enviada toda a informação solicitada até ao momento.

ii) Após a conclusão das ações de inspeção efetuadas por parte da Autoridade Tributária (AT) até ao término do exercício de 2019, encontram-se encerrados todos os anos anteriores a 2017 em termos de matéria fiscal.

iii) Durante o exercício de 2015, a Empresa foi objeto de uma ação de inspeção por parte da Autoridade Tributária (AT) relativa às declarações de IRC respeitantes aos exercícios de 2011 e 2012, tendo sido notificada a pagar €910.728, incluindo juros e coimas, conforme seguidamente discriminado:

Descrição	2011	2012	Total
Capital	87 140	731 895	819 035
Juros:			
Compensatórios	11 726	78 678	90 404
Mora	89	824	913
Coimas	188	188	376
Total	99 143	811 585	910 728

Relativamente à declaração de IRC de 2011, a AT não aceitou como custo fiscal o desreconhecimento do Arquivo de Imagem e a provisão constituída para o processo de impugnação judicial do IVA de 2001 e 2002.

Analisada a fundamentação apresentada no Projeto de Relatório de Inspeção Tributária, a Empresa entendeu não contestar a decisão relativa à provisão, mas discordou da mesma quanto ao desreconhecimento do Arquivo Imagem.

MP
H.S.
W

No que respeita à declaração de IRC de 2012, a AT não aceitou como custo fiscal o desreconhecimento de ativos relativos a dívidas reclamadas judicialmente ao Estado e a anulação de faturação a entidades institucionais. Neste caso, a Empresa entendeu não contestar a decisão da AT.

Assim, a Empresa deu conhecimento do seu entendimento à AT e, simultaneamente, entregou as declarações de substituição respeitantes aos exercícios de 2011 e 2012, tendo em dezembro de 2015 pago o imposto devido. Em 2016, quando notificada a Empresa pagou os correspondentes juros, dos quais foi constituída provisão para acautelar o risco associado no Balanço a 31 de dezembro de 2015.

No decurso de 2016, a Empresa recebeu o Relatório de Inspeção Tributária que manteve as conclusões do Projeto de Relatório e foi notificada para pagar capital e juros relativos ao desreconhecimento do Arquivo Imagem, no montante de €706.850. A diferença entre o valor da provisão (€708.037) e o valor da notificação da AT, no montante de €1.187, resulta do facto de não ter sido possível conciliar o valor da AT.

Em agosto de 2016, e apesar de ter sido pago à AT o montante relativo a este processo, tendo revertido na totalidade a provisão constituída no exercício anterior, a Empresa apresentou contestação ao mesmo. Idêntica ação foi utilizada pela Empresa, tendo contestado também o processo de desreconhecimento de ativos relativos a dívidas ao Estado.

No final de agosto de 2017 foi recebida a decisão final da AT tendo sido proferido o indeferimento à reclamação graciosa apresentada pela Lusa no ano de 2016. Perante este despacho o Conselho de Administração decidiu não impugnar judicialmente nem recorrer hierarquicamente à AT desta decisão.

iv) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2003, a Empresa foi notificada pela Administração Fiscal a pagar, aproximadamente, €2,6 milhões (excluindo juros e coimas), em resultado de revisões efetuadas em sede de IVA a determinadas transações ocorridas nos exercícios de 2001 e 2002. A Empresa, suportada no parecer dos seus advogados, recorreu daquelas notificações, por considerar que as mesmas não têm fundamento. O processo de impugnação judicial do IVA de 2001 e 2002 encontrava-se em fase de recurso, após o Tribunal Tributário de Lisboa, em julho de 2011, ter julgado improcedente a ação da Lusa. Para acautelar esta contingência, foi constituída uma provisão em dezembro de 2011.

Em 15 de dezembro de 2016, a Empresa aderiu ao Programa Especial de Redução do Endividamento ao Estado, "PERES" na modalidade de pagamento em 36 prestações, aprovado pelo Dec. Lei n.º 67/2016 de 3 de novembro, por forma a regularizar a situação tributária acima descrita. Neste sentido, a provisão que havia sido constituída em 2011 foi revertida. Por outro lado, foi englobado no processo n.º 3271200401017896 o montante total de €3.956.286 dos quais €1.354.896 referem-se a custas, juros de mora e compensatórios, que foram objeto de um benefício de 80% no valor de €1.056.856. A 31 de dezembro de 2019 as 36 prestações acordadas encontravam-se pagas tendo sido liquidado o montante de €200.897 no decorrer de 2019, correspondente às 9 últimas prestações. A garantia bancária apresentada foi cancelada e o processo de execução fiscal extinto.

Impostos diferidos

Conforme referido na Nota 3.1.10., o imposto sobre o rendimento do exercício foi apurado de acordo com o preconizado na NCRF 25 - Impostos Sobre o Rendimento. Na mensuração do custo de imposto, além do imposto corrente determinado com base no resultado antes de imposto corrigido de acordo com a legislação fiscal, são também considerados os efeitos resultantes das diferenças temporárias entre o resultado antes de imposto e o lucro tributável



originadas no exercício ou decorrentes de exercícios anteriores, bem como o efeito dos prejuízos fiscais reportáveis existentes à data de balanço.

O montante de imposto, quer corrente, quer diferido, que resulte de transações ou eventos reconhecidos em reservas, é registado diretamente nestas rubricas não afetando o resultado do exercício.

À data de balanço, os impostos diferidos são atualizados por eventuais alterações na taxa de tributação que se espera estar em vigor à data da sua reversão, bem como por eventuais alterações na legislação fiscal relevante.

Tal como estabelecido na referida NCRE, são reconhecidos ativos por impostos diferidos, sempre que exista razoável segurança de que possam vir a ser utilizados na redução do resultado tributável futuro ou quando existam impostos diferidos passivos, cuja reversão seja expectável no mesmo exercício dos impostos diferidos a constituir.

No cálculo dos impostos diferidos não se procedeu ao reconhecimento dos ativos por impostos diferidos associados a imparidades de dívidas a receber, por se considerar que existe o risco de não serem recuperáveis.

a) Reconciliação da taxa de imposto

	2022	2021
Resultado antes de impostos	173 840	453 632
Imposto sobre o Rendimento das pessoas coletivas	22,5%	22,5%
Débito de imposto esperado	39 114	102 067
Diferenças permanentes (i)	(141 967)	(209 436)
Ajustamentos à colecta (ii)	38 618	37 319
Imposto sobre o rendimento do exercício	(64 235)	(70 050)
Imposto corrente (Nota 16)	66 512	72 327
Imposto diferido gerado no exercício	(2 277)	(2 277)
	64 235	70 050

(i) Este montante tem a seguinte composição:

Multas e outras penalidades	1 713	1 761
Provisões líquidas	181 817	236 556
Outras correções, líquidas	(814 494)	(1 169 143)
	(630 964)	(930 826)
Taxa nominal de imposto	22,5%	22,5%
	(141 967)	(209 436)

(ii) Os ajustamentos à coleta resultam dos gastos que no âmbito da legislação em vigor são tributados autonomamente.

b) Movimento dos impostos diferidos

2022	Saldo inicial	Ajustamentos	Constituição/ Reversão	Saldo final
Impostos diferidos passivos (i) (Nota 16):				
Excedentes de revalorização	58 247	-	(2 277)	55 970
	58 247	-	(2 277)	55 970

(i) à taxa de imposto de 22,5%

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'N', 'P', and 'R'.

2021	Saldo inicial	Ajustamentos	Constituição/ Reversão	Saldo final
Impostos diferidos passivos (i) (Nota 16):				
Excedentes de revalorização	60 524	-	(2 277)	58 247
	60 524	-	(2 277)	58 247

(i) à taxa de imposto de 22,5%

7. Ativos intangíveis

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, os movimentos ocorridos nos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas, foram os seguintes:

31 de dezembro de 2022	Projetos de desenvolvimento
Ativo bruto	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	434 766
Aquisições	11 250
Transferências	36 750
Saldo em 31 de dezembro de 2022	482 766
Amortizações acumuladas e perdas de imparidade	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(47 655)
Reforços	(151 907)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(199 562)
Valor líquido em 31 de dezembro de 2022	283 204

No decurso do ano de 2022, o aumento da rubrica “Projetos de desenvolvimento”, resultou sobretudo da aplicação de apoio ao sistema editorial na transcrição de textos e do sistema de planeamento e controlo orçamental.

No decurso do ano de 2021, efetuou-se o abate dos projetos de desenvolvimento obsoletos e que se encontravam totalmente amortizados, no montante de 633.758 euros.

8. Ativos fixos tangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os movimentos ocorridos nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas, foram os seguintes:

31 de dezembro de 2022	Terrenos e Recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativo bruto								
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1 493 641	8 011 018	3 989 806	203 452	464 086	3 081 680	123 577	17 367 260
Aquisições	-	9 494	206 952	-	851	-	309 631	526 929
Transferências	-	2 425	13 045	-	118	-	(52 338)	(36 750)
Abates	-	-	(663 395)	-	(1 802)	-	-	(665 197)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1 493 641	8 022 937	3 546 408	203 452	463 252	3 081 680	380 870	17 192 241
Depreciações acumuladas e perdas de imparidade								
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	(3 426 265)	(3 356 698)	(200 119)	(435 135)	(3 011 745)	-	(10 429 962)
Reforços	-	(204 853)	(262 389)	(3 333)	(6 558)	(24 539)	-	(501 672)
Regularizações por alien, transf e abates	-	-	663 302	-	1 802	-	-	665 104
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	(3 631 118)	(2 955 785)	(203 452)	(439 891)	(3 036 284)	-	(10 266 530)
Valor líquido em 31 de dezembro de 2022	1 493 641	4 391 819	590 623	-	23 362	45 396	380 870	6 925 711

No decurso do ano de 2022, procedeu-se ao abate de bens descontinuados que faziam parte do equipamento básico e do equipamento administrativo. O valor líquido contabilístico de €94 refere-se a abate de equipamento informático e equipamento de ar condicionado por inoperacionalidade.

Em 2022, o aumento na rubrica de “Equipamento básico” resultou, sobretudo, da aquisição de equipamento fotográfico, audiovisual e informático. O aumento na rubrica de “Edifícios e outras construções” resultou de obras no edifício da sede da Lusa e na delegação de Díli. O aumento na rubrica “Equipamento Administrativo” justifica-se pela aquisição de diverso material de escritório, sobretudo, cadeiras e secretária ergonómicas e pequenos eletrodomésticos para delegações no estrangeiro.

O valor da rubrica “Ativos fixos tangíveis em curso” refere-se essencialmente ao investimento em equipamentos de cibersegurança, bolsa de horas do sistema editorial, portáteis e equipamentos para diretos de TV.

31 de dezembro de 2021	Terrenos e Recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativo bruto								
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1 493 641	7 960 163	3 848 443	203 452	461 588	3 057 365	244 456	17 269 108
Aquisições	-	33 555	125 167	-	6 870	24 315	247 976	437 883
Transferências	-	17 300	23 089	-	-	-	(368 855)	(328 466)
Abates	-	-	(6 893)	-	(4 372)	-	-	(11 265)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1 493 641	8 011 018	3 989 806	203 452	464 086	3 081 680	123 577	17 367 260
Depreciações acumuladas e perdas de imparidade								
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	(3 224 756)	(3 068 151)	(190 119)	(429 564)	(2 980 958)	-	(9 893 548)
Reforços	-	(201 509)	(294 473)	(10 000)	(9 942)	(30 787)	-	(546 711)
Regularizações por alien, transf e abates	-	-	5 926	-	4 371	-	-	10 297
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	(3 426 265)	(3 356 698)	(200 119)	(435 135)	(3 011 745)	-	(10 429 962)
Valor líquido em 31 de dezembro de 2021	1 493 641	4 584 753	633 108	3 333	28 951	69 935	123 577	6 937 298

A Lusa adota o método da revalorização na mensuração dos imóveis que compõem o ativo fixo tangível, abaixo discriminados:

- Em Portugal: “Edifício Lusa”, em Lisboa, correspondente à sede da Empresa, sito na R. Dr. João Couto, Lote C, Lisboa, constituído por 10 frações (A, B, C, D, E, F, G, H, I, J), distribuídas por 9 andares;
- Em Díli - Edifício em terreno arrendado (não propriedade da Lusa) na Avenida de Portugal, Díli, em Timor-Leste.

“Edifício Lusa” em Lisboa

Em 2000 foram fixados os primeiros montantes revalorizados para o “Edifício Lusa”, em Lisboa.

Em 31 de dezembro de 2012 os valores relativos ao “Edifício Lusa”, em Lisboa, eram os seguintes:

Custo aquisição do terreno	Custo aquisição do edifício	Total custo aquisição
1.445.059,24	6.662.331,49	8.107.390,73

Reavaliação terreno ano 2000	Reavaliação edifício ano 2000	Valor terreno após reavaliação	Valor bruto edifício após reavaliação	Amortizações Acumuladas 31.12.2012	Valor líquido Contabilístico 31.12.2012
219.698,02	831.369,39	1.664.757,26	7.493.700,88	1.989.985,82	7.168.472,32

No exercício de 2013, procedeu-se a uma revisão dos valores dos imóveis.

Com base em relatório de avaliação do “Edifício Lusa”, em Lisboa, realizado por avaliador independente, procedeu-se a uma nova revalorização, na circunstância, com diminuição do valor, tendo sido adotados os seguintes procedimentos:

- O novo valor, de €6.566.175, foi imputado, por motivo de prudência, ao momento imediatamente anterior ao do cálculo da depreciação do exercício de 2013;
- O gasto de depreciação do exercício de 2013 foi, assim, determinado com base no novo valor resultante daquela avaliação;
- A repartição do novo valor resultante da avaliação foi dividido numa parcela relativa ao terreno e noutra respeitante ao edifício, tendo sido adotada, na repartição, as taxas que refletiam a divisão em 31 de dezembro de 2012 do valor do imóvel, líquido de depreciações do edifício, sem a consideração de qualquer prévia revalorização: 22,75% para o terreno e 77,25% para a edificação (valor atribuído contabilisticamente aquando da aquisição e valor de obras subsequentes registadas como ativo fixo tangível, líquidos de depreciações acumuladas, procurando, deste modo, albergar o natural decréscimo do valor do edifício, pela passagem do tempo);
- As depreciações anuais de 2013 e anos seguintes corresponderam à distribuição do valor líquido do edifício nos moldes em que vinha sendo efetuada, em função, pois, da vida útil remanescente, mantendo o período de vida útil total inalterado.

Neste contexto, resultou a seguinte expressão contabilística do imóvel “Edifício Lusa”, em Lisboa, em 31 de dezembro de 2013:

Novo valor do terreno	Novo valor bruto do edifício	Amortizações Acumuladas 31.12.2012	Valor Líquido Contabilístico antes AE 2013	AE 2013	Valor Líquido Contabilístico 31.12.2013
1.493.641,23	6.956.824,11	1.884.290,34	6.566.175,00	143.817,26	6.422.357,74

Estas alterações implicaram que a reserva de revalorização não realizada tenha passado para €211.165 (a reserva de revalorização no termo de 2012 era de €815.868, incluindo uma parte realizada de €235.199) e o passivo por impostos diferidos tenha ficado em €39.641 (€163.868 no termo de 2012).

As rubricas “Terrenos e recursos naturais” e “Edifícios e outras construções” englobam as frações do “Edifício Lusa” que foram cedidas a título definitivo pelo Estado Português pelo montante global de €2.982.811, de acordo com o Auto de Cessão da Direção-Geral do Património, de 25 de novembro de 1997, e de acordo com a Portaria n.º 995/97, de 26 de novembro.

De acordo com a legislação supra referida, e nos termos do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 97/70 de 13 de março, se aos bens cedidos não for dado o destino que justificou a cessão, ou se o cessionário culposamente deixar de cumprir qualquer condição ou encargo, o Secretário de Estado do Tesouro pode, ouvido o cessionário, ordenar a reversão dos bens cedidos, para o domínio do Estado, não tendo o cessionário direito, salvo caso de força maior, à restituição de importâncias pagas ou à indemnização por benfeitorias realizadas, sendo que o direito de reversão só pode ser exercido dentro de um ano, a contar do conhecimento oficial do facto que lhe deu causa.

Em 2018, foram efetuadas avaliações por entidades independentes, para todos os imóveis da Empresa. Relativamente ao “Edifício Lusa”, em Lisboa, apesar do valor ser superior ao registado contabilisticamente, optou-se por não se considerar a referida valorização, por uma questão de prudência. Na base desta decisão esteve, por um lado, não se considerar que o valor fosse sustentável a médio prazo e, por outro, o facto da avaliação do imóvel considerar que “não existem quaisquer constrangimentos à livre transação em mercado imobiliário aberto entre um comprador e um vendedor potenciais, não tendo ambos, limitações ou constrangimentos que derivem de interesses específicos no imóvel, estatutos jurídicos condicionantes ou limitativos”, não considerando o previsto no auto de cessão da Direção Geral do Património de 25 de novembro de 1997, nem o facto de metade das frações do imóvel estarem oneradas e condicionadas.



Edifício em Díli

O valor do edifício de Díli foi inicialmente, igualmente, registado ao custo histórico, líquido de depreciações. Procedeu-se, também, a uma avaliação por avaliador independente, da qual resultou um aumento do montante contabilístico.

Deve referir-se que, em Díli, a propriedade do terreno não é da Lusa, pagando esta uma renda pela sua ocupação mediante a edificação.

Em 31 de dezembro de 2012 os valores relativos ao imóvel de Díli eram os seguintes:

Ano aquisição	Valor do edifício	Total bruto 31.12.2012	Amortizações Acumuladas 31.12.2012	Valor Líquido Contabilístico 31.12.2012
31-12-2002	295.429,07	295.429,07	59.578,18	235.850,89

Os procedimentos de registo da revalorização foram os seguintes:

- O valor da avaliação foi de €496.778, conversão do montante de \$680.785 à taxa de final do ano de 2013;
- Àquele valor atribuído ao imóvel foi, todavia, efetuada uma dedução, de €124.343, para, prudentemente, acautelar a hipótese de o valor da avaliação poder conter total ou parcialmente o valor do terreno, sendo aquele montante o valor atual das rendas futuras, em perpetuidade, tendo por base uma taxa de atualização de 10%;
- Obteve-se, assim, um valor de €372.435 para o edifício;
- O valor do edifício assim obtido, foi imputado, por motivo de prudência, ao momento imediatamente anterior ao do cálculo da depreciação do exercício de 2013;
- O gasto de depreciação do exercício de 2013 foi, como nos outros casos, determinado com base no novo valor resultante daquela avaliação;
- As depreciações anuais de 2013 e anos seguintes corresponderam à distribuição do valor líquido do edifício nos moldes em que vinha sendo efetuada, em função, pois, da vida útil remanescente, mantendo o período de vida útil total inalterado.

Neste contexto, resultou a seguinte expressão contabilística do imóvel de Díli, em 31 de dezembro de 2013:

Novo valor bruto do edifício	Amortizações Acumuladas 31.12.2012	Valor Líquido Contabilístico antes AE 2013	AE 2013	Valor Líquido Contabilístico 31.12.2013
466.515,73	94.080,67	372.435,06	9.330,31	363.104,74

Estas alterações implicaram a constituição de reserva de revalorização não realizada de €133.162 e um passivo por impostos diferidos de €41.078.

Em 2018, conforme referido em 3.1.1 foram efetuadas avaliações por entidades independentes para todos os imóveis da Empresa. Relativamente ao Edifício em Díli considerou-se que o valor apurado não é materialmente diferente do valor registado contabilisticamente, pelo que se optou por não refletir contabilisticamente qualquer valorização.

Assim, em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a valorização dos imóveis é a seguinte:

Em 31 de dezembro de 2022, os valores respeitantes aos imóveis têm a seguinte decomposição:



Locais	Terrenos	Edifícios Valor bruto	Amortizações acumuladas	Edifícios Valor líquido	Valor de balanço	Reserva Revaloriz	Imposto Diferido
Lisboa	1 493 641	7 529 449	3 437 330	4 092 119	5 585 760	161 251	25 164
Dili	-	483 089	189 368	293 721	293 721	102 366	30 806
Maputo (a)	-	10 399	4 420	5 979	5 979	-	-
Totais	1 493 641	8 022 937	3 631 118	4 391 818	5 885 460	263 617	55 970

(a) Obras de benfeitorias na delegação de Maputo

Em 31 de dezembro de 2021, os valores respeitantes aos imóveis têm a seguinte decomposição:

Locais	Terrenos	Edifícios Valor bruto	Amortizações acumuladas	Edifícios Valor líquido	Valor de balanço	Reserva Revaloriz	Imposto Diferido
Lisboa	1 493 641	7 522 909	3 244 014	4 278 896	5 772 537	167 949	26 682
Dili	-	477 710	178 873	298 837	298 837	105 788	31 565
Maputo (a)	-	10 399	3 380	7 019	7 019	-	-
Totais	1 493 641	8 011 019	3 426 266	4 584 752	6 078 394	273 737	58 247

(a) Obras de benfeitorias na delegação de Maputo

9. Outros investimentos financeiros

Os investimentos financeiros são mensurados ao custo de aquisição, sendo registadas imparidades sempre que necessário, e, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, foram registados os seguintes movimentos:

Investimentos financeiros		31/12/2022	31/12/2021				
EPA - European Pressphoto Agency		-	-				
IPPS - Instituto para as Políticas Públicas e Sociais		10 000	10 000				
FCT - Fundo de Compensação do trabalho		34 791	27 355				
Total		44 791	37 355				
		31/12/2022	31/12/2021				
		Valor bruto	Perdas de imparidade acumuladas	Valor realizável	Valor bruto	Perdas de imparidade acumuladas	Valor realizável
EPA - European Pressphoto Agency		140 000	(140 000)	-	140 000	(140 000)	-
		140 000	(140 000)	-	140 000	(140 000)	-

EPA - European Pressphoto Agency - entidade criada para a prestação de serviços de fotografia e imagem. A participação da Lusa refere-se a sete ações, no valor nominal de €15 mil cada, que representam 1,37% do respetivo capital social e encontra-se contabilizada ao custo de aquisição, deduzida da perda por imparidade constituída nos anos de 2015 e 2019. De realçar que durante o ano 2014 houve uma redução do valor unitário da ação, conforme minutas da Assembleia Geral da EPA realizada a 31 de julho de 2014. Em 2014, o valor nominal de cada ação era de €20 mil, representando 1,89% do respetivo capital social. Dado os resultados apresentados e auditados em 2018 e o plano de negócios que estimava a continuação de prejuízos em 2019, foi decidido efetuar a imparidade pelo valor remanescente de €105.000, estando, assim, a participação com uma imparidade a 100%.

IPPS - Instituto para as Políticas Públicas e Sociais - entidade que tem por objeto a produção, transmissão e transferência de conhecimento científico e técnico que proporcione valor económico, social e cultural à sociedade, de modo a contribuir para a promoção de uma elevada qualidade na conceção, avaliação, regulação, supervisão e concretização das políticas públicas e de intervenção social, tendo em vista o bem-estar das populações, bem como na gestão e desenvolvimento das instituições públicas e das organizações não-governamentais. A Lusa detém uma unidade de participação do capital da entidade, no montante de €10.000.

O valor do fundo de compensação do trabalho visa garantir ao trabalhador uma parte das compensações (até 50%) a que ele tem direito em caso de cessação do contrato de trabalho, a todos os contratos celebrados após 1 de outubro de 2013, que no caso da Lusa correspondiam a 58 e 52 trabalhadores em 2022 e 2021, respetivamente.

10. Clientes

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica tinha o seguinte detalhe:

	31/12/2022			31/12/2021		
	Valor bruto	Perdas de imparidade acumuladas	Valor realizável	Valor bruto	Perdas de imparidade acumuladas	Valor realizável
Clientes c/c	1 277 131	-	1 277 131	1 244 706	-	1 244 706
Clientes - cobrança duvidosa	505 779	(505 779)	-	504 185	(504 185)	-
	1 782 910	(505 779)	1 277 131	1 748 891	(504 185)	1 244 706

O montante das perdas por imparidade acumuladas está detalhado na Nota 17.1.

11. Outros ativos não correntes e correntes

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica outros ativos correntes tinha o seguinte detalhe, não existindo ativos não correntes no período em análise:

	31/12/2022	31/12/2021
Outros ativos correntes:		
Estado e outros entes públicos	122 179	49 933
<i>Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas - IRC (a)</i>	18 733	44 070
IVA	103 446	5 863
Pessoal	18 544	13 996
Outros créditos a receber	254 202	253 548
Verba a receber por parte do Estado (Contrato de Prestação de Serviço Público)	5 368	28 024
Gastos a reconhecer	404 585	348 465
	804 878	693 965

(a) O montante de IRC tem a seguinte composição:

Pagamentos por conta	12 876	18 147
Retenções na fonte	5 857	25 923
	18 733	44 070

Em 2022, o valor do ajustamento à Indemnização Compensatória inclui uma correção referente ao ajustamento de 2020, por via de acertos nos gastos incorridos com a PPUE, no montante de €22.656, sendo assim o saldo a 31 de dezembro de 2022 de €5.368. Em 2020, tinha sido reconhecido o valor de €28.024 a receber por parte do Estado, uma vez que o custo do serviço público do ano foi superior ao valor da Indemnização Compensatória de 2020.

O valor de €405 mil da rubrica gastos a reconhecer refere-se, essencialmente, a seguros, contratos de assistência, faturas da EPA, entre outros.

12. Capital próprio

Composição do Capital

Em 31 de dezembro de 2022 o capital da Empresa é de €5.324.225, totalmente subscrito e realizado, e era composto por 2.126.690 ações com o valor nominal de €2,5 cada.

Identificação de pessoas coletivas com mais de 20% do capital

As seguintes pessoas coletivas detêm mais de 20% do capital subscrito em 31 de dezembro de 2022:

NOME	%	MONTANTE
DIREÇÃO GERAL DO TESOURO E FINANÇAS	50,15	2 670 000
GLOBAL MEDIA GROUP	23,36	1 243 550
PÁGINAS CIVILIZADAS, LDA.	22,35	1 190 160

A 31 de dezembro de 2021, a Empresa Páginas Civilizadas, Lda., procedeu à aquisição das 476.074 ações escriturais, cada uma com o valor nominal de €2,5 detidas até então pela Impresa - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.

Reserva legal

A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso da liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis

No decurso do exercício de 2013, a Empresa efetuou uma reavaliação livre aos imóveis da Lusa, registadas nas rubricas "Terrenos e recursos naturais" e "Edifícios e outras construções", com base em avaliações do seu valor de mercado, de que resultou um saldo em 31 de dezembro de 2013 de excedente de revalorização de €1.542.857.

Desde o exercício de 2015 que o excedente de revalorização evidencia uma diminuição significativa face ao ano de 2013, em resultado da alienação do imóvel de Macau em 2015. O montante do excedente de revalorização apresentado em 2022 e 2021 ascendeu a €207.647 e €215.490, respetivamente.

Resultados transitados

As variações registadas no Capital Próprio em 2022, encontram-se detalhadas nas Demonstrações das Alterações no Capital Próprio, no capítulo IV - Demonstrações Financeiras.

Aplicações de resultados

Na reunião de Assembleia Geral realizada a 28 de março de 2022 foi deliberado que o resultado líquido positivo de €383.582, referente ao exercício económico findo em 31 de dezembro 2021, fosse transferido para Reservas Legais o montante de €19.179 e €364.403 para a rubrica de Resultados Transitados.

Na reunião de Assembleia Geral realizada a 26 de março de 2021 foi deliberado que o resultado líquido positivo de €76.000, referente ao exercício económico findo em 31 de dezembro 2020, fosse transferido para Reservas Legais o montante de €3.800 e €72.200 para a rubrica de Resultados Transitados.



13. Empréstimos

Em 2022, entre o final dos 1.º e 3.º trimestres, devido a dificuldades de tesouraria resultantes do não recebimento de contrapartida financeira referente à prestação do serviço público, e até a obtenção do visto do Tribunal de Contas sobre o Contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público com o Estado, para o período 2022/2027, a Lusa recorreu a financiamento bancário remunerado.

Este foi devidamente autorizado pelo Despacho n.º 241/2022, de 3 de março, da Secretaria de Estado do Tesouro, através da celebração, por seis meses, de um contrato de financiamento bancário sob a forma de conta corrente caucionada, no montante de um milhão de euros, com parecer prévio favorável do Conselho Fiscal.

Como o montante acima referido apenas permitia assegurar os compromissos imediatos, a Lusa solicitou novo financiamento no valor de 4 milhões de euros. O novo pedido teve o Despacho do Senhor Ministro da Cultura n.º 20/2022/MC, de 26 de abril, exarado junto do Despacho do Senhor Secretário de Estado do Tesouro n.º 33/2022-SET, de 22 de abril. Em 27 de abril de 2022, foi tomada uma deliberação social unânime por escrito, com o ponto único de autorização para a celebração do contrato de financiamento, composto por uma conta corrente caucionada.

Em 7 de junho de 2022, uma vez que ainda não tinha sido obtido o visto do Tribunal de Contas (TdC) relativamente ao Contrato com o Estado para o período 2022-2027, foi solicitado um aumento do valor da conta corrente caucionada do Banco BPI, S.A. de 3 milhões de euros, e propôs-se igualmente que fosse aprovado um milhão de euros à CGD, sendo utilizado se e só se não houvesse o visto do Tribunal de Contas em tempo útil. Este pedido teve despachos favoráveis do Senhor Ministro da Cultura n.º 121/2022/MC, de 1 de agosto, exarado junto do Despacho do Senhor Secretário de Estado do Tesouro n.º 222/2022-SET, de 1 de agosto. Em 8 de agosto de 2022, foi tomada uma deliberação social unânime por escrito, com o ponto único de autorização para a celebração dos dois contratos de financiamento, acima referidos, no valor global de 4 milhões de euros.

O novo contrato foi visado pelo Tribunal de Contas a 24 de agosto de 2022. O recebimento da Indemnização Compensatória referente aos três primeiros trimestres de 2022 ocorreu a 21 de setembro do corrente ano.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não existem valores em dívida com instituições de crédito.

14. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica tinha o seguinte detalhe:

	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores	615 848	582 825
Fornecedores de investimentos	377 164	382 352
	993 012	965 177

15. Locações financeiras e Locações operacionais

Em 31 de dezembro de 2022 a Empresa não mantinha contas a pagar relativas a contratos de locação financeira.

Em 31 de dezembro de 2022 os contratos de locações operacionais, respeitantes a viaturas ao serviço da Empresa, têm o seguinte detalhe:

Contrato nº	Matrícula	Prestador de Serviço	Valor do Contrato	Dívida a 31-12-2022	Data de Início	Data de Fim	Dívida a 31-12-2021
2014357068	74-PP-61	ARVAL SERVICE LEASE, SA	35 100	98	19/03/2015	18/01/2023	3 204
2014357067	61-PQ-32	ARVAL SERVICE LEASE, SA	33 800	177	30/03/2015	29/01/2023	3 071
2014357066	40-PR-36	ARVAL SERVICE LEASE, SA	33 800	234	13/04/2015	13/02/2023	3 237
5000624	59-TI-83	ALD AUTOMOTIVE	17 124	859	07/08/2017	31-03-2023	3 444
5002965	74-TX-35	ALD AUTOMOTIVE	15 558	676	11/12/2017	31-03-2023	2 848
5000349	28-TE-78	ALD AUTOMOTIVE	15 558	735	28/07/2017	31-03-2023	3 180
5000348	28-TE-79	ALD AUTOMOTIVE	15 558	750	28/07/2017	31-03-2023	3 233
4131/1	43-VD-15	LEASEPLAN	13 615	6 286	17/09/2018	16/06/2023	7 749
4131/1	43-VD-36	LEASEPLAN	13 615	6 286	17/09/2018	16/06/2023	7 749
4131/1	45-VG-67	LEASEPLAN	13 309	7 043	05/11/2018	04/08/2023	8 300
4131/1	45-VG-76	LEASEPLAN	13 388	7 055	19/10/2018	18/07/2023	8 308
4131/1	82-VO-56	LEASEPLAN	12 324	6 974	29/11/2018	28/08/2023	8 037
4131/1	83-VO-60	LEASEPLAN	12 324	6 974	29/11/2018	28/08/2023	8 037
			245 072	44 147			70 397

As locações operacionais foram objeto de um prolongamento da vigência do contrato.

16. Outros passivos não correntes e correntes

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica tinha o seguinte detalhe:

	31/12/2022	31/12/2021
Outros passivos não correntes:		
Passivos por impostos diferidos (Nota 6)	55 970	58 247
Outros passivos correntes:		
Adiantamentos de clientes	677	-
Estado e outros entes públicos:		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas - IRC (Nota 6)	66 512	72 327
Retenção de impostos sobre rendimentos - IRS	165 137	166 775
Imposto sobre o valor acrescentado - IVA	-	720 201
Contribuições para a segurança social	223 034	218 740
Outras tributações	894	805
	455 577	1 178 848
Credores por acréscimos de gastos:		
Remunerações a liquidar	1 591 467	1 575 345
Outros acréscimos de gastos	158 294	145 895
	1 749 761	1 721 240
Pessoal	6 943	1 189
Outras dívidas a pagar:		
Outras dívidas a pagar	63 203	161 758
Contrato com o Estado (Ajustamento da IC conforme nº5 da cláusula 9ª)	389 826	2 623 898
	453 029	2 785 656
Rendimentos a reconhecer	142 462	119 648
	2 864 418	5 864 828

Na rubrica "Remunerações a liquidar", estão incluídos os valores referentes à estimativa de férias e subsídio de férias que se vencem em 2023.

O montante de €142.462, registado na rubrica "Rendimentos a reconhecer" refere-se, essencialmente, ao contrato de cedência de espaço celebrado em dezembro de 2020 com a Omtel, Estruturas de Comunicações, S.A., pelo prazo de 15 anos, e ao recebimento relativo ao projeto Iberifier, que teve início a 1 de setembro de 2021 e cuja duração será de 30 meses.

Na rubrica “Outras dívidas a pagar” está registada a estimativa relativa aos anos de 2022, 2021 e 2020 do ajustamento à Indemnização Compensatória a devolver ao Estado, no montante de €389.826. No ano de 2022, a variação do saldo em €2.234.072 refere-se ao efeito conjugado entre o registo do ajustamento da IC de 2022 e a devolução da IC, efetuada em setembro de 2022, referente ao contrato para o triénio 2017-2019, no montante de €2.234.904.

O contrato para o sexénio 2022-2027 foi visado pelo Tribunal de Contas a 24 de agosto de 2022, vigorando retroativamente desde janeiro.

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 127/2021, de 7 de setembro, autorizou a realização das despesas relativas à compensação financeira devida pelo Estado à Lusa para o período de vigência do contrato, de 2022 a 2027, correspondentes aos seguintes valores totais máximos, aos quais acresce IVA à taxa legal em vigor:

- a) Em 2022: €13.429.774;
- b) De 2023 a 2027: €13.564.071 por ano.

Uma vez que o Contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público celebrado entre o Estado e a Lusa para o triénio 2017-2019 terminou em 31 de dezembro de 2019, em 8 de março de 2021 a Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º 15/2021 atribuiu à Lusa, a título de indemnização compensatória (IC), pelo cumprimento das obrigações do serviço noticioso e informativo de interesse público, para vigorar durante o 1.º semestre de 2021 ou até a entrada em vigor do Contrato com o Estado, um valor mensal de €1.346.260,92, até ao montante de €8.077.565,50, com IVA incluído.

Constatando-se a impossibilidade de assegurar a entrada em vigor do contrato no dia 1 de julho, foi elaborada a RCM n.º 107/2021, de 9 de agosto, que atribuiu à Lusa, a título de IC, um valor mensal de €1.346.260,92, até ao montante máximo de €8.077.565,50, com o IVA incluído à taxa legal em vigor, pelo cumprimento das obrigações do serviço noticioso e informativo de interesse público do 2.º semestre.

A 16 de dezembro de 2021 o Conselho de Administração assinou uma Declaração de Compromisso, que visou colmatar a inexistência do Contrato de Prestação de Serviço Público para o ano de 2021. O documento foi objeto de análise técnica da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, após apreciação prévia pelo Gabinete do Senhor Secretário de Estado do Cinema, Audiovisual e Média, e submetida superiormente, tendo tido aprovação do Senhor Secretário de Estado do Tesouro, através do Despacho n.º 121/22 – SET, de 28 de janeiro.

17. Perdas por imparidade, processos judiciais e fiscais em curso e provisões

17.1. Perdas por imparidade de clientes e outros devedores e de investimentos financeiros

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, realizaram-se os seguintes movimentos nos saldos das rubricas de perdas por imparidade acumuladas, relativas a clientes e outros devedores:



2022	Perdas por imparidade em clientes (Nota 10)	Perdas por imparidade em dividas a receber	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(504 185)	(20 205)	(524 390)
Reforços (a) (Nota 22.2)	(35 479)	-	(35 479)
Anulação/regularização (b)	33 885	1 903	35 789
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(505 779)	(18 302)	(524 081)
(a) Esta rubrica tem a seguinte decomposição:			
Dívidas de clientes	(35 479)	-	(35 479)
	(35 479)	-	(35 479)
(b) Esta rubrica tem a seguinte decomposição:			
- Anulação de créditos considerados incobráveis	4 568	-	4 568
- Reversões de imparidades (Nota 22.1)	29 317	1 903	31 221
	33 885	1 903	35 789

2021	Perdas por imparidade em clientes (Nota 10)	Perdas por imparidade em dividas a receber	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(722 287)	(20 205)	(742 492)
Reforços (a) (Nota 22.2)	(84 790)	-	(84 790)
Anulação/regularização (b)	302 892	-	302 892
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(504 185)	(20 205)	(524 390)
(a) Esta rubrica tem a seguinte decomposição:			
Dívidas de clientes	(84 790)	-	(84 790)
	(84 790)	-	(84 790)
(b) Esta rubrica tem a seguinte decomposição:			
- Anulação de créditos considerados incobráveis	99 563	-	99 563
- Reversões de imparidades (Nota 22.1)	203 329	-	203 329
	302 892	-	302 892

Em termos de investimentos financeiros (cf. Nota 9.) existiu a constituição de imparidade em 2019 do valor remanescente da participação no capital da EPA pelo que a situação é a seguinte:

2022	Perdas de imparidade em investimentos financeiros (Nota 9)
Saldo em 31 de dezembro de 2021 (a)	(140 000)
Constituição	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(140 000)
(a) EPA	

2021	Perdas de imparidade em investimentos financeiros (Nota 9)
Saldo em 31 de dezembro de 2020 (a)	(140 000)
Constituição	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(140 000)
(a) EPA	

17.2. Processos judiciais

Em 31 de dezembro de 2022 encontram-se a decorrer as seguintes ações:

- Ação interposta pela Empresa contra o Estado referente à legalidade das liquidações de imposto e juros compensatórios, respeitante à não sujeição a IVA das contraprestações pagas pelo Estado, pelo serviço público prestado, no valor de €2.754.078 (Processo nº 3271200401017896 SFLX13). Este processo tem uma garantia inicial associada de €3.710.950 emitida pelo Banco BPI, S.A. e cujo beneficiário é a Autoridade Tributária. O plano PERES terminou em setembro de 2019 com o pagamento de 36 prestações de acordo com o plano de pagamentos.

M
P
J
A

Consequentemente, a dívida fiscal ajustada pelo perdão de juros foi extinta, bem como a garantia bancária, cancelada em outubro e cujo valor era de €2.094.697. A Empresa manteve o processo de contestação, tendo sido notificada para juntar novos elementos de prova o que foi concretizado em 2020 e também em 2019, encontrando-se a aguardar nova decisão sobre o processo.

Em dezembro de 2021 e, tendo por base o Acórdão proferido pelo Tribunal Central Administrativo Sul (TCAS) no âmbito do recurso interposto da sentença proferida pelo Tribunal Tributário de Lisboa, a qual havia julgado parcialmente procedente a Impugnação Judicial deduzida contra as liquidações adicionais de IVA de 2001 e 2002 e respetivas liquidações de juros compensatórios. No Acórdão o TCAS negou provimento aos recursos interpostos pela Lusa e pela Fazenda Pública e confirmou a sentença proferida pelo Tribunal Tributário de Lisboa. No que respeita ao recurso interposto pela Lusa, o TCAS concluiu que as indemnizações compensatórias configuram uma contraprestação sujeita a IVA. Neste ponto, o TCAS julgou improcedentes as alegações da Lusa quanto aos invocados erros de julgamento da sentença, quer em matéria de direito quer em matéria de facto, na parte respeitante à qualificação das indemnizações compensatórias, o que, conduziu à conclusão de que tais indemnizações se encontram sujeitas a IVA. Relativamente ao recurso da Fazenda Pública, o TCAS manteve o entendimento de que no caso vertente inexistente responsabilidade da Lusa no retardamento do imposto, mantendo assim a sentença que determinou a anulação das liquidações de juros compensatórios, no montante de € 152.688. Em fevereiro de 2022, foi interposto pela Empresa recurso para o Supremo Tribunal Administrativo. Em novembro de 2022, a Empresa foi notificada pelo Supremo Tribunal Administrativo da decisão que o recurso por nós efetuado não pode ser admitido. Face a esta decisão foi decidido não recorrer para o Tribunal Constitucional face às baixas probabilidades de sucesso dando por encerrado esta tramitação. Encontramo-nos a aguardar apenas a concretização da decisão, na parte em que foi determinada a anulação da liquidação de juros compensatórios já pagos pela empresa no âmbito do PERES.

- Ação interposta pela Empresa contra o Estado referente à titularidade de créditos, vencidos e não pagos, no montante global de €3.906.400 (Processo n.º 924/10.7BELSB).

Em setembro e outubro de 2021 foram ouvidas novamente testemunhas por parte da Lusa e do Estado e foram incluídos novos documentos para instrução do processo. Encontramo-nos à espera a decisão final.

- Ação interposta pela Empresa contra o Estado referente à dedutibilidade fiscal de créditos sobre o Estado considerados para efeitos de IRC relativo a 2012 (Processo n.º 2336/17.2BELRS, do Tribunal Tributário de Lisboa), no valor de €872 851,95. A Lusa foi notificada pela AT em julho de 2019 em como não concorda com o pedido de anulação da liquidação, pelo que a Agência mantém a reclamação constante da petição inicial no Tribunal Tributário de Lisboa. Foram entregues as alegações finais junto do Tribunal Tributário de Lisboa em fevereiro de 2021. Encontramo-nos nesta fase à espera de decisão final.

Na mesma data, encontram-se a decorrer diversos processos gerais de cobrança em contencioso de devedores da Lusa, dos quais se destacam os seguintes:

Cliente	Tipo Processo	2022	2021
Megafin	Ação Executiva	31 317	35 317
Gráfica Açoreana	Ação Executiva	9 529	9 529
Jornal I *	Ação Executiva	-	60 997
Diário Açores	Ação Executiva	54 647	55 388
S.T&S.F.	Ação Executiva	53 145	53 145
Masemba	PER	11 643	11 643
Descobrirpress	PER/Insolvência	5 731	5 731
Total		166 013	231 750

Nota: Os valores apresentados incluem juros à exceção da Gráfica Açoreana, que já se encontram liquidados.

* O processo relativo ao Jornal I findou por insolvência em 2022.

No ano de 2022, o PER da Descobrirpress ficou sem efeito pela declaração de insolvência apresentada no mês de outubro. A redução dos valores em litigância em 2022 deve-se, essencialmente, ao pagamento parcial efetuado pela Megafin, cuja ação se encontra suspensa.

17.3 Provisões

Em 31 de dezembro de 2022 as provisões para riscos e encargos apresentavam o seguinte detalhe:

Provisões para outros riscos e encargos	Saldo Inicial	Reforço (Nota 22.2)	Utilização	Diminuições (Nota 22.1)	Saldo Final
Pré-Reformas	11 282	-	(11 282)	-	-
Processos judiciais em curso e outras provisões	260 039	205 443 (a)	(3 593)	(8 751) (b)	453 138
Processo encerramento sucursal Brasil	30 090	-	-	-	30 090
Total	301 411	205 443	(14 875)	(8 751)	483 228

(a) Reforço diz respeito à estimativa referente ao Relatório de Auditoria do IGF, ao processo de avaliação de desempenho, ao processo judicial referente a nulidade de contrato e formação profissional contínua

(b) Decréscimo diz respeito à diminuição dos processos de avaliação de desempenho e processo judicial referente a nulidade de contrato.

O reforço verificado na rubrica "Processos judiciais em curso" decorre, essencialmente de estimativa de valores referentes a litigâncias laborais e ao ajustamento da estimativa referente ao Relatório de Auditoria do IGF.

O valor registado na rubrica "Processo encerramento sucursal Brasil" destina-se a cobrir todos os encargos com o encerramento da sucursal da Empresa no Brasil, que se estima que irá ocorrer no ano de 2023 dado que não houve nenhum desenvolvimento em 2022.

A 31 de dezembro de 2022, a Empresa não tem qualquer tipo de responsabilidade relacionada com pré-reformas.

Em 31 de dezembro de 2021, as provisões para riscos e encargos apresentavam o seguinte detalhe:

Provisões para outros riscos e encargos	Saldo Inicial	Reforço (Nota 22.2)	Utilização	Diminuições (Nota 22.1)	Saldo Final
Pré-Reformas	225 941	-	(164 222)	(50 437) (b)	11 282
Processos judiciais em curso e outras provisões	281 936	77 213 (a)	-	(99 110) (c)	260 039
Processo encerramento sucursal Brasil	30 090	-	-	-	30 090
Total	537 967	77 213	(164 222)	(149 547)	301 411

A utilização verificada na rubrica "Pré-Reformas" decorre de pagamentos efetuados durante o ano de 2021. A diminuição verificada na mesma rubrica deve-se ao acerto da estimativa da provisão calculada decorrente da responsabilidade para o ano de 2022 assumida para com uma situação de pré-reforma.

O reforço verificado na rubrica "Processos judiciais em curso" decorre, essencialmente de estimativa de valores referentes a litigâncias laborais e ajustamento da estimativa referente ao Relatório de Auditoria do IGF.

O valor registado na rubrica "Processo encerramento sucursal Brasil" destina-se a cobrir todos os encargos com o encerramento da sucursal da Empresa no Brasil.

18. Responsabilidades contingentes

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as responsabilidades por garantias prestadas pela Empresa eram as seguintes:

Entidades	Número	31/12/2022	31/12/2021
EMGFA - Estado Maior General das Forças Armadas (a)	02/137/64260	17 945	17 945
B.N.U - Serviços de Migração da RAEM (b)	07/0236	2 353	2 211
B.N.U - Serviços de Migração da RAEM (b)	18/0181	2 346	2 207
B.N.U - Serviços de Migração da RAEM (b)	20/0457	2 347	2 208
B.N.U - Serviços de Migração da RAEM (b)	18/0242	-	2 207
		24 991	26 778

(a) Contrato de prestação de serviços em vigor cujo beneficiário é o EMGFA.

(b) Valor depositado como garantia por 3 colaboradores que se encontram temporariamente em Macau (20.000 MOP por colaborador). Este valor será devolvido quando regressarem a Portugal.

19. Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os instrumentos financeiros eram os seguintes:

Ativos financeiros	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e seus equivalentes (Nota 3.1.5.2 e Nota 4)	769 152	3 534 018
Contas a receber de terceiros	1 677 424	1 590 207
	2 446 576	5 124 225

Passivos financeiros	31/12/2022	31/12/2021
Contas a pagar a terceiros	(3 658 323)	(6 652 110)
	(3 658 323)	(6 652 110)

O valor da rubrica "Contas a receber de terceiros" inclui os saldos devedores das rubricas de clientes, Estado e outros entes públicos e outras contas a receber.

O valor da rubrica "Contas a pagar a terceiros" inclui os saldos credores das rubricas de fornecedores, Estado e outros entes públicos e outras contas a pagar.



20. Subsídios

Em 31 de dezembro de 2022, os subsídios eram os seguintes:

Subsídio	2022						
	Subsídio total	Montante recebido	Montante por receber	Rédito do período	Rédito acumulado	Montante por reconhecer	Montante a devolver
Subsídios ao investimento:	145 925	7 280	138 645	48 435	57 341	88 584	-
Histórias da Coesão (Iberian Stories)	7 280	7 280	-	2 225	7 280	-	-
Projeto Contrafake	138 645	-	138 645	46 210	50 061	88 584	-
Projeto Euragora / Stars4Media	-	-	-	-	-	-	-
Projeto Iberifier	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios à exploração:	114 033	83 042	30 990	-	64 567	49 466	-
Histórias da Coesão (Iberian Stories)	31 271	31 271	-	-	31 271	-	-
Projeto Contrafake	31 750	15 620	16 130	-	19 436	12 314	-
Projeto Euragora / Stars4Media	13 860	13 860	-	-	13 860	-	-
Projeto Iberifier	37 152	22 291	14 861	-	-	37 152	-
Total	259 958	90 322	169 635	48 435	121 908	138 050	-
Histórias da Coesão	(a)	38 551	38 551	-	2 225	38 551	-
Projeto Contrafake	(b)	170 395	15 620	154 774	46 210	69 497	100 898
Projeto Euragora / Stars4Media	(c)	13 860	13 860	-	-	13 860	-
Projeto Iberifier	(d)	37 152	22 291	14 861	-	-	37 152

(a) Projeto concluído em 2020

(b) Projeto iniciado em maio de 2020 encontrando-se a ser reconhecido o investimento subsidiado

(c) Projeto iniciado e findo em 2020

(d) Projeto iniciado em setembro de 2021 e terá a duração de 30 meses.

Em 2019, a Lusa candidatou-se ao Programa SAMA 2020, tendo a candidatura sido selecionada em agosto de 2019. O Projeto teve início em maio de 2020, tendo sido concluído em 2022. Este projeto, que consistiu no desenvolvimento de uma aplicação sobre o teor de desinformação difundida em conteúdos, é um agregador de aplicações para análise e deteção de desinformação, análise preditiva de informação viral ao nível de cibersegurança e levantamento do estado da arte sobre ferramentas e conteúdos ao nível da desinformação noticiosa. O projeto, no montante total de €299 mil, teve um cofinanciamento de €170 mil. O trabalho envolveu o desenvolvimento de um protótipo baseado em IA com o INESC-ID e a InKnow para analisar a credibilidade dos conteúdos informativos ao nível de conteúdos e de contexto.

Em 2020 foi concluído o projeto Histórias Ibéricas da Coesão efetuado em parceria com a agência de notícias EFE e financiado por fundos europeus, tendo recebido o valor de €38.571. Em 2022, a Empresa procedeu à devolução do montante excedente de €20.

Durante 2020 a Lusa colaborou também no projeto Stars4Media cujo objetivo foi promover um novo jornalismo multilingue e transfronteiriço sobre questões de debate chave com vista também a melhorar as oportunidades comerciais. Um dos desafios foi o de tornar os debates europeus animados enquanto se encontram novas receitas para os meios de comunicação social, Parceria efetuada com a EFE, Universidade de Bruxelas e Lusa tendo recebido €14.400. Em 2022, a Empresa procedeu à devolução do montante de €540.

O projeto Iberifier resulta de uma candidatura internacional, ligada ao EDMO - Observatório Europeu para os Media Digitais - que trabalha sob a alçada direta da Comissão Europeia. A Lusa integrou, com mais 23 parceiros liderados pela Universidade de Navarra, o projeto Iberifier em 1 de setembro de 2021, com um total de financiamento de cerca de €1,5 milhões. Esta equipa ibérica, constituída por doze universidades, cinco organizações de verificação de notícias e agências noticiosas, mais outros cinco centros de investigação multidisciplinar. Este projeto terá a duração de 30 meses e o financiamento da Lusa será de cerca de €37 mil, num total de €49 mil (cf. Nota 16 - parte do valor de rendimentos a reconhecer).

Em 31 de dezembro de 2021, os subsídios eram os seguintes:

Subsídio	Subsídio total	Montante recebido	Montante por receber	Rédito do período	Rédito acumulado	Montante por reconhecer	Montante a devolver
Subsídios ao investimento:	227 747	89 103	138 645	6 277	90 728	137 019	-
Google	81 823	81 823	-	-	81 823	-	-
Histórias da Coesão (Iberian Stories)	7 280	7 280	-	2 426	5 055	2 225	-
Projeto Contrafake	138 645	-	138 645	3 851	3 851	134 794	-
Projeto Euragora / Stars4Media	-	-	-	-	-	-	-
Projeto Iberifier	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios à exploração:	312 771	270 528	42 243	19 267	262 745	49 466	560
Google	198 178	198 178	-	-	198 178	-	-
Histórias da Coesão (Iberian Stories)	31 291	31 291	-	696	31 271	-	20
Projeto Contrafake	31 750	4 367	27 383	18 571	19 436	12 314	-
Projeto Euragora / Stars4Media	14 400	14 400	-	-	13 860	-	540
Projeto Iberifier	37 152	22 291	14 861	-	-	37 152	-
Total	540 519	359 630	180 888	25 544	353 473	186 485	560
Google	(a) 280 001	280 001	-	-	280 001	-	-
Histórias da Coesão	(b) 38 571	38 571	-	3 123	36 326	2 225	20
Projeto Contrafake	(c) 170 395	4 367	166 027	22 422	23 287	147 108	-
Projeto Euragora / Strars4Media	(d) 14 400	14 400	-	-	13 860	-	540
Projeto Iberifier	(e) 37 152	22 291	14 861	-	-	37 152	-

- (a) Projeto concluído no final de 2017 encontrando-se apenas a ser reconhecido o investimento subsidiado
 (b) Projeto concluído em 2020 encontrando-se a ser reconhecido o investimento subsidiado
 (c) Projeto iniciado em maio de 2020 e estima-se o seu término em abril 2022
 (d) Projeto iniciado e findo em 2020
 (e) Projeto iniciado em setembro de 2021 e terá a duração de 30 meses.

21. Prestações de serviços

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as prestações de serviços efetuadas foram as seguintes:

	2022	2021
Mercado nacional	16 649 385	16 296 981
Mercado externo	545 871	535 150
	17 195 256	16 832 131

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, e conforme estipulado no contrato programa para o sexénio 2022-2027, e na Declaração de Compromisso de 2021, a rubrica “mercado nacional” encontra-se deduzida do ajustamento à indemnização compensatória no montante de €23.488 e €208.719, respetivamente.

	2022	2021
Indemnização compensatória líquida	13 406 286	12 925 534
Receitas próprias	3 788 970	3 906 597
	17 195 256	16 832 131
Mercado Nacional:		
Indemnização compensatória	13 429 773	13 134 253
Ajustamento à indemnização compensatória	(23 488)	(208 719)
Receitas próprias	3 243 100	3 371 447
Mercado Externo (receitas próprias)	545 871	535 150
	17 195 256	16 832 131

22. Outros rendimentos e gastos operacionais

22.1 Outros rendimentos

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os outros rendimentos obtidos e ganhos operacionais foram os seguintes:

	2022	2021
Subsídios à exploração (Nota 20)	828	19 359
Reversões de imparidade clientes (Nota 17.1.)	29 317	203 329
Reversões de imparidade por créditos incobráveis (Nota 17.1.)	1 903	-
Reversões de provisões (Nota 17.3.)	8 751	149 547
Rendimentos suplementares	14 445	13 612
Outros rendimentos e ganhos operacionais	251 642	69 915
	306 886	455 762

22.2 Outros gastos

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os outros gastos e perdas operacionais incorridos foram os seguintes:

	2022	2021
Gastos de depreciação e de amortização	653 579	594 367
Provisões (Nota 17.3.)	205 443	77 213
Perdas por imparidade clientes (Nota 17.1.)	35 479	84 790
Impostos	37 012	23 344
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	94	967
Dívidas incobráveis	45	-
Outros gastos e perdas operacionais	81 093	35 820
	1 012 745	816 501

23. Fornecimentos e serviços externos

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os gastos incorridos com fornecimentos e serviços externos foram os seguintes:

	2022	2021
Correspondentes e colaboradores	917 131	1 113 946
Trabalhos especializados	643 885	606 680
Rendas e alugueres	558 284	550 428
Deslocações, estadas e transportes	435 050	343 699
Serviço de agências noticiosas	309 187	301 544
Conservação e Reparação	280 438	263 545
Energia e fluidos	197 008	137 113
Comunicação	148 333	144 290
Honorários	119 426	238 476
Limpeza, higiene e conforto	103 688	97 923
Vigilância e segurança	96 185	92 779
Seguros	43 745	41 195
Publicidade e propaganda	7 238	3 439
Outros	138 498	107 704
	3 998 095	4 042 761

O valor dos honorários do Revisor Oficial de Contas (ROC) foi de €15.750 em 2022 e 2021.

24. Gastos com o pessoal

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os gastos incorridos com o pessoal foram os seguintes:

	2022	2021
Remunerações do pessoal	9 662 865	9 379 896
Encargos sobre remunerações	2 100 997	2 057 328
Remunerações dos órgãos sociais	157 271	160 292
Outros custos com o pessoal	387 901	377 497
	12 309 034	11 975 013

Em 31 de dezembro de 2022, o total de efetivos da Agência é de 264 (263 em dezembro de 2021).

Em 31 de dezembro de 2022, dos 264 trabalhadores efetivos 8 estão requisitados e com licenças sem retribuição e 6 trabalhadores de baixa por doença de média / longa duração.

Em dezembro de 2021, nos 263 trabalhadores efetivos incluem-se 8 requisitados e com licenças sem retribuição, 1 em situação de pré-reforma e 4 trabalhadores de baixa por doença de média / longa duração.

25. Resultados financeiros

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os resultados financeiros foram os seguintes:

	2022	2021
Juros e gastos similares suportados	(8 438)	-
Com empréstimos bancários	(8 438)	-
Juros e rendimentos similares obtidos		
De depósitos	10	14
Resultados financeiros	(8 428)	14

26. Resultado por ação

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o resultado por ação foi como se segue:

	2022	2021
Número de ações	2 129 690	2 129 690
Resultado líquido	109 605	383 582
Resultado por ação	0,05	0,18

27. Partes relacionadas

Os saldos pendentes com as entidades relacionadas e as transações efetuadas em 2022 e 2021, com essas mesmas entidades, estão evidenciados nos quadros seguintes (IVA incluído):

27.1 Saldos com partes relacionadas – IVA Incluído

ENTIDADE	NATUREZA	Clientes		Outras contas a Receber		Fornecedores		Outras contas a pagar	
		31 dez 2022	31 dez 2021	31 dez 2022	31 dez 2021	31 dez 2022	31 dez 2021	31 dez 2022	31 dez 2021
Estado Português	Acionista	-	-	5 368	28 024	-	-	389 826	2 623 898
Global Media Group	Acionista	646 757	558 440	-	-	1 246	1 002	-	-
Global Notícias - Media Group, S.A.		471 968	500 534	-	-	-	-	-	-
Rádio Notícias (TSF)		134 897	131 617	-	-	-	-	-	-
Diário de Notícias do Funchal		5 424	5 424	-	-	-	-	-	-
Açormédia		34 468	30 864	-	-	-	-	-	-
Notícias Direct		-	-	-	-	1 246	1 002	-	-
Impresa-Sociedade Gestora De Participações Sociais, S.A.	Acionista	-	76 469	-	-	-	-	-	-
Impresa Publishing, SA		-	17 508	-	-	-	-	-	-
SIC - Soc. Ind. De Comunicação, SA		-	58 961	-	-	-	-	-	-
Páginas Civilizadas, Lda.	Acionista	-	-	-	-	-	-	-	-
Publico-Comunicação Social, SA	Acionista	7 811	7 811	-	-	-	-	-	-
Rádio e Televisão de Portugal, SA	Acionista	39 862	40 477	-	-	-	-	-	-
Empresa do Diário do Minho, LDA	Acionista	1 558	1 558	-	-	-	-	-	-
EPA	Out.Partes Relacionadas	-	-	-	-	10 200	19 806	-	-
TOTAL		695 989	794 756	5 368	28 024	11 446	20 808	389 826	2 623 898

(*) A 31 de dezembro de 2021, a Empresa Páginas Civilizadas, Lda., procedeu à aquisição das 476.074 ações escriturais detidas até então pela Impresa - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.

27.2 Transações com partes relacionadas – IVA incluído

ENTIDADE	NATUREZA	Clientes		Outras contas a Receber		Fornecedores		Outras contas a pagar	
		2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Estado Português	Acionista	16 518 622	16 155 131	-	-	-	-	23 488	208 719
Global Media Group	Acionista	470 011	470 397	-	-	16 364	6 235	-	-
Global Notícias - Media Group, S.A.		332 617	332 827	-	-	-	-	-	-
Rádio Notícias (TSF)		84 427	84 427	-	-	-	-	-	-
Diário de Notícias do Funchal		32 546	32 546	-	-	-	-	-	-
Açormédia		20 421	20 598	-	-	-	130	-	-
Notícias Direct		-	-	-	-	16 234	6 235	-	-
Impresa-Sociedade Gestora De Participações Sociais, S.A.	Acionista	-	457 759	-	-	-	-	-	-
Impresa Publishing, SA		-	104 500	-	-	-	-	-	-
SIC - Soc. Ind. De Comunicação, SA		-	353 259	-	-	-	-	-	-
NP-Notícias de Portugal, CRL	Acionista	-	-	19	8	-	-	-	-
Páginas Civilizadas, Lda.	Acionista	-	-	-	-	-	-	-	-
Publico-Comunicação Social, SA	Acionista	93 735	93 735	-	-	536	520	-	-
Rádio e Televisão de Portugal, SA	Acionista	430 302	430 622	-	-	-	-	-	-
Empresa do Diário do Minho, LDA	Acionista	18 735	18 699	-	-	-	-	-	-
EPA	Out.Partes Relacionadas	-	-	-	-	80 709	117 966	-	-
TOTAL		17 531 405	17 626 343	19	8	97 609	124 721	23 488	208 719

(*) A 31 de dezembro de 2021, a Empresa Páginas Civilizadas, Lda., procedeu à aquisição das 476.074 ações escriturais detidas até então pela Impresa - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.

27.3 Remunerações do pessoal chave de gestão

Remuneração do pessoal chave de gestão de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2022:

Membro do Órgão de Administração	Remuneração Anual 2022 (€)				
	Fixa (1)	Variável (2)	Valor bruto (3)=(1)+(2)	Reduções remuneratórias (4)	Valor Bruto Final (5)=(3)-(4)
Joaquim de Jesus Pedro Carreira	86 329	0	86 329	4 316	82 013
Maria João Dias Pessoa Araújo	11 200	0	11 200	560	10 640
Carla Maria dos Santos Filipe Baptista	0	0	0	0	0
Helena Ferro de Gouveia	11 200	0	11 200	560	10 640
Paulo Jorge Andrade Cardoso (*)	6 640	0	6 640	332	6 308
			115 369	5 768	109 601

(1) O valor da remuneração fixa corresponde ao vencimento + despesas de representação (sem reduções)

(4) Redução prevista no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho

Membro do Órgão de Administração	Benefícios Sociais (€)						
	Valor do Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Seguro de Vida	Seguro de Saúde	Outros
	Diário	Encargo anual da entidade	Identificar	Encargo anual da entidade			
Joaquim de Jesus Pedro Carreira	8	1 828	Seg. Social	19 478	0	442	Seguro acid. trab. e doenças prof. 450
Maria João Dias Pessoa Araújo	0	0	Seg. Social	0	0	0	- 0
Carla Maria dos Santos Filipe Baptista	0	0	Seg. Social	0	0	0	- 0
Helena Ferro de Gouveia	0	0	Seg. Social	2 527	0	0	- 0
Paulo Jorge Andrade Cardoso (*)	0	0	Seg. Social	1 498	0	0	- 0
		1 828		23 503	0	442	

Nota: os valores de segurança social são calculados sobre as remunerações com redução remuneratória.

(*) Início do mandato a 27-05-2022

Remuneração do pessoal chave de gestão de 1 de janeiro a 30 de maio de 2021 (mandato 2018-2021 com término a 30 de maio de 2021):

Membro do Órgão de Administração	Remuneração Anual 2021				
	Fixa ^(*)	Variável	Bruto (1)	Redução Remuneratória ⁽²⁾	Valor Final (3)=(1)-(2)
Nicolau Fernando Ramos dos Santos	50 772	0	50 772	2 539	48 234
Maria João Dias Pessoa Araújo	2 742	0	2 742	137	2 605
Rogério Paulo de Saldanha Pereira Vieira (*)	2 350	0	2 350	118	2 233
			55 864	2 794	53 072

Nota: Vencimento e despesas de representação sem redução remuneratória

(*) Renúncia do Mandato 19-10-2021

Estas remunerações em 2021 continuavam a estar sujeitas a uma redução de 5%, nos termos do artigo 21.º da RCM n.º 14/2012, de 14 de fevereiro.

Membro do Órgão de Administração	Benefícios Sociais							
	Valor do Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Seguro de Vida	Seguro de Saúde	Outros	
	Diário	Encargo anual da entidade	Identificar	Encargo anual da entidade			Identificar	Encargo anual da entidade
Nicolau Fernando Ramos dos Santos	8	763	Seg. Social	11 445	0	175	Seguro acid. trab. e doenças prof.	284
Maria João Dias Pessoa Araújo	0	0	Seg. Social	0	0	0	-	0
Rogério Paulo de Saldanha Pereira Vieira (*)	0	0	Seg. Social	530	0	0	-	0
		763		11 975	0	175		284

(*) Renúncia do Mandato 19-10-2021

Remuneração do pessoal chave de gestão de 31 de maio a 31 de dezembro de 2021 (mandato 2021-2023 com início a 31 de maio de 2021):

Membro do Órgão de Administração	Remuneração Anual 2021				
	Fixa ^(*)	Variável	Bruto (1)	Redução Remuneratória ⁽²⁾	Valor Final (3)=(1)-(2)
Joaquim de Jesus Pedro Carreira	50 602	0	50 602	2 530	48 072
Maria João Dias Pessoa Araújo	5 056	0	5 056	253	4 803
Carla Maria dos Santos Filipe Batista (*)	0	0	0	0	0
Helena de Ferro Gouveia	6 576	0	6 576	329	6 247
Rogério Paulo de Saldanha Pereira Vieira (**)	5 834	0	5 834	292	5 542
			68 068	3 404	64 664

Nota: Vencimento e despesas de representação sem redução remuneratória

(*) Não auferem remuneração por incompatibilidade com a função que exerce

(**) Renúncia do Mandato 19-10-2021

Membro do Órgão de Administração	Benefícios Sociais							
	Valor do Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Seguro de Vida	Seguro de Saúde	Outros	
	Diário	Encargo anual da entidade	Identificar	Encargo anual da entidade			Identificar	Encargo anual da entidade
Joaquim de Jesus Pedro Carreira	8	1 038	Seg. Social	11 417	0	245	Seguro acid. trab. e doenças prof.	285
Maria João Dias Pessoa Araújo	0	0	Seg. Social	0	0	0	-	0
Carla Maria dos Santos Filipe Batista	0	0	Seg. Social	0	0	0	-	0
Helena de Ferro Gouveia	0	0	Seg. Social	1 484	0	0	-	0
Rogério Paulo de Saldanha Pereira Vieira (*)	0	0	Seg. Social	1 316	0	0	-	0
		1 038		14 217	0	245		285

(*) Renúncia do Mandato 19-10-2021

28. Gestão de Riscos Financeiros

A Empresa encontra-se exposta, essencialmente, aos seguintes riscos financeiros:

a) Risco de taxa de câmbio

A atividade da Empresa encontra-se exposta ao risco de taxa de câmbio (vide Nota 3.1.11.), relacionado, essencialmente, com as transações efetuadas com as delegações que tem no estrangeiro, em resultado do contrato de interesse público em vigor, com os recebimentos em moeda estrangeira de alguns clientes, e com os pagamentos a alguns fornecedores internacionais.

Foram utilizadas, em 31 de dezembro de 2022, as seguintes taxas de câmbio (câmbio de final do ano e câmbio médio), para converter para Euros os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira:

Moeda	2022	
	Câmbio no final do ano	Câmbio médio
AOA	0,0019	0,0019
USD	0,9376	0,9496
BRL	0,1773	0,1838
CFA	0,0015	0,0015
CNY	0,1359	0,1413
CVE	0,0091	0,0091
HKD	0,1202	0,1213
MOP	0,1167	0,1178
MZN	0,0148	0,0148
GBP	1,1275	1,1727

b) Risco de taxa de juro

A exposição da Empresa a este risco é muito reduzida, ainda que a Lusa tenha recorrido, pontualmente, a financiamento bancário remunerado, por via do recebimento da IC referente aos três primeiros trimestres de 2022 ter ocorrido apenas em setembro, conforme já mencionado no presente relatório.

c) Risco de crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com as contas a receber (Nota 10.). Para reduzir o risco de crédito, a Empresa tem políticas de concessão de crédito, com definição de limites de crédito por cliente e prazos de recebimento de 30 dias, como regra geral.

No seguimento do que já havia sido registado em 2021, agudizado pela situação económica e geopolítica internacional, como impacto direto da guerra na Ucrânia, o ano de 2022 manteve-se marcado pelas dificuldades na sustentabilidade das empresas, em especial da comunicação social, a principal fonte de receitas próprias da Lusa.

O prazo médio de recebimento situou-se nos 99 dias em 2022. Apesar do agravamento face aos 89 dias registados em 2020 e os 74 dias em 2019, é de salientar a recuperação relativamente aos valores registados em 2021, que atingiram 110 dias. O risco de crédito é monitorizado regularmente com o objetivo de:

- Limitar o crédito concedido a clientes, considerando o respetivo perfil e antiguidade da conta a receber;
- Acompanhar a evolução do nível de crédito concedido;
- Analisar a recuperabilidade dos valores a receber numa base regular através de reuniões com a Direção Comercial e Direção de Áreas de Suporte, bem como com os assessores jurídicos sempre que necessário.

As perdas por imparidade das contas a receber são calculadas considerando o critério económico e maximizando o critério fiscal e de acordo com:

- A análise da antiguidade das contas a receber;
- O perfil de risco do cliente;
- O histórico de relacionamento comercial e financeiro com o cliente;
- Acordos de pagamento existentes;
- As condições financeiras dos clientes.

O movimento nas perdas por imparidade das contas a receber encontra-se divulgado na Nota 17.1.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez pode ocorrer se as fontes de financiamento, como sejam os fluxos de caixa operacionais, de investimento, de linhas de crédito e os fluxos de caixa obtidos de operações de financiamento, não satisfizerem as necessidades de financiamento, como sejam as saídas de caixa para atividades operacionais e de financiamento, os investimentos, a remuneração dos acionistas e o reembolso de dívida.

O contrato de prestação de serviços de interesse público estabelece uma contrapartida financeira periódica do Estado que permite satisfazer as necessidades de financiamento e minimizar a volatilidade nos recebimentos com origem nas receitas próprias. Apesar do recebimento da Indemnização Compensatória relativa aos três primeiros trimestres de 2022 ter ocorrido a 21 de setembro, após a obtenção do visto do Tribunal de Contas sobre o Contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público com o Estado para o período 2022/2027, esta situação foi mitigada pelo recurso a financiamento bancário remunerado.

29. Compromissos assumidos

Em 2022, as responsabilidades da Lusa com o plano de pré-reformas implementado em 2009, e que abrangeu 36 trabalhadores, cessaram com a passagem à reforma do último trabalhador aderente a este programa, conforme detalhe da Nota 17.3, não tendo assim a Lusa compromissos assumidos.

30. Acontecimentos após a data do balanço

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram aprovadas pelo Conselho de Administração (CA) em 27 de fevereiro de 2023.

Após o termo do exercício e até à presente data não ocorreram outros acontecimentos subsequentes materiais que impliquem ajustamentos e ou divulgação nas contas do exercício.

Nem os proprietários nem qualquer outra entidade têm poder para alterar as Demonstrações Financeiras.

31. Outras informações

Para o resultado líquido do exercício de 2022, no montante de €109.605, o Conselho de Administração propõe a seguinte aplicação:

- Transferência de €5.480 para Reservas Legais;
- Transferência de €104.125 para a conta de Resultados Transitados.

O CONTABILISTA CERTIFICADO,



Assinado por: **Carla Maria dos Santos Filipe Baptista**
 Num. de Identificação: 08441808
 Data: 2023.03.14 21:08:24 +0000

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,



VI. Cumprimento de orientações legais

O presente relatório foi aprovado em reunião do Conselho de Administração (CA) de 27 de fevereiro de 2023, tendo sido elaborado com base nas instruções sobre o processo de prestação de contas referente a 2022, emanadas pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças (Ofício-Circular ref.ª SAI_DGTF/2023/631, de 10 de fevereiro de 2023).

1. Objetivos de gestão (artigo 38.º RJSPE e Portaria n.º 317-A/2021, de 23 de dezembro) e Plano de Atividades e Orçamento

O Plano de Atividades e Orçamento definiu um conjunto de objetivos principais a alcançar no triénio 2022-2024:

- 1) A gestão orçamental criteriosa tem de continuar a ser uma prática fundamental, visando uma posição económica e financeira sustentável, de modo a executar a implementação do PAO 2022-24, a celebração do novo Contrato Programa com o Estado com uma duração de seis anos, a candidatura a programas internacionais, nomeadamente ao Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e o lançamento das primeiras bases de um modelo estável de financiamento para uma maior autonomia e independência na gestão.

A Lusa continua a pautar-se por uma disciplina orçamental apresentando consecutivamente resultados e EBITDA positivos, desde 2016, suportados maioritariamente por poupanças, ao nível de gastos operacionais intencionais e/ou forçados, e pelo cumprimento dos orçamentos de receitas próprias, apesar da crise nos órgãos de comunicação social portugueses e internacionais. O contrato de prestação de serviço público, para 6 anos, foi assinado no final de janeiro de 2022, tendo sido obtido o visto do Tribunal de Contas em agosto, após o processo de fiscalização prévia. Em consequência, foram pagos os 9 meses de indemnização compensatória no final de setembro. Durante este período a Lusa para fazer face a precária situação de tesouraria, teve de recorrer à banca comercial (BPI e CGD) após autorização das tutelas, tendo-se endividado em cerca de 8 milhões de euros em 3 fases, tendo o reembolso sido efetuado no final de setembro e os encargos financeiros registados nas contas da Lusa. De referir que o Estado foi reembolsado em 2,2 milhões de euros resultantes do ajustamento da indemnização compensatória referente ao contrato 2017/19 e em dívida desde o final de 2021 devido à insuficiente tesouraria.

- 2) O reconhecimento da Lusa como uma das melhores empresas para trabalhar em Portugal. Neste sentido, é importante tomar medidas de valorização dos nossos recursos internos, dentro dos condicionalismos existentes. Destacam-se, entre várias medidas, a redefinição de um novo modelo de organização do trabalho, fruto da situação pandémica, a melhoria das condições do seguro saúde, o acesso a um plano de formação de acordo com as necessidades transmitidas pelos trabalhadores, a concretização do processo de Avaliação de Desempenho iniciado em 2020, revendo-o, caso necessário, em função da experiência adquirida durante este período e a revisão do Acordo de Empresa, dado que a realidade da empresa é diferente de quando foram definidos os princípios base e normas do documento.

Em 2022, e depois de algum debate interno, foi implementado um modelo de trabalho híbrido em que existe a possibilidade dos trabalhadores efetuarem as suas atividades profissionais em teletrabalho à 2.ª e 6.ª feira, sendo que nos restantes dias é efetuado presencialmente, sempre que aplicável. Adotou-se também o teletrabalho a 100% para todos os casos definidos na lei, e concedida equivalência por questões de saúde ou de apoio familiar. Em termos de seguro de saúde, a empresa renovou a apólice existente por mais um triénio mantendo as coberturas bem como o âmbito alargado a filhos até aos 25 anos conforme definido no Acordo de Empresa. Fruto do aumento dos custos com a saúde devido à pandemia e fatores orgânicos do mercado, a Agência suportou os gastos



adicionais apoiando assim os trabalhadores num período difícil com alta inflação. Relativamente à avaliação de desempenho em 2022, e apesar de alguns atrasos, irá ser concluída, tratando-se do 3.º ano deste processo, que irá permitir um melhor desenvolvimento pessoal e profissional dos trabalhadores da Lusa bem como acesso a possíveis promoções por mérito, instrumento nunca concretizado desde a revisão do Acordo de Empresa em 2009.

- 3) A promoção de um amplo debate sobre todas as formas de discriminação, de acordo com os valores intrínsecos da Lusa, e a apresentação de um plano de medidas, quer a nível interno quer a nível externo, a ser implementado para fazer face a este flagelo. Neste capítulo devemos relançar também o plano para a Igualdade de Género na empresa, já finalizado em 2019.

Foi elaborado o Relatório de Remunerações com dados de 2021 juntamente com o Plano para a Igualdade do Género para 2023/24, estando disponíveis no *site* da Lusa. Verificou-se uma diminuição do *gap* salarial face ao relatório de 2018, de 18% para 6%. Está previsto para o 1.º trimestre de 2023 a realização de uma formação sobre a problemática do assédio nos locais de trabalho, a ser ministrada por uma empresa externa, bem como a realização de um novo inquérito sobre a igualdade do género, à semelhança do efetuado em 2019, a ser implementado por uma equipa do ISEG.

- 4) A continuação do aumento da notoriedade da Lusa através da promoção de debates e conferências, a realizar em variados formatos e nas nossas redes sociais, de acordo com estratégia a desenvolver, relacionados com temas fraturantes do mundo moderno com destaque para a agenda da União Europeia, nomeadamente nas suas cinco grandes prioridades – Economia Social, Economia Resiliente, Economia Verde, Economia Digital e Economia Global –, assim como o reforço da presença em ações de responsabilidade social. De realçar que, no que respeita à Economia Global, a Lusa, com o seu jornalismo de proximidade com os países de língua portuguesa, tem um papel insubstituível e irá reforçar com esses países as suas atividades de cooperação.

A Lusa realizou e tomou parte em variadas conferências durante 2022. De destacar os Encontros Lusa em março e abril sobre “As novas ameaças e os desafios da cibersegurança” e “A guerra no novo mapa geopolítico”. Participámos na Estoril Conferences, Eurafrikan Fórum, NovaAfrica, nos Encontros Cibersegurança do CNCS, no Encontro Anual do Conselho da Diáspora, entre outros. Ainda nesta dimensão de notoriedade, lançámos o Anuário Lusa 2021 em parceria com a Alêtheia Editores, onde se retratam os acontecimentos de 2021 pelos jornalistas da Lusa em texto e imagem, tendo sido apresentado presencialmente na Fnac Colombo em Lisboa pela Dr.ª Elvira Fortunato e no Centro Português de Fotografia no Porto pelo Dr. Artur Santos Silva. Com as agências internacionais, foram assinados protocolos de cooperação, nomeadamente, com as congéneres da Lusa em Itália, Ansa, com a Anadolu da Turquia e com a BTA da Bulgária, entre outras.

Desde o início de 2022 a Lusa é associada do Business Council for Sustainable Development (BCSD), empresas pela sustentabilidade, e foi signatária, em conjunto com vários associados desta organização, neste âmbito, dos manifestos sobre a COP27 e COP15.

De referir que a *newsletter* interna da Lusa SOMOSLUSA teve uma grande atividade ao nível da divulgação de informação interna, na promoção de passatempos, divulgação de protocolos com empresas, e principalmente no sentido de aproximação entre todos dando a conhecer a Lusa de uma forma mais informal.

- 5) O combate à desinformação nas suas mais variadas formas: conferências, literacia mediática, aposta forte em formação online, disponibilização de conteúdos abertos de informação e de dados, acesso a ferramentas tecnológicas; o planeamento do lançamento

do Dia Internacional de Combate à Desinformação, conforme recentemente foi anunciado pela empresa; a candidatura a projetos internacionais neste âmbito, com parceiros com diferentes competências e valências que nos permitirão ser mais fortes nesta luta. Neste ponto, e dada a sofisticação e a frequência de ataques informáticos que têm vindo a ocorrer no mercado e na Agência, iremos lançar medidas para um Plano de Cibersegurança mais eficaz para as nossas infraestruturas e para todos os clientes e trabalhadores.

Na área da desinformação, foi finalizado o projeto *Contrafake*, iniciado em 2019 com financiamento do FSE/SAMA2020, em que se desenvolveu um protótipo baseado em IA com o INESC-ID e a Inknow para analisar a credibilidade dos conteúdos informativos ao nível de conteúdos e de contexto. A Lusa participou na iniciativa LEME, sendo membro do Grupo Informal de Literacia Mediática. Ainda nesta dimensão, a Agência está a colaborar no projeto IBERIFIER, com 23 parceiros liderados pela Universidade de Navarra, que é um dos 14 *hubs* que abrangem a totalidade dos países da União Europeia, financiado para combater a desinformação através de *fact checking* e de literacia mediática. Nesta iniciativa, irá ser ministrada uma formação a jornalistas da Lusa pelo ISCTE e será realizado um debate em abril suportado num documentário, *Trust Me*, de um realizador americano sobre esta temática.

No capítulo da Cibersegurança e em consequência dos ataques de negação de serviço (DDoS) havidos em maio e junho, foram reforçadas infraestruturas com a adjudicação de serviços à Altice de *cleanpipe* e *allot* e adquiridas *firewalls* no final do ano. Foi concluído o processo de migração de *data centers* para Lisboa e Covilhã. Esta medida estava já em curso no início do ano com o objetivo de mitigar o risco sísmológico do *data center* de Lisboa passando este a ser o centro secundário e o da Covilhã o primário. Foram efetuados também testes de intrusão, como uma medida sistemática, por uma empresa externa, testes de *phishing* e testes à nova infraestrutura de centros de dados.

A importante área da formação, que teve uma atividade muito limitada nos últimos dois anos, por via da pandemia, vai conhecer uma nova fase através de uma equipa criada para este fim, o Gabinete de Inovação e Formação. Assim, foi criada a Escola Lusa, certificada pela DGERT, e que irá se dedicar numa primeira fase em fornecer cursos de jornalismo com várias especialidades para jornalistas da Agência, bem como para estágios curriculares. Neste capítulo, em 2022 foram retomados os estágios curriculares de uma forma presencial que tinham sido interrompidos em consequência da pandemia nos últimos dois anos. De referir também que na base do protocolo tripartido entre o Governo de Cabo Verde, a Lusa e a Universidade de Cabo Verde realizaram um estágio para dois estudantes cabo-verdianos, de abril a junho, em Lisboa, com enorme sucesso e após um pré-estágio efetuado na cidade da Praia em janeiro. Este novo gabinete também vai ser responsável pela consolidação e implementação de formação para áreas de não jornalismo em várias temáticas desde liderança, informática, marketing, fiscalidade e outros, e de acordo com as necessidades de formação identificadas no processo de avaliação de desempenho.

- 6) A manutenção da aposta na modernização tecnológica da Agência e na sua transformação digital, através de projetos ligados à Inteligência Artificial (IA), tirando o melhor partido de projetos inovadores que estão em andamento com vários parceiros, bem como outros que irão ser lançados, com o objetivo de criar valor e eficiência para a empresa. A inovação é cada vez mais importante em todas as áreas da empresa. O investimento na desmaterialização e/ou simplificação dos processos da Agência, através de plataformas e tecnologias, bem como a reorganização de áreas funcionais da empresa, é de vital importância. Será lançado o prémio Pedro Camacho a atribuir a projetos inovadores no domínio das tecnologias de informação ligadas à área editorial.

Foi implementada uma nova ferramenta de transcrição, que permite de uma forma mais intuitiva e amigável a passagem de conteúdos áudios e vídeo para texto. Adicionalmente,




tem a capacidade de procurar trechos de vídeos e fazer o seu corte de uma forma mais eficiente e produtiva.

Começou a ser analisada uma nova ferramenta de *media monitoring* dos conteúdos produzidos pela Lusa com o objetivo de medir qual o seu grau de distribuição no espaço digital, bem como os principais temas e interações sobre esses conteúdos ao nível de algumas redes sociais.

Em setembro foi contratada uma nova aplicação Fairlicensing da Pixray que permite verificar, do *feed* noticioso da Lusa em imagens, quem está a utilizar e se tem contratualizado esse serviço com a Lusa. Vai permitir, numa primeira instância, vender as fotografias que não estão contratualizadas e também chamar a atenção para utilizadores sobre as regras dos direitos de autor, educando o mercado para este fim e também identificar potenciais clientes.

Com a contratualização de um novo serviço ligado ao Google News ShowCase, a Lusa terá maior visibilidade através desta ferramenta, com alguns conteúdos que estavam já abertos, tais como Igualdade do Género e Combate às Fake News, e outros que serão abertos, como a agenda do serviço Cultura, atualmente com pouca notoriedade e comercialização.

No final de 2022, finalmente foi concluído um estúdio de gravações, equipado com novo equipamento de iluminação, gravação, telas, isolamento acústico e com espaços virtuais para permitir alguma criatividade nesta atividade. Vai servir como apoio a entrevistas e gravações para a editoria Multimédia, que era uma evidente carência na nossa sede.

Nesta área e como forma de colmatar uma lacuna existente, nomeadamente na nossa atividade de vídeo para com os nossos clientes de televisão, foi adquirido equipamento que permitirá a distribuição em direto e de uma forma rápida reportagens que a Lusa esteja a cobrir evitando *downloads* e edições.

- 7) A redefinição da produção noticiosa em formatos mais ricos e multifacetados, bem como ao nível da sua distribuição aos clientes, que têm mudado, e vão continuar a mudar, ao nível de hábitos de consumo de notícias e dos meios que utilizam para esse consumo, com a aposta num modelo de negócio digital, assente num sistema flexível, alicerçado numa distribuição através de um *site* moderno e em redes sociais, potenciando e comercializando os nossos conteúdos para vários públicos, em mobilidade, e geografias existentes e/ou a conquistar.

Foi efetuada uma redefinição no *site* principal da Lusa tornando-o mais atrativo, organizado e estruturado entre as diversas editorias. Ao nível das redes sociais, verificou-se um notório incremento do nosso alcance, bem como no nível de interações havidas. Um destaque especial para o Instagram, em que os conteúdos da Lusa, apesar de maioritariamente baseados no clássico *feed* de notícias, são colocados com uma linguagem em conformidade com essa rede social. Adicionalmente, e dado que o público destinatário desta rede é mais jovem, têm sido introduzidos conteúdos mais direcionados para esse segmento, tais como cinema, bem-estar, ciência, cultura e eventos culturais. No YouTube, a Lusa decidiu publicar vídeos do seu serviço normal, ainda que com desfasamento temporal, de modo a dar a conhecer os seus conteúdos e aumentar a notoriedade.

Está ainda a ser analisada a possibilidade de colocar *feeds* de notícias áudio, através de *podcast* ou automatizado com ferramentas de text2speech. Em 2023 irá ser lançada a *newsletter* Lusa mais abrangente e com novas temáticas.

No âmbito da produção editorial da Lusa, em 2022 registou-se uma diminuição face ao período homólogo, totalizando 267.029 conteúdos noticiosos, cumprindo com as metas

contratuais celebradas com o Estado para a produção de conteúdos em formato texto, fotografia e vídeo, como se pode ver nos quadros seguintes, e traduzindo-se numa média diária de produção de 732 conteúdos jornalísticos. De salientar que a produção editorial, comparativamente a 2019, o ano pré-pandemia, regista um aumento de 7,3%.

Relativamente aos conteúdos em formato áudio, apesar da produção ter ultrapassado o nível mínimo em janeiro, setembro, outubro e novembro de 2022, não foi possível cumprir os mínimos contratuais, o que pode ser justificado, sobretudo, pelo impasse de quase dois meses na posse do novo Governo, que teve como consequência uma quebra noticiosa geral da atividade do país, e a produção de notícias sobre a guerra na Ucrânia, que dominou noticiosamente os primeiros meses do ano, não se ter traduzido no correspondente aumento na produção de conteúdos de áudio.

Importa referir que o nível da produção em 2021 resulta, também, da cobertura da presidência portuguesa do Conselho da União Europeia (PPUE), com um total de 9.474 conteúdos produzidos (fotográficos, texto, em inglês e de agenda), e de grandes eventos de 2020 que foram adiados para 2021, nomeadamente os Jogos Olímpicos e o Euro 2020.

Tipo de Conteúdo	Média Diária		Contrato Serviço Público
	2021	2022	2022/2021
Foto	146	135	Min. 100
Áudio	30	27	Min. 30
Misto	5	6	-
Texto (Todos os Géneros)	597	547	Min. 400
Vídeo	18	16	Min. 15
	796	732	-

Execução do Plano de Atividades e Orçamento para 2022

O Plano de Atividades e Orçamento para 2022 da Lusa foi aprovado pelo Conselho de Administração em 24 de novembro de 2021, com parecer favorável do Conselho Fiscal de 13 de dezembro de 2021, e em reunião de Assembleia Geral a 27 de abril de 2022. O acionista Estado aprovou o orçamento para 2022 sujeito às seguintes condições:

- Os gastos com pessoal ficam limitados a um aumento de €283 mil face ao registado em 2021;
- Aumento dos encargos com deslocações e alojamento, ajudas de custo, e frota automóvel em até €17 mil face ao registado em 2021;
- O investimento fica limitado a um total de €500 mil, representando uma redução de €423 mil relativamente ao orçamento apresentado;
- Acomodar os encargos financeiros no resultado líquido sem deterioração do mesmo.

Estas limitações colocam em causa a transformação tecnológica e digital da empresa, que tem vindo a ser sucessivamente adiada, e a implementação de um novo serviço Google News Showcase para o qual é necessária a contratação de 2 trabalhadores. Foi proposto às tutelas uma alternativa de redução desses montantes, encontrando-se em análise.

O resultado líquido ascendeu a €110 mil em 2022, apresentando uma evolução favorável de €102 mil face ao previsto. O EBITDA, de €836 mil, apresenta uma variação negativa de €9 mil como resultado da interação entre o aumento nos rendimentos e ganhos operacionais e a evolução desfavorável registada nos gastos e perdas operacionais. Se considerarmos os gastos de depreciação e amortização, o resultado operacional regista um desvio favorável de €65 mil face ao estimado em 2022.

M
⊕
J.
N

Importa referir que o aumento registado nos gastos operacionais decorre do desvio desfavorável nos fornecimentos e serviços externos, por via de efeitos impactos de fatores excepcionais, designadamente da crise geopolítica (gastos com combustíveis e energia, deslocações e com a cobertura da guerra da Ucrânia), e dos custos adicionais que a Lusa incorreu com cibersegurança, como efeito de ciberataques de que foi alvo em 2022.

Em sentido contrário, e apesar do impacto negativo nos gastos com o pessoal da redução do absentismo e do aumento das ajudas de custo, neste caso, em grande medida, decorrente da cobertura da guerra, é de salientar o desvio favorável de €67 mil nesta rubrica. Para tal, contribuiu a não admissão de trabalhadores previstos no PAO 2022 e o desvio favorável registado nos gastos com horas extraordinárias, exames médicos (testagem covid-19) e formação profissional.

O volume de negócios regista um acréscimo de €33 mil por via da conjugação entre a evolução favorável de €56 mil registada nas receitas próprias e o desvio desfavorável de €23 mil no Contrato com o Estado. Este inclui uma correção referente ao ajustamento de 2020, por via de acertos nos gastos incorridos com a PPUE, no montante de €22.656. Se expurgarmos este efeito, o valor do ajustamento à IC de 2022 é de apenas €833.

A 31 de dezembro de 2022 a Lusa não apresenta endividamento bancário.

Nos quadros seguintes é possível observar a execução orçamental relativa ao PAO 2022.

Execução orçamental	PAO 2022	REAL 2022	Variação R22/O22	
			Valor	%
Resultado líquido	7 855	109 605	101 750	1295,3%
EBITDA	845 138	835 847	-9 292	-1,1%
Resultado operacional ⁽¹⁾	116 798	182 267	65 469	56,1%
Volume de Negócios	17 162 326	17 195 256	32 930	0,2%
Contrato com o Estado ⁽²⁾	13 429 774	13 406 286	-23 488	-0,2%
Outras vendas e serviços prestados	3 732 552	3 788 971	56 419	1,5%
Endividamento	0	0	0	n.c.
Dívida financeira líquida ⁽³⁾/ EBITDA	0%	0%	0	n.c.

(¹) - Resultado operacional líquido de provisões, imparidades e correções de justo valor.

(²) - O Contrato com o Estado apresenta uma redução, face ao orçamentado, como resultado da devolução da IC ao Estado.

(³) - Valor do endividamento reduzido das disponibilidades.

n.c. - não comparável.

Execução orçamental	PAO 2022	REAL 2022	Variação R22/O22	
			Valor	%
PMP (dias)	38	58	20	52,6%
PMR (dias)	110	99	-11	-10,4%
Investimento (Euros)	933 500	538 180	-395 320	-42,3%
Quadro de Pessoal				
Gastos com o pessoal (Euros)	12 376 200	12 309 034	-67 166	-0,5%
N.º efetivo	265	264	-1	-0,4%

O prazo médio de pagamento a fornecedores apresenta uma evolução desfavorável de vinte dias face ao previsto, enquanto o prazo médio de recebimento de clientes regista uma redução de onze dias. A deterioração do PMP a fornecedores resulta do adiamento de alguns pagamentos pelo facto do recebimento de contrapartida financeira referente à prestação do serviço público dos três primeiros trimestres de 2022 ter ocorrido apenas a 21 de setembro de 2022.

O investimento total da Lusa foi de €538 mil em 2022, €395 mil aquém do previsto, e incidiu sobretudo na aquisição de solução de equipamentos de cibersegurança das infraestruturas de rede e sistemas de informação da Lusa, renovação de equipamento fotográfico e multimédia e modernização e expansão do parque informático. Deu-se continuidade ao projeto Estúdio Virtual, com a aquisição dos trabalhos, equipamentos e *software* necessários à conclusão da sua implementação, e adquiriram-se equipamentos para a realização e transmissão de diretos em TV.

Relativamente à execução orçamental do investimento, a mesma é detalhada no quadro seguinte:



Investimento/projeto	PAO 2022	Execução 2022	Desvio	Var.	Justificação	Observações	Fontes de financiamento
A Aquisição de equipamento básico	338 500	285 641	-52 860	-15,6%			
A01 Equipamento informático (portáteis)	40 000	44 952	4 952	12,4%	Devido à inflação registada em 2022 e à escassez de componentes eletrónicos (orçamento efetuado com base em preços de aquisição de referência na data da sua elaboração).	Aquisição de portáteis por via do teletrabalho.	Capitais próprios
A03 Equipamento informático (outros)	5 000	5 303	303	6,1%	Devido à inflação registada em 2022 e à escassez de componentes eletrónicos (orçamento efetuado com base em preços de aquisição de referência na data da sua elaboração).	-	Capitais próprios
A04 Monitores	8 000	1 504	-6 497	-81,2%	-	-	Capitais próprios
A05 Câmaras de vídeo	33 000	15 749	-17 251	-52,3%	-	Substituição de câmaras de vídeo.	Capitais próprios
A06 Equipamento fotográfico	145 000	150 350	5 350	3,7%	Devido à inflação registada em 2022 e à escassez de componentes eletrónicos (orçamento efetuado com base em preços de aquisição de referência na data da sua elaboração).	Substituição de equipamento fotográfico.	Capitais próprios
A07 Acessórios Multimédia	5 000	1 114	-3 886	-77,7%	-	-	Capitais próprios
A08 Gravadores digitais	5 000	3 289	-1 711	-34,2%	-	Substituição de gravadores digitais.	Capitais próprios
A11 Multimedia Broadcast (Live TV)	15 000	55 405	40 405	269,4%	Devido a avaria de sistema de Teradek existente e à inflação registada em 2022 e à escassez de componentes eletrónicos (orçamento efetuado com base em preços de aquisição de referência na data da sua elaboração).	Aquisição de equipamentos para a realização de diretos em TV.	Capitais próprios
A12 Viaturas para delegações estrangeiras (substituição)	45 000	0	-45 000	-100,0%	-	-	-
A13 Equipamentos para conferência multimédia	7 500	3 300	-4 200	-56,0%	-	Aquisição de solução para a realização de videoconferências.	Capitais próprios
A15 Televisores, cobertura de sinal TV, gravação e distribuição por IP	30 000	4 675	-25 325	-84,4%	-	Upgrade do projeto de distribuição de sinal de TV no posto de trabalho.	Capitais próprios
B Desenvolvimento de software/aquisição de sistemas	520 000	70 555	-449 445	-86,4%			
B01 Desenvolvimentos adicionais LUNA	20 000	20 000	0	0,0%	-	Bolsa de horas de desenvolvimentos no sistema editorrial LUNA (Lusa News Asset).	Capitais próprios
B02 Solução BI + Planning	20 000	11 250	-8 750	-43,8%	-	Desenvolvimento da solução de planeamento e controlo orçamental (ferramentas BI de tratamento, análise e reporte de Informação financeira).	Capitais próprios
B03 Solução Gestão Documental	20 000	0	-20 000	-100,0%	-	-	-
B04 Estúdio Virtual	40 000	39 305	-695	-1,7%	-	Implementação do Estúdio Virtual (execução de obras de beneficiação do estúdio de gravações existente e aquisição dos equipamentos e software necessários à realização de entrevistas presenciais e remotas com cenografia virtual).	Capitais próprios
B06 inteligência artificial/escrita automatizada de notícias	40 000	0	-40 000	-100,0%	-	-	-
B07 Customer Relationship Management (CRM)	25 000	0	-25 000	-100,0%	-	-	-
B08 Enterprise Resource Planning (ERP)	40 000	0	-40 000	-100,0%	-	-	-
B09 Microsites	5 000	0	-5 000	-100,0%	-	-	-
B10 Sistema de gravação de telefones	10 000	0	-10 000	-100,0%	-	-	-
B12 Novo Site da Lusa	300 000	0	-300 000	-100,0%	-	-	-
C Manutenção/melhoramento de Infraestruturas	75 000	18 025	-56 975	-76,0%			
C01 Reestruturação de cablagem	10 000	0	-10 000	-100,0%	-	-	-
C03 Obras nas delegações	15 000	11 084	-3 916	-26,1%	-	Realização de trabalhos de remodelação das instalações da delegação de Díli; Equipamentos e mobiliário diverso para delegações nacionais e no estrangeiro.	Capitais próprios
C05 Reparções/obras diversas no edifício	50 000	6 941	-43 059	-86,1%	-	Realização de obras de remodelação da receção e do 6.º piso do edifício da sede; Equipamentos e mobiliário diverso para a sede.	Capitais próprios
- Outros investimentos	0	163 959	163 959	NC	-	-	-
- Equipamentos e serviços de cibersegurança	0	163 959	163 959	NC	Investimento necessário devido aos ciberataques que a Lusa foi alvo, cada vez mais frequentes em 2022.	Solução de equipamentos e serviços de cibersegurança das infraestruturas de rede e sistemas de informação da Lusa.	Capitais próprios
TOTAL	933 500	538 180	-395 320	-42,3%			

Os investimentos inscritos nas rubricas de investimento A01, A03 e A15 resultam das necessidades decorrentes ainda do recurso ao teletrabalho, adotado parcial e genericamente, exceto nas situações de necessidade imperativa de trabalho presencial. Verificou-se a necessidade crescente de aquisição de equipamentos informáticos e, com os acessos concorrenciais à VPN pela maioria dos trabalhadores da LUSA, incorreram-se em gastos para se fazer alterações a essa infraestrutura para não causar grandes perturbações no nível de serviço e com o *upgrade* da solução de distribuição de sinal de TV no posto de

trabalho, garantindo o acesso dos jornalistas, através de um computador ou telemóvel, aos vários canais informativos e desportivos de televisão.

Para acompanhamento da evolução digital e tecnológica, foi renovado o equipamento fotográfico e multimédia. Os gravadores digitais foram substituídos por motivos de avaria e obsolescência (rubricas de investimento A05, A06 e A08).

Foi implementado o projeto Estúdio Virtual (rubrica B04), através da execução de obras de beneficiação do estúdio de gravações existente e da aquisição dos equipamentos e *software* necessários à realização de entrevistas presenciais e remotas com cenografia virtual, e adquiriram-se ainda equipamentos destinados à realização e transmissão de diretos em TV (rubrica A11).

O investimento financeiramente mais relevante recaiu na aquisição de uma solução de equipamentos de cibersegurança das infraestruturas de rede da Lusa, por forma a permitir robustecer a segurança das redes e dos sistemas de informação e mitigar as vulnerabilidades de segurança dos dados, cada vez mais premente com o aumento do cibercrime.

Procederam-se ainda a desenvolvimentos adicionais no sistema editorial LUNA e na solução de planeamento e controlo orçamental, erigida através de ferramentas *Business Intelligence* (BI) de tratamento, análise e reporte de informação financeira, com impacto nas rubricas de investimento B01 e B02, respetivamente.

Apesar dos desvios ocorridos face ao orçamento, o valor do investimento efetuado pela Lusa em 2022 situou-se abaixo do total previsto para o exercício e ultrapassou ligeiramente o valor definido na declaração de voto do acionista Estado na aprovação do PAO 2022 devido ao investimento em equipamentos de cibersegurança das infraestruturas de rede e sistemas de informação, não programado mas necessário, após os ciberataques sofridos pelas infraestruturas e sistemas da Lusa durante o ano. De referir, igualmente, a inflação registada em 2022 e a escassez de componentes eletrónicos, que contribuíram para o aumento de gastos acima do previsto em algumas rubricas do investimento.

À data de elaboração do presente relatório, não foi ainda celebrado um contrato de gestão entre o Estado e o Presidente do Conselho de Administração para o mandato 2021-2023, ao abrigo do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março (Estatuto do Gestor Público), e obedecendo à minuta constante do anexo da Portaria n.º 317-A/2021, de 23 de dezembro, que estabelece as regras quanto à elegibilidade, composição, determinação e atribuição aos gestores públicos que exerçam funções executivas em empresas públicas do Setor Empresarial do Estado. Neste âmbito foi enviada às tutelas uma proposta de minuta e objetivos de gestão.

2. Gestão do risco financeiro

Em 2022, entre o final dos 1.º e 3.º trimestres, devido a dificuldades de tesouraria resultantes do não recebimento de contrapartida financeira referente à prestação do serviço público, e até a obtenção do visto do Tribunal de Contas sobre o Contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público com o Estado, para o período 2022/2027, a Lusa recorreu a financiamento bancário remunerado (conforme Anexo 1).

Este foi devidamente autorizado pelo Despacho n.º 241/2022, de 3 de março, da Secretaria de Estado do Tesouro, através da celebração, por seis meses, de um contrato de financiamento bancário sob a forma de conta corrente caucionada, no montante de um milhão de euros, com parecer prévio favorável do Conselho Fiscal.

Como o montante acima referido apenas permitia assegurar os compromissos imediatos, a Lusa solicitou novo financiamento no valor de 4 milhões de euros. O novo pedido teve o Despacho do Senhor Ministro da Cultura n.º 20/2022/MC, de 26 de abril, exarado junto do



Despacho do Senhor Secretário de Estado do Tesouro n.º 33/2022-SET, de 22 de abril. Em 27 de abril de 2022, foi tomada uma deliberação social unânime por escrito, com o ponto único de autorização para a celebração do contrato de financiamento, composto por uma conta corrente caucionada.

Em 7 de junho de 2022, uma vez que ainda não tinha sido obtido o visto do Tribunal de Contas (TdC) relativamente ao Contrato com o Estado para o período 2022-2027, foi solicitado um aumento do valor da conta corrente caucionada do Banco BPI, S.A. de 3 milhões de euros, e propôs-se igualmente que fosse aprovado um milhão de euros à CGD, sendo utilizado se e só se não houvesse o visto do Tribunal de Contas em tempo útil. Este pedido teve despachos favoráveis do Senhor Ministro da Cultura n.º 121/2022/MC, de 1 de agosto, exarado junto do Despacho do Senhor Secretário de Estado do Tesouro n.º 222/2022-SET, de 1 de agosto. Em 8 de agosto de 2022, foi tomada uma deliberação social unânime por escrito, com o ponto único de autorização para a celebração dos dois contratos de financiamento, acima referidos, no valor global de 4 milhões de euros.

O novo contrato foi visado pelo Tribunal de Contas a 24 de agosto de 2022. O recebimento da Indemnização Compensatória referente aos três primeiros trimestres de 2022 ocorreu a 21 de setembro do corrente ano.

A 31 de dezembro de 2022, a Lusa não apresentava financiamento bancário remunerado, nem encargos financeiros associados.

Anos	2022	2021	2020	2019	2018
Encargos Financeiros (€) (i)	12 162	0	0	0	0
Taxa Média de Financiamento (%)	0,6%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%

(i) - inclui juros suportados e outros encargos associados

3. Limite de crescimento do endividamento, nos termos definidos no n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 12/2022, de 27 de junho (Lei do Orçamento do Estado para 2022), apurado nos termos da forma disposta no n.º 4 do artigo 145.º do Decreto-Lei n.º 53/2022, de 12 de agosto (DLEO 2022):

Conforme anteriormente mencionado, a 31 de dezembro de 2022, a Lusa não apresentava financiamento bancário remunerado.

Variação do Endividamento	2022	2021
	Valores (€)	
Financiamento Remunerado (corrente e não corrente)	0	0
Capital Social / Capital Estatutário	5 324 225	5 324 225
Novos investimentos no ano t (com expressão material)	0	0
VARIAÇÃO DO ENDIVIDAMENTO	0	

Nota: Em 31/12/2022 a Lusa não tinha passivo remunerado ativo

n.c. - não comparável

4. Evolução do Prazo Médio de Pagamento (PMP) a fornecedores, em conformidade com a RCM n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, com a alteração introduzida pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril, e divulgação dos atrasos nos pagamentos (“arrears”), conforme definidos no Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio, bem como a estratégia adotada para a sua diminuição

4.1. Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores nos termos da RCM n.º 34/2008 com as alterações introduzidas pelo Despacho n.º 9870/2009

PMP	2022	2021	Variação 2022-21	
			Valor	%
Prazo (dias)	58	48	10	20,8%

O prazo médio de pagamentos a fornecedores regista um acréscimo de dez dias face a 31 de dezembro 2021. A deterioração deste indicador resulta do adiamento de alguns pagamentos pelo facto do recebimento de contrapartida financeira referente à prestação do serviço público dos três primeiros trimestres de 2022 ter ocorrido apenas a 21 de setembro de 2022. Ainda que a Lusa tenha recorrido a financiamento bancário remunerado, este foi faseado, tendo a Lusa de gerir as disponibilidades de tesouraria, quer pela incerteza da data de obtenção de visto prévio do Tribunal de Contas, quer pelo cuidado de minimizar os encargos financeiros das operações.

Ainda que, a partir dessa data, os pagamentos tenham começado a ocorrer de forma atempada, a fórmula de cálculo definida no Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril, é determinada pelos saldos das dívidas de curto prazo a fornecedores e outros credores nos trimestres anteriores, impedindo uma diminuição tão acentuada quanto o pretendido.

4.2. Mapa da posição a 31/12/2022 dos Pagamentos em Atraso (“arrears”), nos termos do DL n.º 65-A/2011, de 17 de maio

Dívidas Vencidas	31 de dezembro de 2022				
	0-90 dias (€)	Valor das dívidas vencidas de acordo com o art. 1.º DL 65-A/2011 (€)			
		90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aq. de Bens e Serviços	28 346	0	0	0	769
Aq. de Capital	0	0	0	0	0
Total	28 346	0	0	0	769

Dívidas Vencidas	31 de dezembro de 2021				
	0-90 dias (€)	Valor das dívidas vencidas de acordo com o art. 1.º DL 65-A/2011 (€)			
		90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aq. de Bens e Serviços	188 566	369	0	0	769
Aq. de Capital	0	0	0	0	0
Total	188 566	369	0	0	769

Relativamente à dívida com prazo superior a 90 dias regista-se uma redução de €369 euros, face a 31/12/2021.

Dívidas Vencidas	31/12/2021	31/12/2022	VAR.
	(A) >90 dias	(B) >90 dias	(B) - (A)
Aq. de Bens e Serviços	1 138	769	-369
Aq. de Capital	0	0	0
Total	1 138	769	-369

O valor das dívidas vencidas no prazo superior a 360 dias mantém-se igual ao do ano anterior e refere-se a faturação da Gráfica Açoriana, pelo facto da Lusa estar em situação litigiosa, conforme identificado no quadro constante no capítulo das "Pendências Judiciais".

5. Diligências tomadas e os resultados obtidos no âmbito do cumprimento das recomendações do acionista emitidas aquando da última aprovação dos documentos de prestação de contas

A Assembleia Geral (AG) da Lusa para aprovação das contas de 2021 realizou-se a 28 de março de 2022, tendo o representante do acionista Estado proposto e votado «favoravelmente a aprovação dos documentos de prestação de contas da Lusa referentes ao exercício de 2021, nele se incluindo o relatório de gestão, as demonstrações financeiras e os respetivos anexos, atenta a Certificação Legal das Contas e o Parecer do Conselho Fiscal, recomendando-se ao Conselho de Administração que diligencie no sentido de garantir o cumprimento da RCM n.º 34/2008.»

Conforme referido anteriormente, o prazo médio de pagamentos regista um acréscimo de dez dias face a 31 de dezembro 2021. A deterioração do prazo médio de pagamentos a fornecedores resulta do adiamento de alguns pagamentos a fornecedores pelo facto do recebimento da contrapartida financeira referente à prestação do serviço público dos três primeiros trimestres de 2022 ter ocorrido apenas a 21 de setembro, conforme referido no ponto 4.1 do presente relatório.

Ainda que, a partir dessa data, os pagamentos tenham começado a ocorrer de forma atempada, a fórmula de cálculo definida no Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril, é determinada pelos saldos das dívidas de curto prazo a fornecedores e outros credores nos trimestres anteriores, impedindo uma diminuição tão acentuada quanto o pretendido.

6. Remunerações / honorários

6.1. Mesa da Assembleia Geral

Mandato (Início-fim)	Cargo	Nome	Valor da senha Fixado (€)	Número de Senhas Pagas	Valor Bruto Auferido 2022 (€)
2021-2023 (Início a 31-05-2021)	Presidente	Cristina Maria Pereira Freire	500	4	2 000
2021-2023 (Início a 31-05-2021)	Vice- Presidente	António Correia de Oliveira	425	4	1 700
2021-2023 (Início a 31-05-2021)	Secretário	Maria Fernanda Sousa Rebelo Lopes Pires Borges	350	4	1 400
					5 100



6.2. Conselho de Administração

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		OPRLO ou Opção pela Média dos últimos 3 anos ⁽²⁾				Indicação do n.º total de mandatos
			Forma ⁽¹⁾	Data	Sim/Não	Entidade de Origem	Entidade Pagadora (O/D)	Identificação da data de autorização e Forma	
2021-2023	Presidente	Joaquim de Jesus Pedro Carreira	AG	31/05/2021	Não	Lusa, S.A.	Destino	AG 31-05-2021	1
2021-2023	Vice-Presidente (não executivo)	Maria João Dias Pessoa de Araújo	AG	23/07/2021	n. a (*)	n. a (*)	n. a (*)	n. a (*)	2
2021-2023	Vogal (não executivo)	Carla Maria dos Santos Filipe Baptista	AG	23/07/2021	n. a (*)	n. a (*)	n. a (*)	n. a (*)	1
2021-2023	Vogal (não executivo)	Helena Ferro de Gouveia	AG	31/05/2021	n. a (*)	n. a (*)	n. a (*)	n. a (*)	1
2021-2023	Vogal (não executivo)	Paulo Jorge Andrade Cardoso	AG	27/05/2022	n. a (*)	n. a (*)	n. a (*)	n. a (*)	1

Legenda: ⁽¹⁾ - Indicar Resolução (R)/AG/DUE/Despacho (D)

⁽²⁾ - Opção Pela Remuneração do Lugar de Origem ou opção pela média dos últimos 3 anos - prevista nos n.ºs 8 e 9 do artigo 28.º do EGP; indicar entidade pagadora (O-Origem/D-Destino)

(*) - Defendido em ata o pagamento de valor igual ao auferido como vencimento, 14 vezes ao ano

Membro do CA	Acumulação de Funções - mandato 2021-2023			
	Entidade	Função	Regime*	Identificação da data da autorização e forma**
Joaquim de Jesus Pedro Carreira	Lusa, S.A.	Presidente do Conselho de Administração	Setor Público Empresarial	AG 31-05-2021
	OBERCOM - Observatório da Comunicação	Secretário da Assembleia Geral	Setor Público	n.a
	Visapress - Gestão de Conteúdos dos Media, CRL	Vogal do Conselho de Administração	Setor Privado	n.a
Maria João Dias Pessoa de Araújo	Lusa, S.A.	Vice-Presidente (não executiva) do Conselho de Administração	Setor Público Empresarial	n.a
	DGTF	Diretora-Geral	Setor Público	n.a
	Parpública - Participações Públicas (SGPS), S.A.	Administradora não executiva	Setor Público Empresarial	n.a
	Parvalorem, S.A. Parups, S.A. Parparticipadas SGPS, S.A.	Presidente da Mesa da Assembleia	Setor Público Empresarial	n.a
	Caixa Geral de Depósitos, S.A.	Vice-Presidente da Mesa da Assembleia	Setor Público Empresarial	n.a
Carla Maria dos Santos Filipe Baptista	Lusa, S.A.	Vogal do Conselho de Administração	Setor Público Empresarial	n.a
	Universidade Nova de Lisboa	Professora Associada, Departamento de Ciências da Comunicação (DCC) da NOVA FCSH; Investigadora, Instituto de Comunicação da NOVA (ICNOVA); Membro da direção da revista académica Media & Jornalismo	Setor Público	n.a
Helena Ferro de Gouveia	Lusa, S.A.	Vogal do Conselho de Administração ***	Setor Público Empresarial	n.a
	Global Media Group	Diretora de Comunicação do Grupo Bel	Setor Privado	n.a
Paulo Jorge Andrade Cardoso	Lusa, S.A.	Vogal do Conselho de Administração	Setor Público Empresarial	n.a
	Grupo Vicra	Administrador nomeado de empresas do Grupo Vicra, designadamente, Vicontrol SGPS, S.A., Sociedade Vicra Desportiva, S.A., Vicra Comunicações, Lda. e da Imovicra, S.A.	Setor Privado	n.a

* Regime - Privado/Público

** Identificação da data da autorização e forma - AG/DUE/D

*** Apresentou carta de renúncia em 07/02/2023

n.a. - não aplicável

Membro do Órgão de Administração	Estatuto do Gestor Público			
	Fixado	Classificação	Remuneração mensal bruta (€)	
	[S/N]	[A/B/C]	Vencimento mensal	Despesas Representação
Joaquim de Jesus Pedro Carreira	S	C	4 592	1 837
Maria João Dias Pessoa de Araujo (*) (**)	S	C	800	-
Carla Maria dos Santos Filipe Baptista (*) (**)	S	C	800 (a)	-
Helena Ferro de Gouveia (*)	S	C	800	-
Paulo Jorge Andrade Cardoso (*) (***)	S	C	800	-

(*) - Pagamento de um valor mensal catorze vezes ao ano, de acordo com ata da AG de 31-05-2021, o qual foi sujeito a redução de 5% de acordo com o art.º 21.º da RCM n.º16/2012 de 14 de fevereiro.

(**) - Nomeação em AG de 23 de julho de 2021

(***) - Nomeação em AG de 27 de maio de 2022

(a) - Não auferir remuneração por incompatibilidade com a função que exerce.

Membro do Órgão de Administração	Remuneração Anual 2022 (€)				
	Fixa (1)	Variável (2)	Valor bruto (3)=(1)+(2)	Reduções remuneratórias (4)	Valor Bruto Final (5)=(3)-(4)
Joaquim de Jesus Pedro Carreira	86 329	0	86 329	4 316	82 013
Maria João Dias Pessoa Araújo	11 200	0	11 200	560	10 640
Carla Maria dos Santos Filipe Baptista	0	0	0	0	0
Helena Ferro de Gouveia	11 200	0	11 200	560	10 640
Paulo Jorge Andrade Cardoso	6 640	0	6 640	332	6 308
			115 369	5 768	109 601

(1) O valor da remuneração fixa corresponde ao vencimento + despesas de representação (sem reduções)

(4) Redução prevista no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho

Membro do CA	Benefícios Sociais (€)							
	Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Encargo Anual Seguro de Saúde	Encargo Anual Seguro de Vida	Outros	
	Valor/dia	Montante pago Ano	Identificar	Encargo Anual			Identificar	Valor
Joaquim de Jesus Pedro Carreira	8	1 828	Seg. Social	19 478	442	0	Seguro acid. trab. e doenças prof.	450
Maria João Dias Pessoa Araújo	0	0	Seg. Social	0	0	0	-	0
Carla Maria dos Santos Filipe Baptista	0	0	Seg. Social	0	0	0	-	0
Helena Ferro de Gouveia	0	0	Seg. Social	2 527	0	0	-	0
Paulo Jorge Andrade Cardoso (27-05-2022 a 31-12-2022)	0	0	Seg. Social	1 498	0	0	-	0
		1 828		23 503	442	0		450

Nota: os valores de segurança social são calculados sobre as remunerações com redução remuneratória.

Membro do Conselho de Administração	Encargos com Viaturas - 2022								
	Viatura atribuída	Celebração de contrato	Valor de referência da viatura	Modalidade ⁽¹⁾	Ano Início	Ano Termo	Valor da Renda Mensal	Gasto Anual com rendas	N.º Prestações Contratuais Remanescentes
	[S/N]	[S/N]	[€]	[identificar]			[€]	[€]	
Joaquim de Jesus Pedro Carreira	S	S	33 800	Renting	2015	2023	238	2 850	1
Maria João Dias Pessoa Araújo	N	N	-	-	-	-	-	-	-
Carla Maria dos Santos Filipe Baptista	N	N	-	-	-	-	-	-	-
Helena Ferro de Gouveia	N	N	-	-	-	-	-	-	-
Paulo Jorge Andrade Cardoso	N	N	-	-	-	-	-	-	-

Legenda: ⁽¹⁾ - aquisição ALD, Leasing ou outra

Membro do Conselho de Administração	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)					
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de custo	Outras		Gasto total com viagens (€)
				Identificar	Valor	
Joaquim de Jesus Pedro Carreira	352	487	0	Despesas de representação, Exc.plafond telemovel	1 927	2 766
Maria João Dias Pessoa de Araújo	0	0	0	-	0	0
Carla Maria dos Santos Filipe Baptista	0	0	0	-	0	0
Helena Ferro de Gouveia	0	0	0	-	0	0
Paulo Jorge Andrade Cardoso	0	0	0	-	0	0
						2 766

No exercício de 2022 não foram atribuídos quaisquer prémios de gestão, nem foram pagas indemnizações a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício.

6.3. Fiscalização

6.3.1. Conselho Fiscal

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório Fixado (mensal) (€)	N.º de Mandatos (*)
			Forma ⁽¹⁾	Data		
2021-2023	Presidente Conselho Fiscal	Cristina Maria Pereira Branco Mascarenhas Vieira de Sampaio	AG	31/05/2021	1 286	2
2021-2023	Vogal	Pedro Jorge dos Santos Braumann	AG	31/05/2021	964	2
2021-2023	Vogal e ROC efetivo	Susana Rodrigues de Jesus	AG	31/05/2021	1 313	4
2021-2023	Vogal e ROC suplente	António Magalhães & Carlos Santos	AG	31/05/2021	-	3

Legenda: ⁽¹⁾ - indicar AG/DUE/Despacho

(*) - inclui o mandato atual



Membro do Órgão de Fiscalização	Remuneração Anual 2022 (€)		
	Bruta (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)
Cristina Maria Pereira Branco Mascarenhas Vieira de Sampaio	18 000	0	18 000
Pedro Jorge dos Santos Braumann	13 500	0	13 500
Susana Rodrigues de Jesus	15 750	0	15 750
António Magalhães & Carlos Santos	0	0	0
	47 251	0	47 251

(ii) Mandato 2021-2023 - início a 31-05-2021

6.3.2. Revisor Oficial de Contas

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação			Nº de anos de funções exercidas no grupo	Nº de anos de funções exercidas na sociedade
		Nome	N.º de inscrição na OROC	N.º de registo na CMVM	Forma ⁽¹⁾	Data	Data do Contrato		
2021-2023	Vogal e ROC efetivo	Susana Rodrigues de Jesus	ROC n.º 1338	20160948	AG	31/05/2021	22/06/2021	-	11
2021-2023	Vogal e ROC suplente	António Magalhães & Carlos Santos	SROC n.º 53	20160038	AG	31/05/2021	-	-	9

Legenda: ⁽¹⁾ - Assembleia Geral (AG)/Deliberação Unânime por escrito (DUE)/Despacho (D)

Nota: Mencionar o efetivo (SROC e ROC) e o suplente (SROC e ROC)

Nome	Valor anual do Contrato de Prestação de Serviços 2022 (€)			Valor Anual de Serviços Adicionais 2022 (€)			
	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)	Identificação do serviço	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)
Susana Rodrigues de Jesus	15 750	0	15 750	Relatórios nos termos do artigo 78.º do CIVA	600	0	600
António Magalhães & Carlos Santos	0	0	0	n.a.	0	0	0

n.a. - não aplicável

6.4. Auditor Externo

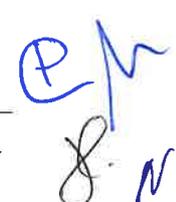
No ano de 2022 não se verificou a contratação de serviços de auditoria externa.

Na sequência da decisão do Conselho de Administração da Lusa em 2016, sobre a contratação de Contabilista Certificado, foi efetuado, em 2022, um procedimento de Consulta Prévia do qual resultou uma adjudicação à empresa Epimetheus - Serviços de Consultoria e Gestão S.A., para fornecimento dos respetivos serviços por um período de três anos.

Contabilista Certificado: Miguel André Augusto Pinto, Contabilista Certificado n.º 88195.

6.5. Restantes trabalhadores

A Lusa, no âmbito da regulamentação coletiva de trabalho, aplica o previsto no seu Acordo de Empresa. Em 2022, em cumprimento das orientações da DGTF que decorreram do Despacho n.º 1268/2021, de 30 de dezembro, a Lusa procedeu às atualizações salariais aplicáveis ao Setor Público Empresarial.



Em 8 de agosto de 2019, após diversas reuniões, a Lusa e os Sindicatos (SJ - Sindicato de Jornalistas; SITESE - Sindicatos dos Trabalhadores e Técnicos de Serviços, Comércio, Restauração e Turismo; SITE/CRSA - Sindicato das Indústrias Transformadoras, Energia e Atividades do Ambiente, Centro Sul e Regiões Autônomas) assinaram um protocolo com vista à resolução dos processos de Avaliação de Desempenho não realizados entre os anos de 2011 e 2019. Devido à situação de pandemia a avaliação relativa aos anos de 2020 e 2021 assentaram num processo simplificado, ou seja, a existência de uma única fase de avaliação - que incluiu autoavaliação e heteroavaliação. Relativamente à avaliação de desempenho de 2022 será concluída no início de 2023.

7. Aplicação do disposto no artigo 32.º e 33.º do Estatuto do Gestor Público

A Lusa seguiu a recomendação do acionista Estado dada na Assembleia Geral realizada em 28 de março de 2013, pelo que a utilização de cartão de crédito por parte do Presidente do Conselho de Administração cessou a partir dessa data.

Em 2022 não ocorreu o reembolso de quaisquer despesas que caíam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.

Membro do CA	Gastos com Comunicações (€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
Joaquim de Jesus Pedro Carreira	80	92	
Maria João Dias Pessoa de Araújo	-	0	
Carla Maria dos Santos Filipe Baptista	-	0	
Helena Ferro de Gouveia	-	0	
Paulo Jorge Andrade Cardoso	-	0	
		92	

Importa referir que os gastos com comunicações têm por base a política de comunicações em vigor na empresa, conforme contrato com a ALTICE, para voz e dados, com uma adesão para 24 meses, abrangendo cerca de 350 números.

Nome	Plafond mensal Combustível e Portagens	Gastos anuais associados a Viaturas (€)			Observações
		Combustível	Portagens	Total	
Joaquim de Jesus Pedro Carreira	459,20 €	3 023	780	3 803	O valor mensal afeto a estes gastos é de 1/4 das despesas de representação o que, para um período de um ano, é de €5 510. Verifica-se, assim, que os gastos reais são 69,0% do máximo permitido no período.
Maria João Dias Pessoa de Araújo	-	0	0	0	
Carla Maria dos Santos Filipe Baptista	-	0	0	0	
Helena Ferro de Gouveia	-	0	0	0	
Paulo Jorge Andrade Cardoso	-	0	0	0	
				3 803	

8. Aplicação do disposto no n.º 2 do artigo 16.º do RJSPE e do artigo 11.º do EGP, que proíbe a realização de despesas não documentadas ou confidenciais

Em 2022 a Lusa não incorreu em despesas não documentadas ou confidenciais.

9. Elaboração (de três em três anos) e divulgação de relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens, conforme determina a Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março

A promoção da igualdade de género está, cada vez mais, na agenda da Lusa, que pretende, assim, afirmar-se e distinguir-se por uma orientação de responsabilidade social. Nesse âmbito em 2022 foi elaborado o relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens referente a 2021, disponível em <https://www.lusa.pt/about-lusa/Relatório-da-Igualdade-de-Remunerações-por-Género>.

O Plano para a Igualdade do Género, elaborado pela equipa de trabalho da Lusa em parceria com o ISEG, foi aprovado pelo Conselho de Administração em novembro de 2022 <https://www.lusa.pt/about-lusa/plano-para-igualdade-entre-homens-e-mulheres>, estando disponível no *site* da empresa para consulta de todos os trabalhadores. O plano tem um horizonte temporal de 3 anos, e de acordo com o normativo vigente, tem como objetivo criar condições internas para promover a Igualdade de género na empresa nas seguintes dimensões: Missão, valores e estratégia; Formação e desenvolvimento de competências; Progressão e desenvolvimento de carreiras; Proteção na parentalidade; e Comunicação interna e externa. Este plano é complementado pela criação de uma Comissão de Acompanhamento cujo objetivo é promover e garantir a concretização das medidas propostas.

10. Elaboração e divulgação do Plano de Gestão de Risco e Infrações Conexas e do Relatório anual tendo em consideração as Recomendações do Conselho de Previsão da Corrupção, designadamente a Recomendação do referido Conselho, datada de 1 de julho de 2009

Em 2022, foi revisto o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPRCIC) conforme preconizado no artigo 46.º do DL n.º 133/2013 e Lei n.º 54/2008 em que as empresas públicas “devem elaborar anualmente relatório identificativo das ocorrências e risco de ocorrências de factos mencionados na alínea a) do n.º 1 do artigo 2.º da Lei 54/2008”.

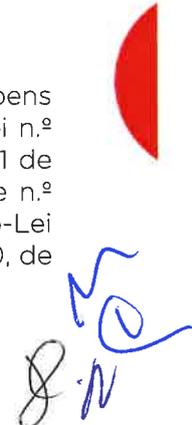
Adicionalmente, foi elaborado o relatório com a execução deste plano. A percentagem de medidas a implementar manteve-se em 15% (9 medidas) em 2022, tendo sido desagregado um novo risco, num total de 62. De referir que 4 medidas encontram-se em fase de implementação e 5 das medidas por implementar viram revisto o seu prazo de implementação, ainda em consequência dos efeitos da pandemia de covid-19 e da nova realidade de trabalho da Lusa.

O Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, disponível em <https://www.lusa.pt/about-lusa/plano-de-prev-de-riscos-de-corrupção-e-infra-conexas>, tem como objetivos principais:

- a) A identificação dos riscos de corrupção e infrações conexas relativamente a cada área ou Departamento;
- b) Com base no apuramento dos riscos, identificação das medidas a implementar para prevenir a sua ocorrência (por exemplo medidas de controlo interno em aplicação);
- c) Proposta de medidas preventivas da ocorrência de riscos, quando assim se justifique;
- d) Definição e identificação dos vários responsáveis envolvidos na gestão do plano.

11. Contratação Pública

A Lusa adota os procedimentos contratuais e pré-contratuais de aquisição e locação de bens e serviços que constam do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto (retificado pelas declarações de retificação n.º 36-A/2017, de 30 de outubro e n.º 42/2017, de 30 de novembro), pelo Decreto-Lei n.º 33/2018, de 15 de maio, pelo Decreto-Lei n.º 170/2019, de 4 de dezembro, pela Resolução da Assembleia da República n.º 16/2020, de



19 de março, pela Lei n.º 30/2021 de 21 de maio pela Declaração de Retificação n.º 25/2021, de 21 de julho e pelo Decreto-Lei n.º 78/2022, de 7 de novembro, na procura da simplificação, desburocratização e flexibilização dos procedimentos de formação dos contratos públicos, com vista ao aumento da eficiência da despesa pública e à promoção de um melhor e mais fácil acesso àqueles contratos por parte dos operadores económicos.

Todas as aquisições são objeto de um processo de compra organizado pelo Departamento de Compras, integrado na Direção de Áreas de Suporte.

O processo de compra inicia-se pela consulta ao mercado que é dirigida a pelo menos três potenciais fornecedores. Para aquisições de valor igual ou superior a 500 euros é obrigatória, pelo "Regulamento de Aquisição de Bens e Serviços" aprovado pelo Conselho de Administração da Lusa em 29 de dezembro de 2010, a obtenção de pelo menos três propostas escritas dos potenciais fornecedores, tendo este procedimento sido adotado mesmo em compras de bens ou serviços de valor muito inferior. Regra geral, as aquisições de valor superior a 5 mil euros seguem os respetivos trâmites de procedimento de contratação pública não simplificado, sendo os respetivos contratos registados no portal base.gov.

Para alcançar à máxima conformidade legal dos valores de transparência, eficácia e desmaterialização dos procedimentos contratuais de aquisição e locação de bens e serviços, a Lusa adotou a utilização de uma plataforma eletrónica de contratação pública, onde efetua regularmente o lançamento de procedimentos de aquisição de bens e serviços.

Durante o exercício de 2022 foram lançados vinte e cinco (25) procedimentos de ajuste direto de aquisição de bens e serviços e de empreitada, no montante de €695.377, seis (6) procedimentos de aquisição de bens e serviços e de empreitada por consulta prévia, no total de €212.456, e seis (6) procedimentos de concurso público para a aquisição de bens e serviços, no valor de €1.693.005. Os trinta e sete (37) procedimentos contratuais totalizaram, globalmente, o montante de €2.600.838, verificando-se conformidade com os procedimentos de contratação pública. Em 2022, a Lusa não celebrou contratos de valor superior a 5 milhões de euros.

Contratos públicos: número e valor de adjudicações por tipo de procedimento em 2022 (fonte: base.gov)

Tipo de contrato	Adjudicações por tipo de procedimento						Total	
	Concurso público		Consulta Prévia		Ajuste direto		N.º dos contratos	Preço contratual
	N.º dos contratos	Preço contratual	N.º dos contratos	Preço contratual	N.º dos contratos	Preço contratual		
Locação/aquisição de bens móveis	2	313 229 €	2	53 852 €	7	127 261 €	11	494 343 €
Concessão de obras públicas					1	4 580 €	1	4 580 €
Aquisição de serviços	4	1 379 775 €	4	158 604 €	17	563 536 €	25	2 101 915 €
TOTAL	6	1 693 005 €	6	212 456 €	25	695 377 €	37	2 600 838 €




Tipo de contrato	N.º dos contratos	Preço contratual	Tipo de procedimento	Fundamentação
Aquisição de serviços	9042677	7 220 €	Ajuste Direto	Art.20.º, n.º1, al.d) CCP
Aquisição de bens móveis	9042225	6 000 €	Ajuste Direto	Art.20.º, n.º1, al.d) CCP
Aquisição de serviços	9156144	9 600 €	Ajuste Direto	Art.24.º, n.º1, al.e) iii) CCP
Aquisição de serviços	9043525	5 120 €	Ajuste Direto	Art.24.º, n.º1, al.e) ii) CCP
Aquisição de serviços	9286661	6 500 €	Ajuste Direto	Art.24.º, n.º1, al.e) ii) CCP
Aquisição de serviços	9429590	9 640 €	Ajuste Direto	Art.20.º, n.º1, al.d) CCP
Aquisição de serviços	9445848	9 696 €	Ajuste Direto	Art.20.º, n.º1, al.d) CCP
Aquisição de bens móveis	9438249	19 500 €	Ajuste Direto	Art.20.º, n.º1, al.d) CCP
Aquisição de serviços	9432110	17 500 €	Ajuste Direto	Art.24.º, n.º1, al.e) iii) CCP
Aquisição de serviços	9458362	51 703 €	Ajuste Direto	Art.24.º, n.º1, al.e) ii) CCP
Aquisição de serviços	9458956	3 295 €	Ajuste Direto	Art.20.º, n.º1, al.d) CCP
Aquisição de serviços	9446022	7 290 €	Ajuste Direto	Art.27.º, n.º1, al.b) CCP
Aquisição de bens móveis	9800646	4 675 €	Ajuste Direto	Art.24.º, n.º1, al.e) ii) CCP
Aquisição de serviços	9618231	0 €	Ajuste Direto	Art.21.º, n.º2 CCP
Aquisição de serviços	9607716	20 000 €	Ajuste Direto	Art.24.º, n.º1, al.e) ii) CCP
Aquisição de serviços	9505051	25 375 €	Ajuste Direto	Art.24.º, n.º1, al.e) ii) CCP
Aquisição de bens móveis	9745768	14 131 €	Ajuste Direto	Art.20.º, n.º1, al.d) CCP
Aquisição de serviços	9595919	279 623 €	Ajuste Direto	Art.27.º, n.º1, al.a) CCP
Aquisição de serviços	9607861	93 272 €	Ajuste Direto	Art.24.º, n.º1, al.e) ii) CCP
Empreitadas de obras públicas	9507047	4 580 €	Ajuste Direto	Art.20.º, n.º1, al.d) CCP
Locação de bens móveis	9592236	15 150 €	Ajuste Direto	Art.24.º, n.º1, al.e) iii) CCP
Aquisição de bens móveis	9505289	10 000 €	Ajuste Direto	Art.20.º, n.º1, al.d) CCP
Aquisição de serviços	9602028	8 997 €	Ajuste Direto	Art.20.º, n.º1, al.d) CCP
Aquisição de bens móveis	9800942	57 805 €	Ajuste Direto	Art.24.º, n.º1, al.e) ii) CCP
Aquisição de serviços	9800687	8 704 €	Ajuste Direto	Art.20.º, n.º1, al.d) CCP
Aquisição de serviços	9048801	55 000 €	Consulta Prévia	Art.20.º, n.º1, al.c) CCP
Aquisição de bens móveis	9505411	8 900 €	Consulta Prévia	Art.20.º, n.º1, al.c) CCP
Aquisição de serviços	9596130	54 000 €	Consulta Prévia	Art.20.º, n.º1, al.c) CCP
Aquisição de serviços	9780807	32 000 €	Consulta Prévia	Art.20.º, n.º1, al.c) CCP
Aquisição de bens móveis	9780748	44 952 €	Consulta Prévia	Art.20.º, n.º1, al.c) CCP
Aquisição de serviços	9780960	17 604 €	Consulta Prévia	Art.20.º, n.º1, al.c) CCP
Aquisição de serviços	9759904	112 978 €	Concurso Público	Art.20.º, n.º1, al.b) CCP
Aquisição de serviços	ND	140 791 €	Concurso Público	Art.20.º, n.º1, al.b) CCP
Aquisição de serviços	9447002	966 342 €	Concurso Público	Art.20.º, n.º1, al.a) CCP
Aquisição de bens móveis	9745423	149 270 €	Concurso Público	Art.20.º, n.º1, al.b) CCP
Aquisição de serviços	9798414	159 665 €	Concurso Público	Art.20.º, n.º1, al.b) CCP
Aquisição de bens móveis	9759832	163 959 €	Concurso Público	Art.20.º, n.º1, al.b) CCP
TOTAL		2 600 838 €		

ND - Não definido

Contratos públicos: número e valor de adjudicações por tipo de procedimento em 2021 (fonte: base.gov)

Tipo de contrato	Adjudicações por tipo de procedimento						Total	
	Concurso público		Consulta Prévia		Ajuste direto		N.º dos contratos	Preço contratual
	N.º dos contratos	Preço contratual	N.º dos contratos	Preço contratual	N.º dos contratos	Preço contratual		
Locação/aquisição de bens móveis	1	397 614 €	3	85 225 €	2	28 154 €	6	510 993 €
Concessão de obras públicas			2	25 550 €	1	8 914 €	3	34 464 €
Aquisição de serviços	1	119 952 €	1	60 484 €	32	829 781 €	34	1 010 217 €
TOTAL	2	517 566 €	6	171 259 €	35	866 849 €	43	1 555 674 €

12. Adesão da empresa ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP)

A empresa formalizou a adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas em 15 de setembro de 2011 e mantém-se atenta ao lançamento de procedimentos contratuais de aquisição e locação de bens e serviços ao abrigo dos acordos-quadro existentes que, tendo por base uma prévia qualificação de entidades fornecedoras, permitem a obtenção de vantagens relativamente a prazos procedimentais, à transparência nos processos e à verificação da capacidade técnica e financeira das entidades concorrentes.

A Lusa dispõe de um "Regulamento de Aquisição de Bens e Serviços", aprovado pelo Conselho de Administração em reunião de 29 de dezembro de 2010 e publicitado em www.lusa.pt, que estabelece as normas que regem a realização de despesas com a aquisição e locação de bens e serviços necessários ao regular funcionamento da Agência para, através da garantia do respeito pelos princípios da publicidade, da livre concorrência e da não discriminação, da qualidade e da economicidade, permitir alcançar a melhor gestão dos meios ao seu dispor.

13. Medidas de otimização da estrutura de gastos operacionais previstas no artigo 144.º do DLEO 2022, justificando detalhadamente o não cumprimento das orientações e objetivos definidos

A estratégia de consolidação orçamental, que determina a redução da despesa pública por parte do Estado, impõe às empresas do SEE, onde a Lusa se enquadra, por via do OE para 2022 e do DLEO n.º 53/2022 de 12 de agosto, e de outras determinações emanadas das entidades que a tutelam, a adoção de medidas de redução e contenção de gastos.

O indicador proposto pela Lusa, para medir a otimização da estrutura de gastos operacionais, teve um despacho favorável por parte do Senhor Ministro da Cultura em 17 de maio de 2017 e do Senhor Secretário de Estado do Tesouro (SET) em 1 de junho de 2017 (Anexo 2).

O indicador vigorou por 3 anos, entre 2017 e 2019. Em 2020 e 2021, uma vez que não existiu Decreto-Lei de Execução Orçamental e que a Lusa não teve Contrato com o Estado considerou-se o mesmo indicador. Em 2022, e uma vez que os pressupostos para a proposta de um indicador alternativo se mantiveram, a Lusa anexou à sua proposta de PAO para 2022 o pedido de continuidade do indicador anteriormente aprovado.

No cálculo do indicador registou-se, conforme quadro seguinte, um agravamento do custo médio por conteúdo de €5,15 face a 31 de dezembro de 2021. Importa referir que este agravamento resulta, por um lado, da diminuição da produção editorial, pelas razões acima referidas, e, por outro, do aumento dos gastos, como resultado do impacto da guerra na Ucrânia, do efeito do absentismo, dos custos adicionais incorridos com cibersegurança e dos gastos não operacionais decorrentes da constituição de provisões para processos em curso. Desconsiderando estes efeitos, verificar-se-ia uma melhoria deste indicador. De referir adicionalmente, comparativamente a 2019, o ano pré-pandemia, o valor do indicador regista uma diminuição de €3,73, o que se traduz numa melhoria da eficiência da Lusa.

(Euros)

DESCRIÇÃO	REAL 2015	REAL 2016	REAL 2017	REAL 2018	REAL 2019	REAL 2020	REAL 2021	REAL 2022
Fornecimentos e serviços externos	3 852 659	3 817 166	3 963 965	4 056 614	3 965 907	3 688 876	4 042 761	3 998 095
Gastos com o pessoal	9 332 451	9 752 784	9 864 846	10 218 859	11 559 595	11 761 927	11 975 012	12 309 034
Perdas por imparidade	369 587	86 446	45 389	39 589	142 047	194 238	84 790	35 479
Perdas por reduções de justo valor	0	100	7	0	0	0	0	0
Provisões do período	24 768	197 667	355 912	224 278	134 637	97 578	77 213	205 443
Outros gastos e perdas	265 746	175 017	137 670	122 551	91 096	88 075	60 130	118 244
Gastos e perdas de financiamento	16 938	4 879	1 092	0	0	0	0	8 438
Total de Gastos e perdas (sem amortizações) (A)	13 862 150	14 034 059	14 368 882	14 661 892	15 893 283	15 830 693	16 239 905	16 674 733
Indemnizações com o pessoal	0	226 481	140	793	3 200	0	0	0
Alterações Legislativas ⁽¹⁾	100 582	334 763	611 952	1 016 426	1 923 318	2 470 174	2 511 657	2 684 358
Projeto Google (FSE)	0	0	154 802	0	0	0	0	0
Total de efeitos não recorrentes (B)	100 582	561 244	766 895	1 017 220	1 926 518	2 470 174	2 511 657	2 684 358
Produção Editorial (n.º de conteúdos) (C)	222 799	227 821	235 091	240 770	248 892	276 076	290 584	267 029
Indicador ((A)-(B))/(C)	61,77	59,14	57,86	56,67	56,12	48,39	47,24	52,39

⁽¹⁾ - Alterações legislativas decorrentes da Lei n.º 75/2014, Lei n.º 159-A/2015, Lei n.º 42/2016 e Despacho n.º 3746/2017, descongelamento dos IRCT e admissão dos PREVPAP em 24 abril de 2019.

O quadro seguinte, permite observar a evolução das rubricas associadas ao Plano de Redução de Custos (PRC), que inclui a análise dos gastos operacionais, volume de negócios, custos com deslocações e estadas, ajudas de custo, gastos com a frota automóvel e com a contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria. O mapa permite igualmente observar a variação do peso dos gastos operacionais sobre o volume de negócios, excluindo a indemnização compensatória, e os impactos excepcionais decorrentes da conjuntura económica, da crise geopolítica internacional e da pandemia de covid-19. Permite ainda conferir a evolução do número de recursos humanos e de viaturas.



(Euros)

PRC	2022 Exec.	2022 Orç.	2021 Exec.	2020 Exec.	2019 Exec.	2022 / 2021		2022 / 2019	
						Δ Absol.	Var. %	Δ Absol.	Var. %
(0) EBITDA	835 847	845 138	1 047 986	728 691	1 380 703	-212 139	-20,2%	-544 857	-39,5%
(1) CMVMC	0	0	0	0	0	0	0,0%	0	0,0%
(2) FSE	3 998 095	3 917 846	4 042 761	3 688 876	3 965 907	-44 666	-1,1%	32 188	0,8%
(3) Gastos com o pessoal	12 309 034	12 376 200	11 975 012	11 761 927	11 559 595	334 021	2,8%	749 438	6,5%
(3.i) Relativos aos órgãos sociais (a)	157 271	159 682	160 292	129 826	132 793	-3 021	-1,9%	24 478	18,4%
(3.ii) Indemnizações pagas por rescisão (a)	0	0	0	0	3 200	0	0,0%	-3 200	NC
(3.iii) Valorizações remuneratórias obrigatórias (a) (1)	1 352 661	1 346 815	1 179 960	1 138 477	591 621	172 701	14,6%	761 041	128,6%
(3.iv) Efeito do absentismo e do cumprimento de disposições legais (a) (2)	-290 058	-340 308	-337 324	-361 768	-238 458	47 265	-14,0%	-51 600	21,6%
(4) Gastos com o pessoal sem os impactos (3.i), (3.ii), (3.iii), (3.iv)	11 089 160	11 210 011	10 972 084	10 855 392	11 070 440	117 076	1,1%	18 720	0,2%
(5) Impactos nos Gastos Operacionais (CMVMC, FSE e G. Pessoal) decorrentes de fatores excecionais (b)	98 690	31 948	35 608	32 392	0	63 083	177,2%	98 690	NC
(6) Gastos operacionais para efeitos do apuramento da eficiência operacional = (1)+(2)+(4)-(5)	14 988 564	15 095 908	14 979 238	14 511 876	15 036 347	9 327	0,1%	-47 782	-0,3%
(7) Volume de negócios (3)	3 788 971	3 732 552	3 906 597	3 781 489	3 761 947	-117 626	-3,0%	27 023	0,7%
(8) Perda de receita decorrente de fatores excecionais (b)	52 921	157 300	124 787	80 059	0	-71 867	-57,6%	52 921	NC
(9) Volume de negócios para efeitos do apuramento da eficiência operacional (7)+(8)	3 841 891	3 889 852	4 031 384	3 861 548	3 761 947	-189 493	-4,7%	79 944	2,1%
(10) Peso dos Gastos/VN (6)/(9)	390,1%	388,1%	371,6%	375,8%	399,7%	18,6p.p.	-	-9,6p.p.	-
(i) Gastos com deslocações e alojamento (FSE): Deslocações, estadas e transportes	435 050	361 036	343 699	212 633	421 073	91 350	26,6%	13 976	3,3%
(ii) Gastos com ajudas de custo (GcP)	431 285	415 046	411 357	376 035	437 488	19 928	4,8%	-6 203	-1,4%
(iii) Gastos associados à frota automóvel (c)	145 629	123 574	132 042	138 069	182 664	13 587	10,3%	-37 035	-20,3%
(iv) Encargos com contratações de estudos, pareceres, projetos e consultoria	0	0	0	0	0	0	0,0%	0	0,0%
(11) Total = (i) + (ii) + (iii) + (iv)	1 011 964	899 656	887 098	726 737	1 041 226	124 866	17,2%	-29 262	-2,8%
Número Total de RH (OS+CD+Trabalhadores)	274	275	272	275	279	2	0,7%	-5	-1,8%
N.º Órgãos Sociais (OS) (4)	10	10	9	8	10	1	11,1%	0	0,0%
N.º Cargos de Direção (CD)	3	3	3	3	4	0	0,0%	-1	-25,0%
N.º trabalhadores (sem OS e sem CD) (5)	261	262	260	264	265	1	0,4%	-4	-1,5%
N.º trabalhadores /N.º CD	87	87	87	88	66	0	0,4%	21	31,3%
N.º de viaturas	20	20	20	20	20	0	0,0%	0	0,0%

(a) Conforme disposto na alínea a) do n.º 5 do artigo 144.º do DLEO 2022.

(b) Os impactos excecionais (designadamente da crise geo-política e da Covid-19) deverão ser devidamente justificados, nos termos do artigo 144.º do DLEO 2022, bem como quantificados e discriminados relativamente às diferentes rubricas de gastos/custos, vendas e serviços prestados.

(c) Os gastos com as viaturas deverão incluir: rendas/amortizações, inspeções, seguros, portagens, combustíveis, manutenção, reparação, pneumáticos, taxas e impostos.

(1) - Descongelamento dos IRCT, atualizações salariais (0,3% em 2020 e 0,9% em 2022). Este valor inclui também a integração dos PREVPAP.

(2) - Gastos com o pessoal não incorridos por efeito do absentismo.

(3) - O volume de negócios é corrigido dos subsídios à exploração (-) e das indemnizações compensatórias (-), bem como dos impactos da Covid-19 nas rubricas de vendas e serviços prestados (+), estes últimos impactos deverão ser devidamente justificados e discriminados.

(4) - Inclui Mesa da Assembleia Geral, Conselho Fiscal e Conselho de Administração. Renúncia ao mandato de Vogal não executivo do Conselho de Administração a 31/10/2020 e a 19/10/2021 e do Vice-Presidente da Mesa Assembleia Geral em 30/09/2020.

(5) - A 31/12/2021 e 31/12/2022, o n.º de trabalhadores inclui o Presidente do Conselho de Administração, que foi requisitado para o exercício das funções.

A redução de €45 mil observada, face a 2021, nos fornecimentos e serviços externos foi o resultado, sobretudo, dos gastos incorridos em 2021 com a cobertura da PPUE, da diminuição dos gastos com correspondentes e colaboradores e do decréscimo verificado nos gastos com serviços jurídicos em processos em curso, evidenciados na rubrica comissões e honorários. Em sentido contrário, registam-se aumentos, sobretudo, nas rubricas deslocações, estadas e transportes (por via da realização de grandes eventos políticos e desportivos nacionais e internacionais, da cobertura da guerra na Ucrânia e do aumento de atividade e cobertura de eventos públicos) e energia e fluidos (devido ao aumento dos preços dos combustíveis e energia elétrica decorrentes, em grande medida, da crise geopolítica internacional) e em gastos com cibersegurança.

O incremento de €334 mil nos gastos com pessoal decorre, sobretudo, da atualização salarial de 0,9%, do descongelamento dos IRCT (regularização da Avaliação de Desempenho, diuturnidades e progressões automáticas), do acréscimo das ajudas de custo com

reportagens por via da realização de grandes eventos em 2022, da cobertura da guerra na Ucrânia e do aumento de atividade e cobertura de outros eventos públicos, dos gastos com seguro de saúde, face aos aumentos verificados no setor, e da redução do absentismo. Adicionalmente às razões referidas, a integração dos PREVPAP em 24 de abril de 2019 contribui para o aumento de €749 mil registado nestes custos face a 2019.

A situação pandémica deu origem a gastos adicionais com as medidas de prevenção e combate à covid-19, nomeadamente, a aquisição de EPI, equipamentos de apoio, materiais e produtos de desinfeção, segurança e limpeza. Adicionalmente, a Lusa incorreu em gastos com a testagem de trabalhadores, nomeadamente, no âmbito de deslocações efetuadas em serviço. Com a adoção do teletrabalho, verificou-se também a necessidade de aquisição de diverso material informático e multimédia e as subscrições de plataformas para reuniões por via telemática e de canais desportivos.

A par da situação conjuntural decorrente da pandemia, a atual situação geopolítica internacional, de grande incerteza, gerou importantes alterações nas variáveis macroeconómicas de referência, como a inflação ou as taxas de juro, e tem um impacto orçamental significativo, designadamente no que se refere a gastos com consumos energéticos, verificando-se em 2022, relativamente a 2021, um aumento de cerca de 44% nos custos referentes aos consumos de combustíveis e energia elétrica.

Na perda de receitas decorrente de fatores excepcionais, em consequência da pandemia e da conjuntura económica e crise geopolítica internacional, foi identificado um impacto nas receitas comerciais de cerca de 65% de todas as rescisões e renegociações que tiveram lugar em 2022, no montante de €53 mil. A área de negócio com maior contribuição foi o Mercado Externo, com cerca de 47% do total, em especial com a rescisão de um cliente de Macau, fortemente afetado pela pandemia e restrições sanitárias. Os Pequenos Órgãos de Comunicação Social representaram aproximadamente 25% das rescisões e renegociações e os Grandes Órgãos de Comunicação Social, 18%. Em conjunto, estas três áreas de negócio representam cerca de 90% das rescisões e renegociações atribuídas a fatores excepcionais.

Relativamente ao conjunto dos gastos com deslocações, estadas e transportes, ajudas de custo e gastos com a frota automóvel verificou-se, em 2022, um aumento de €125 mil face ao ano anterior. Esta evolução deveu-se, sobretudo, ao acréscimo de atividade observado no decurso do ano – com a realização de grandes eventos políticos e desportivos nacionais e internacionais, a cobertura da guerra na Ucrânia e o aumento da cobertura de eventos públicos –, e o crescimento dos preços dos combustíveis por efeito da crise geopolítica internacional. De referir que, face à atividade anterior à pandemia, em 2019, regista-se ainda uma diminuição de €29 mil nestes custos, em 2022. A Lusa não incorreu em encargos com a contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria em 2022.

No que se refere à evolução do número de recursos humanos em 2022, relativamente a 31 de dezembro de 2021, regista-se o aumento de um trabalhador efetivo, um jornalista, como resultado de uma decisão judicial (Anexo 3), e de um membro dos órgãos sociais, pela nomeação de um vogal não executivo para o Conselho de Administração, em Assembleia Geral de 27 de maio de 2022, para substituição de um vogal não executivo que havia renunciado ao mandato em 19 de outubro de 2021.

O parque automóvel da Lusa é composto por 20 viaturas, o mesmo número que em 2021, das quais 13 estão em regime de aluguer operacional. Atualmente o parque encontra-se no limite das suas necessidades, pelo que é sempre efetuada a maximização do uso comum.



14. Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado (artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, artigo 136.º da LOE 2022 e artigo 102.º do DLEO 2022)

No que se refere ao pedido de dispensa do cumprimento do Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado, a Lusa solicitou ao IGCP a exceção à obrigação do seu cumprimento, tendo ficado excepcionada do cumprimento da UTE nas operações não executadas pelo IGCP, através do Despacho do IGCP Ref.º UE: SGC n.º 87, de 30 de maio de 2022, para os anos de 2022 e 2023.

Até à data a Lusa tem seguido o mesmo princípio de anos anteriores, isto é, exceção do cumprimento da UTE nos seguintes serviços:

- Os valores inerentes às garantias bancárias que não possam ser substituídas por depósitos caucionados;
- Os valores inerentes aos empréstimos bancários contraídos (valores estritamente necessários para o serviço do empréstimo, nas datas previstas para o efeito);
- Os valores relativos à custódia de títulos que não sejam dívida pública;
- Os valores para compra de moeda estrangeira, nas situações em que a tesouraria externa não possa satisfazer as necessidades.

Os restantes valores devem, pois, ser movimentados pela LUSA através de contas no IGCP, pela utilização dos serviços bancários disponibilizados por esta Agência.

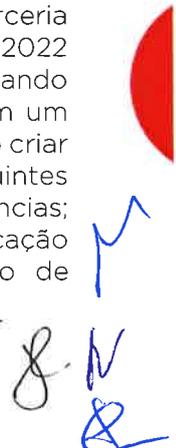
	(Euros)			
Banca Comercial 2022	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
Disponibilidades				
Banco B.P.I.	47 764	6 444	18 204	17 184
Banco Nacional Ultramarino (Macau)	3 629	6 029	42 122	15 606
Banco Millennium Internacional (Maputo)	12 388	17 814	18 768	18 091
Banco Santander Totta	1 565	1 511	1 458	1 405
Caixa Geral de Depósitos	0	480	5 587	0
Caixa Geral Angola	3 682	4 178	11 112	8 245
Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E.	368 346	401 202	3 898 685	698 529
Total Disponibilidades	437 373	437 658	3 995 936	759 062
Aplicações				
Banco Nacional Ultramarino (Macau)	8 833	8 833	8 833	7 046
Aplicações Financeiras	8 833	8 833	8 833	7 046
Total Disponibilidades + Aplicações	446 206	446 492	4 004 770	766 109
Juros Auferidos	0	0	0	10

15. Divulgação das recomendações dirigidas à empresa resultantes de Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas nos últimos três anos, bem como das medidas tomadas e o respetivo resultado

A Empresa não foi objeto de auditorias do Tribunal de Contas.

16. Elaboração e divulgação do Plano para a igualdade (anual), conforme determina o artigo 7.º da Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto, e indicação do cumprimento da obrigação de comunicação às Comissões competentes, nos termos conjugados do artigo 3.º e do n.º 3 do artigo 6.º do Despacho Normativo n.º 18/2019, de 21 de junho

O Plano para a Igualdade do Género, elaborado pela equipa de trabalho da Lusa em parceria com o ISEG, foi aprovado pelo Conselho de Administração em novembro de 2022 <https://www.lusa.pt/about-lusa/plano-para-igualdade-entre-homens-e-mulheres>, estando disponível no *site* da empresa para consulta de todos os trabalhadores. O plano tem um horizonte temporal de 3 anos, e de acordo com o normativo vigente, tem como objetivo criar condições internas para promover a Igualdade de género na empresa nas seguintes dimensões: Missão, valores e estratégia; Formação e desenvolvimento de competências; Progressão e desenvolvimento de carreiras; Proteção na parentalidade; e Comunicação interna e externa. Este plano é complementado pela criação de uma Comissão de



Acompanhamento cujo objetivo é promover e garantir a concretização das medidas propostas.

A Lusa enviou o Plano para a Igualdade entre Homens e Mulheres na Agência Lusa para 2023-2024 para a CIG - Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género e para a CITE - Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego a 15 de novembro de 2022, por correio eletrónico, em cumprimento do Despacho Normativo n.º 18/2019, de 21 de junho, que determina os procedimentos para a realização das comunicações a que estão obrigadas as entidades do setor público empresarial, os termos da articulação de competências entre a CIG e a CITE, e a produção de um guião para efeito de elaboração dos planos para a igualdade anuais, nos termos previstos nos artigos 10.º e 11.º da Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto. Em 28 de novembro de 2022 foi enviado para o SIOE - Sistema de Informação da Organização do Estado.

17. Elaboração e divulgação da demonstração não financeira, prevista nos artigos 66.º-B ou 508.º-G do CSC

Considerando que a Lusa não é classificada como entidade de interesse público e que, em 31 de dezembro de 2021, a Lusa não excede o número médio de 500 trabalhadores, pois o seu efetivo total nesta data é de 264 trabalhadores, não se apresenta a demonstração não financeira.

18. Informação a constar no sítio da internet do Setor Empresarial do Estado (portal da DGTF)

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação		Comentários
	S/N/N.A.	Data Atualização	
Estatutos	S	18/11/2022	
Caracterização da Empresa	S	18/11/2022	
Função de tutela e accionista	S	18/11/2022	
Modelo de Governo / Membros dos Órgãos Sociais			
Identificação dos Órgãos Sociais	S	18/11/2022	
Estatuto remuneratório fixado	S	18/11/2022	
Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	S	18/11/2022	
Identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração	S	18/11/2022	
Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais	S	18/11/2022	
Esforço Financeiro Público	S	18/11/2022	
Ficha Síntese	S	18/11/2022	
Informação Financeira histórica e atual	S	18/11/2022	
Princípios de Bom Governo			
Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita	S	18/11/2022	Regulamento de Aquisição de Bens e Serviços em vigor desde 1 de janeiro de 2011.
Transações relevantes com entidades relacionadas	S	18/11/2022	
Outras transações	N.A.	18/11/2022	
Análise da sustentabilidade da empresa nos domínios			
Económico	S	18/11/2022	
Social	S	18/11/2022	
Ambiental	S	18/11/2022	
Avaliação do cumprimento dos Princípios de Bom Governo	S	18/11/2022	
Código de Ética	S	18/11/2022	

Legenda: S - Sim; N - Não; N.A. - Não Aplicável

19. Quadro de cumprimento das orientações legais

Cumprimento das Orientações legais	Cumprimento			Quantificação / Identificação	Justificação / Referência ao ponto do Relatório
	S	N	N.A.		
Objectivos de Gestão					
Cumprimento do Contrato de Serviço Público	X			100%	Em 2022, a produção editorial da Lusa totalizou 267.029 conteúdos anuais, cumprindo as metas contratuais para a produção de todos os conteúdos, exceto formato áudio (ver n.º 1).
1) A gestão orçamental criteriosa tem de continuar a ser uma prática fundamental, visando uma posição económica e financeira sustentável, de modo a executar a implementação do PAO 2022-24, a celebração do novo Contrato Programa com o Estado com uma duração de seis anos, a candidatura a programas internacionais, nomeadamente ao Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e o lançamento das primeiras bases de um modelo estável de financiamento para uma maior autonomia e independência na gestão.	X			100%	A Lusa tem apresentado resultados positivos, consecutivamente, desde 2016. O novo Contrato Programa celebrado com o Estado foi visado pelo Tribunal de Contas a 24 de agosto de 2022 para vigorar retroativamente desde janeiro e é válido para o sexénio 2022-2027 (ver n.º 1).
2) O reconhecimento da Lusa como uma das melhores empresas para trabalhar em Portugal. Neste sentido, é importante tomar medidas de valorização dos nossos recursos internos, dentro dos condicionais existentes. Destacam-se, entre várias medidas, a redefinição de um novo modelo de organização do trabalho, fruto da situação pandémica, a melhoria das condições do seguro saúde, o acesso a um plano de formação de acordo com as necessidades transmitidas pelos trabalhadores, a concretização do processo de Avaliação de Desempenho iniciado em 2020, revendo-o, caso necessário, em função da experiência adquirida durante este período e a revisão do Acordo de Empresa, dado que a realidade da empresa é diferente de quando foram definidos os princípios base e normas do documento.	X			100%	Em 2022, foi implementado um modelo de trabalho híbrido, foi renovada a apólice do seguro de saúde por mais um triénio mantendo as coberturas existentes e conforme definido no AE e está a ser concluído o processo de avaliação do desempenho (ver n.º 1).
3) A promoção de um amplo debate sobre todas as formas de discriminação, de acordo com os valores intrínsecos da Lusa, e a apresentação de um plano de medidas, quer a nível interno quer a nível externo, a ser implementado para fazer face a este flagelo. Neste capítulo devemos relançar também o plano para a Igualdade de Género na empresa, já finalizado em 2019.	X			100%	Foi finalizado e disponibilizado o relatório de remunerações referente a 2021, juntamente com o Plano para a Igualdade do Género para 2023-24 (ver n.º 1).
4) A continuação do aumento da notoriedade da Lusa através da promoção de debates e conferências, a realizar em variados formatos e nas nossas redes sociais, de acordo com estratégia a desenvolver, relacionados com temas fraturantes do mundo moderno com destaque para a agenda da União Europeia, nomeadamente nas suas cinco grandes prioridades – Economia Social, Economia Resiliente, Economia Verde, Economia Digital e Economia Global –, assim como o reforço da presença em ações de responsabilidade social. De realçar que, no que respeita à Economia Global, a Lusa, com o seu jornalismo de proximidade com os países de língua portuguesa, tem um papel insubstituível e irá reforçar com esses países as suas atividades de cooperação.	X			100%	Em 2022, a Lusa realizou e participou em diversas conferências, lançou o Anuário relativo a 2021 e assinou protocolos de cooperação com congéneres internacionais (ver n.º 1).
5) O combate à desinformação nas suas mais variadas formas: conferências, literacia mediática, aposta forte em formação online, disponibilização de conteúdos abertos de informação e de dados, acesso a ferramentas tecnológicas; o planeamento do lançamento do Dia Internacional de Combate à Desinformação, conforme recentemente foi anunciado pela empresa; a candidatura a projetos internacionais neste âmbito, com parceiros com diferentes competências e valências que nos permitirão ser mais fortes nesta luta. Neste ponto, e dada a sofisticação e a frequência de ataques informáticos que têm vindo a ocorrer no mercado e na Agência, iremos lançar medidas para um Plano de Cibersegurança mais eficaz para as nossas infraestruturas e para todos os clientes e trabalhadores.	X			100%	Em 2022, a Lusa finalizou o projeto Contrafake, de análise da credibilidade dos conteúdos informativos, participou na iniciativa LEME, é membro do Grupo Informal de Literacia Mediática, colaborou no projeto IBERIFIER, que combate a desinformação através de fact checking e de literacia mediática e desenvolveu medidas nas áreas de formação e cibersegurança de infraestruturas (ver n.º 1).
6) A manutenção da aposta na modernização tecnológica da Agência e na sua transformação digital, através de projetos ligados à Inteligência Artificial (IA), tirando o melhor partido de projetos inovadores que estão em andamento com vários parceiros, bem como outros que irão ser lançados, com o objetivo de criar valor e eficiência para a empresa. A inovação é cada vez mais importante em todas as áreas da empresa. O investimento na desmaterialização e/ou simplificação dos processos da Agência, através de plataformas e tecnologias, bem como a reorganização de áreas funcionais da empresa, é de vital importância. Será lançado o prémio Pedro Camacho a atribuir a projetos inovadores no domínio das tecnologias de informação ligadas à área editorial.	X			100%	Foram realizados investimentos em ferramentas de monitorização de conteúdos produzidos, nos seus variados formatos, no projeto do estúdio virtual, que permite a realização de entrevistas presenciais e remotas com cenografia virtual, e na aquisição de equipamentos para a realização e transmissão de diretos em TV, entre outros (ver n.º 1).
7) A redefinição da produção noticiosa em formatos mais ricos e multifacetados, bem como ao nível da sua distribuição aos clientes, que têm mudado, e vão continuar a mudar, ao nível de hábitos de consumo de notícias e dos meios que utilizam para esse consumo, com a aposta num modelo de negócio digital, assente num sistema flexível, alicerçado numa distribuição através de um site moderno e em redes sociais, potenciando e comercializando os nossos conteúdos para vários públicos, em mobilidade, e geografias existentes e/ou a conquistar.	X			100%	Durante 2022, foi feita uma redefinição no site da Lusa e incrementado o alcance da Agência nas redes sociais (ver n.º 1).
Metas a atingir constantes no PAO 2022					
Investimento	X				O investimento total da Lusa foi de €338 mil em 2022, €395 mil aquém do previsto, e incluiu sobretudo na aquisição de solução de equipamentos e serviços de cibersegurança das infraestruturas de rede da Lusa, renovação de equipamento fotográfico e multimédia e modernização e expansão do parque informático. Deu-se continuidade ao projeto Estúdio Virtual, com a aquisição dos trabalhos, equipamentos e software necessários à conclusão da sua implementação, e adquiriram-se equipamentos para a realização e transmissão de diretos em TV (ver n.º 1).
Nível de envidamento	X				Ver n.º 1.
Grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE			X		

Cumprimento das Orientações legais	Cumprimento			Quantificação / Identificação	Justificação / Referência ao ponto do Relatório	
	S	N	N.A.			
Gestão do Risco Financeiro	X			No decurso de 2022, entre os 1.º e 3.º trimestres, devido a dificuldades de tesouraria resultantes do não recebimento de contrapartida financeira referente à prestação do serviço público, e até a obtenção do visto do Tribunal de Contas sobre o Contrato Programa com o Estado para o período 2022-27, a Lusa recorreu a financiamento bancário remunerado. A taxa média de financiamento foi de 0,6%. Em 31/12/2022, a empresa não tinha financiamento.	Ver n.º 2.	
Límites de Crescimento do Endividamento	X			Em 31/12/2022, a Lusa não tinha passivo remunerado.	Ver n.º 3. A deterioração deste indicador resulta do adiamento de alguns pagamentos pelo facto do recebimento de contrapartida financeira referente à prestação do serviço público nos 3 primeiros trimestres de 2022 ter ocorrido apenas a 21 de setembro. Ainda que, a partir dessa data, os pagamentos tenham começado a ocorrer de forma atempada, a fórmula de cálculo definida no Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril, é determinada pelos saldos das dívidas de curto prazo a fornecedores e outros credores nos trimestres anteriores, impedindo uma diminuição tão acentuada quanto o pretendido (ver n.º 4.1).	
Evolução do PMP a fornecedores		X		PMP a fornecedores de 58 dias (48 dias em 2021).		
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	X			Dívidas vencidas de acordo com o art. 1.º DL 65-A/2011: €769.	Regista-se uma redução de €369 na dívida com prazo superior a 90 dias, face a 31/12/2021 (ver n.º 4.2).	
Recomendações do acionista na última aprovação de contas		X		A Assembleia Geral (AG) da Lusa para aprovação das contas de 2021 realizou-se a 28 de março de 2022, tendo o representante do acionista Estado proposto e votado «favoravelmente a aprovação dos documentos de prestação de contas da Lusa referentes ao exercício de 2021, nele se incluindo o relatório de gestão, as demonstrações financeiras e os respetivos anexos, atenta a Certificação Legal das Contas e o Parecer do Conselho Fiscal, recomendando-se ao Conselho de Administração que diligencie no sentido de garantir o cumprimento da RCM n.º 34/2008.»	Recebimento da IC dos 3 primeiros trimestres de 2022 ocorreu apenas a 21 de setembro (ver n.º 5).	
Remunerações		X		CA - reduções remuneratórias vigentes em 2022 (se aplicável) Fiscalização (CF/ROC/FU) - reduções remuneratórias vigentes em 2022 (se aplicável) Auditor Externo - redução remuneratória vigente em 2022 (se aplicável)	Redução remuneratória de 5% ao abrigo do Estatuto do Gestor Público (ver n.º 6).	
EGP - Artigo 32.º e 33.º do EGP		X	X	Não utilização de cartões de crédito Não reembolso de despesas de representação pessoal Valor máximo das despesas associadas a comunicações	Ver n.º 7. Plafond Mensal definido €80, conforme ata da AG de 31 de maio de 2021 (ver n.º 7).	
Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço		X		Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço	Plafond mensal definido é de 1/4 do valor do abono mensal para despesas de representação, conforme ata da AG de 31 de maio de 2021 (ver n.º 7).	
Despesas não documentadas ou confidenciais - n.º 2 do artigo 15.º do RJSP e artigo 11.º do EGP		X		Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais	Em 2022, a Lusa não incorreu na realização de despesas não documentadas. (ver n.º 8)	
Promoção da Igualdade salarial entre mulheres e homens - n.º 2 da RCM n.º 19/2014		X		Elaboração e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens	Ver n.º 9. https://www.lusa.pt/about-lusa/Relatório-da-Igualdade-de-Remunerações-por-Genero https://www.lusa.pt/about-lusa/plano-de-prev-de-riscos-de-corrupção-e-infra-compras	
Elaboração e divulgação do relatório anual sobre prevenção de corrupção		X		Elaboração e divulgação do relatório anual sobre prevenção de corrupção	Ver n.º 10.	
Contratação Pública		X		Aplicação das normas de contratação pública pela empresa	Durante o exercício de 2022 foram lançados 25 procedimentos de ajuste direto de aquisição de bens e serviços e de empreitada, no montante de €695.377, 6 procedimentos de aquisição de bens e serviços e de empreitada por consulta prévia, no total de €212.456, e 6 procedimentos de concurso público para a aquisição de bens e serviços, no valor de €1.693.005. Os 37 procedimentos contratuais totalizaram, globalmente, o montante de €2.600.836. (ver n.º 11).	A Lusa adota os procedimentos de aquisição de bens e serviços que constam do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, e pela Lei n.º 30/2021, de 21 de maio. (ver n.º 11).
Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas		X	X	Contratos submetidos a visto prévio do TC		
Adesão ao Sistema Nacional de compras públicas		X			Ver n.º 12.	
Gastos operacionais das Empresas Públicas		X		Foi estabelecido um novo indicador para medir a otimização da estrutura de gastos operacionais, de acordo com o Despacho n.º 351/17 do Secretário de Estado do Tesouro. No cálculo do indicador registou-se um agravamento do custo médio por conteúdo de €5,15 face a 31 de dezembro de 2021.	O aumento do peso dos custos face à produção editorial decorreu, por um lado, da diminuição da produção e, por outro, do aumento dos gastos, como resultado do impacto da guerra na Ucrânia, do efeito do absentismo, dos custos adicionais incorridos com cibersegurança e dos gastos não operacionais decorrentes da constituição de provisões para processos em curso (ver n.º 13).	
Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 28.º do DL 133/2013)		X		Disponibilidades e aplicações centralizadas no IGCP	91,2% (97,9% em 2021).	A Lusa solicitou ao IGCP a exceção à obrigação do cumprimento da UTE, tendo ficado excecionada do cumprimento da UTE nas operações não executadas pelo IGCP, através do Despacho do IGCP Ref.º UTE: SGC n.º 87, de 30 de maio de 2022, para os anos de 2022 e 2023 (ver n.º 15).
Disponibilidades e aplicações na Banca Comercial		X			Total de disponibilidades e aplicações na Banca Comercial em 31 de dezembro de 2022: €67.579 (€72.429 em 2021).	A Lusa não auferiu juros em incumprimento do Princípio de Unidade de Tesouraria do Estado (ver n.º 15).
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em receita do Estado		X				Ver n.º 16.
Auditorias do Tribunal de Contas		X				
Elaboração do Plano para a Igualdade conforme determina o art.º 7.º da Lei 62/2017, de 1 de agosto		X		O Plano para a Igualdade entre Mulheres e Homens 2023-2024 foi aprovado pelo Conselho de Administração em novembro de 2022.	Ver n.º 17.	
Apresentação da demonstração não financeira		X			Ver n.º 18.	

VII. Grelha de práticas de boa governação societária

Relatório de Governo Societário	Identificação	Página	Observações
I. Síntese			
1. Menção às alterações mais significativas em matéria de Boas Práticas de Governo Societário adotadas em 2022	✓	2	Estrutura orgânica; receitas próprias; produção editorial e cumprimento do serviço público; racionalização de custos
II. Missão, Objetivos e Políticas			
1. Indicação da missão e da forma como é prosseguida, assim como a visão e os valores que orientam a empresa	✓	5	
2. Indicação de políticas e linhas de ação desencadeadas no âmbito da estratégia definida, designadamente:			
a) Objetivos e resultados definidos pelos acionistas relativos ao desenvolvimento da atividade empresarial a alcançar em cada ano e triénio, em especial os económicos e financeiros	✓	7	Vide também II.3
b) Grau de cumprimento dos mesmos, assim como dos desvios verificados e as medidas de correção aplicadas ou a aplicar	✓	7	Vide também II.3
3. Indicação dos fatores chave de que dependem os resultados da empresa	✓	10	
4. Evidenciação da atuação em conformidade com as orientações definidas pelos ministérios setoriais, designadamente as relativas à política setorial a prosseguir, às orientações específicas a cada empresa, aos objetivos a alcançar no exercício da atividade operacional e ao nível de serviço público a prestar pela empresa	✓	19	
III. Estrutura de Capital			
1. Divulgação da estrutura de capital (consoante aplicável: capital estatutário ou capital social, número de ações, distribuição do capital pelos acionistas, etc.), incluindo indicação das diferentes categorias de ações, direitos e deveres inerentes às mesmas e da percentagem de capital que cada categoria representa	✓	22	
2. Identificação de eventuais limitações à titularidade e/ou transmissibilidade das ações	✓	23	
3. Informação sobre a existência de acordos parassociais que sejam do conhecimento da sociedade e possam conduzir a eventuais restrições	✓	23	Vide também Anexo 5
IV. Participações Sociais e obrigações detidas			
1. Identificação das pessoas singulares (órgãos sociais) e/ou coletivas (empresa) que direta ou indiretamente, são titulares de participações qualificadas noutras entidades, com indicação detalhada da percentagem de capital e de votos imputáveis, bem como da fonte e da causa de imputação	✓	24	Vide também Anexo 3
2. Explicitação da aquisição e alienação de participações sociais, bem como a participação em quaisquer entidades de natureza associativa ou fundacional	✓	24	
3. Indicação sobre o número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização	✓	24	
4. Informação sobre a existência de relações de natureza comercial entre os titulares de participações e a sociedade	✓	24	

Relatório de Governo Societário	Identificação	Página	Observações
V. Órgãos Sociais e Comissões			
A. Modelo de Governo	✓	25	
1. Identificação do modelo de governo adotado	✓	25	
B. Mesa da Assembleia Geral			
1. Composição da mesa da assembleia geral, ao longo do ano em referência, com identificação e cargo dos membros da mesa da assembleia geral e respetivo mandato (data de início e de fim), assim como a remuneração relativa ao ano em referência. Caso tenha ocorrido alteração de mandato durante o ano em reporte deverá indicar os mandatos respetivos (o que saiu e o que entrou)	✓	26	
2. Identificação das deliberações acionistas que, por imposição estatutária, só podem ser tomadas com maioria qualificada, para além das legalmente previstas, e indicação dessas maiorias	✓	26	n.a.
C. Administração e Supervisão			
1. Indicação das regras estatutárias sobre procedimentos aplicáveis à nomeação e substituição dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão	✓	27	
2. Indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros e duração estatutária do mandato dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão	✓	27	
3. Composição, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão, com identificação dos membros efetivos, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro. Caso tenha ocorrido alteração de mandato durante o ano em reporte deverá indicar os mandatos respetivos (o que saiu e o que entrou)	✓	27	
4. Distinção dos membros executivos e não executivos do Conselho de Administração e, relativamente aos membros não executivos, identificação dos membros que podem ser considerados independentes, ou, se aplicável, identificação dos membros independentes do Conselho Geral e de Supervisão	✓	28	
5. Elementos curriculares relevantes de cada um dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo	✓	28	
6. Dar conhecimento de que foi apresentada declaração por cada um dos membros do órgão de administração ao órgão de administração e ao órgão de fiscalização, bem como à IGF, de quaisquer participações patrimoniais que detenham na empresa, assim como quaisquer relações que mantenham com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse	✓	32	Vide também Anexo 3
7. Relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros, consoante aplicável, do Conselho de administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo com acionistas	✓	32	

Relatório de Governo Societário	Identificação	Página	Observações
8. Organogramas ou mapas funcionais relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais, comissões e/ou departamentos da sociedade, incluindo informação sobre delegação de competências, em particular no que se refere à delegação da administração quotidiana da sociedade	✓	32	Vide também Anexo 9
9. Caracterização do funcionamento do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo, indicando designadamente:			
a) Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade de cada membro às reuniões realizadas	✓	33	
b) Cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício	✓	33	
c) Órgãos da sociedade competentes para realizar a avaliação de desempenho dos administradores executivos e critérios pré-determinados para a avaliação de desempenho dos mesmos	✓	34	Vide também Anexo 7
d) Comissões existentes no órgão de administração ou supervisão, se aplicável. Identificação das comissões, composição de cada uma delas assim como as suas competências e sínteses das atividades desenvolvidas no exercício dessas competências	✓	34	
D. Fiscalização			
1. Identificação do órgão de fiscalização correspondente ao modelo adotado: Fiscal Único, Conselho fiscal, Comissão de Auditoria, Conselho Geral e de Supervisão ou Comissão para as Matérias Financeiras	✓	34	
2. Apresentação de elementos curriculares relevantes de cada um dos membros do órgão de fiscalização		35	
3. Procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos de contratação de serviços adicionais ao auditor externo	✓	36	
4. Outras funções dos órgãos de fiscalização e, se aplicável, da Comissão para as Matérias Financeiras	✓	36	
5. Indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros e duração estatutária do mandato dos membros, consoante aplicável, do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras	✓	36	
6. Composição, consoante aplicável, do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras, ao longo do ano em referência, identificando os membros efetivos e suplentes, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro. Caso tenha ocorrido alterações de mandato durante o ano em reporte deverá indicar os mandatos respetivos (o que saiu e o que entrou)	✓	37	
7. Identificação, consoante aplicável, dos membros do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras que se considerem independentes, nos termos do n.º 5 do artigo 414.º do CSC	✓	37	

Relatório de Governo Societário	Identificação	Página	Observações
8. Funcionamento do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras, indicando designadamente, consoante aplicável:			
a) Número de reuniões realizadas e respetivo grau de assiduidade por parte de cada membro	✓	37	
b) Cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício	✓	37	
E. Revisor Oficial de Contas			
1. Identificação, da SROC, do ROC e respetivos números de inscrição na OROC e CMVM, caso aplicável, e do sócio ROC, efetivo e suplente, que a representa e indicação do número de anos em que o ROC exerce funções consecutivamente junto da sociedade e/ou grupo. Caso tenha ocorrido alteração de mandato durante o ano em reporte, a entidade deverá indicar os mandatos respetivos (o que saiu e o que entrou)	✓	37	
2. Limitações, legais e outras, relativamente ao número de anos em que o ROC presta serviços à sociedade	✓	38	
3. Número de anos em que a SROC e/ou o ROC exerce funções consecutivamente junto da sociedade/grupo, bem como indicação do número de anos em que o ROC presta serviços nesta sociedade, incluindo o ano a que se refere o presente relatório	✓	38	
4. Outros serviços prestados pela SROC à sociedade e/ou prestados pelo ROC que representa a SROC, caso aplicável	✓	38	
F. Conselho Consultivo			
1. Composição, ao longo do ano em referência, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos e suplentes, data da primeira designação e data do termo do mandato de cada membro. Caso tenha ocorrido alteração de mandato durante o ano em reporte, a entidade deverá indicar os mandatos respetivos (o que saiu e o que entrou)	✓	38	n.a.
G. Auditor Externo			
1. Identificação do auditor externo designado e do sócio ROC que o representa no cumprimento dessas funções, bem como o respetivo número de registo na CMVM, assim com a indicação do número de anos em que o auditor externo e o respetivo sócio ROC que o representa no cumprimento dessas funções exercem funções consecutivamente junto da entidade e/ou do grupo, bem assim como a remuneração relativa ao ano em referência	✓	38	n.a.
2. Explicitação da política e periodicidade da rotação do auditor externo e do respetivo sócio ROC que o representa no cumprimento dessas funções, bem como indicação do órgão responsável pela avaliação do auditor externo e periodicidade com que essa avaliação é feita	✓	38	n.a.
3. Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados pelo auditor externo para a sociedade e/ou para sociedades que com ela se encontrem em relação de domínio, bem como indicação dos procedimentos internos para efeitos de aprovação da contratação de tais serviços e indicação das razões para a sua contratação	✓	38	n.a.

Relatório de Governo Societário	Identificação	Página	Observações
4. Indicação do montante da remuneração anual paga pela sociedade e/ou por pessoas coletivas em relação de domínio ou de grupo ao auditor e a outras pessoas singulares ou coletivas pertencentes à mesma rede e discriminação da percentagem respeitante aos serviços (constantes da tabela referente à instrução V.G.4)	✓	38	n.a.
VI. Organização Interna			
A. Estatutos e Comunicações			
1. Regras aplicáveis à alteração dos estatutos da sociedade	✓	39	
2. Meios e política de comunicação de irregularidades ocorridas na sociedade	✓	39	
3. Políticas antifraude adotadas e identificação de ferramentas existentes com vista à mitigação e prevenção da fraude organizacional	✓	39	
B. Controlo Interno e Gestão de Riscos			
1. Existência de um Sistema de Controlo Interno (SCI) compatível com a dimensão e complexidade da empresa, de modo a proteger os investimentos e os seus ativos (este deve abarcar todos os riscos relevantes para a entidade)	✓	40	
2. Pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou pela implementação de sistema de gestão e controlo de risco que permita antecipar e minimizar os riscos inerentes à atividade desenvolvida	✓	41	
3. Em caso de existência de um plano estratégico e de política de risco da sociedade, transcrição da definição de níveis de risco considerados aceitáveis e identificação das principais medidas adotadas	✓	41	
4. Explicitação, ainda que por inclusão de organograma, das relações de dependência hierárquica e/ou funcional face a outros órgãos ou comissões da sociedade	✓	41	Vide também organograma da pág. 33
5. Existência de outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos	✓	41	
6. Identificação e descrição dos principais tipos de riscos (económicos, financeiros, operacionais e jurídicos) a que a sociedade se expõe no exercício da atividade	✓	41	
7. Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo, gestão e mitigação de riscos	✓	42	
8. Principais elementos do SCI e de gestão de risco implementados na sociedade relativamente ao processo de divulgação de informação financeira	✓	43	
C. Regulamentos e Códigos			
1. Referência sumária aos regulamentos internos aplicáveis e regulamentos externos a que a entidade esta legalmente obrigada, com apresentação dos aspetos mais relevantes e de maior importância	✓	43	
2. Código de Ética			
a) Referência à existência de um código de ética, que contemple exigentes comportamentos éticos e deontológicos, indicando a data da última atualização e a forma como é efetuada a sua divulgação junto dos seus colaboradores, clientes e fornecedores	✓	45	

Relatório de Governo Societário	Identificação	Página	Observações
b) Menção relativa ao cumprimento da legislação e da regulamentação em vigor sobre medidas vigentes tendo em vista garantir um tratamento equitativo junto dos seus clientes e fornecedores e demais titulares de interesses legítimos, designadamente colaboradores da empresa, ou outros credores que não fornecedores ou, de um modo geral, qualquer empresa que estabeleça alguma relação jurídica com a empresa	✓	45	
3. Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PGRIC)			
a) Referência à existência do PGRIC para prevenir fraudes internas (cometida por um colaborador ou fornecedor de serviços) e externas (cometida por clientes ou terceiros) e identificação das ocorrências e das medidas tomadas para a sua mitigação	✓	46	
b) Data da última atualização e indicação sobre o cumprimento da legislação e da regulamentação em vigor relativas à prevenção da corrupção e sobre a elaboração do Relatório Identificativo das Ocorrências, ou Risco de Ocorrências	✓	46	
c) Disponibilidade do Relatório Anual de Execução do PGRIC para publicitação no sítio na internet da UTAM	✓	46	
D. Deveres Especiais de Informação			
1. Indicação da plataforma utilizada para cumprimento dos deveres de informação a que a empresa se encontra sujeita, nomeadamente os relativos ao reporte de informação económica e financeira, a saber:			
a) Prestação de garantias financeiras ou assunção de dívidas ou passivos de outras entidades, mesmo nos casos em que assumam organização de grupo	✓	46	
b) Grau de execução dos objetivos fixados, justificação dos desvios verificados e indicação de medidas de correção aplicadas ou a aplicar	✓	46	
c) Planos de atividades e orçamento, anuais e plurianuais, incluindo os planos de investimento e as fontes de financiamento	✓	46	
d) Orçamento anual e plurianual	✓	46	
e) Documentos anuais de prestação de contas	✓	46	
f) Relatórios trimestrais de execução orçamental acompanhados dos relatórios do órgão de fiscalização	✓	46	
2. Indicação da plataforma utilizada para cumprimento dos deveres de transparência a que a entidade se encontra sujeita, nomeadamente os relativos a informação a prestar anualmente ao titular da função acionista e ao público em geral sobre o modo como foi prosseguida a sua missão, do grau de cumprimento dos seus objetivos, da forma como foi cumprida a política de responsabilidade social, de desenvolvimento sustentável e os termos de prestação do serviço público, e em que medida foi salvaguardada a sua competitividade, designadamente pela via da investigação, do desenvolvimento, da inovação e da integração de novas tecnologias no processo produtivo	✓	47	
E. Sítio da Internet			
1. Indicação da hiperligação para acesso direto ao sítio na internet da empresa onde se encontram divulgados os seguintes elementos:			



M
P
S.A.

Relatório de Governo Societário	Identificação	Página	Observações
a) Sede e demais elementos mencionados no artigo 171.º do CSC	✓	47	
b) Estatutos e regulamentos de funcionamento dos órgãos e/ou comissões	✓	47	
c) Titulares dos órgãos sociais e outros órgãos estatutários e respetivos elementos curriculares, bem como as respetivas remunerações e outros benefícios	✓	47	
d) Documentos de prestação de contas anuais e, caso aplicável, semestrais	✓	47	
e) Obrigações de serviço público a que a empresa está sujeita e os termos contratuais da prestação de serviço público	✓	47	
f) Modelo de financiamento subjacente e os apoios financeiros recebidos do Estado nos últimos três exercícios	✓	48	
2. Indicação da hiperligação para acesso direto ao sítio na internet da empresa onde se encontram publicitados os seguintes elementos:			
a) Regulamentos internos aplicáveis e regulamentos externos a que a empresa está legalmente obrigada	✓	48	
b) Código de Ética	✓	48	
c) Relatório Anual de Execução do PGRIC	✓	48	
d) Relatório sobre remunerações por género	✓	48	
3. Quando aplicável, indicação das hiperligações para acesso direto ao sítio na internet da empresa onde se encontram publicitados os documentos objeto de remissão no RGS	✓	48	
F. Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral (caso aplicável)			
1. Referência ao contrato celebrado com a empresa pública em que lhe tenha sido confiada a prestação de um serviço público ou de interesse geral respeitante à remuneração dessa atividade	✓	48	
2. Referência às propostas de contratualização da prestação de serviço público apresentadas ao titular da função acionista e ao membro do governo responsável pelo respetivo setor de atividade, das quais deverão constar os seguintes elementos:			
a) Associação de metas quantitativas a custos permanentemente auditáveis	✓	49	
b) Modelo de financiamento, prevendo penalizações em caso de incumprimento	✓	49	
c) Critérios de avaliação e revisão contratuais	✓	50	
d) Parâmetros destinados a garantir níveis adequados de satisfação dos utentes	✓	50	
e) Compatibilidade com o esforço financeiro do Estado, tal como resulta das afetações de verbas constantes do Orçamento do Estado em cada exercício	✓	50	
f) Metodologias adotadas tendo em vista a melhoria contínua da qualidade do serviço prestado e do grau de satisfação dos clientes ou dos utentes	✓	50	
g) Evidência do cumprimento do disposto no n.º 1 artigo 48.º do RJSPE	✓	51	Vide também Anexo 8
VII. Remunerações			
A. Competência para a Determinação			
1. Indicação quanto à competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais, dos membros da comissão executiva ou administrador-delegado e dos dirigentes da sociedade	✓	52	

Relatório de Governo Societário	Identificação	Página	Observações
2. Identificação dos mecanismos adotados para prevenir a existência de conflitos de interesses, atuais ou potenciais, entre os membros de órgãos ou comissões societárias e a sociedade, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas	✓	52	
3. Dar conhecimento do cumprimento por parte dos membros do órgão de administração do que dispõe o artigo 51.º do RJSPE, isto é, de que se abstêm de intervir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas	✓	52	Vide também Anexo 3
B. Comissão de Fixação de Remunerações			
1. Composição da comissão de fixação de remunerações, incluindo identificação das pessoas singulares ou coletivas contratadas para lhe prestar apoio	✓	52	
C. Estrutura das Remunerações			
1. Descrição da política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização	✓	52	
2. Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses de longo prazo da sociedade	✓	53	
3. Referência, se aplicável, à existência de uma componente variável da remuneração, critérios de atribuição e informação sobre eventual impacto da avaliação de desempenho nesta componente	✓	53	
4. Explicitação do diferimento do pagamento da componente variável da remuneração, com menção do período de diferimento	✓	54	
5. Parâmetros e fundamentos definidos no contrato de gestão para efeitos de atribuição de prémio	✓	54	
6. Referência a regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores e data em que foram aprovados em assembleia geral, em termos individuais	✓	55	
D. Divulgação das Remunerações			
1. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de administração da sociedade, proveniente da sociedade, incluindo remuneração fixa e variável e, relativamente a esta, menção às diferentes componentes que lhe deram origem, podendo ser remetida para ponto do relatório onde já conste esta informação	✓	56	
2. Montantes pagos, por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo ou que se encontrem sujeitas a um domínio comum	✓	56	n.a.
3. Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios e os motivos porque tais prémios e/ou participação nos lucros foram concedidos	✓	57	
4. Indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício	✓	57	
5. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de fiscalização da sociedade	✓	57	
6. Indicação da remuneração no ano de referência dos membros da mesa da assembleia geral	✓	57	

Relatório de Governo Societário	Identificação	Página	Observações
VIII. Transações com Partes Relacionadas e Outras			
1. Mecanismos implementados pela sociedade para efeitos de controlo de transações com partes relacionadas e indicação das transações que foram sujeitas a controlo no ano de referência	✓	58	
2. Informação sobre outras Transações:			
a) Procedimentos adotados em matéria de aquisição de bens e serviços	✓	59	
b) Universo das transações que não tenham ocorrido em condições de mercado	✓	61	
c) Lista de fornecedores que representem mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos (no caso de ultrapassar 1 milhão de euros)	✓	61	
IX. Análise de Sustentabilidade da Empresa nos Domínios Económico, Social e Ambiental			
1. Estratégias adotadas e grau de cumprimento das metas fixadas	✓	62	
2. Políticas prosseguidas com vista a garantir a eficiência económica, financeira, social e ambiental e a salvaguardar normas de qualidade	✓	65	
3. Forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial			
a) Definição de uma política de responsabilidade social e de desenvolvimento sustentável e dos termos do serviço público prestado, designadamente no âmbito da proteção dos consumidores	✓	66	
b) Definição de políticas adotadas para a promoção da proteção ambiental e do respeito por princípios de legalidade e ética empresarial, assim como as regras implementadas tendo em vista o desenvolvimento sustentável	✓	67	
c) Adoção de planos de igualdade tendentes a alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, a eliminar discriminações e a permitir a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional	✓	69	
d) Referência a medidas concretas no que respeita ao Princípio da Igualdade do Género, conforme estabelecido no n.º 1 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2012, de 23 de fevereiro	✓	70	
e) Identificação das políticas de recursos humanos definidas pela empresa, as quais devem ser orientadas para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo do aumento da produtividade, tratando com respeito e integridade os seus trabalhadores e contribuindo ativamente para a sua valorização profissional	✓	72	
f) Informação sobre a política de responsabilidade económica, com referência aos moldes em que foi salvaguardada a competitividade da empresa, designadamente pela via de investigação, inovação, desenvolvimento e da integração de novas tecnologias no processo produtivo. Referência ao plano de ação para o futuro e a medidas de criação de valor para o acionista (aumento da produtividade, orientação para o cliente, redução da exposição a riscos decorrentes dos impactos ambientais, económicos e sociais das atividades, etc.)	✓	74	
X. Avaliação do Governo Societário			
1. Menção à disponibilização em SIRIEF da ata da reunião da Assembleia Geral, Deliberação Unânime por Escrito ou Despacho que contemple a	✓	80	

Relatório de Governo Societário	Identificação	Página	Observações
aprovação dos documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2021 por parte dos titulares da função acionista ou, caso não se tenha ainda verificado a sua aprovação, menção específica desse facto			
2. Verificação do cumprimento das recomendações recebidas relativamente à estrutura e prática de governo societário, através da identificação das medidas tomadas no âmbito dessas orientações. Para cada recomendação deverá incluir:			
a) Informação que permita aferir o cumprimento da recomendação ou remissão para o ponto do relatório onde a questão é desenvolvida (capítulo, título, ponto e página)	✓	80	
b) Em caso de não cumprimento ou cumprimento parcial, justificação para essa ocorrência e identificação de eventual mecanismo alternativo adotado pela sociedade para efeitos de prossecução do mesmo objetivo da recomendação	✓	80	
3. Outras informações: a sociedade deverá fornecer quaisquer elementos ou informações adicionais que, não se encontrando vertidas nos pontos anteriores, sejam relevantes para a compreensão do modelo e das práticas de governo adotadas	✓	80	
Grelha de Aferição do Cumprimento	✓	85	
XI. Anexos		95	
1. Relatório do órgão de fiscalização a que se refere o n.º 2 do artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro (RJSPE)	✓		
2. Demonstração não financeira relativa ao exercício de 2022 que deverá conter informação referente ao desempenho e evolução da sociedade quanto a questões ambientais, sociais e relativas aos trabalhadores, igualdade de género, não discriminação, respeito pelos direitos humanos, combate à corrupção e tentativas de suborno (aplicável às empresas de interesse público que à data do encerramento do seu balanço excedam um número médio de 500 trabalhadores durante o exercício anual)	✓		

n.a. - não aplicável



VIII. Relatório e parecer do Conselho Fiscal







Relatório e Parecer do Conselho Fiscal Exercício de 2022

I - INTRODUÇÃO

Nos termos do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) compete ao Conselho Fiscal elaborar anualmente relatório sobre a sua ação fiscalizadora e dar parecer sobre o relatório, contas e propostas apresentadas pela administração.

Nos termos do artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, as empresas públicas apresentam anualmente relatórios de boas práticas de governo societário, competindo aos órgãos de fiscalização aferir no respetivo relatório o cumprimento desta exigência.

Através do ofício da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) SAI_DGTF/2023/631, de 10 de fevereiro de 2023, foram transmitidas as orientações sobre o processo de prestação de contas referente a 2022.

Os membros do Conselho Fiscal foram reeleitos para o mandato correspondente ao triénio 2021/2023, por deliberação da Assembleia-Geral realizada em 31 de maio de 2021, uma vez que já haviam sido eleitos para o mandato anterior de 2018/2020, por Deliberação da Assembleia-Geral de 21 de março de 2018.

Assim, no exercício das competências atribuídas ao Conselho Fiscal, vem este órgão apresentar o relatório da sua ação fiscalizadora, relativo ao exercício de 2022, no âmbito do acompanhamento da atividade prosseguida pela Lusa - Agência de Notícias de Portugal, S.A., (adiante designada por Lusa ou Empresa) tendo em vista evidenciar os resultados da atividade desenvolvida, aferir sobre os controlos efetuados e anomalias detetadas e sobre as principais variações em relação ao período homólogo bem como os principais desvios relativamente ao orçamento aprovado, e suas causas, tendo por base o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras e o respetivo Anexo relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 cuja versão final foi aprovada pelo Conselho de Administração em 27 de fevereiro de 2023 bem como apresentar o seu parecer ao relatório de boas práticas de governo societário de 2022 aprovado pelo Conselho de Administração na mesma data, cujas versões finais assinadas foram disponibilizadas ao Conselho Fiscal em 15 de março de 2023.

II - ATIVIDADE DESENVOLVIDA

O Conselho Fiscal exerceu a sua atividade de acordo com a lei, os estatutos e as boas práticas em matéria de acompanhamento e fiscalização dos procedimentos da Empresa.

515
Bo



No âmbito das suas competências, o Conselho Fiscal acompanhou e fiscalizou a atividade de gestão desenvolvida em 2022, pelo Conselho de Administração eleito para o mandato 2021/2023¹, analisando as atas das reuniões deste órgão e os documentos de suporte que considerou pertinentes, bem como a documentação de prestação de contas que lhe foi disponibilizada, tendo reunido com os serviços e com o Presidente do Conselho de Administração sempre que tal se mostrou conveniente, o que muito se agradece.

O Conselho Fiscal apreciou os documentos de reporte periódico da Lusa, designadamente a proposta de Plano de Atividades e Orçamento (PAO) para 2022, os Relatórios Trimestrais de Execução Orçamental e acompanhou a evolução dos principais indicadores de atividade e económicos, nomeadamente, quanto à consistência com as orientações e recomendações emanadas pelo acionista Estado.

Durante o ano de 2022, o Conselho Fiscal efetuou 11 reuniões formais, das quais 10 por videoconferência sempre com a comparência de todos os seus membros efetivos, cujas atas são arquivadas na sede da Empresa.

Após o encerramento das contas do presente exercício, o Conselho Fiscal acompanhou o processo de preparação e de divulgação da informação financeira tendo tomado conhecimento da respetiva Certificação Legal das Contas emitida em 14 de março, cujo teor merece a sua concordância.

III – APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Relatório de Gestão descreve adequadamente a atividade desenvolvida no exercício, incluindo capítulos individualizados relativos, respetivamente, à divulgação do cumprimento das orientações legais, e às ações desenvolvidas em matéria de sustentabilidade de acordo com as boas práticas da *Global Reporting Initiative*, cumprindo os requisitos previstos no artigo 66.º do CSC e nas instruções transmitidas pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças relativamente à prestação de contas do exercício de 2022, encontrando-se as análises nele efetuadas coerentes com as demonstrações financeiras do exercício.

O Relatório de Gestão refere os impactos em 2022 provocados pela pandemia Covid-19, assim como as consequências da conjuntura económica e geopolítica menos positiva, na atividade

¹ Por deliberações das Assembleias-Gerais realizadas em 31 de maio de 2021 e em 23 de julho de 2021. Na Assembleia-Geral realizada em 27 de maio de 2022, foi deliberada a eleição de um novo vogal não executivo para completar o mandato do vogal não executivo que havia renunciado ao exercício do cargo

prosseguida pela empresa e respetivas repercussões ao nível dos gastos e perdas, das receitas e ganhos, assim como de outros indicadores económico-financeiros.

As demonstrações financeiras apresentadas foram preparadas de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), e Normas Interpretativas (NI), as quais integram o Balanço em 31 de dezembro de 2022, a demonstração dos resultados por naturezas e por funções, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 2021 e 2022, bem como o correspondente anexo.

Em cumprimento do disposto na alínea f) do n.º 5 do artigo 66º do CSC, o Conselho de Administração propõe que o resultado líquido apurado no exercício de 2022, no valor de 109.605 euros seja transferido para a conta de Reservas Legais (5.480 euros) e para a conta de Resultados Transitados (104.125 euros), proposta que está em conformidade com as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

Em resultado da análise efetuada ao Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras do exercício de 2022, destacam-se os seguintes aspetos:

- O contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público, para o período de 2022 a 2027, foi assinado pelo Estado e pela Lusa no mês de janeiro de 2022, tendo sido visado pelo Tribunal de Contas em 24 de agosto do mesmo ano, com efeitos retroativos a janeiro.
- Em 2022 a indemnização compensatória atribuída à Lusa pelo cumprimento das obrigações do serviço noticioso e informativo de interesse público ascendeu a 16.518.622 euros, com o IVA incluído à taxa legal em vigor, nos termos da Resolução de Conselho de Ministros n.º127/2021, de 26 de agosto publicada em 7 de setembro de 2021, que autoriza a realização das despesas relativas à compensação financeira anual devida pelo Estado à Lusa, no âmbito do Contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público para o período de vigência do contrato, de 2022 a 2027.
- A produção editorial total da Lusa registou em 2022 um decréscimo, em termos de conteúdos produzidos, de cerca de 8,1% face ao exercício anterior, ascendendo em 2022 a 267.029 conteúdos os quais se concentram fundamentalmente, como habitual, em conteúdos de texto e de fotografia, representando estes no seu conjunto cerca de 93,2% da produção total. A produção média diária alcançada ultrapassou os mínimos fixados no Contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público, para cada tipo de conteúdo, à exceção do respeitante a áudio, que ficou abaixo do limite em cerca de 10%, justificando a Lusa esta situação com a quebra noticiosa geral da atividade do país provocada pelo impasse de quase dois meses na posse do novo Governo e pela cobertura da guerra da

Ucrânia, que dominou noticiosamente os primeiros meses do ano, não se ter traduzido no aumento de conteúdos de áudio.

- O valor das vendas e serviços prestados fixou-se no exercício em apreço em cerca de 17,2 milhões de euros, traduzindo-se num acréscimo, de cerca de 2,2%, face ao exercício anterior, em resultado da variação favorável registada no valor da indemnização compensatória (480,8 mil euros) e na redução do respetivo ajustamento apurado de acordo com os critérios fixados no contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público, para o período de 2022 a 2027 (185 mil euros), redução que seria superior em 23 mil euros, caso não fosse incluída uma correção ao ajustamento de 2020, naquele valor.
- As receitas próprias obtidas com a atividade comercial totalizaram, em 2022, cerca de 3,8 milhões de euros, refletindo um decréscimo de 3% face ao exercício anterior (-117,6 mil euros) explicado em parte pelo efeito em 2021 do serviço prestado à Estrutura da Missão da Presidência Portuguesa no âmbito da Presidência Portuguesa da União Europeia, mas também na manutenção da tendência de contração do mercado da comunicação social, em especial no segmento dos Grandes Órgãos de Comunicação Social, agravada pelo impacto negativo da pandemia Covid 19 e pela atual conjuntura económica e geopolítica.
- Em 2022, o valor total dos gastos operacionais, incluindo os gastos com amortizações e depreciações, totalizou 17,3 milhões de euros, evidenciando um agravamento de 2,9%, face a 2021, para o qual contribuiu, fundamentalmente, i) o acréscimo das rubricas de Gastos com Pessoal (+334 mil euros), em resultado da atualização salarial de 0,9% e do descongelamento dos Instrumentos de Regulamentação Coletiva de Trabalho (IRCT) e, ainda, do acréscimo das ajudas de custo com reportagens entre as quais as de cobertura da guerra da Ucrânia, e ii) de Provisões do Período (+128 mil euros) respeitante essencialmente a estimativas de encargos com processos judiciais em curso e com o ajustamento referente ao Relatório de Auditoria da IGF.
- A rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos regista em 2022 uma redução, face ao ano anterior, em cerca de 1,1% (-44,7 mil euros) em resultado, essencialmente, dos gastos suportados em 2021 com o serviço prestado no âmbito da Presidência Portuguesa da União Europeia bem como da redução dos encargos com serviços jurídicos de apoio a processos judiciais em curso.
- O EBITDA do exercício ascende a 835,8 mil euros, refletindo uma variação negativa, relativamente ao valor apurado em 2021 de 20,2%.
- Por sua vez, o resultado líquido do período apurado em 2022, no valor de 109,6 mil euros, traduz uma redução de 71,4% face ao valor apurado no ano anterior.

51/5
RIG

- O Investimento realizado no exercício de 2022 totalizou cerca de 538 mil euros, refletindo um decréscimo face ao exercício anterior, da ordem de 1,1%. O investimento foi aplicado sobretudo na aquisição de solução de equipamentos de cibersegurança das infraestruturas de rede e sistemas de informação, atentos os ataques a que a Lusa foi sujeita em maio e junho de 2022, na renovação de equipamento fotográfico e multimédia, na modernização e expansão do parque informático e na continuação da execução do projeto Estúdio Virtual.
- No final do período em apreço a Lusa não apresenta financiamento remunerado. Saliente-se, porém, que no decurso do exercício a Lusa recorreu a três empréstimos bancários, sob a forma de conta corrente caucionada, no valor global de 8 milhões de euros, com vista a assegurar o financiamento da tesouraria, até ao momento de emissão do visto do Tribunal de contas, o qual ocorreu em 24 de agosto último, do novo contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público, para o período de 2022 a 2027, tendo suportado por conta destes financiamentos encargos de cerca de 25 mil euros, dado que o recebimento da Indemnização Compensatória referente aos três primeiros trimestres verificou-se apenas a 21 de setembro.
- No final do exercício, o Balanço aponta para um total do ativo líquido de 10.105 mil euros e um capital próprio de 5.764 mil de euros. Comparando com a posição financeira no final do ano transato regista-se uma variação negativa no ativo líquido de cerca de 21,3% e uma variação negativa no passivo de cerca de 39,1% fundamentalmente em resultado da evolução da rubrica de Outras Dívidas a Pagar (-2.303,5 mil euros), em face designadamente da devolução ao Estado da Indemnização Compensatória relativamente ao período 2017-2019, no valor de 2,2 milhões de euros.

Ao nível da evolução da sociedade em 2023, a Lusa estima o aumento dos gastos operacionais em resultado fundamentalmente do agravamento da rubrica de gastos com pessoal em linha com as orientações do Governo sobre política salarial para o Setor Empresarial do Estado e cujas negociações se encontram em curso com os Sindicatos representativos dos trabalhadores da Lusa

IV - CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS VIGENTES PARA O SETOR EMPRESARIAL DO ESTADO (SEE)

A Lusa apresenta a informação relativa ao cumprimento das orientações legais, de acordo com as orientações expressas no ofício da DGTF SAI_DGTF/2023/631, de 10 de fevereiro de 2023, destacando-se o seguinte:

TS
PJS

É apresentada informação sobre a execução do PAO 2022 aprovado pelo Conselho de Administração em 24 de novembro de 2021 e pela Assembleia-Geral, realizada no dia 27 de abril de 2022, incluindo a execução do respetivo plano de investimento, discriminada por projetos, e indicada a justificação dos desvios relativamente aos valores previstos verificando-se uma ligeira ultrapassagem do limite fixado pelo acionista Estado na referida Assembleia-Geral, relativamente aos gastos com Investimento, na ordem de 7,6%, justificado pela necessidade de investimentos em cibersegurança das infraestruturas de rede e sistemas de informação, após os ciberataques sofridos, assim como a inflação registada e a escassez de componentes eletrónicas que contribuíram para o aumento de gastos acima do previsto;

A Lusa não apresenta financiamento remunerado no final do 2022, à semelhança do que se verificava no final dos anos anteriores;

O prazo médio de pagamentos a fornecedores (PMP), definido nos termos da RCM n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, com a alteração introduzida pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril, cifrou-se no final do exercício em 58 dias, refletindo um agravamento de 10 dias face ao apurado no final do ano de 2021, justificando a empresa que a deterioração deste indicador resultou do adiamento de alguns pagamentos face à incerteza no recebimento da indemnização compensatória devida em 2022 que apenas ocorreu em 21 de setembro, após a obtenção do visto prévio do Tribunal de Contas ao respetivo contrato, situação que foi ultrapassada após essa data. Por sua vez, o valor dos pagamentos em atraso, com mais de 90 dias, regista uma redução de cerca de 369 euros, face ao final do ano anterior;

Foi aplicada a redução prevista no art.º 12º da Lei 12-A/2010, de 30 de junho, às remunerações auferidas pelos membros do Conselho de Administração, a qual não foi considerada relativamente às remunerações dos membros do Conselho Fiscal;

O peso dos gastos operacionais no volume de negócios regista um incremento face ao período homólogo de 18,6 p.p. Saliencia-se, porém, que foi aplicado à Lusa até 2019 um indicador alternativo para medir a otimização da estrutura dos gastos operacionais, nos termos dos despachos do Ministro da Cultura, de 17 de maio de 2017, e do Secretário de Estado do Tesouro, de 1 de junho de 2017, ao abrigo do disposto no n.º 2 do art.º 124.º da Decreto-Lei n.º 25/2017, de 3 de março, tendo a Lusa proposto a adoção do mesmo indicador alternativo na proposta de PAO para 2022. O referido indicador consiste no valor do custo médio por conteúdo medido através do rácio entre o somatório do total de gastos², subtraído dos gastos de depreciações e amortizações, e a produção editorial da Lusa, verificando-se que o resultado obtido no período em apreço, aponta para um aumento do custo médio por conteúdo de 5,15 euros face a 31 de

² Expurgados de efeitos não recorrentes por via de alterações legislativas e indemnizações com o pessoal e dos gastos referentes ao projeto Google

21/4
RJA



dezembro de 2021, justificando a Lusa esta situação com a diminuição da produção editorial e pelo aumento dos gastos provocados pela guerra da Ucrânia, pelo efeito do absentismo, pelos custos adicionais com cibersegurança e pelo reforço das provisões, indicando que comparativamente ao de 2019, ano de pré-pandemia, o valor do indicador regista uma melhoria de 3,73 euros;

Os Gastos com Pessoal suportados em 2022 refletem um acréscimo de 334 mil euros face ao ano anterior ultrapassando em 51 mil euros o limite fixado pelo acionista Estado para o crescimento destes gastos na Assembleia-Geral que aprovou o PAO de 2022, realizada no dia 27 de abril de 2022, justificando a empresa este resultado designadamente com a atualização salarial e o descongelamentos dos IRCT (regularização da Avaliação de Desempenho, diuturnidades e progressões automáticas), com o aumento das ajudas de custo por força da realização da cobertura de grandes eventos, tais como a guerra da Ucrânia, e da redução do absentismo;

Excluídos os encargos relativos aos órgãos sociais e os impactos de indemnizações por rescisão, das valorizações remuneratórias obrigatórias e do efeito do absentismo, os Gastos com Pessoal evidenciam um acréscimo de 117 mil euros, face ao valor registado em 2021;

O valor apurado no exercício para o conjunto dos gastos com deslocações e estadas, ajudas de custo, com a frota automóvel e com a contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria apresenta um agravamento de 124,9 mil euros relativamente ao obtido no ano anterior, embora evidencie uma redução em relação ao ano de 2019, anterior à pandemia, ultrapassando em 107,9 mil euros o limite fixado pelo acionista Estado para o crescimento destes gastos na Assembleia-Geral que aprovou o PAO de 2022, realizada no dia 27 de abril de 2022, justificando a empresa esta situação com a cobertura de grandes eventos políticos e desportivos nacionais e internacionais destacando a guerra da Ucrânia e, ainda, o aumento do preço dos combustíveis decorrentes da crise geopolítica internacional;

O quadro de pessoal da Lusa, excluindo os órgãos sociais, era composto no final de 2022 por 264 trabalhadores efetivos, traduzindo-se no acréscimo de 1 trabalhador face ao ano anterior, em resultado de uma decisão judicial;

Relativamente ao Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado, a Lusa ficou excecionada do seu cumprimento, nos anos de 2022 e 2023, nas operações não executadas pelo IGCP, através do Despacho do IGCP Ref.ª UE: SGC n.º 87, de 30 de maio de 2022.

gr
PSS

V - AFERIÇÃO DO CUMPRIMENTO DA EXIGÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DE BOAS PRÁTICAS DE GOVERNO SOCIETÁRIO

Nos termos do n.º 2 do artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, o órgão de fiscalização deve aferir no respetivo relatório o cumprimento da exigência de apresentação do relatório anual de boas práticas de governo societário, do qual deve constar informação atual e completa sobre todas as matérias reguladas no capítulo II do mencionado diploma do Regime Jurídico do Setor Público Empresarial, devendo o respetivo parecer constituir um ponto autónomo do relatório do Conselho Fiscal, de acordo com as instruções sobre o processo de prestação de contas referente a 2022 transmitidas pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças através do ofício da DGTF SAI_DGTF/2023/631, de 10 de fevereiro de 2023.

Tendo em atenção a análise efetuada, o Conselho Fiscal é de opinião que a Lusa cumpriu este preceito nos termos do Relatório de Governo Societário de 2022 do qual consta informação atual e completa sobre aquelas matérias, traduzindo a observância do modelo disponibilizado pela Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial (UTAM), nada tendo chegado ao seu conhecimento que o leve a concluir que a referida informação não esteja em conformidade, em todos os aspetos materialmente relevantes, com os dados que lhe servem de suporte naquela data.

VI - PARECER

Tendo em atenção as análises efetuadas pelos membros do Conselho Fiscal e os contactos que decorreram com o Conselho de Administração e com os Serviços, entende o Conselho Fiscal que o Relatório de Gestão descreve adequadamente a atividade prosseguida no exercício de 2022, justificando as variações dos valores realizados relativamente ao período homólogo, nada tendo chegado ao seu conhecimento que o leve a concluir que a referida informação financeira do período findo em 31 de dezembro de 2022 da Lusa não esteja em conformidade, em todos os aspetos materialmente relevantes, com os registos contabilísticos que lhe servem de suporte naquela data.

Face ao exposto, o Conselho Fiscal emite o seguinte parecer:

- Seja aprovado o Relatório de Gestão relativo ao exercício de 2022 apresentado pelo Conselho de Administração da Lusa;
- Sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras;
- Seja aprovada a proposta de aplicação de resultados formulada pelo Conselho de Administração.

SI S
EG



Lisboa, em 15 de março de 2023

O CONSELHO FISCAL

Presidente

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Cristina Maria Pereira Branco Mascarenhas Vieira de Sampaio".

(Cristina Maria Pereira Branco Mascarenhas Vieira de Sampaio)

Vogal

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Pedro Jorge dos Santos Braumann".

(Pedro Jorge dos Santos Braumann)

Vogal

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Susana Catarina Iglésias Couto Rodrigues de Jesus".

(Susana Catarina Iglésias Couto Rodrigues de Jesus

Revisora Oficial de Contas n.º 1338)

IX. Certificação legal de contas




CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditei as demonstrações financeiras anexas de Lusa - Agência de Notícias de Portugal, S.A., (a Entidade) que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 10 104 867 euros e um total de capital próprio de 5 764 208 euros, incluindo um resultado líquido de 109 605 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em minha opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de Lusa - Agência de Notícias de Portugal, S.A., em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A minha auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As minhas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Sou independente da Entidade nos termos da lei e cumpro os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

51

Estou convicta de que a prova de auditoria que obtive é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a minha opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão, incluindo o relatório de governo societário, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A minha responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a minha opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

sj

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, faço julgamentos profissionais e mantenho ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identifico e avalio os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebo e executo procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtenho prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a minha opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtenho uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avalio a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluo sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluir que existe uma incerteza material, devo chamar a atenção no meu relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a minha opinião. As minhas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do meu relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avalio a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

Susana Rodrigues de Jesus

REVISORA OFICIAL DE CONTAS
1338

REGISTO NA CMVM COM O N.º 20160948

R. Arq. Marques da Silva, 285 - 3º
4150 - 484 Porto
susana.jesus@mail.telepac.pt

-
- comunico com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A minha responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, sou de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identifiquei incorreções materiais.

Porto, 14 de março de 2023



Susana Catarina Iglésias Couto Rodrigues de Jesus

X. Ata do Conselho de Administração




ATAS

Folha 57

-----Ata número quinhentos e dez (510)-----

Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e três, pelas doze horas e trinta minutos, reuniu extraordinariamente na sua sede o Conselho de Administração da Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A., com sede em Lisboa, na Rua Dr. João Couto, Lote C, freguesia de Benfica, Pessoa Coletiva matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número único de matrícula e de identificação fiscal 503 935 107, com a presença do Presidente do Conselho de Administração, Senhor Joaquim de Jesus Pedro Carreira, da Vice-Presidente, Senhora Dr.^a Maria João Dias Pessoa de Araújo, e dos Vogais, Senhora Prof.^a Carla Maria dos Santos Filipe Baptista e Senhor Dr. Paulo Jorge Andrade Cardoso. -----

A reunião do Conselho de Administração teve a seguinte ordem de trabalhos:-----

Ponto um: Relatório e Contas do exercício de 2022.-----

Ponto dois: Relatório de Governo Societário de 2022.-----

Ponto três: Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas de 2022 e Relatório de Execução do Plano de 2022.-----

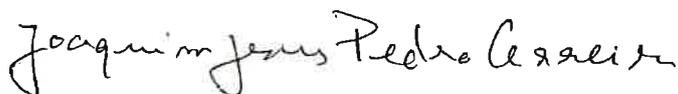
Entrando no ponto um da ordem de trabalhos, o Conselho de Administração aprovou, por unanimidade, o Relatório e Contas relativo ao exercício de 2022.---

No ponto dois da ordem de trabalhos, o Conselho de Administração aprovou, por unanimidade, o Relatório de Governo Societário relativo a 2022.-----

Passando ao ponto três da ordem de trabalhos, o Conselho de Administração aprovou o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas de 2022, bem como o Relatório de Execução do referido Plano de 2022.-----

E, não havendo mais assuntos a tratar, foi encerrada a sessão e lavrada esta ata para constar como tal e ser assinada pelos presentes.-----

O Presidente do Conselho de Administração



(Joaquim de Jesus Pedro Carreira)



ATAS

Folha 58

A Vice-Presidente

Maria João Dias Pessoa de Araújo

(Maria João Dias Pessoa de Araújo)

A Vogal

Assinado por: **Carla Maria dos Santos Filipe
Baptista**
Num. de Identificação: 08441808
Data: 2023.03.14 20:35:55 +0000



(Carla Maria dos Santos Filipe Baptista)

O Vogal

Paulo Jorge Andrade Cardoso

(Paulo Jorge Andrade Cardoso)

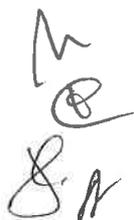
XI. Anexos




Enquadramento da Deliberação Social Unânime por Escrito sobre Financiamento à Lusa

A Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A., com sede na Rua Dr. João Couto, Lote C, 1500-236 Lisboa, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número único de matrícula e de identificação fiscal 503 935 107, (de ora em diante, “Lusa”), vem expor o seguinte:

1. O Contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público celebrado entre o Estado e a Lusa para o triénio 2017-2019 terminou em 31 de dezembro de 2019.
2. O financiamento da Lusa em 2021 foi suportado por duas Resoluções do Conselho de Ministros, uma no 1.º semestre e outra no 2.º semestre, totalizando o valor sem IVA de €13.134.253.
3. Em janeiro de 2022 foi assinado pelo Ministério das Finanças, Ministério da Cultura e a Lusa o contrato de serviço público para vigorar de 2022 a 2027, tendo seguido imediatamente para o Tribunal de Contas para o processo de fiscalização prévia e obtenção do respetivo visto. No exercício das suas competências recebemos, em fevereiro, um conjunto de questões do Tribunal de Contas relativamente ao processo. A resposta foi enviada pelo Ministério da Cultura a 25 de março.
4. Em 2022 a Lusa ainda não recebeu nenhuma contrapartida pela prestação do serviço público, encontrando-se nesta fase com dificuldades de tesouraria.
5. Na reunião do Conselho de Administração do dia 23 de fevereiro de 2022, face à situação em que a empresa se encontra, foi decidido recorrer à banca comercial para obtenção de financiamento. A Lusa obteve autorização da Direção-Geral do Tesouro e Finanças no dia 5 de março (conforme anexo), em conformidade com o despacho n.º 241/2022-SET, para efetuar o financiamento com o BPI no valor de 1 mio de euros.
6. A contratualização do financiamento acima referido foi efetuada a 15 de março de 2022 com as seguintes condições:
 - Taxa de Juro: Euribor 6 meses (com floor zero) + Spread de 0,625%;
 - Comissões:
 - Abertura (upfront): 0,15% ;



- Renovação (semestral): 0,15%, com máximo de 2.500,00€ ;
- Gestão (mensal): 25€;
- Imobilização: 0,2%;

7. Para fazer face ao período até à obtenção do visto do Tribunal de Contas foi proposto pelo Presidente do Conselho de Administração da Lusa, em 17 março de 2022, a contratualização de um empréstimo de 8 mio € e um reforço do descoberto bancário em 4 mio €.

8. A 26 de abril de 2022, foi autorizada pelo despacho conjunto do Exmo. Senhor Ministro da Cultura e Exmo. Senhor Secretário de Estado do Tesouro, número 33/2022-SET, a celebração de financiamento junto da Caixa Geral de Depósitos, S.A., através de uma Conta Corrente Caucionada, no montante de 4 mio€, contrato que foi outorgado a 28 de abril de 2022, de acordo com as seguintes condições:

Finalidade: Financiamento de eventuais déficits de tesouraria

Tipo: Abertura de crédito de utilização livre

Montante: Até EUR 4.000.000

Prazo: 6 meses, eventualmente renovável por igual período

Adiantamento: Por tranches de movimentação mínima de EUR 50.000

Taxa Juro: 0,45% ao ano, acrescida de uma componente variável, sempre que positiva, correspondente à média aritmética simples das Taxas Euribor a 12 meses

Pagamentos Juros: Trimestral

Garantias Especiais: Sem garantias específicas

Comissões e Outros Encargos:

- a) No início da operação
- b) Comissão de Estudo e Contratação - EUR 2.500
- c) Na vigência da operação
- d) Comissão de Gestão - 0,1 % ao ano, repartido e processado por cada prestação
- e) Comissão de Imobilização - Isento
- f) Comissão de Renovação - EUR 500 ao semestre
- g) Outras Condições:
 - Livrança em branco subscrita pela Lusa, SA, sem aval;
 - Covenants não financeiras, nomeadamente ownership clause sobre a participação maioritária do Estado, cross default e consignação de receitas;

- A diferenciação das comissões relativamente ao Preçário em vigor pressupõe uma correta movimentação deste instrumento de financiamento, ou seja, com utilizações e amortizações regulares.
9. Apesar da autonomia de gestão prevista no artigo n.º 25 do Decreto-lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, carece de autorização prévia do titular da função acionista a *“celebração de todo e qualquer ato ou negócio jurídico do qual resultem para a empresa responsabilidades financeiras efetivas ou contingentes que ultrapassem o orçamento anual, ou que não decorram do plano de investimentos aprovado.”* (conforme alínea b) do n.º 5 do artigo 25.º)
 10. Estabelece também o n.º 6 do artigo n.º 25 que a não observância do disposto no n.º 5 desse mesmo artigo, assim como a realização de operações ou investimentos não previstos no plano de atividades e orçamento, constitui os titulares de administração de empresas públicas em responsabilidade civil, criminal e financeira, nos termos da Lei.
 11. O Plano de Atividades e Orçamento da Lusa para 2022 não prevê qualquer financiamento, nem existe qualquer endividamento para com instituições financeiras nas contas da empresa, sendo necessário, para este efeito, a aprovação do titular da função acionista.
 12. Ao nível de resultados o PAO para 2022 prevê um EBITDA positivo de cerca de 845 mil euros.
 13. Face às necessidades urgentes de tesouraria no final de junho, cujo saldo era de 1,4 mio € que apenas permite cumprir compromissos até ao final da 1.ª quinzena de agosto, à ausência de visto do Tribunal de Contas, e de acordo com a deliberação do Conselho de Administração da Lusa de 25 julho de 2022, e considerando os prazos legais para a convocação de uma Assembleia Geral, torna-se premente a aprovação desta nova fase de financiamento através de uma Deliberação Social Unânime por Escrito.
 14. Tendo em consideração o Despacho do Exmo. Senhor Secretário de Estado do Tesouro, n.º 222/2022-SET, de 1 de agosto, e o Despacho do Senhor Ministro da Cultura, n.º 121/2022/MC, de 1 de agosto, e ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 54.º do Código das Sociedades Comerciais, propõe-se uma Deliberação Social Unânime por Escrito, para autorizar a celebração de dois contratos de financiamento junto do Banco BPI, S.A. e da Caixa Geral de Depósitos, no valor global de até EUR 4.000.000 com as seguintes condições:



Acréscimo Conta Corrente Caucionada do BPI, no montante de até EUR 3.000.000

Montante: Até EUR 4.000.000 (Este valor inclui o contrato de conta corrente até EUR 1.000.000, celebrado entre as duas Instituições e em vigor).

Modalidade/Finalidade: Descoberto Contratado ou Conta Corrente, por opção da Lusa e destinado a apoio de tesouraria.

Prazo: 6 meses, eventualmente renovável por períodos sucessivos de igual duração.

Utilização: Livre, de acordo com as necessidades da Lusa.

Amortização: Livre, de acordo com as disponibilidades da Lusa.

Taxa de Juro: Euribor a 6 meses (base 360 dias), acrescida de um spread de 0,275% p.a.; Caso a Euribor assumira valor negativo, será considerado, para efeitos de cálculo de juros, que a mesma terá valor zero.

Comissões:

a) Comissão de abertura: EUR 2.000 (0,05% sobre o valor contratado), a debitar na data de registo da operação no Banco BPI;

b) Comissão de Gestão: EUR 25,00/mês, a debitar nas datas de pagamento de juros;

c) Comissão de Imobilização: 0,1% p.a., a debitar nas datas de pagamento de juros;

d) Comissão de Renovação: EUR 2.000 (0,05% sobre o valor contratado), a debitar nas datas de renovação da operação.

Pagamento de Juros: Mensal e postecipadamente.

Garantia: Receitas da Lusa, incluindo a consignação das transferências não consignadas do Estado Português, incluindo as indemnizações compensatórias estipuladas no contrato programa de prestação de serviço público para o período 2022-2027.

Titulação: Contrato de abertura de crédito com respetivo termo de autenticação.

Outras condições:

a) Cláusulas standard habitualmente praticadas nas operações de crédito a curto prazo a entidades congéneres;

b) Evidência das aprovações e pareceres requeridos para contração do crédito, por parte dos órgãos e entidades competentes nos termos dos

MP
J. N

estatutos da Lusa - Agência de Notícias de Portugal, S.A. e nos termos legalmente requeridos;

c) "Ownership Clause".

Conta Corrente Caucionada junto da CGD de até EUR 1.000.000

Finalidade: Financiamento de défices de tesouraria.

Utilização: Abertura de Crédito de curto prazo sobre a forma de multiúsos.

Montante: Até EUR 1.000.000.

Prazo: até 30.11.2022

Taxa de juro: 0,45% ao ano, acrescida de uma componente variável, sempre que positiva, correspondente à média aritmética simples das Taxas Euribor a 12 meses.

Garantias especiais: sem garantias específicas

Comissões:

a) No início da operação

Comissão de contratação limite – EUR 1.000

b) Na vigência da operação:

Comissão de Estudo – 0,06 %, com mínimo de 300€ por utilização

Comissão de imobilização: isento

Comissão de Gestão – 0,01%

Comissão de Reembolso antecipado: isento

Outros Encargos: Preçário CGD

Outras Condições:

1. Livrança em branco subscrita pela LUSA, S.A., sem aval;
2. Covenants não financeiros, nomeadamente ownership clause sobre a participação maioritária do Estado, cross default e consignação de receitas alvo de adiantamento, ao que acresce as constantes nas peças contratuais da CGD;
3. Dispensa de domiciliação em conta à ordem da CGD, das compensações financeiras devidas pelo Estado. Contudo, compromisso de transferência para a CGD num prazo máximo de 5 dias.

4. Libertação das verbas condicionada à prévia validação da inscrição em Orçamento de Estado das indemnizações compensatórias.

A contratação do financiamento junto da CGD fica condicionada à confirmação, até ao final do mês de setembro do corrente ano, da inexistência de receitas provenientes do Contrato de Prestação de Serviço Público Noticioso (CPSP), assinado em 27 de janeiro de 2022.

Lisboa, 4 de agosto de 2022

Joaquim Carreira
Presidente do Conselho de Administração

ME
S N



REPÚBLICA
PORTUGUESA

GABINETE DO MINISTRO DA CULTURA

MUITO URGENTE

15/06/2017

Exma. Senhora
Dra. Teresa Marques
Presidente do Conselho de Administração
da LUSA – Agência de Notícias de Portugal, S.A.
Rua Dr. João Couto, Lote C
1503-809 LISBOA

Pº 50.67.182

ASSUNTO: Plano de Atividades para o Orçamento para 2017
LUSA, SA – “Nova Proposta de indicador para medir a otimização da
estrutura de Gastos Operacionais

Cara Teresa

Envio a V. Exa. para conhecimento e devidos efeitos o Ofício nº 2002/2017, de 1 de junho de 2017, do Gabinete do Secretário de Estado do Tesouro, bem como cópia do Ofício nº 238/UTAM/2017, e da Informação nº 20/2017, de 24 de maio, da UTAM – Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial, com o Despacho nº 351/17 – SET, de 1/6/2017, sobre o assunto em epígrafe.

Com os melhores cumprimentos, *perissos*

O CHEFE DO GABINETE

Jorge Leonardo
Jorge Leonardo

ADMINISTRADOR EXECUTIVO	
RECEBIDA	ENVIADA
Nº 032	DESTINO
SECTOR	DATA
DATA 02/06/2017	DATA

e
M
Sir



REPÚBLICA
PORTUGUESA

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO
DO TESOURO

M LUSA
46 Dra. Sónia Teixeira
+ Dr. J. P. Lopes
MUITO URGENTE } Lerna
2.6.20

Jorge Leonardo
Chefe do Gabinete

Exmo. Senhor
Chefe do Gabinete de Sua Excelência o Ministro
da Cultura
Dr. Jorge Leonardo
Palácio Nacional da Ajuda
1300-018 LISBOA

SUA REFERÊNCIA	SUA COMUNICAÇÃO DE	NOSSA REFERÊNCIA	DATA
1297	02-05-2017	Nº: 2002/2017 ENT.: 2252 de 25-05-2017 PROC. Nº: 31.169/17 - 37.18.05/17	01-06-2017

ASSUNTO: Plano de Atividades para o Orçamento para 2017
Lusa, S.A. - "Nova Proposta de indicador para medir a otimização da estrutura de Gastos Operacionais"

Encarrega-me Sua Excelência o Secretário de Estado do Tesouro de remeter a V. Exa., cópia do ofício nº 238/UTAM/2016, bem como cópia da Informação nº 20/2017 de 24 de maio de 2017, da Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial, sobre o assunto mencionado em epígrafe, após ter exarado o seguinte despacho:

DESPACHO Nº 351/17 - SET

"Conçordo. À DGTF para os devidos efeitos.

Dê-se conhecimento a S.Exa. o Ministro da Cultura, atenta a análise e conclusões da presente informação.

Álvaro Novo

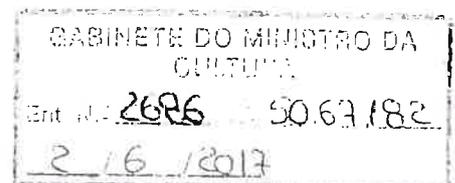
1.6.2017"

Com os melhores cumprimentos,

A Chefe do Gabinete,

Ana Brandão

ENL



M E
J. N



Gabinete do Secretário de Estado
do Tesouro

Entrada Nº 2252

Dr. VHF

de 25-5-2017 pº 3718.0/17

31.169/17

Exma. Senhora
Dr.ª Ana Filipa Brandão
M. I. Chefe do Gabinete de Sua Excelência
O Secretário de Estado do Tesouro

(Neste edifício)

Ana Filipa Brandão
Chefe do Gabinete de S. Exa. o
Secretário de Estado do Tesouro

SUA REFERÊNCIA
Of nº 1731/2017

SUA COMUNICAÇÃO DE
23/05/2017

NOSSA REFERÊNCIA
N.º 238/UTAM/2017

DATA
24/05/2017

**ASSUNTO: Plano de Atividades e Orçamento para 2017 da
Lusa - Agência de Notícias de Portugal, S.A.
"Nova proposta de indicador para medir a otimização da estrutura de Gastos
Operacionais"**

Senhora Chefe do Gabinete,

Junto envio a Informação nº 20/2017, de 24 de maio de 2017, da Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial (UTAM), relativo ao assunto epígrafe.

Com os meus melhores cumprimentos,

resposta

O Diretor da UTAM

Fernando Pacheco

Fernando Pacheco

CP
SM
SN

DESPACHO N.º 351/17-SEF

Visto. Concordo.

À consideração de Sua Excelência o
Secretário de Estado do Tesouro.

24/5/2017

Fernando Pacheco
Diretor da UTAMConcordo. À JGTF para o
seu desfecho.De-ii encaminhamento a S. Exa
o Ministério da Cultura, atenta
a análise e conclusões da
presente informação.

1.º 2017

Álvaro Novo
Secretário de Estado do Tesouro**INFORMAÇÃO 20/2017 de 24 de maio**

ASSUNTO: *Plano de Atividades e Orçamento para 2017 da
Lusa - Agência de Notícias de Portugal, S.A.
"Nova proposta de indicador para medir a otimização da estrutura de Gastos
Operacionais"*

1. ANTECEDENTES

Através do Ofício n.º 1731/2017 de 23/05/2017, foi remetida à Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial (UTAM) pela Chefe do Gabinete de Sua Excelência o Secretário de Estado do Tesouro, para análise, cópia do ofício n.º 1452 e anexos, de 18/05/2017. Através deste ofício o Chefe do Gabinete de Sua Excelência o Ministro da Cultura remete o Despacho concordante sobre a "Nova proposta de indicador para medir a otimização da estrutura de Gastos Operacionais", formulado no âmbito da apresentação da proposta de Plano de Atividades e Orçamento (PAO) para 2017 da Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A., adiante designada Lusa, S.A., para efeitos de autorização de Sua Excelência o Secretário do Tesouro, de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 124.º do Decreto-Lei n.º 25/2017, de 3 de março (DLEO), que estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2017. Anteriormente, já a UTAM havia recebido através da mensagem de correio eletrónico de 09/05/2017 da Lusa, S.A., o ofício referência "PCA/034/17" sobre o assunto "Proposta de indicador para medir a otimização da estrutura



de Gastos Operacionais” que inclui informação igualmente relevante para a presente análise.

A UTAM procedeu à análise da documentação atrás identificada, suportada ainda pela proposta de PAO para 2017 da Lusa, S.A., que também se encontra em processo de apreciação pela UTAM, emitindo a presente informação, para os devidos efeitos.

2. ANÁLISE

Através do ofício referência PCA/034/17 da Lusa, S.A. é apresentada a “Proposta de indicador para medir a otimização da estrutura de Gastos Operacionais”. Para o efeito, a empresa apresenta, nomeadamente, o seguinte pressuposto:

- *“No volume de negócios o valor da indemnização Compensatória (IC) não deve ser deduzido de eventual ajustamento, conforme n.º 5 da Cláusula Oitava do Contrato [de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público assinado com o Estado¹], uma vez que este fica condicionado porque no seu cálculo são incluídos outros fatores relevantes, que não custos e receitas, nomeadamente o investimento e os encargos com pré-reformas, que resultam de uma decisão de 2010. Ao deduzir-se ao volume de negócios o valor do ajustamento o rácio deixa de refletir a racionalização dos custos ou o aumento das receitas próprias. Na fórmula atual, o ajustamento é menor sempre que se aumentem os custos e/ou diminuem as receitas, o que é claramente um desincentivo ao aumento de receitas próprias, por um lado, e à racionalização dos custos, por outro.*

A título de exemplo, no ano transato, devido à aprovação tardia do PAO para 2016, houve um conjunto de gastos relevantes que só se concretizaram no último trimestre do ano. No PAO 2016 estava estimada uma devolução de cerca de 490 mil euros, verificando-se afinal uma devolução de 1,4 milhões de euros. Ou seja, do lado dos custos, ao não cumprir em tempo o plano orçamentado, o ajustamento é superior ao previsto; por outro lado, se as receitas próprias tivessem sido significativamente inferiores ao previsto, o ajustamento seria menor. Ora efetivamente o espírito do contrato não é esse. O que se pretende é que se incentivem as receitas próprias e, simultaneamente, se incentive uma gestão eficiente dos custos.”

Entretanto, nos anexos ao Ofício n.º 1731/2017, de 23/05/2017, a Lusa, S.A. apresenta “(...) uma nova proposta de indicador para o triénio 2017-2019, que tem por base os seguintes considerandos:

1. *Considerar todos os gastos e perdas exceto os gastos de depreciação e amortização, tendo por base o mesmo princípio do Anexo I ao novo Contrato (2017-2019);*

¹ Segundo a informação disponibilizada, o referido contrato encontra-se pendente da assinatura de Sua Excelência o Ministro das Finanças.



2. Considerar a produção anual da Lusa (total de conteúdos produzidos);
3. Expurgar, dos gastos e perdas, efeitos não recorrentes, por via de alterações legislativas (como por exemplo a retoma da aplicação dos Instrumentos de Regulamentação Coletiva do Trabalho), bem como indemnizações com o pessoal, de modo a ser possível aferir a respetiva gestão da empresa;
4. Expurgar os gastos referentes ao Projeto cofinanciado pelo Google;
5. No seguimento do acima exposto a Lusa propõe-se a que o indicador seja o que se reflete na fórmula infra;

$$\text{Indicador} = \frac{\text{Total Gastos e Perdas}^{(i)} - \text{Gastos de depreciação e amortização}}{\text{Produção editorial da Lusa}^{(ii)}}$$

⁽ⁱ⁾ Expurgados de efeitos não recorrentes por via de alterações legislativas e indemnizações com o pessoal e dos gastos referentes ao projeto cofinanciado pelo Google

⁽ⁱⁱ⁾ Número de conteúdos produzidos

6. A Lusa propõe-se garantir que o resultado do rácio apresente sempre uma diminuição face ao ano anterior."

Sua Excelência o Ministro da Cultura exarou sobre esta proposta da Lusa, S.A., o seguinte Despacho:

- "Face à necessidade de conciliar o indicador proposto com o objetivo de comparação com o ano anterior e apresentando-se a atual proposta na estreita ligação com os meus objetivos para a empresa, plasmados no contrato de prestação de serviço público para o triénio 2017-2019, dou o meu acordo ao indicador agora proposto. Este indicador substituirá o proposto pela empresa a 21 de abril com o meu despacho de 2 de maio.

Ao Senhor Secretário de Estado do Tesouro

17/5/2017

ass) Luís Filipe Castro Mendes"

Analisando as referências legais invocadas, o n.º 1 do artigo 124.º do DLEO dispõe que "Para efeitos do disposto no artigo 44.º da Lei do Orçamento de Estado, as empresas públicas devem prosseguir uma política de otimização da estrutura de gastos operacionais que promova o equilíbrio operacional, mediante a redução do peso dos gastos operacionais, corrigidos dos encargos decorrentes da reposição salarial e das indemnizações por rescisão, no volume de negócios face a 31 de dezembro de 2016, sem prejuízo do disposto [no n.º] 2 (...)"

Sendo que, de acordo com o n.º 2 do artigo 124.º do DLEO "Nos casos em que o volume de negócios não se revele adequado para aferir o nível de atividade da empresa, ou que os gastos operacionais sejam afetados por despesas ocasionais, de elevado montante, imprescindíveis à atividade da empresa, os membros do Governo responsáveis pela área das



finanças e pelo respetivo setor de atividade podem dispensar o cumprimento do disposto no número anterior, devendo estabelecer outro indicador para medir a otimização da estrutura de gastos operacionais, o qual deve ser mantido, pelo menos, durante três exercícios consecutivos".

Em síntese:

- i) Através do ofício referência PCA/034/17 a empresa apresentou a fundamentação para a não adequação do volume de negócios para aferir o seu nível de atividade;
- ii) Dos anexos ao Ofício n.º 1731/2017, de 23/05/2017, consta a apresentação da proposta da Lusa, S.A. com o novo indicador e os respetivos considerandos;
- iii) O indicador proposto representa, grosso modo, o custo médio por conteúdo produzido², portanto medindo a eficiência (custo) da empresa na produção de conteúdos; e, por fim,
- iv) Sua Excelência o Ministro da Cultura exarou despacho de concordância sobre a proposta da Lusa, S.A..

Face ao exposto, verifica-se que se encontram cumpridos os requisitos determinados no n.º 2 do artigo 124.º do DLEO para que o membro do Governo responsável pela área das finanças possa também dispensar o cumprimento do disposto no n.º 1 do mesmo artigo.

3. CONCLUSÃO

Assim, a UTAM considera reunidas as condições para que Sua Excelência o Secretário de Estado do Tesouro, concordando e querendo, autorize a dispensa do cumprimento da disposição do DLEO sobre a redução do peso dos gastos operacionais, corrigidos dos encargos decorrentes da reposição salarial e das indemnizações por rescisão, no volume de negócios, face a 31 de dezembro de 2016, pela Lusa, S.A., atento o já referido Despacho de Sua Excelência o Ministro da Cultura, de 17 de maio de 2017.

Ana Fernandes
Consultora

² Na verdade, ao excluir os custos de capital (gastos de depreciação e amortização) seria uma *proxy* para o custo variável médio.

A Sua Excelência
O Secretário de Estado do Cinema,
Audiovisual e Media
Dr. Nuno Artur Silva
Palácio Nacional da Ajuda
1300-018 Lisboa

N/Refª: PCA/003/21

Lisboa, 30 de março de 2021

Assunto: Proposta de indicador para medir a otimização da estrutura de Gastos Operacionais

Exmo. Senhor Secretário de Estado do Cinema, Audiovisual e Media,

No seguimento do Despacho favorável emanado pelo Senhor Ministro da Cultura, em 17 de maio de 2017, e do Despacho do Senhor Secretário de Estado do Tesouro, n.º 351/17 – SET, de 1 de junho de 2017, sobre a proposta da Lusa-Agência de Notícias de Portugal, S.A., de se estabelecer um novo indicador para medir a otimização da estrutura de Gastos Operacionais, a Lusa vem expor a Vossa Excelência o seguinte:

O indicador vigorou por 3 anos (2017-2019), contudo, e uma vez que em 2020 não existiu Decreto-lei de Execução Orçamental e a Lusa não teve Contrato com o Estado para o ano de 2020, considerou-se o mesmo indicador no ano transato.

Tendo em conta que para o próximo triénio os pressupostos para a proposta de um indicador alternativo se mantêm, a Lusa vem solicitar que a proposta de indicador anteriormente apresentada vigore para o triénio 2021-2023, referindo que o mesmo tem por base os seguintes considerandos:

1. Considerar todos os gastos e perdas exceto os gastos de depreciação e amortização, tendo por base o mesmo princípio do Anexo I ao Contrato que vigorou no triénio 2017-2019;



2. Considerar a produção anual da Lusa (total de conteúdos produzidos);
3. Expurgar, dos gastos e perdas, efeitos não recorrentes, por via de alterações legislativas (como por exemplo a retoma da aplicação dos Instrumentos de Regulamentação Coletiva do Trabalho), bem como indemnizações com o pessoal, de modo a ser possível aferir a efetiva gestão da empresa;
4. No seguimento do acima exposto a Lusa propõe-se a que o indicador seja o que se reflete na fórmula infra;

$$\text{Indicador} = \frac{\text{Total Gastos e Perdas}^{(i)} - \text{Gastos de depreciação e amortização}}{\text{Produção editorial da Lusa}^{(ii)}}$$

⁽ⁱ⁾ Expurgados de efeitos não recorrentes por via de alterações legislativas e indemnizações com o pessoal

⁽ⁱⁱ⁾ Número de conteúdos produzidos

5. A Lusa propõe-se garantir que o resultado do rácio apresente sempre uma diminuição face ao ano anterior.

Considerando os motivos atrás expostos, a Lusa solicita que seja diligenciado no sentido de ser acolhida a proposta apresentada de indicador para medir a otimização da estrutura de Gastos Operacionais.

Na expectativa de um despacho favorável a este pedido, apresentamos a Vossa Excelência os nossos melhores cumprimentos.

O Presidente do Conselho de Administração,

NICOLAU
FERNANDO
RAMOS DOS
SANTOS

(Nicolau Santos)

Assinado de forma digital
por NICOLAU FERNANDO
RAMOS DOS SANTOS
Dados: 2021.03.30
17:40:58 +01'00'



Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa

Juízo do Trabalho de Lisboa - Juiz 3

Palácio da Justiça, Rua Marquês de Fronteira
1098-001 Lisboa

Telef: 218114000 Fax: 218114099 Mail: lisboa.trabalho@tribunais.org.pt

Ação Reconhecimento Existência de Contrato de Trabalho

[REDACTED]

*

DECISÃO

Por tudo o que ficou exposto, nos termos das disposições legais citadas, julgo a presente acção procedente e, em consequência, declaro a existência, entre a “LUSA – AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DE PORTUGAL, S.A.” (empregadora) e [REDACTED] (trabalhador), de um contrato de trabalho por tempo indeterminado, desde [REDACTED]

*

Fixo à causa o valor de [REDACTED] – art. 186º-Q, nº 2, do CPT.

*

Custas pela empregadora - art. 527º, nºs 1 e 2, do CPC.

*

Registe e notifique.

*

Cumpra o disposto no art. 186º-O, nº 9, do CPT.



Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa

Juízo do Trabalho de Lisboa - Juiz 3

Palácio da Justiça, Rua Marquês de Fronteira
1098-001 Lisboa

Telef: 218114000 Fax: 218114099 Mail: lisboa.trabalho@tribunais.org.pt

Ação Reconhecimento Existência de Contrato de Trabalho

*

D.N.

*

Lisboa, 25/01/22

P
S